

ISSN 1519 – 1958

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAÍ



Revista

FACTU

Ciência Júnior

Edição Especial

ANO 18 VOLUME 31 – AGO/DEZ 2016

2016

Publicada pela
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí

Adalberto Lucas Capanema
Presidente AEPU

Maria José Lucas Capanema
Diretora Administrativa

Adalberto Lucas Capanema
Diretor Geral

José Juliano Espíndola
Diretor Acadêmico

Secretária Geral
Fabília Lucas de Mendonça

Contatos
Revista FACTU Ciência
Rua Rio Preto, 422Unaí – MG
CEP. 38.610-0000
Tel: 38 3676 6222
www.factu.br

Editores da Revista
Dêner Geraldo Batista Neves
Michelle Lucas Cardoso Balbino

Conselho Editorial

Dêner Geraldo Batista Neves
Gabriel Moreira
Graziela Cristina Simões
Lidiane Campos dos Santos
Lilian Rodrigues Maia
Maria Aparecida de Oliveira
Michelle Lucas Cardoso Balbino
Nathalia Oliveira Martins

Revisão
Juliana Lacerda Machado

Diagramação
Kelly Dias Tavares

**Ficha catalográfica preparada pela seção de catalogação e Classificação da Biblioteca da
FACTU**

Revista FACTU CIÊNCIA – Ano 18, n° 31 (Ago/Dez 2016). Unaí: FACTU, 2016.
Semestral
ISSN 1519 – 1958

1. Gestão. 2. Educação. 3. Saúde. 4 Agricultura

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. Os resultados expressos nos artigos são de inteira responsabilidade dos seus autores.

APRESENTAÇÃO

O Conselho Editorial da revista FACTU CIÊNCIA têm a grata satisfação de colocar à disposição de seus leitores o 31º volume da Revista Científica, referente ao segundo semestre de 2016. A Revista FACTU CIÊNCIA é o meio de divulgação de artigos científicos dos nossos sete cursos de graduação. Neste volume são apresentados artigos de autoria de membros do corpo docente e discente.

A revista FACTU CIÊNCIA consolida-se como uma dos mais importantes veículos de comunicação científica da região e o Conselho Editorial da Revista FACTU CIÊNCIA convida, mais uma vez, os estudiosos e pesquisadores da FACTU e de outras instituições a enviarem seus escritos para o próximo volume.

Nesta edição especial estamos apresentando a ampliação do projeto E-book: passando de intercurso para intercurso/interdisciplinar com envolvimento de várias disciplinas nos cursos de Administração; Ciências Contábeis e Direito. Este projeto resultou na participação dos trabalhos finais na edição 02 da Revista FACTU Ciências (Edição Especial – FACTU Ciência Júnior, somente com trabalhos de iniciação científica dos alunos dos 1º períodos).

Tenham uma boa leitura.

Conselho Editorial da Revista FACTU CIÊNCIA

Os editores não assumem nenhuma responsabilidade por danos a pessoas ou propriedades que possam ser causados por uso das ideias, técnicas ou procedimentos contidos no material publicado nesta revista. A submissão de artigos pressupõe que estes artigos, com exceção dos resumos ampliados, não tenham sido publicados anteriormente, nem submetidos a qualquer outra publicação

Sumário

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A LOGÍSTICA REVERSA	7
Ana Claudia Barbosa Silva Fernando Henrique Brandão Michelle Lucas Cardoso Balbino	
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO AMBIENTAL DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO	15
Jordana Neiva Gonçalves Werley Antônio da Cruz Michelle Lucas Cardoso Balbino	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A GESTÃO AMBIENTAL: Estudo de Caso em uma Instituição de Ensino Superior	26
Letícia Barros de Oliveira Michelle Lucas Cardoso Balbino Balbino	
POLUIÇÃO SONORA: Bem-Estar e Qualidade de Vida	34
Thainara Ketlen Neves dos Reis Michelle Lucas Cardoso Balbino	
ARTE COMO FORMA DE PENSAMENTO	41
Fernanda Machado Frutuoso Rettore Leidiany Vasconcelos Menezes Dener Neves	
A IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA MORAL E A ORIGEM DA ÉTICA	49
Nathália Aparecida Gonçalves Coimbra Elaine Moreira de Oliveira Dener Neves	
ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1994-2002) E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2002-2010).....	57
Lorena da Costa Martins Joel Marques Luiz Isabela Cristina Marins Braga	
EXPECTATIVA DOS ALUNOS DO CURSO DE DIREITO COM A CARREIRA E FORMAÇÃO	66
Estrogildo Vieira Da Conceição Raul Dias Soares Isabela Cristina Marins Braga	
UM NOVO MÉTODO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: Estudo de Caso da Empresa Natureza Limpa, localizada em Unai/MG	72
Eduarda Brito Dos Reis Vanessa Lopes Coelho Michelle Lucas Cardoso Balbino	

A COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA COMO CRITÉRIO PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	84
Natal Souza Trindade	
Carla de Araújo Zica	
Michelle Lucas Cardoso Balbino	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.....	93
Danielly Mendes	
Jussara Ferreira Alves	
Rayssa Alves Pimenta	
Michelle Lucas Cardoso Balbino	
ELEIÇÕES NO BRASIL: A poluição causada durante o período eleitoral.....	102
Alan Junior de Almeida	
Jonathas Gomes da Silva	
Michelle Lucas Cardoso Balbino	
A CONTABILIDADE E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO.....	114
Laryssa Faria	
Marcos Vinicius Truchetti	
Gabriel Moreira	
AS EQUIPES DE TRABALHO COMO UM FATOR DE DESENVOLVIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES	120
Marco Aurélio Nunes	
Cláudia Cristina Avars	
Maria Aparecida Oliveira	
DIVULGAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS: O usuário como foco da informação	126
Delma Pereira Mota	
Gabriel Talys de Araujo	
Gabriel Moreira	
HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE: Dos primórdios a contemporaneidade	132
Daniela Miranda de Oliveira	
Natalia Faria de Sousa	
Gabriel Moreira	
A CONTABILIDADE COMO SUPORTE AO PROCESSO DECISÓRIO: Um estudo de caso em uma contabilidade do município de Bonfinópolis de Minas.	139
Jhênneffer Da Silva Boffi	
Iohana Alves Farias	
Gabriel Moreira	
INFLUÊNCIA DA CULTURA AFRICANA NA FORMAÇÃO DO POVO DO MUNICÍPIO DE BURITIS - MG	149
Thaís Alves da Cunha	
Renata Cristina Soares das Neves	

Maria Aparecida de Oliveira

A PERCEÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE ÉTICA NA CONTABILIDADE 156

Luís Fernando Lima da Costa

Antonio Marcos Pereira da Silva

Gabriel Moreira

TRANSPORTE ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS 168

Laiane Aparecida Soares de Souza

João Claudio Silva de Melo

Juliana Lacerda Machado

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A LOGÍSTICA REVERSA

SILVA, Ana Claudia Barbosa¹
ESCOBAR, Fernando Henrique Brandão²
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso³

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo abordar a gestão dos resíduos sólidos e a aplicação da logística reversa, conceituando e mostrando como são realizados tais processos mostrando as várias formas para lidar com o tratamento e a destinação dos resíduos sólidos. Para tal estudo, elaborou-se a seguinte problemática: A gestão de resíduos sólidos e a logística reversa são realmente relevantes para um desenvolvimento sustentável? Primeiramente aborda-se a conceituação de resíduos sólidos e a logística reversa, explicando o que é resíduo e quando que pode ser considerado como tal, detalhando como é feito o processo de tratamento dos resíduos e sua melhor destinação para o meio ambiente como um todo. Posteriormente, discute-se sobre a reutilização e eliminação, mostrando como é feito o processo, abordando as competências e responsabilidades dessa eliminação e do seu aproveitamento e viabilizando as técnicas mais adequadas. Em seguida, forma-se um paralelo entre desenvolvimento sustentável e crescimento sustentável, exemplificando cada um e evidenciando se há possibilidade dos dois caminharem juntos, com o foco de desenvolver sem afetar o meio ambiente.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos. Meio Ambiente. Descarte.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda sobre a gestão de resíduos sólidos e a logística reversa, com o objetivo de mostrar como é realizado esse trabalho. O presente estudo tem como objetivo verificar que existem várias formas de lidar com a gestão de resíduos e que estas são de benefícios do social.

Para tal estudo, tem-se a seguinte problemática: A gestão de resíduos sólidos e a logística reversa são realmente relevantes para um desenvolvimento sustentável?

O artigo tem como objetivo geral estudar o conceito de gestão de resíduos sólidos e logística reversa. E como objetivos específicos: Pensar a respeito do tratamento de resíduos sólidos e como eles são reutilizados ou eliminados do meio ambiente; abordar a possibilidade de lidar com o desenvolvimento econômico, sem afetar o meio como um todo.

Atualmente, os brasileiros sofrem com a poluição do meio ambiente, afetando a nossa qualidade de vida como um todo. Sem o descarte correto dos resíduos e sem o cumprimento da política de tratamento, há um dano irreparável ao meio ambiente. A poluição afeta principalmente a nossa saúde.

2 RESÍDUOS SÓLIDOS E A LOGÍSTICA REVERSA

¹ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

² Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

³ Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Especialização em Direito, Impacto e Recuperação Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pós-graduação em Direito Público pela Sociedade Universitária Gama Filho.

2.1 REVENDA OU DESCARTE DE RESÍDUOS?

Atualmente, um dos maiores problemas em relação às indústrias é o que será feito com os resíduos gerados por elas. Sabe-se que a maioria dos resíduos pode ser reaproveitada, mas nem sempre isso é conveniente para as indústrias. Às vezes, o melhor a ser feito é descartar tudo aquilo que já não serve mais como matéria-prima para elas. Lógico que o que não serve para uns, é altamente utilizável para outros, mas o custo para a revenda disso pode ser ainda maior do que o de descarte. Por isso, a criação da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, revogando a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata da instituição de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos. (LACERDA, 2009)

Segundo Ribeiro e Morelli (2009, p.17) “resíduos são todas as “coisas” indesejadas geradas na produção ou consumo de bens. A massa de resíduos sólidos gerada pela sociedade industrial é muito superior à massa de produtos consumidos”.

Algumas indústrias ainda optam por meios diferentes, conhecidos como Reciclagem e Reutilização. A Reciclagem pode ser muito útil em indústrias que utilizam do plástico, do papel e do metal, porém no caso do vidro o custo para a reciclagem é muito alto e não compensa a sua destruição e transformação em outro tipo de produto. O mais correto no caso do vidro seria a sua Reutilização em casos exclusivos como as garrafas de bebidas, fora isso o descarte é mais compensatório, pois em qualquer lugar o custo de sua reciclagem será sempre mais alto que o seu custo de revenda, apesar de que para sua reutilização, seria necessária a instalação da Logística Reversa para fazer o retorno das embalagens para a indústria. (MUELLER, 2005)

2.2 LOGÍSTICA REVERSA

A Logística Reversa trata-se de uma área da Logística responsável por levar de volta os produtos consumidos pelas lojas e/ou consumidores. Geralmente, as indústrias retornam com produtos já utilizados para fazer o descarte correto, mas em alguns casos, necessitam-se de retorno de produtos ainda não consumidos, por motivos de defeitos, prazos fora da validade ou reaproveitamento. (FERREIRA, 2002).

A Logística Reversa tem sido um dos temas mais importantes abordados pelas áreas acadêmicas que abordam as operações logísticas nos últimos dez anos, hoje uma das preocupações mais importantes das organizações. Sua importância se deve ao fato de que a sociedade e os governos em geral esperam que as organizações sejam menos danosas ao meio ambiente e da própria sociedade (DOWLATSHAHI, 2000).

A Lei nº 12.305 de 2010 cita quais produtos devem passar pelo o processo da logística reversa, que obriga os fabricantes ou importadores a coletarem os resíduos de seus produtos consumidos. Conforme o artigo 33, observa-se que:

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

- I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;
- II - pilhas e baterias;
- III - pneus;
- IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

Alguns produtos em especial, necessitam de uma maior atenção, pois seu descarte é obrigatoriamente monitorado, como é o caso de embalagens de agrotóxicos, pneus, resíduos hospitalares, pilhas e baterias, etc. No caso das embalagens de agrotóxicos, nem todas são de devolução obrigatória, às vezes basta a lavagem correta delas para o reuso com algo da mesma espécie. (MONTEIRO, 2001)

3 REUTILIZAÇÃO E ELIMINAÇÃO

3.1 RESÍDUOS SÓLIDOS E A POLUIÇÃO AMBIENTAL

No mundo de hoje, com as práticas de poluição e descarte incorreto de lixo, necessita-se de uma avaliação mais profunda de acordo com os métodos utilizados pelas empresas no que se trata de tratamento de resíduos sólidos. Nota-se que as empresas não se importam tanto com a reciclagem, pois não apoiam ONG's, nem programas de reciclagem, porém as próprias empresas se apropriam da condição de tratarem de seus resíduos, visto que é mais lucrativo investir em logística reversa quando o assunto é embalagens com longa durabilidade, ou mesmo quando o valor de custo-benefício da reciclagem não compensa tanto quanto o transporte de volta para o fabricante. (PHILIPPI JÚNIOR, et al. 2004).

Sabe-se que todo e qualquer resíduo é de responsabilidade do fabricante, ou importador se for o caso, mas muitos tratam disso como responsabilidade do consumidor final, dizendo que a culpa de toda a poluição contida por resíduos sólidos é do consumidor que descarta qualquer sobra do produto que adquire em locais impróprios. Nem todo descarte realizado pelo consumidor é incorreto, mesmo com as iniciativas de reciclagem, consegue-se um alto nível de lixo separado, mas ainda não o bastante como seria se todas as empresas fossem responsáveis por tudo o que produzem. Não basta ser lei, é preciso ser fiscalizado e aplicado de maneira correta, pois só assim a poluição será menor, com todas as empresas cumprindo seus papéis como “prometem nos papéis” (BRASIL, 2010).

Geralmente, sempre que algum resíduo é descartado de maneira que prejudica o ambiente, o fabricante é o primeiro contatado para saber das origens e destinações finais das embalagens, mas se a empresa conseguir fiscalizar e manter corretamente o fim dos resíduos causados por seus produtos, poderá manter o equilíbrio entre o meio ambiente, a sociedade onde se localiza, e a sua economia, combinando assim os três elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável (FERREIRA, 2002).

3.2 CLASSIFICAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Para fazer o aproveitamento dos resíduos sólidos, estes deverão ser separados por classe, para haver o seu aproveitamento por completo, assim, “Resíduo” quer dizer tudo aquilo que resta de qualquer substância, resto. Eles podem ser classificados em: secos e molhados referente a seus aspectos físicos; orgânicos e inorgânicos quanto à composição; urbanos e industriais quanto à origem. (RIBEIRO; MORELLI, 2009).

Quadro 1 -Classificação dos resíduos

TIPO DE RESÍDUO	CARACTERÍSTICAS
Secos	Plásticos, papéis, metais, tecidos, lâmpadas, vidro, cerâmicas, espumas, etc.

Molhados	Restos de alimentos, alimentos estragados, cascas e bagaços de frutas, etc.
Inorgânicos	Alumínio, borrachas, metais, lâmpadas, velas, vidros, etc.

Fonte: Ribeiro; Morelli (2009).

O lixo urbano é aquele originado das atividades humanas, que não é tão significante quando produzido individualmente, mas gera grande impacto se gerado pela coletividade. Pode ser originado do lixo doméstico, comercial, de limpeza pública, de serviços da saúde, de portos, aeroportos, terminais rodoviários, etc. Já o lixo industrial é aquele que se origina de vários ramos da indústria, como a metalurgia, química, petroquímica, etc. (RIBEIRO; MORELLI, 2009).

Vale ressaltar que o lixo industrial pode ser subdividido em radioativos, agrícolas e de construção civil. O lixo radioativo vem da área nuclear, e deve ser manuseado somente com equipamentos e técnicos adequados. O lixo agrícola é aquele proveniente das atividades agrícolas e pecuárias, como embalagens de adubo, defensivos agrícolas, rações, etc. E, por último o resíduo de construção civil, que é todo aquele resto de construções e que pode ser passível de reaproveitamento, como em camadas de estradas de terra para evitar o acúmulo de água, derrapagem de pneus, etc. (RIBEIRO; MORELLI, 2009).

10

3.3 TRATAMENTOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O melhor método de tratar os resíduos sólidos seria o reaproveitamento, pois além de diminuir a massa descartada, aproveita-se algo como matéria-prima, reduzindo a necessidade de produção da mesma. Incentivar a reciclagem, a compostagem e até mesmo a incineração ecológica, seria uma maneira de diminuição de resíduos de maior aproveitamento, pois com a compostagem, tem-se o adubo, com a reciclagem têm-se novos usos para os descartes, e a incineração leva à diminuição da massa poluidora. (NEGRÃO; ALMEIDA, 2010)

Os novos objetivos da política ambiental e, conseqüentemente, o estabelecimento de novas prioridades da gestão de resíduos sólidos em nível internacional implica uma mudança radical nos processos de coleta e disposição de resíduos. Ao contrário dos antigos sistemas de tratamento desses resíduos, que tinham como prioridade a disposição destes, os atuais devem ter como prioridade um “*ecological cucle managemeni*”, o que significa a montagem de um sistema circular, em que a quantidade de resíduos a serem reaproveitados dentro do sistema produtivo seja cada vez maior e a quantidade a ser disposta, menor. (DEMAJOROVIC, 1995)

Contudo, os métodos de tratamento de resíduos sólidos vêm trazendo soluções de descongestionamento do lixo, criando novos meios de produção de energia, renovação de matéria e o máximo de reaproveitamento de todos os resíduos de todas as classes, desde sólido ao líquido e gasoso. (MUCELIN, BELLINI, 2007)

4 DESENVOLVER SEM AFETAR O MEIO AMBIENTE

4.1 SUSTENTABILIDADE OU CAPITALISMO SUSTENTÁVEL?

Atualmente, a sociedade vem enfrentando um grande dilema: a questão entre o “Ser” e o “Ter”, em que o “Ser” visa à economia desenvolvida sem prejudicar a sociedade e o meio ambiente, enquanto o “Ter” se preocupa apenas com o crescimento da economia, sem pensar nos danos causados na sociedade e no meio ambiente. (MARQUES, 2010)

Segundo Daly (2004, p.1), “É impossível sair da pobreza e da degradação ambiental através do crescimento econômico mundial. Em outras palavras, crescimento sustentável é impossível”.

Dadas as disparidades de receitas entre as nações e no interior dela, a suspensão do crescimento estava fora de questão, por isso deterioraria ainda mais a já inaceitável situação da maioria pobre. Uma distribuição diferente de propriedade e renda era certamente necessária. Esta era uma tarefa politicamente difícil, mesmo em condições de crescimento relativamente rápido, e provavelmente impossível em sua ausência (SACHS, p.52, 2009).

A sociedade capitalista tem como fim a arrecadação de riquezas para o Estado. Sua arrecadação deverá ser feita com responsabilidade social desenvolvendo-se sem agredir o meio ambiente. Mesmo que a ideia seja incentivar o desenvolvimento sustentável, o mais conveniente para esse tipo de sociedade é o contrário: o crescimento, que não é possível ser realizado com a sustentabilidade, pois crescendo se degrada. (MARQUES, 2010)

Contudo, deve-se escolher entre a priorização de apenas uma característica: a eficácia ou a equidade, pois em uma sociedade onde existe a eficiente economia em crescimento, não se encontra equidade. Portanto, o crescimento do capital estatal deverá ser adaptado aos meios legais para os cidadãos, e também pelo desenvolvimento sustentável. (VEIGA, 2010).

4.2 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E O CRESCIMENTO ECONÔMICO

A maior dificuldade da área sustentável está na natureza necessariamente multidimensional do processo de desenvolvimento. De primeira, muitos acreditam que simplesmente não há dilema entre conservação ambiental e crescimento econômico, mas não há comprovação científica de que essas duas áreas se conciliem. (VEIGA, 2010).

Para uma economia estável, onde se percebe crescimento de valores, é preciso saber lidar com todas as ideias contrárias em relação ao desenvolvimento e à sustentabilidade. (FIGUEIREDO 2011).

Fonseca e Ribeiro (1997) ressaltam que existem diferentes canais pelos quais o crescimento econômico, via renda, pode influenciar na qualidade do meio ambiente. Sua abordagem é bastante interessante, pois além de citar os efeitos escala e composição, tão explorados na grande maioria dos trabalhos relacionados a este tema, ele associa à redução da poluição movimentos de demanda e oferta, ao que denomina os efeitos “puros” da variável renda.

A sociedade vive conflitos diários em relação à sua cidadania e a globalização. O mundo está cada vez mais desenvolvido, mas não deixa de exigir mais cuidados ainda para as gerações futuras, pois percebe-se que o meio ambiente está cada dia mais “quebrado”, necessitando de reparos antes que seja tarde demais para o desenvolvimento. (PLOGG, 2008)

4.3 ALERTAS POPULACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

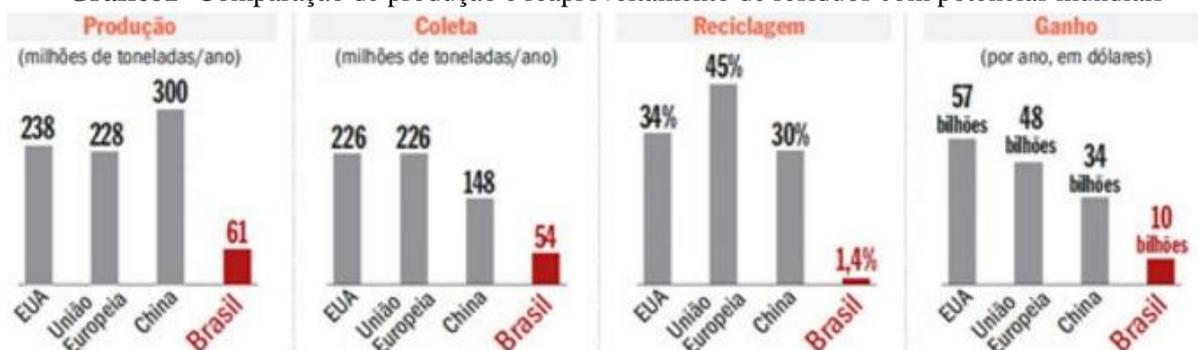
Os fenômenos poluentes como a contaminação do ar, das águas e dos solos, catástrofes naturais, doenças recentes, alterações no clima e nas passagens, ameaças à biodiversidade, tornaram-se recentes e desencadearam efeitos sobre a vida humana. Do que adianta ter um plano de desenvolvimento sustentável se os mais poderosos se enquadram nos maiores responsáveis pela poluição? Devem ser adotadas as medidas para todos, de modo que cada um pague pelo impacto cometido. (BARTHOLOMEU; CAIXETA-FILHO, 2011).

Em 1968 foi criado o Clube de Roma, que discutia os limites do crescimento econômico. A criação do mesmo foi por absoluta pressão da população, que enxergava com bastante medo esse crescimento, pois começava a existir a grande degradação dos recursos ambientais provocado pela industrialização acelerada e pelo rápido crescimento demográfico, causando escassez de alimento, esgotamento de recursos não renováveis e deterioração do meio ambiente. (BARTHOLOMEU; CAIXETA-FILHO, 2011).

De acordo com os especialistas, se o problema do lixo já estivesse bem resolvido no Brasil, 10% da sua energia poderia ter como fonte o biogás liberado por detritos, há um potencial de ganho de 10 bilhões de reais, mas isso não é arrecadado por falta de tecnologia. Além de fazer bem ao meio ambiente, à saúde e à paisagem, o tratamento adequado do lixo ajuda a economia. É o desafio de uma nova era (VEJA, 2011).

O gráfico 1 mostra o quanto o Brasil deixa de aproveitar o seu potencial de produção de resíduos.

Gráfico1 -Comparação de produção e reaproveitamento de resíduos com potências mundiais



Fonte: Veja (2011, p. 1)

Quanto mais rico o país, mais lixo se joga fora, mais lixo se recolhe mais lixo se reaproveita e mais dinheiro se ganha com isso. O Brasil necessita de expandir tecnologia em gestão dos resíduos sólidos, pois está deixando de ganhar em grande escala. Um país de tamanho potencial poluidor tem de ter controle em relação aos poluentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou verificar se a gestão de resíduos sólidos e a logística reversa são realmente relevantes para um desenvolvimento sustentável, mostrando como é aplicado o uso dos métodos e em quais condições pode ser aplicado.

Primeiramente, estudou-se o conceito de resíduos sólidos e logística reversa, demonstrando quais meios eles são usados e como deverão ser aplicados.

Também mostrou como é feito o tratamento de resíduos sólidos e logística reversa, explicando as etapas, procedimentos, analisando a melhor situação para aplicação de cada método de tratamento.

Aplicaram-se também análises de desenvolvimento sustentável sem a poluição do meio ambiente, mostrando comparações de crescimento *versus* desenvolvimento, aplicando políticas de conservação do meio ambiente, detalhando a legislação vigente para tomada de medidas contra quem descumprir, e mostrando o potencial de perda que o Brasil tem por não aproveitar os recursos de reaproveitamento.

Conclui-se que a gestão de resíduos sólidos e a logística reversa são sim relevantes para o desenvolvimento sustentável, pois ela substitui métodos poluentes do descarte de lixo, além de métodos de energia que agride menos que os existentes, como o biogás.

REFERÊNCIAS

BARTHOLOMEU Daniela Bacchi; CAIXETA-FILHO José Vicente. **Logística ambiental de resíduos sólidos**. São Paulo: Editora Atlas, 2011, 309p.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305 de 2010.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 4 abr. 2016.

DEMAJOROVIC Jacques. **Da política tradicional de tratamento do lixo à política de gestão de resíduos sólidos:** As novas prioridades. Junho 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a10v35n3>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

DOWLATSHAHI, Shad. **O que é a logística reversa.** Disponível em: <<https://fatecid.wordpress.com/2011/01/19/o-que-e-logistica-reversa/>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

FERREIRA, Carla. **Logística Reversa:** Aspectos importantes para a administração de empresas. Disponível em: <<http://www.guialog.com.br/ARTIGO402.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

FIGUEIREDO, Newton. **As varias faces da sustentabilidade.** Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2011/05/02/as-varias-faces-da-sustentabilidade-artigo-de-newton-figueiredo/>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

FONSECA Larissa Nacif, RIBEIRO Eduardo Pontual. **Preservação ambiental e crescimento econômico do Brasil.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2004_08.pdf>. Acesso em: 3 maio 2016.

JÚNIOR PHILIPPI Arlindo; ROMÉRO Marcelo de Andrade; BRUNA Gilda Collet. **Curso de gestão ambiental.** 1 ed. Barueri-SP: Editore Manole, 2004, 1046 p.

LACERDA, Leonardo. **Logística reversa: uma visão sobre os conceitos básicos e as práticas operacionais.** Mai. 2009. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/biblioteca/artigos/logistica-reversa-uma-visao-sobre-os-conceitos>>. Acesso em: 25 abril 2016.

MARQUES Fernando Pereira Lima. **Diretrizes básicas para a implementação de um sistema de gestão integrado.** 2010. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/cceim/files/2010/11/TCC-Fernando-Pereira-Lima-Marques.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

MONTEIRO, José Penido. **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos.** Rio de Janeiro: IBAM, 2001. Disponível em: <<http://www.resol.com.br/cartilha4/manual.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

MUCELIN Carlos Alberto; BELLINI Marta. **Lixos e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano.** Fevereiro 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n1/a08v20n1>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

MUELLER Carla Fernanda. **Logística Reversa Meio-ambiente e Produtividade.** Disponível em: <http://limpezapublica.com.br/textos/artigo01_1.pdf>. Acesso em: 25 ab. 2016.

NEGRÃO, Marcelo; ALMEIDA, André de Abreu. **Incineração de Resíduos: Contexto e risco associados**. jul. 2010. Disponível em: <<http://incineradornao.net/2010/07/incineracao-de-residuos-contexto-e-riscos-associados/>>. Acesso em: 10 abr.2016.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS,2008. 372 p.

RIBEIRO, D.V.; MORELLI, M.R. **Resíduos Sólidos: problema ou oportunidade?** 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2009, p.138 p.

SACHS Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009, 92 p.

VEIGA José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: O desafio do século XXI**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010, 226 p.

VEIGA José Eli. **Indicadores de sustentabilidade**. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/06.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2016.

VEJA Revista. **Os desafios da era lixo**. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/lixo/desafios-era-lixo-detritos-transformar-riqueza-urbanidade-sujeira-681764.shtml?func=1&pag=1&fnt=14px>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO AMBIENTAL DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

GONÇALVES, Jordana Neiva⁴
CRUZ, Werley Antônio da⁵
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso⁶

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de verificar como a gestão de recursos hídricos pode contribuir para a qualidade de vida da população, bem como definir como ocorre a gestão de recursos hídricos no Brasil, além de estudar o conceito de qualidade de vida e sua aplicação. Primeiro, descreveu-se o conceito de gestão de recursos hídricos e a legislação aplicável ao tema, no que diz respeito à instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos e a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Brasil. Posteriormente, discutiu-se o conceito de qualidade de vida e o contexto em que ela se aplica. Concluindo que é de fundamental importância a participação e o envolvimento de todos – poder público e sociedade – para evitar um iminente colapso hídrico em virtude de um gerenciamento ineficiente e garantir que o sistema de recursos hídricos continue contribuindo efetivamente para a qualidade de vida das presentes e futuras gerações.

Palavras-chave: Gestão. Recursos Hídricos. Qualidade de Vida.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a maior parte do planeta Terra é composta por água, que se concentra em rios, mares, oceanos, represas e outros locais, podendo ser encontrada tanto superficial, quanto subterrânea. A água, por sua vez, é uma das substâncias mais comuns do planeta, porém essencial, o que a torna indispensável para a existência e sobrevivência do ser humano e de todos os organismos vivos do planeta. Sendo necessária a implementação de medidas para melhor utilização de todos esses recursos hídricos, para que se tenha uma eficiente gestão dos recursos hídricos disponíveis (MILARÉ, 2000).

Nesse contexto, surge a necessidade de detalhar a problemática da pesquisa e responder o seguinte questionamento: Como a gestão de recursos hídricos pode contribuir para a qualidade de vida da população?

Sendo assim, busca-se alcançar o objetivo geral do artigo que é verificar como a gestão de recursos hídricos pode contribuir para a qualidade de vida da população.

Logo, busca-se também atingir os objetivos específicos, os quais sejam: definir como ocorre a gestão de recursos hídricos, estudar o conceito de qualidade de vida e sua aplicação e conhecer como a gestão de recursos hídricos contribui efetivamente para a qualidade de vida da população.

Este artigo será importante para demonstrar a necessidade de se ter um eficiente gerenciamento dos recursos hídricos disponíveis, demonstrando o impacto e as alterações que podem ocorrer no planeta, nos casos em que não há o uso consciente desses recursos, bem como

⁴Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

⁵ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

⁶Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Especialização em Direito, Impacto e Recuperação Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pós-graduação em Direito Público pela Sociedade Universitária Gama Filho.

demonstrar também os benefícios que a gestão ambiental dos recursos hídricos pode proporcionar à população, contribuindo assim consideravelmente para a qualidade de vida.

2 GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS: CONCEITO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O crescimento acelerado da população, aliado ao desenvolvimento urbano e a grande expansão industrial, demonstra sinais de uma sociedade em processo constante de modernização, o que conseqüentemente aumenta a demanda em relação à água, contribuindo cada vez mais para a carência e a escassez dos recursos hídricos (SETTI, 2000). Assim, neste tópico, é importante abordar e entender o conceito de gestão de recursos hídricos, relatar como acontece a gestão de recursos hídricos no Brasil e conhecer toda legislação aplicada ao referido tema, a fim de criar mecanismos para frear o uso inconsciente da água e implementar métodos eficientes de gestão para tentar evitar um colapso hídrico.

A forma pela qual se busca analisar e solucionar os problemas de escassez relacionados aos recursos hídricos, visando à otimização dos referidos recursos em benefício da sociedade, reforçando inclusive a necessidade de se fazer o uso adequado desses recursos, é o que se pode conceituar, em sentido lato, como sendo a gestão de recursos hídricos. (SETTI, 2000). Nesse conceito, torna-se necessário implementar medidas em que se aborda de forma harmônica o meio físico, os recursos naturais e o meio socioeconômico, com o objetivo de criar uma maneira que permita adotar uma exploração ordenada e autossustentável dos recursos hídricos. (LEAL, 1998).

No Brasil, a ANA – Agência Nacional de Águas – é o órgão que estabelece a implementação de políticas públicas referentes aos recursos hídricos de domínio da União. Assim, a ANA conduz vários programas específicos, voltados para melhor gestão dos recursos hídricos do Brasil. Dentre os programas implementados pela ANA, é importante ressaltar os seguintes: o PRODES – Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (ANA, 2009); o Programa Produtor de Água (ANA, 2009); e o PNAQA - Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas. (ANA, 2016).

O PRODES foi criado em 2001 para reduzir a descarga de esgotos não-tratados visando a recuperação da qualidade das águas. Indiretamente o programa visa contribuir para o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, e para a implementação dos instrumentos de gestão de águas. No que tange ao primeiro objetivo o Programa busca criar incentivos financeiros para a realização de novos investimentos em Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) ainda não implantadas, em fase de projeto ou de início de execução; ou empreendimentos para ampliação, complementação ou melhorias operacionais em Estação de Tratamento de Esgotos existentes, que representem aumento da carga poluidora tratada ou da eficiência do tratamento (ANA, 2009).

O Programa Produtor de Água é o primeiro programa de âmbito nacional baseado na abordagem de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA. Seu objetivo é financiar práticas e medidas conservacionistas e de melhoria da cobertura vegetal que tenham efeito sobre a redução da erosão e sedimentação, a proteção contra a poluição difusa, e o aumento da infiltração de água. Seguindo as tendências agroambientais mais recentes, o “Produtor de Água” foi concebido no ano de 2003, como um programa voluntário, flexível, de implantação descentralizada, que visa o controle da poluição difusa em mananciais estratégicos (ANA, 2009).

O Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA, é uma iniciativa que vem sendo desenvolvida pela ANA para agregar a qualidade da água à sua rede quantitativa (2.700 postos pluviométricos e 1.900 postos fluviométricos). Atualmente são 1.340 pontos em todo o país que estão em atividade, nos quais são realizadas análises de 4 parâmetros básicos (pH, oxigênio dissolvido, condutividade e temperatura) durante as campanhas de medição de

vazão. Todavia, somente esses parâmetros não permitem que se avalie adequadamente a evolução da qualidade das águas brasileiras, sendo necessários outros parâmetros que requerem coletas de amostras e análises laboratoriais (ANA, 2016).

É muito importante destacar os programas nacionais implementados pela ANA para o gerenciamento dos recursos hídricos, uma vez que se tem percebido que com o desenvolvimento técnico e científico da atual sociedade, tem ocorrido um aumento na quantidade de atividades que demandam o uso da água e, do mesmo modo, tem havido um aumento da potencialidade de conflitos entre seus usuários. Esses múltiplos usos da água determinam dois posicionamentos importantes e, até certo ponto, divergentes: se por um lado a água é um bem econômico, e, como tal pode obedecer às leis de mercado, por outro lado seu caráter essencial não dispensa que haja uma normalização do seu uso, com legislação específica e atuação do poder público. Por isso, é exigido um modelo cuidadoso de gestão, com base nos princípios gerais de gestão ambiental, porém incorporando essas particularidades da água. (LEAL, 2001).

Para preservar os corpos hídricos e garantir o acesso a eles, o Brasil terá de promover uma gestão eficiente, que busque a equalização inter-regional e intertemporal da água. Para a definição dos marcos regulatórios principais e da capacidade de suporte de cada bacia, é fundamental o conhecimento das necessidades dos diversos usuários e da capacidade de oferta e de renovação das fontes naturais (FREITAS, 1999).

Portanto, percebe-se pelo exposto até o presente momento que uma boa gestão dos recursos hídricos no Brasil é essencial para a correta utilização da água e para manter os recursos hídricos funcionando de forma efetiva, proporcionando qualidade de vida para população, evitando, assim, alterações profundas no cenário hídrico brasileiro e reduzindo possibilidades de degradações desses recursos. Para que isso ocorra de forma ordenada, deve-se obedecer fielmente às normas e às legislações jurídicas que regulamentam o uso, a conservação e a preservação dos recursos hídricos brasileiros.

Para iniciar a abordagem em relação a legislação aplicável aos recursos hídricos, necessita-se de conhecer o conceito sobre o Direito de Águas, inicialmente chamado de Direito Hidráulico (POMPEU, 1997) e que segundo Pompeu (2004, p. 86) pode ser definido como “conjunto de princípios e normas jurídicas que disciplinam o domínio, uso, aproveitamento, a conservação e preservação das águas, assim como a defesa contra suas danosas consequências”. A estreita vinculação das normas jurídicas relativas às águas com o ciclo hidrológico, que desconhece limites no seu percurso, faz com que o Direito de Águas contenha tanto normas tradicionalmente colocadas no campo do direito privado, como no do direito público (POMPEU, 1985). Suas fontes são a legislação, a doutrina, a jurisprudência e o costume (POMPEU, 1999).

No Brasil, com o Código de Águas sancionado em 1934, deu-se o início de bases legais para o disciplinamento do uso das águas, dando preferência à derivação para abastecimento humano. Esta obra foi considerada inovadora para a época, constituindo uma das mais completas normas legais sobre águas. Entretanto, após a instituição do Código das Águas, o período foi caracterizado por decisões centralizadas e burocráticas de gestão de recursos hídricos, cujo objetivo principal era fazer cumprir os dispositivos legais de concessão e autorização de uso da água, licenciamento de obras, ações de fiscalização, de interdição ou multa através das instituições públicas (CETEC, 1996).

Com a regulamentação do Código de Águas foi permitido a remoção dos obstáculos legais que restringiam o aproveitamento de seu potencial hidrelétrico, atendendo aos interesses emergentes do setor urbano-industrial (LACORTE, 1994).

É importante ressaltar que a Constituição Federal de 1988, define uma série de obrigações do Poder Público relativas ao meio ambiente e a conservação de florestas e ecossistemas, trazendo ainda dispositivos referentes aos recursos hídricos brasileiros.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

Parágrafo único. Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Art.225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos e essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na formada lei, as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas. (BRASIL, 1988).

Contudo, apesar da abordagem histórica e a exposição dos dispositivos constitucionais, nesse artigo será tratado especificamente da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que Instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Dentro deste contexto de melhorar a forma de gestão dos recursos hídricos, a Lei 9.433/97, conhecida como “Lei das Águas”, constitui em uma das mais modernas e arrojadas propostas de gestão pública, representando um marco histórico para a implementação do sistema de gestão integrado e participativo no Brasil (Plano Nacional de Recursos Hídricos, MMA, 2006).

Assim, com a criação da Lei 9.433/97 instituiu-se a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou-se o Sistema Nacional de Gerenciamento Recursos Hídricos, regulamentando e modificando outros dispositivos legais que já tratavam sobre o tema.

Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

I - a água é um bem de domínio público;

II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;

III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. (BRASIL, 1997).

Essa lei reúne os princípios e os instrumentos mais modernos de gestão de águas, além de contribuir para a implantação, no Brasil, de estruturas realmente eficientes e eficazes de planejamento e gerenciamento. (BORSOI; TORRES, 1997).

3 QUALIDADE DE VIDA: CONCEITO E APLICAÇÕES

O crescente e exponencial aumento da população mundial, o desenvolvimento urbano e a expansão industrial, resultado de uma sociedade que está se modernizando, sem os devidos cuidados de proteção e preservação ambiental, está associada a situações de carência de água e de poluição dos recursos hídricos que cada vez mais vem se traduzindo na degradação da qualidade de vida do planeta. A água é um bem finito e cada vez mais escasso, não é somente um elemento imprescindível a vida, mas também fator condicionante do desenvolvimento econômico e do bem-estar social (CUNHA, 1982). Assim, esse capítulo, discutirá o amplo conceito de qualidade de vida e o contexto em que ela se aplica.

A expressão qualidade de vida foi empregada pela primeira vez pelo presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson em 1964 ao declarar que "os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas" (FLECK, 1999). Segundo o autor, a qualidade de vida estaria diretamente ligada à aquisição de bens materiais.

Outro conceito importante foi dado pelo economista indiano Amartya Sen, o qual afirma que a qualidade de vida é baseada nas capacidades humanas, e o aumento dessas capacidades tende a andar junto com a expansão das produtividades e o poder de auferir renda (SEN, 2010).

Segundo Forattini (1991, p. 75), a essência do termo qualidade de vida "pode ser traduzida pela satisfação em viver".

Os autores Mynaiio, Hartz e Buss (2000, p. 8) dizem que:

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas,

espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

Morato (2004, p. 22), afirma que “não existe um critério universal para a definição da qualidade de vida que valha para qualquer sociedade e a qualquer tempo”.

Segundo Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p. 20), levando em consideração a ideia de aspectos objetivos e subjetivos da qualidade de vida afirmam que:

Não é possível existir um conceito único e definitivo sobre qualidade de vida, mas se pode estabelecer elementos para pensar nessa noção enquanto fruto de indicadores ou esferas objetivas (sociais) e subjetivas, a partir da percepção que os sujeitos constroem em seu meio.

20

Para Maslow (1954), a qualidade de vida estaria baseada na teoria das necessidades humanas básicas hierarquizando estas como uma pirâmide em as necessidades fisiológicas seriam a base desta pirâmide, depois viriam as necessidades de segurança, as necessidades de amor e pertinência, as necessidades de estima, e, como topo, as necessidades de auto atualização.

Comune e Campino (1980) considera que, além das necessidades básicas, é necessária também a qualidade, ou seja, o bem-estar do indivíduo estaria relacionado diretamente com a qualidade dos meios físico e social.

Assim, Versiane (2011, p. 49) entende que:

A capacidade não se mede pelas realizações efetivas de uma pessoa, mas pelo conjunto de oportunidades reais que ela tem em seu favor. A qualidade de vida não deve, portanto, ser entendida como um mero conjunto de bens, confortos e serviços, mas, através destes, das oportunidades efetivas das quais as pessoas dispõem para ser. Oportunidades dadas pelas realizações coletivas, passadas e presentes.

Por fim, segundo Vieira e Gondim Filho (2006), os objetivos gerais de uma política de água devem alcançar e manter padrões desejáveis de sustentabilidade e estabelecer mecanismos de convivência com a vulnerabilidade de cada local. No contexto da sustentabilidade hídrica, estes autores esclarecem que deve haver compatibilidade entre a oferta e a demanda de água, tanto de forma quantitativa quanto qualitativa.

Desse modo, observa-se, dentre os autores citados, que há uma grande amplitude em relação aos conceitos de qualidade de vida, que podem variar conforme cada área de conhecimento, mas em termos gerais, pode-se dizer que a qualidade de vida é a disponibilidade e a facilidade de acesso da população a fatores de qualidade como saúde, educação, saneamento básico, bem-estar físico, psicológico, emocional e mental, expectativa de vida e etc, ou seja, estar inserido em um ambiente de condições favoráveis, onde se é possível viver bem.

4 A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E A CONTRIBUIÇÃO PARA A QUALIDADE DE VIDA

Para que se alcance o equilíbrio e se tenha qualidade de vida, é imprescindível entender a possibilidade de impactos e alterações que o planeta e a população estão sujeitos a sofrer em virtude do gerenciamento dos recursos hídricos, podendo ser impactos positivos ou negativos. Assim, nesse capítulo discutirá sobre esses possíveis impactos e alterações, bem como os

benefícios, que conseqüentemente influenciam e contribuem para a qualidade de vida da população.

Segundo alguns especialistas, a crise da água no século XXI é muito mais de gerenciamento do que uma crise real de escassez e estresse (ROGERS, 2006).

Assim, o gerenciamento objetiva a melhoria da qualidade de vida, aumentando a disponibilidade da água, que atenda as funções essenciais e reduza a demanda do uso não essencial através de ações direcionadas de incentivo ao uso consciente da água, em virtude da efetividade e operacionalização da gestão dos recursos hídricos.

Para Jansky (2002 apud TUNDISI, 2008), a gestão dos recursos ambientais contribui para qualidade de vida objetivando tornar disponível a água de melhor qualidade para abastecimento humano e a água de melhor qualidade em rios e lagos para utilização pública e em recreação (banhos e natação).

A participação dos usuários, do público, da iniciativa privada e do setor público deve ser um dos eixos principais dessa governança dos recursos hídricos no contexto de bacias hidrográficas (ROGERS, 2006).

Nesse contexto, de acordo com Morin (2000) a falta de sensibilização e conscientização da população e, muitas vezes, dos governantes quanto à preservação dos recursos hídricos tem proporcionado constantes debates sobre as questões do uso racional deste recurso, ocasionando conflitos socioambientais. Segundo o autor, cada cidadão não deve apenas pensar em si próprio, haja vista este está inserido na sociedade e, esta necessita de ações em benefício de todos, bem como do ecossistema. Ainda segundo o autor, o aumento da problemática ambiental resulta da expansão da tecnologia e do crescimento populacional, pois atualmente percebemos que, quanto mais um determinado local se desenvolve, mais degradação ocorre.

Segundo Salati; Lemos; Salati (2006), qualquer atividade humana que altere os fatores básicos que determinam o balanço hídrico, pode influir na disponibilidade dos recursos hídricos de uma bacia hidrográfica.

O IPCC (2001 apud TUCCI, 2002) apresenta a seguinte análise dos potenciais impactos sobre o meio ambiente e a população: A redução da potencial produção agrícola nas regiões tropicais e subtropicais; Diminuição da disponibilidade hídrica nas regiões com deficiência de água, particularmente em regiões subtropicais; Um aumento de pessoas sujeitas a doenças veiculares pela água (por exemplo, cólera, malária) e aumento da mortalidade devido ao aquecimento; Aumento generalizado de risco de inundações para a população devido ao aumento da intensidade da precipitação e aumento do nível do mar; Aumento da demanda de energia para refrigeração devido ao aumento das temperaturas de verão.

O IPCC (2001 apud TUCCI, 2002) apresenta ainda os seguintes aspectos benéficos: Aumento da produção agrícola em algumas regiões de média latitude devido ao aumento de temperatura; Potencial aumento do suprimento mundial de madeira devido ao gerenciamento de florestas; Aumento da disponibilidade hídrica em algumas regiões de média latitude como o sudoeste da Ásia; Diminuição da mortalidade de inverno em média e altas latitudes; Redução da demanda de energia para aquecimento nos períodos de inverno.

Assim, em virtude da referida análise, é possível observar os possíveis impactos, alterações e os benefícios que estão sujeitos o planeta e a população.

Segundo Nunes (2011), a gestão dos recursos hídricos tem como intuito ajustar as atividades humanas para que não haja a degradação do ecossistema, buscando preservá-lo, por meio de ações conjuntas entre a sociedade e o poder público.

Desse modo, para que se tenha melhores resultados na qualidade de vida, em virtude da contribuição da gestão dos recursos hídricos, é importante a participação e o envolvimento de todos – poder público e sociedade - para evitar futuros problemas hídricos, haja vista que o gerenciamento ineficiente pode ocasionar danos irreversíveis à população e ao planeta. É

essencial priorizar a gestão dos recursos hídricos, objetivando manter e garantir que o sistema hídrico continue contribuindo efetivamente para a qualidade de vida da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos propostos no presente artigo foram alcançados, constatando-se que a gestão de recursos hídricos pode contribuir positivamente para qualidade de vida da população, quando através de políticas públicas e ações efetivas de gerenciamento, consegue-se conscientizar todos os envolvidos - sociedade, poder público e privado - de que os problemas relacionados à gestão dos recursos ambientais são de responsabilidade de todos.

Verificou-se ainda a importância das legislações e dos órgãos responsáveis pela implementação de políticas públicas e programas específicos voltados para preservação e melhor gestão dos recursos hídricos, concluindo que se existir uma política de uso consciente da água, implantada e aceita pela sociedade, e o poder público assumindo também seus deveres e obrigações, o planeta sempre poderá contar com recursos ambientais que atenderá as necessidades da presente e das futuras gerações.

22

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. **Qualidade de vida**: definição, conceito e interfaces com outras áreas de pesquisa. São Paulo: Edições EACH, 2012.

ANA. Agência Nacional de Águas. **A experiência do Programa Despoluição de Bacias – PRODES / La experiencia de Descontaminación de Cuencas Hidrográficas / PRODES – The Experience of River Basin Clean-up Programme – PRODES**. Brasília: Agência Nacional de Águas, ANA/MMA, 2009. Disponível em: <www.ppe.ufrj.br/ppes/production/tesis/mariana_egler.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2016.

ANA. Agência Nacional de Águas. **Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNAQA**. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/projetos/QualidadeAgua.aspx>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

ANA. Agência Nacional de Águas. **Programa Produtor de Água**. Brasília: Agência Nacional de Águas, ANA/SUM, 2009. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/projetos/ProgramaProdutorAgua.aspx>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.433 (1997). **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos**, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>. Acesso em: 03 abr. 2016.

BRASÍLIA. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. **Caderno setorial do Plano Nacional de Recursos Hídricos: Saneamento e recursos hídricos**. Relatório final. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3675235/PLANO+NACIONAL+DE+RECURSOS+HIDRICOS.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: versão atualizada até a Emenda n. 88/2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 03 abr. 2016.

BORSOI, Z. M. F.; TORRES, S. D. A. **A política de recursos hídricos no Brasil**. BNDES, 1997. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 03 abr. 2009.

CETEC. **Desenvolvimento metodológico para modelo de gerenciamento ambiental de bacias hidrográficas**. Estudo de caso: Bacia do Rio Verde Grande. Belo Horizonte, 1996. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/servicos/planejamento/planoderecursos/20150902_PRH_Verde_Grande.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2016.

CUNHA, Luiz Veiga D., **Gestão das Águas**: Principais Fundamentos e sua Aplicação em Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian. 1982.

COMUNE, A.; CAMPINO, A. C. **Indicadores de Qualidade de Vida Urbana**. São Paulo: Usp-Fipe, 1980, n 8.

FLECK M.P.A. et al. **Aplicação da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100)**. Revista de Saúde Pública 33(2):198-205, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100004>. Acesso em: 05 maio. 2016.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. **Qualidade de vida no meio urbano**: a cidade de São Paulo, Brasil. Saúde Pública. n. 02. São Paulo, pp.75-86, 1991.

FREITAS, Marco Aurélio Vasconcelos de; SANTOS, Afonso Henriques Moreira. **Importância da Água e da Informação Hidrológica**. In: O Estado das Águas no Brasil. Brasília: ANEEL e ANA, 1999. Disponível em: <<https://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/recursos-hidricos-e-desenvolvimento-sustentavel-no-brasil>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

LACORTE, A C. **Gestão de recursos hídricos e planejamento territorial**: as experiências brasileiras no gerenciamento de bacias hidrográficas. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Territorial, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: 1994. Disponível em: <<http://www.congressos.unlp.edu.ar/index.php/CCMA/7CCMA/paper/viewFile/797/346>> Acesso em: 03 abr. 2016.

LEAL, Antônio Cezar. **Gestão das Águas no Pontal do Paranapanema**. Campinas: Instituto de Geociências. UNICAMP, 2001.

LEAL, Márcia Souza. **Gestão Ambiental dos Recursos Hídricos**: Princípios e Aplicações. Rio de Janeiro: CPRM: ANEEL, 1998.

MASLOW, A. **Motivation and personality**. Nova York: Harper & Row, 1954. Disponível em: <http://s-f-alker.org.uk/pubsebooks/pdfs/Motivation_and_Personality-Maslow.pdf> Acesso em: 06 maio 2016.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**: doutrina – prática – jurisprudência – glossário. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. **Qualidade de vida e saúde**: um debate necessário. Ciência e Saúde Coletiva. v. 5. n. 1. Rio de Janeiro, pp. 07-18, 2000.

MORATO, Rúbia Gomes. **Análise da qualidade de vida urbana no município de Embu-SP**. São Paulo: USP, 2004.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. São Paulo: Cortez ; Brasília/DF, UNESCO, 2000.

NUNES, Teresa C. de O. et al. **A Educação Ambiental na preservação dos corpos hídricos no Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1008&class=02>> Acesso em: 05 jun de 2016.

POMPEU, Cid Tomanik. **Direito de Águas**. São Paulo: Saraiva, 1977.

POMPEU, Cid Tomanik. **Direito e Administração de águas**. Rio de Janeiro: RDA, 1985.

POMPEU, Cid Tomanik. **Águas doces no direito brasileiro**. São Paulo: Escrituras, 1999.

POMPEU, Cid Tomanik. **Direito de Águas no Brasil**. Bauru: Office, 2004.

ROGERS, P. P. et al. (ed.) **Water crisis: myth or reality?** London: Fundación marcelino Botín, taylor & Francis, 2006. 331p. Disponível em: <http://www.fundacionbotin.org/89dguuytdfr276ed_uploads/Observatorio%20Tendencias/PUBLICACIONES/LIBROS%20SEM%20INTERN/water%20crisis/librocompleto-watercrisis.pdf> Acesso em 06 maio 2016.

SALATI, Enéas; LEMOS, Haroldo Mattos; SALATI, Eneida. **Água e o desenvolvimento sustentável**. In: REBOUÇAS, Aldo Cunha. BRAGA, Benedito. TUNDISI, José Galizia. **Águas doces no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradutor: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SETTI, Arnaldo Augusto et al. **Introdução ao Gerenciamento de Recursos Hídricos**. 2.ed. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica, Superintendência de Estudos e Informações Hidrológicas, 2000. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/biblioteca/downloads/livros/introducao_gerenciamento.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2016.

TUCCI, Carlos E. M. **Impactos da variabilidade climática e uso do solo sobre o recursos hídricos**. Agência Nacional de Águas. 2002. Disponível em: <<http://www.cepal.org/samtac/noticias/documentosdetrabajo/6/23336/InBr02902.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2016.

TUNDISI, J. G. et al. Conservação e uso sustentável de recursos hídricos. In: BARBOSA, F. A. (Org.) **Ângulos da água**: desafios da integração. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

VERSIANI, Isabela Veloso Lopes. **Lazer e qualidade de vida urbana**: análise a partir da distribuição de equipamentos públicos para vivência físico-esportiva. Montes Claros: Unimontes, 2011. Disponível em <http://www.ppgds.unimontes.br/index.php/2006?view=search&layout=default&search_word=lazer%20e%20qualidade%20de%20vida%20urbana>. Acessado em 05 jun. 2016.

VIEIRA, V. P. P. B.; GONDIM FILHO, J. G. C. Água no Semi-Árido. In: REBOUÇAS, A. da C; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. **Águas Doces no Brasil**; capital ecológico, uso e conservação. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A GESTÃO AMBIENTAL: Estudo de Caso em uma Instituição de Ensino Superior

OLIVEIRA, Letícia Barros de⁷
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso⁸

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo desenvolver pesquisas com relação à Educação Ambiental, estabelecendo meios para que o assunto seja explanado de maneira que se possa entender como ter um ambiente saudável através da sustentabilidade e organização do meio em que se vive. Crescer, sem degradar, esse é o foco que será trabalhado nesse artigo. Primeiro, descreveu-se falar no primeiro capítulo sobre a educação ambiental e sua legislação pertinente, preparando os indivíduos para a cidadania sem causar impactos ambientais e buscando a redução das desigualdades de sua legislação. Posteriormente, discutiu-se a respeito da contribuição para a implantação da gestão ambiental mantendo o equilíbrio entre o meio ambiente e a sociedade, estabelecendo práticas e procedimentos em direção ao desenvolvimento sustentável, buscando tratamento para os problemas causados no meio natural gerado pelo homem. Concluindo que a gestão ambiental deve andar lado a lado da educação ambiental, pois é através desta que se tem uma melhoria das questões ambientais no meio social.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Sustentabilidade. Gestão Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

A educação ambiental é um método de ensino a respeito do meio ambiente que já está sendo implantado no cotidiano da sociedade em diversos países. A fim de investir em um futuro qualitativo devida para sociedade global, essa educação sobre o ambientalismo tem se disseminado em diversos lugares, como universidades, escolas, empresas, condomínios, entre outros. Além da motivação para que se preserve o meio natural e também se utilize os recursos de forma racional, a educação ambiental cresceu a ponto de incentivar a formação de uma sociedade autossustentável. Através da educação ambiental é possível formar uma sociedade onde a responsabilidade com o meio ambiente desperte não só conhecimentos a respeito da natureza, como também atitudes e habilidades que possam ser utilizadas para uma maior preservação do meio ambiente. Então, a educação ambiental, é de fácil compreensão, pode ser dita como uma educação sobre o meio ambiente, para o meio ambiente, pois, o objetivo é mostrar a importância da natureza para que a vida seja mais saudável, incluindo a permanência dela no planeta Terra. (REIGOTA,2003).

Este artigo tem como problemática o seguinte questionamento: Como a educação ambiental pode contribuir para a implantação da gestão ambiental na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai?

O presente artigo tem objetivo geral e específicos verificar como a educação ambiental pode contribuir para a implantação da gestão ambiental na Faculdade de Ciências Tecnologia de Unai; Conhecer a educação ambiental e sua legislação; Compreender como a educação ambiental pode contribuir para a implantação da gestão ambiental.

Este artigo foi elaborado para demonstrar que a educação ambiental é

⁷Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

⁸Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Especialização em Direito, Impacto e Recuperação Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pós-graduação em Direito Público pela Sociedade Universitária Gama Filho.

usada como ferramenta de gestão dos problemas ambientais com a possibilidade de participação de grupos sociais na busca para a solução destes problemas, tais como a poluição do ar que é um problema mundial, a poluição causada por veículos automotores, a poluição da água e a poluição dos esgotos entre outros que causa danos ao meio ambiente e a natureza, desestimulando a educação ambiental. Por isso, é necessário compreender a variedade de fatores que podem afetar a saúde, o meio ambiente e, conseqüentemente, a qualidade de vida humana. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais se compartilha no Brasil. Isso vai depender da ação voluntária da sociedade para contribuir para a melhoria da educação ambiental no planeta Terra, impor métodos para a sociedade investir em uma educação ambiental saudável no mundo em que se vive.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

A educação ambiental no Brasil visa à participação cidadã, pois percebe-se que os impactos ambientais não são exclusivamente pela explosão demográfica, sem analisar o contexto histórico social que o cercam. A educação ambiental deve preparar os indivíduos ao pleno exercício de cidadania, buscando obter uma base conceitual. A redução das desigualdades sociais é primordial para se atingir plenamente a sustentabilidade em todas as suas dimensões, pois, através da redução de tais índices diminuem as faixas de desigualdade, diminuindo a degradação ambiental. (REIGOTA, 2003).

Segundo Freire (1992), o conhecimento mais crítico da realidade, se adquire através de seu desvelamento, não opera por si só, representa mudança da realidade.

Neste sentido vale registrar as palavras descritas por Reigota (2003):

A educação ambiental não deve perder de vista os complexos desafios (políticos, ecológicos, sociais e econômicos) que se apresentam a curto, médio e longo prazos. Por sua vez, os valores da autonomia, da cidadania e da justiça social são considerados princípios básicos da educação. [...] A autonomia caracteriza as pessoas que têm consciência nítida de sua especificidade em determinada sociedade. A ideia de cidadania, baseada na igualdade política entre todos os membros de uma nação, enriqueceu-se. Com a exigência do direito a diferença, que resulta de uma participação política cada vez mais importante, grupos sociais se organizaram com base única (homossexuais, negros, mulheres, indígenas, jovens, idosos, etc. A questão da justiça social é uma questão atual em uma sociedade como no Brasil, que é caracterizado por enormes desigualdades sociais, econômicas e culturais. Essa sociedade não irá torna-se justa se não houver uma distribuição equitativa dos bens sociais e culturais que produz. As diversas ações que visam a alcançar uma sustentabilidade mundial só estarão em condições de enfrentar os desafios políticos e ecológicos de nossa época se incluírem, em sua argumentação, a exigência dessa justiça. (REIGOTA, 2003, p.39-42)

É essa visão crítica que nos leva aos fatos de que a educação ambiental é entendida como educação política para a cidadania, transformando a realidade ambiental em uma sociedade sustentável, buscando resolver os possíveis problemas para melhorar a qualidade de vida da sociedade nos leva a conduzir as mudanças necessárias da nossa realidade, e assim será garantir a sustentabilidade resgatando os valores como o respeito à vida e à natureza, tornando a sociedade mais justa. (PELICIONI; PHILIPPI JR, 2014).

2.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONTRIBUIÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL

Diante dos conceitos abordados a relação entre a educação ambiental e a gestão ambiental, torna-se clara a objetividade para a contribuição de manter o equilíbrio entre o meio ambiente e a sociedade. Sendo assim, este artigo compreende a interação de dois aspectos fundamentais para a sustentabilidade e o equilíbrio do ecossistema, a educação ambiental aliada à gestão ambiental (SILVA; PESSOA, s.d.).

O sistema de gestão é usado como uma ferramenta estabelecendo práticas e procedimentos apropriados em direção ao desenvolvimento sustentável, buscando a melhoria contínua da qualidade ambiental, não contando somente com o sistema de gestão eficiente, mas colocando a educação ambiental em primeiro lugar buscando soluções em benefício do meio natural, por esse lado a educação ambiental atua como um instrumento da gestão ambiental tornando-a eficaz e eficiente por meio da mudança e valores (SILVA; PESSOA, s.d.).

A educação ambiental pode ser vista como uma prática sócio-educativa, contínua e permanente, com o intuito de informar a importância de conhecer e diminuir os problemas ambientais. Pode-se dizer que os problemas ambientais mundiais alcançam elevadas cifras estatísticas. É importante mencionar que a todo o momento surgem novos problemas ambientais, como: a temperatura do planeta se alterando, cada vez mais gás carbônico na atmosfera, agressões aos ecossistemas terrestres e aquáticos, ou seja, sofrendo ameaças constantes. E é nesse sentido que a gestão ambiental busca um tratamento aos problemas causados no meio natural que são gerados pelo homem, minimizando os impactos ambientais (SILVA; PESSOA, s.d.).

Sobretudo, é necessário que sociedade passe por um processo de mudanças nos padrões de comportamento, para que as pessoas vivam em interação com o meio ambiente sem destruí-lo, mas, evitando causar danos ao ecossistema visando à reaproximação da sociedade com a natureza tornando um planeta saudável para todos (SILVA; PESSOA, s.d.).

Foi realizada na Suécia, em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, que foi um dos principais documentos como Declaração de Estocolmo baseando-se na necessidade humana de aumentar os trabalhos educativos voltados às questões ambientais. O Estocolmo foi um marco, trazendo mudanças em nossos dias. Logo depois foi criado o relatório Brundtland, publicado em 1987, pela comissão mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento, conhecido como Desenvolvimento sustentável. Depois de alguns anos teve algumas negociações entorno do desenvolvimento sustentável com o objetivo de transformar algumas propostas, então em 1992 foi realizado no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento Cnumad, conhecida como Rio 92 que é uma carta contendo 27 princípios e obrigações dos estados aos princípios básicos do meio ambiente, vale destacar que Rio 92 é um documento que não tem força jurídica. (PELICIONI; PHILIPPI JR, 2014).

A agenda 21 é o principal documento Rio 92, e serve de guia para ações do governo e de todas as comunidades que procuram desenvolvimento sem com isso destruir o meio ambiente, está dividida em quatro seções contendo quarenta capítulos, estão definidas 115 áreas prioritárias de ação. Trazendo objetivos gerais e a importância de sua implementação em âmbito global (PELICIONI; PHILIPPI JR, 2014).

Segundo Born (2002, p.79 apud PELICIONI; PHILIPPI JR, 2014, p.822). ‘‘a ampla participação pública na tomada de decisão é fundamental para se atingir o desenvolvimento sustentável, a formação da cidadania e, conseqüentemente, a efetivação da Agenda 21’’.

No dizer de Born (BORN, 2002, p.11 apud PELICIONI; PHILIPPI JR, 2014, p.823).

Veja:

A Agenda 21 é um processo voltado para a identificação, implementação, monitoramento e ajuste, de um programa de ações e transformações, em diversos campos da sociedade. Trata-se de um processo que resgata a raiz básica ao planejamento, ao apontar para cenários desejados e possíveis, cuja concretização passa pelo pacto de princípios, ações e meios entre os diversos atores sociais, no sentido de aproximar o desenvolvimento de uma dada localidade, região ou país, aos pressupostos e princípios da sustentabilidade do desenvolvimento humano. Portanto, deve ser um processo público e participativo, em que haja o envolvimento dos vários agentes sociais.

Sendo assim, a Agenda 21 orienta uma nova forma de desenvolvimento como: crescimento econômico que seja ambientalmente saudável a todos, para que não afetem a qualidade de vida da população, desempenhando um papel essencial na educação, com objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável, garantindo as necessidades das gerações, buscando uma melhoria global.

3 RESULTADOS: DISCUSSÃO E ANÁLISE

O presente trabalho tem como tema *Educação ambiental e sua contribuição para gestão ambiental: Estudo de Caso em uma Instituição de Ensino Superior*. E como problemática: ‘Como a educação ambiental pode contribuir para a implantação da gestão ambiental na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai?’

Com o intuito de responder a problemática acima foi realizada uma pesquisa empírica no dia 27 de abril de 2016, como o senhor Natal Souza Trindade, graduado em Administração e que exerce cargo de gestão de patrimônio na instituição pesquisada.

O primeiro questionamento realizado refere-se à seguinte pergunta: Na Factu existe coleta seletiva de resíduos sólidos? Obtendo-se a seguinte resposta:

Não, a gente até tem algumas lixeiras colocada na instituição, mas, devido a falta de conscientização das pessoas eles não colocam o lixo no local certo e isso dificulta até a instituição fazer essa coleta, tanto na (...) parte dos acadêmicos, quanto na parte dos próprios funcionários na instituição, não se utilizam desse artifício pra poder fazer a separação do lixo. (*sic*)

Como pode se observar a instituição não faz uso das lixeiras adequadas para se obter a coleta seletiva do lixo, seria de grande importância a instituição ter essas lixeiras, para que, não só os acadêmicos como os funcionários passassem a ter conscientização de depositar o lixo de maneira correta para se obter a coleta mais adequada em sua instituição.

Diante dos fatos citados acima pode se observar que através de uma educação e conscientização ambiental se pode mudar hábitos e atitudes do ser humano. Portanto, disseminar na comunidade acadêmica a importância da coleta seletiva, através de programas de educação ambiental. Assim, será desenvolvida uma nova cultura referente às práticas de descarte do lixo. (OLIVEIRA; SANTOS; LIMA, s.d).

Com a falta de conscientização das pessoas fica difícil fazer a separação do lixo, dificultando a coleta do mesmo. Portanto, a instituição deve adotar uma nova conscientização para que todos os acadêmicos e funcionários possam aderir essa nova forma de fazer o descarte do lixo adequado, podendo fazer palestras demonstrativas, entregas de panfletos entre outros

recursos para melhorar a conscientização de todos dentro da instituição.

O segundo questionamento foi o seguinte: Quais são os procedimentos que a faculdade usa para o tratamento da água que é distribuída para os alunos? Obtendo-se a seguinte resposta:

Bom, a água que a faculdade utiliza pra distribuir pros alunos é (...) ela é feita com reservatórios que tem água diretamente feita pelo tratamento do SAAE, e eles têm um programa que eles vêm fazer a vistoria da água, vê se tá tudo correto, se tá tendo alguma concentração alta de (...) cloro coisa do tipo e, a água que eles utilizam pra beber, pra consumo, ela todas têm filtros nos bebedores e periodicamente o (...) prazo da validade do filtro ele é entorno de um ano, mas, a gente faz a troca de seis e seis meses, a gente já faz a troca desses filtros pra poder manter sempre no padrão aceitável dentro dos limites de validade do filtro, então eu acredito que, a água, (...) e sempre que alguém reclama que tem alguma indisfunção, alguma coisa errada com o gestor até a cor da água é feita uma vistoria e a troca dos filtros imediatamente.(sic)

Pode-se afirmar que a instituição apresenta os procedimentos corretos para o consumo da água que é distribuída para todos os alunos, fazendo a troca antecipada dos filtros, demonstrando assim uma preocupação de que quando se tem algum problema o mesmo é resolvido rapidamente, visando sempre o bem-estar do aluno.

Dentro da instituição poderia ser adotado um sistema de implantação de reutilização de água da chuva para conscientizar os alunos a respeito da existência de medidas que podem minimizar os impactos ambientais resultantes do desperdício de água e, posteriormente, incentivá-los a replicar essa experiência nas empresas de que futuramente farão parte, além de residências, comércios e ONGs da nossa comunidade. A água captada poderia ser empregada na manutenção das áreas comuns da faculdade, limpeza das salas de aula e nos corredores, também na irrigação das áreas verdes e plantas. (BARROS, s.d).

Observa-se que a instituição está tomando os devidos cuidados com a água que é consumida pelos alunos, oferecendo uma água de qualidade a todos, podendo implantar um novo sistema de reutilização de água para conscientizar os alunos dentro da instituição a não desperdiçar a água da chuva, influenciando, assim, a todos a reutilizar essa água.

O terceiro questionamento realizado refere-se ao seguinte ponto: Qual procedimento que a Factu está realizando para combater doenças provenientes de água parada? Obtendo-se a seguinte resposta:

Bom, é (...) todo semestre a gente tem um programa de dedetização que a gente faz na instituição, que inclui não só é (...) contra as doenças provenientes de água para como dengue, e agora (...) as outras demais zika vírus, aedes aegypti, que tudo tem efetivo diretamente, mas também prevenção de baratas, de escorpião, de (...) de demais pragas, e basicamente essa dedetização, é nós temos uma parceria com a secretaria municipal de saúde que eles sempre estão fazendo uma vistoria em relação a água parada, tanto aqui na parte e no prédio cede da instituição quanto nos outros locais que a Factu utiliza, e a gente também tem uma manutenção diária da equipe de limpeza que tá sempre fazendo uma limpeza, é (...) nunca deixar a água parada, igual têm uns vasos que fica muita água parada, todo dia é feita a limpeza e colocação de desinfetante e de as vezes até água sanitária pra reforçar, nos ralos também, e toda vez que é feita a dedetização fica um (...) a gente tem o remédio que fica o veneno que a gente coloca no ralos, então pelo menos uma vez por mês é feito esse tratamento pelo pessoal da secretaria de saúde e a gente também mantém constante vigilância pra não deixar nada que acumule água parada dentro da instituição, que no caso, por exemplo: a coleta de lixo constante evita muito isso ,não deixar nada parado.(sic)

Percebe-se que a instituição tem cumprido o dever de preservar a saúde dos alunos e funcionários dentro da mesma, aplicando um método eficaz junto à secretaria da saúde para combater água parada, obtendo assim um ambiente saudável para toda a comunidade.

Para a qualidade da atenção, é fundamental que as equipes de saúde busquem a integralidade nos seus vários sentidos e dimensões: propiciando a integração de ações programáticas e demanda espontânea; articulando ações de promoção à saúde, prevenção dessas doenças, vigilância à saúde (incorporando ações de vigilância entomológica), tratamento, reabilitação e manutenção da saúde; trabalhando de forma interdisciplinar e em equipe para melhoria da população. (BRASIL, 2007).

Portanto, é imprescindível que, não só as instituições, mas, toda a população com a ajuda da Secretaria Municipal da Saúde se conscientize para combater a água parada.

O quarto questionamento realizado foi: Quais os fatores que impossibilitam a gestão ambiental na Factu? Obtendo-se a seguinte resposta:

Olha, eu acho que os principais fatores que impossibilitam essa gestão é a conscientização porque como a gente tem um fluxo muito grande de pessoas fica difícil as vezes até pra gente conscientizar essas pessoas, a respeito da coleta seletiva, a respeito do (...) respeitar o meio ambiente, de não jogar lixo no local errado. Então fica uma situação meio complicada por causa disso, e (...) assim como eu falei que a instituição é muito grande os alunos todo semestre a gente troca de pessoas, e a gente tenta fazer o pedido pra que não deixe as lâmpadas acesas dentro das salas, ventiladores ligados, inclusive até já estou desenvolvendo um projeto, tem até um aluno nosso aqui que é parceiro pra gente poder fazer uma campanha de redução de consumo de energia e conscientização. Isso já tá em andamento já pra se desenvolver na instituição, eu acredito que para próximo semestre já vai está disponível. (sic)

A educação possui papel fundamental na formulação de uma nova mentalidade. De modo mais específico, a educação para o consumo é elemento-chave na conscientização da população. Há a necessidade de mudanças no modo de pensar, que levem em consideração as atuais características da sociedade contemporânea e privilegiem uma visão total de mundo, com uma postura ética, responsável e solidária. (GOMES, 2010 s.d).

São necessárias políticas públicas para que as pessoas tomem consciência da necessidade de se ter educação ambiental para que se consiga desenvolver projetos em prol do público tanto externo quanto interno e assim diminuir os problemas que são frutos de uma má gestão ambiental.

O quinto questionamento realizado foi: Quais os atos de gestão ambiental que o senhor observa a serem implantados na Factu? Obtendo-se a seguinte resposta:

Eu acho que a gente tem que implantar principalmente (...) é conscientização pra redução de consumo, seja na parte da água, seja na parte da energia elétrica, seja também no descarte de resíduos que é importante não só resíduos sólidos, mas também o (...) descarte de resíduos químicos, é, por exemplo : resto de materiais de laboratório de pesquisa que os alunos fazem nos laboratórios, até também o descarte correto do lixo dos banheiros também que é feito de descartado de forma separada do restante do lixo, mas porém a coleta que é feita pelo sistema de coleta que é o sistema de coleta público é tudo misturado, então mesmo que a gente faça isso internamente o retorno disso pra sociedade não vai ser visto justamente por causa da forma como é feito como todo, então acho que (...) acho que principalmente o ato que a gente tem que fazer é a conscientização, ela vai influenciar não só dentro da

instituição, mas também fora e vai facilitar a gente a proteger o meio ambiente de forma mais correta.(sic)

O mau uso dos meios de gestão faz com que a cada dia ocorra um aumento na degradação ambiental devido há má gestão dos recursos que a ele está disponível.

A implantação de um Sistema de Gestão Ambiental em empresas é de extrema relevância, pois se trata de um diferencial para o mercado concorrente e consumidor, bem como para o bem estar das populações envolvidas. (TORRES, s.d).

Observa-se que, é necessário que se tenha consciência social para que se diminuam os males que a degradação ambiental faz para uma sociedade, pois se não houver tal conscientização as futuras gerações não terão o que desfrutar.

O sexto questionamento realizado: Como a educação ambiental pode contribuir para a gestão ambiental na faculdade? Obtendo-se a seguinte resposta:

Bom, eu acho que pode ser um fato muito importante porque vai ajudar a gente a entender melhor como que funciona a gestão ambiental de forma correta, e como a gente pode desenvolver políticas internas pra melhorar os efeitos da gestão ambiental na instituição e como eu já disse isso vai influenciar diretamente fora da instituição também e querendo ou não a faculdade hoje ela tem quase mil alunos, se você colocar na cabeça de cada um desses alunos a forma correta de (...) principalmente de redução de consumo de energia e água e descarte de lixo, se pelo menos 50% desses fizer em casa já vai ser uma vantagem muito grande pra gente, e eu acho que a faculdade é isso, ela tem na intenção de não só passar o ensino de formação, mas o ensino de formação como pessoa e como profissional tanto dentro quanto fora da instituição.(sic)

Conforme apontado pelo gestor que fora entrevistado, a gestão ambiental é de fundamental importância no aprofundamento com relação à educação ambiental, pois através dessa se aprofunda o conhecimento e necessidades que aquela necessita.

Uma atividade de Educação Ambiental deve se constituir um processo contínuo, no qual os indivíduos e comunidades envolvidas tomem consciência da possibilidade de um colapso ecológico e adquiram conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir, individual e coletivamente, tendo como princípio básico o respeito a todas as espécies de vida. (SILVA; PESSOA, s.d).

Portanto, se faz necessário que busque diariamente conscientizar as pessoas sobre a necessidade de respeitar o meio ambiente para que não aumente o estrago que já fora realizado em toda a camada de ozônio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de responder à problemática, percebe-se que a gestão ambiental deve andar lado a lado com a educação ambiental, tendo em vista que ambas visam a melhoria de algumas questões vividas em sociedade, além do que uma complementa e viabiliza a existência da outra. A educação ambiental é de fundamental importância para o crescimento em sociedade, pois é através dela que se consegue entender o que é necessário para se desenvolver a gestão ambiental.

A gestão ambiental só será bem trabalhada quando todos começarem a trabalhar nos seus ambientes educacionais e no dia a dia meios que informem como podem ser trabalhadas questões ambientais tais como: sugerir a redução de energia e reutilização da água da chuva para lavar o chão e outros, pois a gestão ambiental deverá ser vista como meio de solucionar os

problemas sociais que atingem aqueles que fazem parte desse processo, ou seja, toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

BARROS, Felipe Barros. **Capacitação de Água da Chuva na Faculdade. Faculdade Bilac.** tags: alunos e professores. Disponível em: <http://bilac.com.br/faculdade-bilac-noticias/captacao-de-agua-da-chuva-na-faculdade/>. Acesso em: 16 maio.2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose.** Cadernos de Atenção Básica, Brasília, v.1, n. 21, p.25-51, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1992.

GOMES, Daniela Vasconcelos Gomes. **Educação para Consumo Ético e Sustentável.** s.d Disponível em: <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/atualidade/educacao-para-o-consumo-etico-e-sustentavel/>. Acesso em: 13 maio 2016.

OLIVEIRA, Naiany Feitosa Oliveira; SANTOS, Erika Ayanne de Souza Santos; LIMA, Isabela Beserra de Lima. **Educação: Conscientização da Coleta Seletiva.** s.d Disponível em: <http://pt.slideshare.net/ayanne9945/educacao-conscientizacao-da-coleta-seletiva>. Acesso em: 24 maio. 2016.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi, PHILIPPI JR, Arlindo. **Educação Ambiental e sustentabilidade.** 2. Ed rev. e atual. Barueri, São Paulo: Monole,2014,(Coleção ambiental,v.14).

REIGOTA, Marcos. **Educação ambiental: fragmentos de sua história no Brasil.** In: Noal, F.O.; Reigota, M.; Barcelos, V.H.L. Tendências da educação ambiental brasileira. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1988, p. 38- 42.

SILVA, Márcia Regina da Silva; PESSOA, Zoraide Souza Pessoa. **Educação Como Instrumento De Gestão Ambiental Numa Perspectiva Transdisciplinar.** s.d. Disponível em: <<http://cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo19.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

TORRES, Ronaldo Pereira Torres; SOUSA, Samio Pereira de Sousa; NETO, José Lopes Soares Neto; COELHO, Leonardo Vogado Torres Coelho; CONCEIÇÃO, Aldeano da Conceição. **A Importância do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) – Estudo de Caso na Empresa Grande Rio Honda em Palmas Tocantins.**s.d Disponível em: [http://www.catolicato.edu.br/portal/portal/downloads/docs_gestaoambiental/projetos20111/4periodo/A_IMPORTANCIA_DO_SISTEMA_DE_GESTAO_AMBIENTAL_\(SGA\).pdf](http://www.catolicato.edu.br/portal/portal/downloads/docs_gestaoambiental/projetos20111/4periodo/A_IMPORTANCIA_DO_SISTEMA_DE_GESTAO_AMBIENTAL_(SGA).pdf). Acesso em: 16 maio 2016.

POLUIÇÃO SONORA: Bem-estar e qualidade de vida

REIS, ThainaraKetlen Neves dos⁹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso¹⁰

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de verificar como a poluição sonora impacta o bem-estar social e a qualidade de vida. Primeiro, descreveu-se os principais aspectos relacionados ao bem-estar social e à qualidade de vida e, posteriormente, discutiu-se sobre os problemas ambientais causados pela poluição sonora. O presente trabalho se justifica por ser a poluição sonora um dos principais problemas ambientais dos grandes centros urbanos na atualidade, por causar inúmeros malefícios ao meio ambiente, ao bem-estar social e à qualidade de vida de toda a coletividade. Assim sendo, torna-se importante uma discussão acerca desse tema procurando desmistificar a ideia da poluição sonora como algo normal, pois é notável que o ruído, que contribui diretamente para a existência da poluição sonora, interfere de forma ou de outra, na saúde e no bem-estar do homem, porém, nem sempre as pessoas percebem que ele é um grande agressor a saúde humana. É importante destacar que o som é uma variação que o ouvido pode captar, já o ruído é todo um conjunto de sons desagradáveis, que perturba o indivíduo, causando intolerância, estresse, irritação e consequências que poderão prejudicar a saúde das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Poluição Sonora. Bem-estar Social. Qualidade de vida.

1 INTRODUÇÃO

Uma das espécies de poluição existentes hoje é a poluição sonora e que nos últimos anos tem sido uma epidemia à população, ela é causada pela exposição de constante volume auto a um determinado som, causando um incômodo e prejudicando a saúde física e mental. De acordo com médico otorrinolaringologista é esse fato que gera problemas auditivos na população.

Nos últimos anos com a industrialização e crescimento urbano os números de casas de festas, cultos religiosos, casas noturnas, aeroportos, sons automotivos tem cada vez aumentado e são esses ruídos que tem prejudicado a saúde ambiental e a saúde humana em que um som extremamente auto interfere negativamente na qualidade de vida.

Pesquisas realizadas recentemente mostram que a poluição sonora já está em segundo lugar dos tipos de poluição, e é por isso que conhecer o conceito de bem-estar estará de forma implícita no trabalho uma vez que está poluição tem um conjunto de fatores que prejudicam o direito de gozar e usufruir de viver bem.

O trabalho tem como objetivos verificar como a poluição sonora impacta o bem-estar e a qualidade de vida, conhecer o conceito de bem-estar social e qualidade de vida e identificar quais os problemas causados pela poluição sonora.

Pretende-se evidenciar ainda quais os efeitos desse problema para a população, seu bem estar e poluição ambiental, além de identificar quais as medidas corretas dentro da lei que se enquadram esse problema.

⁹ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

¹⁰ Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Especialização em Direito, Impacto e Recuperação Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pós-graduação em Direito Público pela Sociedade Universitária Gama Filho.

2 BEM-ESTAR SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA: PRINCIPAIS ASPECTOS

Inúmeros problemas surgiram e ainda vem surgindo com o avanço da tecnologia, dentre estes, é possível citar os malefícios da poluição sonora, a qual vem tirando o bem-estar das pessoas, tanto em grandes centros urbanos como também em cidades do interior (MACHADO, 2004)

Dar-se o nome de poluição sonora qualquer barulho que seja desagradável ao ouvido, a difusão de um som que possa provocar perturbação. Assim faz-se necessário destacar que o excesso de som ou ruído pode levar a poluição sonora, muitos estudos mostram que acima de 70 decibéis o ruído poderá causar danos à saúde (MAGRINI, 1995).

É importante destacar que o som é uma variação que o ouvido pode captar, já o ruído é todo um conjunto de sons desagradáveis, que perturba o indivíduo, causando intolerância, estresse, irritação e consequências que poderão prejudicar a saúde das pessoas. Para Calçada e Sampaio (1998, p.459)

O conceito de som vem da física, sendo este a vibração acústica capaz de provocar sensações auditivas. Dentre deste amplo conceito, tem-se, em sentido mais restrito, a vibração, assim caracterizada pelo movimento oscilatório, transmitido pelo solo ou por uma estrutura qualquer. O ruído, por sua vez, constitui-se como o som capaz de causar perturbação ao sossego público ou efeitos psicológicos e fisiológicos negativos em seres humanos e animais. Assim, pode-se dizer que o som, como poluição sonora, está associado ao ruído estridente, ou ao som não desejado.

O sistema auditivo humano reconhece o som pela pressão que o mesmo exerce, nesse sentido, ela causa danos à saúde humana. Essa pressão faz com que inúmeras doenças apareçam, porém na maioria das vezes sua percepção só acontece com o passar do tempo, e em se tratando de doenças, possa ser tarde para tratamentos (MACHADO, 2004).

As pessoas que moram em grandes centros urbanos, vivem em constantes intensidades de sons e ruídos produzidos por automóveis, tráfegos, poluição acústica, comércios, indústrias, construção civil, entre outros, e na maioria das vezes não percebem o mal que isso provoca à saúde e o silêncio passa a ser raro (MACHADO, 2004).

Nesse sentido é possível destacar que a saúde auditiva da população tem piorado, o número de pessoas com deficiências auditivas vem aumentando consideravelmente. Assim, observa-se em Calçada e Sampaio (1998, p. 453-454) uma descrição do sistema auditivo:

O ouvido humano é um dispositivo que tem a capacidade de receber as ondas sonoras e transformá-las em sensações que denominamos de sons. Ao ser atingido por uma onda sonora, o tímpano passa a vibrar com a mesma frequência determinando um movimento vibratório que, por meio das ossículos do ouvido (MARTELO, BIGORNA E ESTRIBO), é transmitido para determinada janela oval e daí para o ouvido interno, onde se converte num impulso nervoso enviado ao cérebro, por meio do nervo auditivo, dando-nos a sensação do som.

Nota-se então que, mesmo sendo desconfortável, a poluição sonora, através das habilidades do ouvido humano, chega com menor intensidade e seus efeitos só surgirão posteriormente e de maneira lenta, só sendo percebido sua gravidade após algum tempo, causando alterações como desequilíbrios psíquicos, doenças degenerativas e surdez (MACHADO, 2004).

É notável que o ruído interfere de forma ou de outra, na saúde e no bem-estar do homem, porém, nem sempre as pessoas percebem que o ruído é um grande agressor a saúde

humana, é difícil identificar a causa do estresse e do cansaço mental, sabe-se apenas que existem, porém não se identifica de onde surgem. Segundo Santos (2006, p 223), os efeitos do ruído na audição humana podem ser divididos em três grupos, sendo:

TTS, é a diminuição da sensibilidade auditiva, resultante de exposição a níveis de pressão sonora elevados. É uma alteração temporária, que é recuperada após um período de repouso auditivo. Trauma acústico é a perda auditiva súbita geralmente decorrentes de exposição a ruído de impacto. É uma alteração irreversível. Perda auditiva induzida por ruído (PAIR)- É consequência de uma exposição a ruído de alta intensidade, durante longos períodos (meses, anos).

Várias são as consequências associadas ao ruído, o que pode acarretar em mal-estar e perturbações. O estilo de vida das pessoas pode interferir diretamente no seu rendimento, na concentração, no desconforto, acarretando possíveis traumas e afetando a qualidade de vida. Qualidade de vida é ter um ambiente em condições adequadas para qualquer ser humano viver. É ter paz, sossego, bem-estar. Para isso é preciso que as pessoas consigam encontrar maneiras de não criar tanto ruído além daqueles que são inevitáveis, como o trânsito, as indústrias, a construção civil (MACHADO, 2004).

Além dos traumas relacionados ao aparelho auditivo causado por poluição sonora, têm-se ainda inúmeras outras consequências causadas à saúde humana. A poluição sonora está presente em todos os lugares. Onde o ser humano habita, interage e trabalha existe a emissão de ruídos, sendo brando ou leve, eles existem, estão presentes e nem sempre são percebidas suas origens ou o grau de sua consequência. Machado (2012, p.779) relata a causa desses ruídos no corpo humano, consequências e possibilidades de doenças:

Como efeitos do ruído sobre a saúde em geral registram-se sintomas de grande fadiga, lassidão, fraqueza. O ritmo cardíaco acelera e a pressão arterial aumenta. Quando ao sistema respiratório, pode-se registrar dispnéia e impressão de asfixia. No concernente ao aparelho digestivo, as glândulas encarregadas de fabricar ou de regular os elementos químicos fundamentais para o equilíbrio humano são atingidas como suprarrenais, hipófise.

Inúmeros são os problemas criados pela poluição sonora e na maioria das vezes só percebidos depois de algum tempo. Nem sempre é possível identificar quais os fatores contribuíram para a construção de uma grande sequência de problemas de saúde (MACHADO, 2004).

É preciso destacar que a poluição sonora só é percebida ou questionada quando gera algum desconforto ao ser humano. Como exemplo, é possível citar um carro automotivo com volume alto, ou o barulho de um som numa festa. São ruídos que incomodam e tiram o sossego das pessoas, a concentração e o bem-estar são atingidos (MACHADO, 2004).

A nocividade dos ruídos e sons estão em função da durabilidade, da repetição e de sua intensidade. E sendo consequentes, são nocivos, são prejudiciais, conforme o raciocínio de Fiorillo (2012, p. 337)

De fato, os efeitos dos ruídos são diminutos. Informam os especialistas que ficar surdo é só uma das consequências. Diz-se que o resultado mais traiçoeiro ocorre em níveis moderados de ruído, porque lentamente vão causando estresse, distúrbios físicos, mentais e psicológicos, insônia e problemas auditivos. Além disso, sintomas secundários aparecem: aumento da pressão arterial, paralisação do estomago e intestino, má irrigação da pele e até mesmo impotência sexual.

É possível ainda, destacar que a redução da capacidade de comunicação, de memorização, perda ou diminuição da audição, do sono, envelhecimento prematuro, são também consequências dos ruídos (MACHADO, 2004).

O nível de intensidade sonora expressa-se em decibéis, sendo apurada por um aparelho chamado decibelímetro. Assim, no que diz respeito a ruído, a tutela jurídica do meio ambiente e da saúde humana é regulada pela resolução do CONAMA 001, de 08 de Março de 1990, que considera um problema os níveis excessivos de ruídos bem como a deterioração da qualidade de vida causada pela poluição (MAGRINI, 2003).

Assim sendo, pode-se dizer que a poluição sonora causa danos a vida humana e seus efeitos são grandes e é um crime contra a população e a saúde humana. O estresse auditivo são um dos grandes causadores de incidência de doenças no trabalho (FARIAS, 2007 p. 567), o que torna as pessoas sem motivação própria, estressadas e incapazes de suportar a paz do silêncio.

Os efeitos da poluição sonora são prolongados, sofrendo interferência de um elevado número de variáveis impossíveis ou difíceis de se controlar, por esse motivo são pouco estudados. Porém ressalta que mesmo sendo de consequência prolongada é maléfica ao bem-estar e à qualidade de vida (MACHADO, 2004).

Todo cidadão tem o direito ao silêncio mesmo e com a população que o cerca. É direito ainda, viver em paz, não ter o seu sossego desrespeitado tanto em sua residência ou seu local de trabalho (MACHADO, 2004).

A poluição sonora é crime, e pode os responsáveis serem punidos, ultrapassar os limites pode significar invadir o direito alheio e romper com o sossego e a paz do outro, bem como comprometer o controle e a responsabilidade de todos e ainda o direito ao silêncio (MACHADO, 2004).

Ressalta-se que o problema da poluição sonora é único e exclusivamente causado pelo próprio ser humano e dentro desse cenário, os protagonistas são os próprios seres humanos, causa efeito de um grande mal para a população. Assim, é importante a consciência de que este é um problema em que o homem é a causa, a vítima e a solução (MACHADO, 2004).

3 POLUIÇÃO SONORA E OS PROBLEMAS AMBIENTAIS CAUSADOS

A sociedade, em sua maioria, nem sempre tem consciência dos problemas que a poluição sonora pode causar, outros ignoram principalmente o que diz respeito aos deveres dos cidadãos.

Por se tratar de um assunto pouco discutido as pessoas têm pouco conhecimento, na maioria das vezes passa por despercebido, muitos não dão importância as causas que a poluição sonora pode apresentar. (MACHADO, 2004) (FIORILLO, 2012) (MAGRINI, 1995).

Assim, é importante destacar que para muitos o barulho no trânsito, o som automotivo e outros já fazem parte do dia a dia de todos, são sons e barulhos que não mais perturbam, e sim são rotineiros, pois envolvem a vida corrida do cidadão, porém quanto mais alto e quanto mais tempo a pessoa se expõe, maiores podem ser as complicações na saúde das pessoas. (MAGRINI, 1995) (MACHADO, 2004).

Vários são os problemas ambientais causados pela poluição sonora, os quais em níveis excessivos podem causar serias consequências sendo possível destacar que vários são as fontes de poluição sonora. (MACHADO, 2004) (MAGRINI, 1995) (SANTOS, 2006).

Assim como qualquer outro tipo de problema social, a poluição sonora também se enquadra como crime ambiental, e tem dentro da legislação ambiental, a lei na qual define como direito do cidadão sossego e bem-estar social. (MACHADO, 2004) (MAGRINI, 1995).

É fato que a poluição sonora gera grande impacto na vida das pessoas, porém, vários desses problemas só são percebidos a longo prazo e na maioria das vezes, as pessoas não

associam o fato que tenha levado a esse problema. Para muitos, é normal e faz parte o barulho, os sons e ruídos exagerados do dia a dia. (MACHADO, 2004).

No entanto, muitos já conhecem e ao se sentirem perturbados já buscam dentro da lei seus direitos, pois tem consciência que aquilo que lhe tira o sossego e a paz pode ser punido com ações judiciais, o que significa que, para muitos é possível encontrar soluções dentro da lei que possam favorecer saúde, sossego e bem-estar. (MAGRINI,1995).

A poluição sonora é enquadrada como crime ambiental, e se o nível de ruído resultar ou ter possibilidades de resultar em danos à saúde humana, maior será a pena para aqueles que infligirem a lei. (MACHADO,2004) (MAGRINI,1995).

As pessoas com mais idade, ou seja, os idosos, estes são os que mais sofrem com esse tipo de poluição, pois com a idade já avançada, qualquer barulho ou anormalidade em seu ambiente já se torna insuportável. Assim, percebe-se que, mesmo sendo difícil, esse nem sempre tem suporte ou algo que lhes auxilie nesse sentido, e acabam sofrendo por algo que poderia ter solução. (MACHADO, 2012),(SANTOS, 2006).

Ao falar em poluição ambiental, vale destacar que, a poluição acontece pelo fato de o barulho, ruído, som, ser exagerada, ultrapassar os limites que são considerados normais, ou aceitáveis; e ambiental, por se tratar de um determinado ambiente, sendo este público ou particular. Nesse sentido, é possível perceber que, enquanto alguns consideram apenas algo que incomoda, dependendo do grau, trata-se de poluição, pois afeta os ouvidos e a saúde daqueles que estão por perto. (MACHADO, 2004) (BORGES, 1976).

A sociedade com a consciência de seus direitos e deveres consegue mesmo assim, impor e fazer com que as pessoas considerem normal aquilo que causa perturbação, muitos ignoram para não terem atritos, pois quase sempre são conhecidos das pessoas que infligem à lei do sossego. Porém, é preciso ter consciência que independentemente do local, o barulho exagerado é crime e as pessoas devem sempre serem punidas por tal ato. (MAGRINI,1995) (MACHADO, 2004).

É importante destacar que, além dos graves problemas de saúde, há ainda o estresse, o nervosismo, e até falta de comunicação criada pela poluição sonora, pois é impossível manter o diálogo em um ambiente em que a pessoa não consegue ouvir o outro, ou para ouvir ter a necessidade de falar muito alto ou até gritar. Isso torna desagradável o ambiente e tudo a sua volta. (BORGES, 1976) (FIORILLO, 2012) (MAGRINI,1995).

O ser humano, assim como qualquer ser vivo, tem direito de viver em harmonia, em paz, em comunhão consigo mesmo e com tudo a sua volta, o ser humano é um ser inacabável e precisa a cada dia aprender e se desenvolver, para isso é preciso estar em um ambiente favorável que lhe assegure bem-estar social e bem-estar pessoal. Nesse sentido é possível destacar que, uma criança consegue se desenvolver melhor em um ambiente saudável e que lhe proporcione paz, assim como os adultos em todos os momentos de sua vida, trabalho, casa, lazer. (MACHADO, 2004) (SANTOS, 2006).

Hoje, num mundo tecnologicamente modernizado, onde as pessoas conseguem estar conectadas a todo o momento, se comunicar em qualquer distância, é preciso destacar que as pessoas precisam ainda amadurecer e conhecer e defender seus direitos e praticar seus deveres. Muitos pensam que alguns deveres não devem ser considerados sérios ou graves, porém para aqueles que têm conhecimento e consciência, sabem que qualquer ato que seja considerado imprudente ou crime, segue a mesma linha dentro da lei, algumas mais brandas que outras, porém não deixa de ser considerado crime. (MACHADO 2012) (MAGRINI,1995).

Destaca-se ainda que, muitos jovens na atualidade têm sofrido vários problemas de audição por falta de conhecimento ou conscientização, usam de sons altos, aparelhos com fones nos ouvidos que causam problemas de saúde. Pode-se considerar também, uma poluição sonora, pois afeta o bem-estar e a saúde da pessoa. Nesse sentido, é preciso conscientizar desde muito cedo as crianças, adolescentes sobre o que pode causar a poluição sonora, bem como os direitos

e deveres de cada pessoa perante a sociedade em que vive, juntamente com os outros cidadãos e o meio ambiente. Não basta apenas ser consciente, é preciso também mostrar aqueles que não entendem, a gravidade e as punições para este tipo de imprudência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tantas mudanças nos últimos tempos, é possível perceber que as pessoas precisam acompanhar e estarem sempre atentas a essas mudanças, pois parte destas são favoráveis a sociedade, parte são para ajudar que as pessoas possam viver em paz e que tenham bem-estar social.

A poluição sonora sendo considerada como crime ambiental ajuda as pessoas a terem mais sossego e a lutar por seus direitos, os quais podem trazer bem-estar e tranquilidade. Quando a pessoa fica muito tempo exposta a barulhos, sons ou ruídos muito altos isso ocasiona em doenças, algumas destas podem ser graves, além de mal-estar, estresse e falta de raciocínio e foco.

É importante destacar que, as pessoas devem conhecer seus direitos e buscar por eles quando se sentirem lesionados. A poluição sonora é crime e deve ser considerado como tal, pois causa muitos malefícios a saúde das pessoas.

Hoje com as mudanças tecnológicas é possível identificar quais as causas maiores de poluição sonora, bem como quais procedimentos recorrer dentro da lei para a solução desse problema. As pessoas deveriam usar a tecnologia a seu favor, visto que, todos têm acesso a esse meio, que é significante e pode ajudar nas informações e não considerar normal aquilo que pode prejudicar a saúde da sociedade.

REFERÊNCIAS

BORGES, Arthur de Castro. **Poluição sonora e o Direito**. São Paulo: S. Literárias, 1976.

CALÇADA, Caio Sérgio; SAMPAIO, José Luiz. **Física clássica- Óptica e ondas**. São Paulo: Editora Atual, 1998. Disponível em:
><http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8977ecbb8cb82d77>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

CONSTANTINO, Carlos Ernani. **Delitos ecológicos: a lei ambiental a lei ambiental comentada artigo por artigo**. 2.ed. São Paulo: Atlas. 2002, p.182.

CONSTANTINO, Carlos Ernani. **Delitos ecológicos: a lei ambiental comentada artigo por artigo**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002, p.197.

FARIAS, Talden Queiroz de. Análise Jurídica da poluição sonora. Mossoró, Escola da magistratura do Rio Grande do Norte. **Revista Direito e Liberdade**. V. 3 n.1 2007. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8977ecbb8cb82d77>. Acesso em: 02 abr. 2016.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso deDireito Ambiental Brasileiro**, 13 ed. São Paulo, Saraiva 2012. Disponível em:
<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8977ecbb8cb82d77>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito ambiental brasileiro**. 13 ed. São Paulo, Saraiva. 2012, p.129.

GARAVELLI, Sérgio Luiz; CARVALHO JÚNIOR, Edson Benício de; MAROJA, Armando de Mendonça. **Níveis de exposição sonora devido à utilização de aparelhos de música individuais**, 2012. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9713/1/2014_AlzineideAlmeidaBarros.pdf>. Acesso em: 03 jun.2016.

MACHADO, Anaxágora Alves. Poluição sonora como crime ambiental. **Jus Navegandi**, 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/5261/poluicao-sonora-como-crimeambiental>>. Acesso em: 02 abr.2016.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**, 13 ed. São Paulo: Malheiros, 2012. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8977ecbb8cb82d77>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

MAGRINI, Rosana Jane. **Poluição sonora e lei do silêncio**. Rio de Janeiro nº 216, out/1995. p. 20. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/5261/poluicao-sonora-como-crime-ambiental>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

SANTOS, Ubiratan de Paula. **Ruído: Riscos e prevenção**. São Paulo, Hucitec. 1996 p.157 Disponível em: <http://www.cerest.piracicaba.sp.gov.br/site/images/caderno7_ruido.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2016.

SANTOS, Rita da Conceição Coelho Loureiro. **Saúde ambiental como vertente no controle da poluição sonora**. Campinas: Alínea, 2006. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8977ecbb8cb82d77>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

ARTE COMO FORMA DE PENSAMENTO

RETTORE, Fernanda Machado Frutuoso¹¹

MENEZES, Leidiany Vasconcelos¹²

NEVES, Dêner Geraldo Batista¹³

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de identificar segundo a literatura o estado da discussão atual sobre o que é arte enquanto critério de identificação de obras de arte e sobre sua função metafísica. Primeiro, descreveram-se as concepções de arte desde o seu surgimento, mostrando sua modificação ao longo dos tempos, o seu papel fundamental, a parceria entre arte e filosofia, e a relação entre artista e arte. Posteriormente, discutiram-se os tipos de definições da arte, enfatizando a questão da metafísica na arte e a teoria de alguns artistas. Depois, falou-se da estética da arte e suas modificações desde a modernidade até a atualidade, a relacionando com aspectos psicológicos. E por fim, ressaltaram quais as suas principais funções e como a arte passou a ser reconhecida e valorizada.

Palavras-chave: Arte. Artista. Pensamento.

1 INTRODUÇÃO

A arte é a mais alta patente de transformação do mundo mental para o real. Através das emoções, percepções e ideias criam-se manifestações estéticas capazes de atingir um público alvo, consciente ou inconscientemente, sendo todas as obras únicas e diferentes.

A arte, como objetivada por diversos autores em diferentes obras ao longo do tempo, tem como característica principal a grande dificuldade em ser definida, precisamente. Avaliando os mais diversos campos, como por exemplo, na literatura, autores como Aranha (1993) e Cauquelin(2005), alegam que devido a grande abrangência, evolução constate e interpretação variada “observador dependente”, transformam a arte mesma numa verdadeira quimera de difícil entendimento, compreensão e principalmente definição.

Embora pareça superficial para os especialistas, cabe que tentemos mais uma vez aqui esmiuçar e tentar definir o que é arte. Assim, iremos discutir inicialmente os conceitos mais atuais sobre o que é a arte enquanto critério de identificação de obras de arte e sobre sua função metafísica. Dividiremos a arte conforme necessário e possível, fazendo uma retrospectiva evolutiva e segregada na tentativa de atingir de maneira precisa, verdadeira e aproximada da definição do que significa a arte, delimitando tipos e funções da mesma.

Sabendo que a arte é uma transformação físico-estética de um processo mental, é entendível que a mesma mude ou evolua junto com as condições sócio-econômico-culturais do meio onde o autor está inserido. Justifica-se, dessa maneira, a importância de toda a pesquisa realizada sobre as definições da arte, embasando-se no fato de que é ciclicamente esperado que as definições da mesma sejam remodeladas, revistas e refeitas de tempos em tempos e que nesse contexto deverão ser analisadas as condições atuais que permearam essa arte, tendo como objetivo se adequar ao recente patamar que essa “neo” arte atingiu, num processo que será periódico e infinito. Temos como objetivo final identificar segundo a literatura o estado da discussão atual sobre o que é arte enquanto critério de identificação de obras de arte e sobre sua

¹¹ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

¹² Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

¹³ Possui graduação em História (Licenciatura plena) - UNIJALES (1989). Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília (2013). Atualmente é professor e coordenador de pesquisa, extensão e pós-graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

função metafísica. O presente artigo tem como problemática: Como a arte é representada na literatura, seja como forma de classificação ou como função metafísica?

2. REFERENCIAL TEORICO

2.1 CONCEPCÃO DE ARTE

A arte vem desde os primórdios e surgiu como uma forma de transformar as experiências vividas, com objetivo de aprimorar o conhecimento humano de uma forma preparada, e se expressar através de sentimento. (ARANHA, 1993).

Desde o princípio os seres humanos já usavam a arte como forma de linguagem, para comunicar-se entre si, através de desenhos em cavernas usando sua criatividade e imaginação. E como forma de especificar culturas sociais, psicológicas e que permite fazer ligações com o mundo. Sans (2001, p. 24) afirma que “a criatividade é considerada como parte essencial do homem, a qual dá equilíbrio à vida, auxiliando-o em seu cotidiano, nas resoluções de problemas e tornando o homem um ser mais criativo”.

A arte se modifica ao longo dos tempos “na direção de uma ordem que ignora sua expressão para se estabelecer no discurso, o logos, no qual se refletirá mantido a distância pela razão ou mesmo pelo raciocínio”. (CAUQUELIN, 2005,p. 28). Sendo assim ele se alternada desde as épocas mitológicas, a partir disso vem se modificando ao longo da historias, e até os dias atuais.

Para a Lefebvre (2001) a arte é uma prática social e fica explicita a ideia do artista, arte se realiza de maneira absoluta e abrange o universo do belo.

A história da arte, assim como a da consciência (fenomenologia) ou do conhecimento (lógica) é, portanto, a história das formas ou estágios sucessivos que recobre – por se manifestar no tempo e no sensível – a ideia. A arte é uma emanção da ideia absoluta. O conteúdo da arte, em sua aparência prática e social, é basicamente constituído pela ideia. A arte apresenta o mesmo conteúdo da religião. Ela pode desaparecer no universo do espírito religioso e filosófico! A ideia absoluta se apresenta na arte sobre o aspecto do belo; a ideia do belo se realiza na história da arte da mesma forma que a ideia absoluta se realiza na história universal. (LEFEBVRE, 2001, p. 19)

A arte tem o papel fundamental de transmitir, todo o sentimento contido de forma com que o observador possa senti-la. “A arte é um caso privilegiado de entendimento intuitivo do mundo, tanto para o artista que cria obras concretas e singulares quanto para o apreciador que se entrega a elas para penetrar-lhes o sentido.” (ARANHA, 1993, p.345).

A arte tem assim uma função que poderíamos chamar de conhecimento, de aprendizagem. Seu domínio é o do não racional, do indizível, da sensibilidade: domínio sem fronteiras nítidas, muito diferente do mundo da ciência, da lógica, da teoria. Domínio fecundo, pois nosso contato com a arte nos transforma. Porque o objeto artístico traz em si, habilmente organizados, os meios de despertar em nós, em nossas emoções e razão, reações culturalmente ricas, que aguçam os instrumentos dos quais nós servimos para apreender o mundo que nos rodeia. Entre a complexidade do mundo e a complexidade da arte existe uma grande afinidade. (COLI, 1995, p.109)

Para Aranha (1993) a imaginação se manifesta através do conhecimento entre natureza e sujeito ambos numa espécie de comunhão que vem através do sentimento, o sentimento se

transforma acolhendo a capacidade do eu numa imagem única, o sentimento despertado de uma obra ele é singular e vem a ser o sentimento de um mundo revelado em toda sua profundidade, o artista extrai o mais profundo e natural que nos liga a um horizonte interior. “Este sentimento, portanto, “não é emoção, é conhecimento.” (ARANHA, 1993 p.347).

O entendimento da arte segundo Danto (2010) deixa explícito que o mesmo passa de maneira inexorável pelo conhecimento completo e profundo da época, do conhecimento e das crenças pessoais do artista, assim como o que próprio artista pretendia com sua obra.

Não se podem aplicar os predicados da imaginação a obras ou autores se não conhecemos suas crenças, isto é, se não sabemos como o mundo lhes parece ser. (...) A obra construída a partir de uma interpretação deve ser de tal sorte que o artista que supostamente a criou poderia ter desejado que ela fosse interpretada dessa maneira, de acordo com os conceitos disponíveis a ele e à época em que ele trabalhou. (...) Os limites do artista são restrições especiais à interpretação de obras de arte.(DANTO,2010 p.195)

A filosofia tem uma grande parceira com arte, pois juntas elas tratam de temas importantes e complexos da cultura e da existência, expressando a verdadeira realidade e sentido do lugar da ciência na sociedade, expondo da alma e da natureza, a relação entre arte e verdade, a fragilidade do amor e a imprescindibilidade da morte. (FEITOSA, 2009).

Para Aranha (1993) o artista exprime em sua obra a sua visão sensível do mundo, e sua experiência vivida, então dizemos que a obra é transformada em símbolo de valores de um determinado tempo, e podemos perceber a intuição da vivência do artista naquela obra “o artista não copia o que é, antes cria o que poderia ser e, com isso, abre as portas da imaginação”. (ARANHA,1993 p.346).

Para Heidegger (2005) a percepção de uma obra de arte, está no momento em que ela repousa, e que o ser e a obra ambos se pertencem, fazem parte de um mundo onde existe uma intuição capaz de produzir a essência da verdade. “A obra que é o templo, ali de pé, abre um mundo e ao mesmo tempo repõe-no sobre a Terra que, só então, vem a luz como o solo pátrio (heimatlichgrund)”.

A instituição de um mundo e a produção da terra constituem dois traços essenciais no SER-obra da obra. Elas pertencem uma a outra, porém, na unidade do SER-obra. Procuramos esta unidade quando meditamos no estar-em-si (insichstehen) da obra e tentamos dizer aquela certa quietação fechada do repousar em si. [...] Só o que se move pode repousar. (HEIDEGGER,2005, p.38).

Segundo Heidegger (2005, p. 11), “o artista só é o que é a partir e por meio da obra (...). A obra é o que primeiro faz aparecer o artista como um mestre da arte”. E, no entanto, não se há obras sem artistas.

Se consideramos nas obras a sua pura realidade, sem nos deixarmos influenciar por nenhum preconceito, torna-se evidente que as obras estão presentes de modo tão natural como as demais coisas. O quadro está pendurado na parede, como uma arma de caça, ou um chapéu. Um quadro como, por exemplo, o de Van Gogh, que representa um par de sapatos de camponês, vagueia de exposição em exposição. Enviam-se obras como o carvão do Ruhr, os troncos de árvores da Floresta Negra. Em campanha, os hinos de Hölderlin estavam embrulhados na mochila do soldado, tal como as coisas de limpeza. Os quartetos de Beethoven estão nos armazéns das casas editoriais, tal como as batatas na cave (HEIDEGGER, 2005, p. 12-13).

Segundo Aranha (1993), o artista prende e intui de forma que organiza todos objetos ou eventos sobre os quais ele mantém sua atenção focada. Ele sente e enxerga de uma forma seletiva, que não possa ser abreviada a um discurso verbal explicativo, precisa ser sentidas e não explicadas. Baseando-se na intuição, o artista não cria cópias da natureza, mas símbolos dela e da vida.

O artista é a origem da obra. A obra é a origem do artista. Nenhum é sem o outro. E, todavia, nenhum dos dois se sustenta isoladamente. Artista e obra são, em si mesmos, e na sua relação recíproca, graças a um terceiro, que é o primeiro, a saber, graças àquilo a que o artista obra de arte vão buscar seu nome, graças à arte. (HEIDEGGER, 2007, p. 11).

Sendo assim podemos então dizer que na obra de arte o importante não é o tema em si, mas sim o sentimento e os valores expressos nela, e como ela é recebida, e transformada em símbolo de valores de uma determinada época. (ARANHA, 1993).

“A revolução no mundo filosófico abalou o fundamento sobre o qual a estética estava assentada, e seu sistema anterior, se é que se pode dar-lhe esse nome, foi deixado em ruínas.” (SCHILLER, 1989, p. 7)

2.2 TIPOS DE DEFINIÇÕES

Para Heidegger (2007) a interpretação fundamental da metafísica que assegura o que é uma coisa, não é apenas uma, mas três. “A coisa como suporte de características, como a unidade de uma multiplicidade de sensações, como matéria enformada” (HEIDEGGER, 2007, p. 23).

Heidegger apresenta dois argumentos inescapáveis. O primeiro, herdado de uma das três interpretações de coisa da metafísica: o ente é composto pelo par matéria e forma; o segundo, a convicção cristã medieval de que o mundo é criado. Segundo ele, estas duas convicções, grega e medieval, são não somente convicções metafísicas, e sim, também, convicções estéticas acerca da natureza do aspecto de coisa existente na obra. (HEIDEGGER, 2007, p. 20).

A metafísica trata da questão da natureza da arte, ela estabelece o que há na arte e identifica o que realmente é arte. Encontramos várias definições acerca do campo semântico ou metafísico. Weitz e também Carroll (1994) falam das definições nominais. A proposta dessas definições é investigar no uso do termo a arte, com o objetivo da compreensão da natureza da arte e encontramos isso na definição real, Weitz nos fala que arte é uma questão de olhar e ver.

Segundo Almeida (2014 apud WEITZ, 1956, p. 63) em um artigo proferido, Weitz, no seu ensaio, procura mostrar por que razão as definições tradicionais estavam assim tão expostas a contra-exemplos e por que razão não só elas como quaisquer outras definições estão irremediavelmente condenadas ao fracasso. A razão é que todas elas supõem a existência de algo que não existe: uma propriedade ou conjunto de propriedades não triviais que todas as obras de arte partilhem. Mais do que uma questão de olhar e ver que não há propriedades comuns a todas as obras de arte, Weitz (1956) diz ser a própria “lógica do conceito de arte” que torna “logicamente impossível e não apenas factualmente difícil” dar uma definição verdadeira do conceito de arte. Isto porque o próprio caráter expansivo, criativo e empreendedor da arte não permite que a aplicação do conceito de arte esteja sujeita a condições necessárias e

suficientes, o que equivaleria a fixar de uma vez por todas o uso correto desse conceito. Weitz (1956) considera que isso só pode acontecer com os conceitos da lógica e da matemática, que ele diz serem construídos, mas não com os conceitos “empiricamente descritivos e normativos”

Segundo Almeida (2014 apud DICKIE, 1984, p.82) teoria institucionalista destaca como condição necessária o caráter institucional inerente à observação de certas regras e procedimentos, busca uma definição nominal, “sentido classificativo” de arte, que indique condições apropriadas e juntamente suficientes. Um sistema do mundo da arte é um enquadramento para a apresentação de uma obra de arte por um artista a um público do mundo da arte.

Para Almeida (2014, p. 422) a definição historicista ressalta a relação das obras de arte com uma determinada tradição histórica. Para Levinson (1979, 1989, 1993) há certa forma de ligação do passado além da ligação necessária, a definição inclui também a referência à intenção de quem detém o direito de propriedade sobre o objeto candidato a obra de arte.

2.3 ESTÉTICA DA ARTE

Para Aranha (1993) a estética seria uma especialidade da filosofia, que estuda o belo e sentimento que de certa forma os atrai. A estética está sempre ligada à beleza, por causa dessa ligação que ela tem a ver com arte que vem a ocupar um lugar especial na arte durante muito tempo e sendo refletida e considerada uma função primordial que nos mostra a beleza transparente do mundo emotivo. “Etimologicamente a palavra estética vem do grego *aisthesis*, com o significado de ‘faculdade do sentir’, ‘compreensão pelos sentidos’, ‘percepção totalizante’. (ARANHA, 1993, p.341).

A partir da modernidade, a estética inicia uma busca pelo sentimento subjetivo do gosto e configura-se como uma despedida da doutrina objetiva do belo. Em uma carta de 1674, Spinoza afirma que: “A beleza, senhor venerável, não é tanto uma qualidade do objeto (*objecti*) observado, como, pelo contrário, um efeito (*effectus*) no homem do objeto contemplado”. (PARMENTIER, 2004, apud ALMEIDA 2014, p.17).

As definições de arte e de belo modificam-se, ficam cada vez mais subjetivos e atingem com uma total independência da arte de qualquer finalidade externa. Segundo Iser, a estética trouxe uma nova questão: “ela é uma interpenetração das faculdades, iluminadas pelo ‘conhecimento sensorial’, ou opera como um agente intermediário para o corpo e a mente, iluminado por uma relação recíproca que ela põe em movimento? É algo que se possa agarrar ou é uma função?” (ISER, 2001, p. 35-6).

Enquanto um defensor da inevitabilidade dos processos de estetização, Welsch (1993, apud CAUQUELIN 2005, p. 37) destaca:

Estetização não deve ser nem aceita nem rejeitada globalmente. Ambas as proposições seriam igualmente de pouco valor e falsas. Eu procurei denominar, com a estetização epistemológica, uma razão principal que torna compreensível a moderna inevitabilidade dos processos de estetização. Quando nós olhamos esta estetização profunda, nós percebemos uma forma de estetização que justamente parece irrefutável. Seu não fundamentalismo forma modernamente a nossa ‘base’. Quando nós, por outro lado, olhamos a estetização superficial, há múltiplos motivos para crítica. A justificação de ‘princípio’ dos processos de estetização não significa, de modo algum, que todas as formas de estetização seriam aprovadas.

Falar de estética hoje é falar de suas possibilidades de revelarem nossa imaginação, com sentidos que produzem novas modelagens, percepções e compreensões. Isso se estende para a discussão de como atua o estético sobre a vida cotidiana, desde a política até a mídia.

Iser (2001, p. 47) diz que a estética traz consigo uma “cascata de possibilidades, ilimitada em alcance”.

A aproximação de psicologia e arte não é recente. Bem antes de a psicologia ser uma disciplina científica, foi a própria estética que se abriu à psicologia que estava por vir:

Foi a perspectiva do Belo, como domínio da sensibilidade, imediatamente relacionado com a percepção, os sentimentos e a imaginação, que Baumgarten incorporou ao conteúdo dessa disciplina, o qual apareceu numa época em que a Beleza e a Arte eram geralmente, ou marginalizadas pela reflexão filosófica, que as tinha na conta de irrelevantes, ou consideradas apenas sob o aspecto racional das normas aplicáveis ao reconhecimento de uma e à produção da outra (NUNES, 1989, p. 12).

Segundo Aranha (1993) a experiência da estética e experiência do belo, é nos dada sem nenhum interesse particular, é necessário entender que nesse sentido essa experiência jamais seria ineficácia, jamais poderia ser desprezada, pois ela corresponde a uma utilidade humana e na vida social. “A experiência estética é a experiência da presença tanto do objeto estético como do sujeito que o percebe.” (ARANHA, 1993 P.343).

O espectador através do sentimento acolhe a obra e percebe sua significância e atualiza a arte, e outras pessoas verão e perceberão outros significados, e irá surgir novos conceitos e todos com verdades, na percepção de cada um.

2.4 FUNÇÕES DA ARTE

As obras de arte, desde a Antiguidade até hoje, nem sempre tiveram a mesma função, ora servia para contar fatos históricos, às vezes para renomear algum evento de suma importância ou para despertar sentimentos da parte religiosa ou cívica. Segundo Arnheim (1980) a arte era vista de formas diferentes.

Mas foi então somente no séc. XX que a arte foi reconhecida e valorizada por si, como objeto que possibilita uma experiência de conhecimento estético. Com o passar do tempo, ao longo da história da arte podemos distinguir três funções principais, das quais são: Pragmática ou Utilitária, Naturalista e Formalista.

Na função pragmática ou utilitária, a arte serve como meio para se alcançar um fim não artístico, não sendo valorizada por si mesma, mas pela sua finalidade. Segundo este ponto de vista a arte pode estar a serviço para finalidades pedagógicas, religiosas, políticas ou sociais. Não interessa aqui se a obra tem ou não qualidade estética, mas se a obra cumpre seu papel social de atingir a finalidade a que ela se prestou. Segundo Aranha(1993) são levados em conta dois tipos de critérios:

[...] O critério moral do valor da finalidade a que serve (se a finalidade for boa, a obra é boa); e o critério de eficácia da obra em relação à finalidade (se o fim for atingido, a obra é boa). Como vemos esses critérios são exteriores a obra, que não é encarada do ponto de vista estético”. (ARANHA, 1993, cp. 35)

Sendo assim, a função pragmática é caracterizada pelo o valor da finalidade, e sua eficácia.

Na função naturalista o mais interessante é a representação da realidade ou da imaginação o mais natural possível para que o conteúdo possa ser identificado e compreendido pelo observador. A obra de arte naturalista mostra uma realidade que está fora dela, retratando

objetos pessoas ou lugares. Para a função naturalista o que importa é a correta representação (perfeição da técnica) para que possamos reconhecer a imagem retratada; a qualidade de representar o assunto por inteiro; e o poder de transmitir de maneira convincente o assunto para o observador. Podemos ver também o exemplo citado por Martins(1993):

A obra é encarada como um espelho, que reflete a realidade e nos remete diretamente a ela. Em outras palavras, a obra tem função referencial de nos enviar para fora do mundo artístico, para o mundo dos objetos retratados. Por isso, uma escultura de D. Pedro I, por exemplo, serviria, nessa perspectiva, para nos remeter ao homem e ao político, ao que ele representou num determinado momento histórico brasileiro. (MARTINS, 1993, p. 35).

Os critérios de avaliação de uma obra de arte do ponto de vista da função naturalista são: a correção da representação que nos permite a identificação do assunto tratado; a inteireza: onde o assunto deve ser todo representado por inteiro; e o vigor, que confere poder de persuasão se a situação representada for imaginária. Tomamos por exemplo desse critério a figura cinematográfica do Coringa, no filme Batman, o cavaleiro das trevas, de Christopher Nolan. O ator Heath Ledger o representou com tanta expressão que acabou recebendo vários prêmios por sua ótima atuação no papel do palhaço de Gotham, ficamos até convencidos da possibilidade da existência do Coringa. O clássico A Mona lisa de Leonardo da Vinci representa um grande exemplo de obra naturalista.

A função formalista atribui maior qualidade na forma de apresentação da obra preocupando-se com seus significados e motivos estéticos. A função formalista trabalha com os princípios que determinam a organização da imagem – os elementos e a composição da imagem. Com o formalismo nas obras, o estudo e entendimento da arte passaram a ter um caráter menos ligado às duas funções anteriores importando-se mais em transmitir e expressar ideias e emoções através de objetos artísticos.

Foi só a partir do séc. XX que a função formalista predominou nas produções artísticas através da arte moderna, com novas propostas de criação. O conceito de arte que temos hoje em dia é derivado desta função.

Os critérios para que essa obra de arte possa ser avaliada, dentro da percepção formalista é a grande capacidade que ela tem de sustentar essa apreciação de um público cujo conhecimento delicado e experiente tenha certo conhecimento e esteja com disponibilidade para achar na própria obra suas regras de composição. (ARANHA, 1993).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo foi de grande importância e enriquecimento, pois por meio deste pode-se perceber que há diferentes percepções do que é arte e suas variadas funções. A arte se modifica ao longo dos anos e é estudada por diversos autores que têm concepções diferentes a respeito dela. Ela é demonstrada por diversos artistas através do sentimento que o exprime e transmitida pela experiência vivida. As artes juntamente com a filosofia, ambas complexas e tratantes da nossa cultura, influem assim na existência e realidade. Por fim, a arte tem sido estudada e investigada ao longo dos anos e suas modificações precisam ser valorizadas, pois a mesma continuará se transformando ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aires. Compêndio em linha de problemas de Filosofia Analítica. **Definição de Arte**. Campo Grande, MT. Disponível em:

<http://www.compendioemlinha.com/uploads/6/7/1/6/6716383/almeida_definicao_arte_artigo
>Acesso em: 02 abr. 2016.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

_____. Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 2.ed.rev.atual.Sao Paulo: Moderna, 1993.

ARNHEIN, Rudolf. **Arte e percepção visual**. São Paulo: EDUSP, 1980.

CAUQUELIN, A. **Teorias da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2005

COLI, Jorge. **O que é arte**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

DANTO, A. **A Transfiguração do lugar comum**. Tradução de Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

DICKIE, George. **O ciclo da arte**. São Paulo: Havens, 1984

FEITOSA, Charles. **Explicando a Filosofia com Arte**. Rio de Janeiro: Ediouro. 2009.

HEIDEGGER, Martin. **A origem da obra de arte**. Trad. Maria da Conceição Costa. Lisboa, PT: Edições 70, 2005.

ISER, Wolfgang. **O ressurgimento da estética**. In: ROSENFELD, Denis(org.). *Ética e estética*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LACOSTE, Jean. **A filosofia da arte**. Expresso Zahar, 1986.

LEFEBVRE, H. *Contribution à l'esthétique*. 2. ed. Paris, FR: Anthropos, 2001

SANS, P. T. C. **Pedagogia do desenho infantil**. São Paulo: Átomo, 2001.

SCHILLER, Friedrich. **Educação Estética do Homem**. Iluminuras, 2002

WEITZ, Morris. **O Papel da Teoria na Estética**. São Paulo, 1956.

A IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA MORAL E A ORIGEM DA ÉTICA

COIMBRA, Nathália Aparecida Gonçalves¹⁴
OLIVEIRA, Elaine Moreira de¹⁵
NEVES, Dêner Geraldo Batista¹⁶

RESUMO: A moral existe no mundo todo, porém cada sociedade tem suas normas de acordo com sua cultura e necessidade. Moral e ética ainda hoje são usadas como sinônimos, porém suas definições são diferentes. A ética pode encontrar-se com a moral, pois a suporta, na medida em que não existem costumes ou hábitos sociais completamente separados de uma ética individual. Da ética individual se passa a um valor social, e deste, quando devidamente enraizado numa sociedade, se passa à lei. Assim, pode-se afirmar, seguindo este raciocínio, que não existe lei sem uma ética que lhe sirva de alicerce.

Palavras-chave: Moral. Ética. Razão.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como problemática: Qual a importância da filosofia moral, onde surgiu a ética e qual a diferença entre moral e ética? O objetivo geral é explicar o significado e a importância da filosofia moral e diferenciar as definições de moral e ética. Para isso é necessário entender a moral, explicar a lei moral como uma lei da razão prática, diferenciar o bem-mal do bom-mau e demonstrar a origem da ética. Primeiro, descreverá a moral, como ela surgiu e o seu significado. Posteriormente, discutirá a lei moral como uma lei da razão prática. Após, haverá uma explicação sobre o bem e o mal/bom e mau. E finalizando, abordará a origem da ética e a universalizabilidade na filosofia moral de Peter Singer. O presente trabalho se justifica pela necessidade dos acadêmicos do curso de Direito terem conhecimento sobre a moral e a ética, pois esses dois temas são a base para um bom profissional, principalmente na área jurídica. A metodologia utilizada nesse artigo foi a pesquisa bibliográfica, para isso foram utilizados artigos, dissertações, teses e livros didáticos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A MORAL

Toda cultura e cada sociedade institui uma moral, isto é, valores relativos ao bem e ao mal, válidos para todos os seus componentes. Sociedades com muita hierarquia e com diferenças de castas (Índia, por exemplo) ou de classes (como no Brasil) podem até mesmo possuir várias morais, em que cada uma irá ser referente a uma das castas ou classes. Porém, mesmo com a existência da moral, não é exigida a presença visível de uma ética, entendida como filosofia moral, isto é, uma reflexão que discuta, problematize e interprete o significado dos valores morais. Podemos dizer a partir dos textos de Platão e de Aristóteles, que, no Ocidente, a filosofia moral inicia-se com Sócrates. (CHAUI, 2005).

Somos criados pelos costumes de nossa sociedade, que nos educa para respeitarmos e agir conforme os valores propostos por ela como obrigações. Nossos sentimentos, ações e

¹⁴ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaf – FACTU.

¹⁵ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaf – FACTU.

¹⁶ Possui graduação em História (Licenciatura plena) - UNIJALES (1989). Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília (2013). Atualmente é professor e coordenador de pesquisa, extensão e pós-graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaf.

comportamentos são modelados pelas condições em que vivemos (família, classe social, escola, religião, etc.) (HEGEL, 1971 apud OLIVEIRA, 2013).

Dessa maneira, valores parecem existir por si e em si mesmos, parecem ser naturais e intemporais, fatos com os quais nos relacionamos desde o nosso nascimento: somos recompensados quando os obedecemos e punidos quando os desobedecemos. (CHAUI, 2005).

Sócrates irritava os atenienses porque os forçava a dizer qual a origem e a essência das virtudes (valores e obrigações) que julgavam praticar ao obedecer aos costumes de Atenas. (HEGEL, 1971 apud OLIVEIRA, 2013).

Os costumes, que já existiam antes de chegarmos ao mundo e são parte importante da sociedade em que vivemos, são considerados inquestionáveis e quase sagrados. Ora, a palavra *costume* se diz, em grego, *ethos* – donde, ética – e, em latim, *mores* – donde, moral. (KANT, 2003).

Em outras palavras, ética e moral referem-se ao conjunto de costumes tradicionais de uma sociedade e que, como tais, são considerados valores e obrigações para a conduta de seus membros. Sócrates indagava o que eram e o que valiam esses costumes. (SANCHES, 2004).

Em conversa com os atenienses, Sócrates lhes perguntava qual o sentido dos costumes estabelecidos (*ethos* com *eta*: os valores éticos ou morais da coletividade, transmitidos de geração a geração), mas também indagava quais as disposições de caráter (*ethos* com *epsilon*: características pessoais, sentimentos, atitudes, condutas individuais) que levavam alguém a respeitar ou não os valores da cidade, e por que. (KANT, 2003).

Quando Sócrates diz o que é a virtude ele deixa duas questões em aberto: se o que os homens consideram virtuoso são realmente virtudes e a sociedade, ao agir, tem consciência dos significados de suas ações e se seu caráter é realmente virtuoso. As questões socráticas dão origem à filosofia moral, pois elas definem o campo no qual os valores morais podem ser determinados quando encontram seu ponto de partida que é a consciência do agente moral. O agente moral é aquele que sabe o que faz, conhece as causas e os fins de sua ação, pois o significado de suas atitudes é a essência dos valores morais. Se aplicamos a Sócrates o início da filosofia moral, devotamos a Aristóteles a distinção entre saber teórico e saber prático. (SANCHES, 2004).

Aristóteles deu muita importância à vontade racional e à escolha e isso o fez considerar a prudência como a virtude que está presente em todas as outras virtudes e é a condição de todas elas. O prudente seria aquele que tem a capacidade de avaliar qual atitude que melhor realizará a finalidade ética. Isso quer dizer que ele irá analisar entre todas as escolhas possíveis qual a mais apropriada para que o agente seja virtuoso e faça o que é bom para todos. (HUME, 2004 apud OLIVEIRA, 2013).

2.2 A LEI MORAL COMO A LEI DA RAZÃO PRÁTICA

Tudo na natureza age segundo leis. Só um ser humano racional tem a capacidade de agir conforme a representação das leis, visto que, segundo princípios, ou só ele tem uma vontade. Para derivar as ações das leis é necessária a razão, a vontade não é outra coisa senão razão prática. Se a razão determina a vontade, as ações de um determinado ser pode-se dizer a vontade é a faculdade de optar só aquilo que a razão, independentemente da inclinação, defende como de fato necessário, quer dizer como bom. (KANT, 2003).

Um mandamento da razão se define: pela expressão de leis universais que determinam uma vontade por obrigação, em cuja formulação sensível se descreve na forma de um imperativo que se evidencia pelo verbo dever, e que mostra a relação fundamental de uma lei para uma vontade que, em valor também de sua constituição subjetiva condicionada pela natureza, não é estabelecida objetivamente, isto é, que não tem em si o entendimento daquela lei como uma obrigação, precisando, pois, de mandamentos para a defesa da sua natureza

racional, uma vez que, “só se pode falar de dever onde há, ao lado de um apetite racional, ainda impulsos concorrentes das inclinações naturais, onde há, ao lado de um querer bom, ainda um querer ruim ou mau.” (HÖFFE, 2005, 2011 apud OLIVEIRA, 2013, p. 193).

Toda a lei prática reproduz uma ação possível como boa, já que é fundamental para todo ente racional, pois apenas se dão por liberdade, de forma que todos os imperativos são fórmulas de determinação da ação de uma vontade segundo uma lei prática. Quando a ação é boa exclusivamente como meio para qualquer outra coisa, o imperativo que a ela dispõe é um imperativo hipotético. (DELBOS, 1969 apud FERNANDES, 2007).

O imperativo hipotético diz, pois apenas que a ação é boa em vista de qualquer intenção possível ou real. No primeiro caso é um princípio problemático, no segundo um princípio assertórico-prático. O imperativo categórico, que declara a ação como objetivamente necessária por si, independentemente de qualquer intenção, quer dizer, sem qualquer outra finalidade, vale como princípio apodíctico (prático). (KANT, 2003, p. 50).

Ora a rapidez na escolha dos meios para atingir o maior bem-estar próprio pode-se chamar prudência (Klugheit) no sentido mais limitado da palavra. Assim sendo, o imperativo que se liga com a escolha dos meios para alcançar a própria felicidade, quer dizer o preceito de prudência, continua a ser hipotético; a ação não é ordenada de maneira plena, mas apenas como meio para outra intenção. (KANT, 2003).

Atos, porém, que são efetuados em semelhança com as virtudes não são realizados justa ou moderadamente se eles próprios forem de um certo tipo, mas unicamente se o agente também estiver numa certa disposição de espírito ao realizá-los: em primeiro lugar ele tem que agir com conhecimento; em segundo lugar, tem que eleger deliberadamente o ato e eleger o ato pelo próprio ato; e em terceiro lugar, o ato tem que brotar de uma estruturação de caráter seguro e duradouro. (ARISTÓTELES, 2002, apud FERNANDES, 2007).

O que Kant entende por lei prática e máxima: segundo Kant, pelas máximas todo ente racional sujeito às tendências age, e tais máximas constituem apenas imperativos hipotéticos; entretanto, teria que haver também e, ao mesmo tempo, uma lei prática, segundo a qual todo ente que se admite racional teria que agir; e tal lei seria mostrada, pois, através de um imperativo categórico. (imperativo categórico) é só um único: Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal. (KANT, 2003).

Já (HÖFFE, 2005 apud FERNANDES, 2007) entende que máximas são condutas fundamentais que dão uma multiplicidade, segue uma máxima quem vive segundo o propósito de ser respeitoso ou irreverente, de portar-se solícita ou indiferentemente em situações de necessidades por mais abstrato que o imperativo categórico possa soar, ele significa a forma suprema de toda a obrigatoriedade, o grau de consumação da racionalidade prática, de maneira que, na sua investigação acerca da oportunidade de atendimento de uma tal legislação, Kant formula os seguintes questionamentos: primeiro, segundo o conceito do dever fundamental para consigo mesmo, o homem que anda pensando em suicidar-se perguntará a si mesmo se a sua ação pode estar de acordo com a conceito da humanidade como fim em si própria. Segundo: pelo que se refere ao dever necessário ou estrito para com os demais, aquele que tem a intenção de fazer a outrem uma promessa enganadora reconhecerá rapidamente que quer servir-se de outro homem somente como meio, sem que este último contenha ao mesmo tempo o fim em si. Terceiro: pelo que respeita ao dever contingente (meritório) para consigo mesmo, não basta que a ação não esteja em contradição com a humanidade na nossa pessoa como fim em si, é fundamental que concorde com ela. Quarto: no que concerne a tarefa meritória para com outrem, o fim próprio que todos os homens têm é a sua exclusiva felicidade. (KANT, 2003).

Dessa forma, Kant determina a Lei Moral como a legislação capaz de exibir uma vontade que pode ser autônoma, formulando o Imperativo Categórico como a atuação dessa lei para todo ente racional finito, num formato que, proporcionar apenas a forma das máximas para as ações, impreterivelmente sem qualquer conteúdo, mostraria seu caráter de universalidade, assim sendo, de uma vontade capaz de ser, por si mesma, a única legisladora universal para suas próprias máximas de ação, portanto, uma vontade prática autônoma.

2.3 O BOM E O MAU – O BEM E O MAL

A vontade é para Kant uma faculdade, como também a petição, e se chama Vontade pura no tamanho em que o conhecimento seja puro, independente de afecções sensíveis, que, em tal caso chama-se razão, a qual também é prática, mediante a simples representação de uma lei, a saber, a lei moral, sendo que esta inclui, a priori, a realidade objetiva de uma vontade pura ou Razão prática pura, cujas ações são possíveis mediante exclusivamente a liberdade, dessa maneira é assim que se pode designar uma definição inevitável da Vontade. (KANT, 2003).

Kant procura a dedução dos conceitos de bom e mau e de bem e mal, ocorrendo que sua primeira ideia revela a impossibilidade de se ter perspicácia, a *priori*, de qual representação de um objeto qualquer será acompanhada de prazer ou de desprazer, de forma que, a princípio, caberia unicamente à experiência estipular o que é rapidamente bom e mau, então seria a ideia do bom, no fim das contas, um ideal, não da razão, mas da imaginação. (DELBOS, 1969 apud FERNANDES, 2007).

Na procura pela bondade ou maldade nas ações, Kant passa a fazer uma explicação acerca da diferenciação entre os conceitos de bom e bem-estar e de mau e mal-estar, entre o fato da língua alemã e da língua latina. O filósofo destaca que há na língua germânica os correspondentes Gute e Böse para os conceitos de bom e mau, e, para os conceitos de bem-estar e mal-estar, Wohl e Weh, ressaltando que:

O Wohl ou Übe [bem-estar ou mal-estar] sempre significa somente uma referência a nosso estado de agrado ou desagrado, de prazer e dor, e se por isso apeteçamos ou detestamos um objeto, isto ocorre somente na medida em que ele é referido à nossa sensibilidade e ao sentimento de prazer e desprazer que ele produz. Mas o Gute ou Böse [bom ou mau] significa sempre uma referência à vontade, na medida em que esta é determinada pela lei da razão a fazer algo de seu objeto; aliás a vontade jamais é determinada imediatamente pelo objeto e sua representação, mas é uma faculdade de fazer de uma regra da razão a causa motora de uma ação (pela qual um objeto pode tornar-se efetivo). (KANT, 2003, p. 205).

Kant identifica na investigação o que entende ser um equívoco de seus antecessores, já que, ao colocarem o fundamento supremo de bom, já no conceito de felicidade, na perfeição, no afeto moral ou na vontade de Deus, portanto, tal seria também o fundamento da moralidade, o que pressupõe em aceitar que a proposição fundamental do conceito de bom representa sempre em algo exterior à própria Razão e, conseqüentemente, heteronomia, pois, “onde a vontade está sob a lei moral, não é lícito para ela fazer-se determinar por qualquer fim.” (HERRERO, 1991, apud FERNANDES, 2007, p. 39).

Para Kant, assim sendo, as definições de bom e mau são conseqüências a priori da vontade e, dessa maneira, não se referem, originariamente, a objetos, como a determinações da unidade sintética do múltiplo aproximadamente dado a uma consciência, no entanto, a uma causalidade da razão pura e pressupõem um princípio prático puro, pois são conseqüências da indicação a priori da vontade, independentemente de qualquer intuição dada aproximadamente.

A comparação da máxima subjetiva com a lei objetiva não seja o motivo determinante da vontade, a lei dá, porém, um tipo para tal ajuizamento, de forma a fornecer naturalmente a conclusão de que, porque cada um sabe que o fraudador age consciente de que nem todos, se pudessem, agiriam da mesma forma que ele, e o desumano age com desumanidade, visto que sabe poder contar com a humanidade alheia, a máxima da ação de ambos, relacionado com uma lei universal, não pode ser fundamento decisivo da vontade geral; e mesmo o julgamento mais comum entende isso. (FERNANDES, 2007).

Nada impede a lei ser simplesmente uma típica para toda ação que se pretenda livre e, dessa maneira, pode oferecer um tipo como o de uma lei da natureza do mundo sensorial; isto é, a lei moral exhibe também um tipo para as ações de liberdade, portanto, leis enquanto tais, de onde quer que elas tirem os seus princípios determinantes, são sob esse aspecto formal-constitutivas idênticas (KANT, 2003). Sendo assim, a liberdade e a natureza têm seus conhecimentos, senão empiricamente, ao menos praticamente marcadas, pelas quais configura que a moralidade, para erguer por suas leis a um mundo superior, pode e deve ser efetuadas nesse mundo. (DELBOS, 1969, apud FERNANDES, 2007).

Kant preocupa-se quanto ao correto uso da Razão pura o leva a justificar apenas o racionalismo da faculdade de julgar como adequado, colocação que esta apresentação crítica da Razão frente à natureza sensível de cada um não tiraria das tendências naturais mais do que a própria Razão pode por si pensar (KANT, 2003). Numa investigação entre quais correntes filosóficas seriam mais danosas para a moralidade, não é natural das pessoas comuns valerem-se da faculdade da Imaginação para as levar até intuições supras sensíveis e, por decorrência, o perigo ao lado do misticismo não seria tão geral. Kant não facilita em apontar o empirismo como a mais prejudicial de todas, mais até que o próprio misticismo, uma vez que este ainda conseguiria ser compatível com a pureza e sublimidade da lei moral.

Kant entende, visto, que, embora a plena compatibilidade com a lei moral em entes racionais finitos não possa encontrar qualquer exemplo na experiência, todavia, uma boa disposição sim; e, já que “a moral exige a determinação incondicional da vontade pela razão” (HERRERO, 1991, apud FERNANDES, 2007 p. 24), nessa firme definição, a moralidade será capaz de ser encontrada na firme disposição da vontade para uma ação em conformidade com a sublimidade da ideia de humanidade em si, informa-se, na busca por aquilo que é realmente bom, não unicamente do que possa ser um bem para o amor próprio.

2.4 A ORIGEM DA ÉTICA E A UNIVERSALIZABILIDADE NA FILOSOFIA MORAL DE PETER SINGER

Singer defende a tese segundo a qual a ética tem as suas origens no comportamento social dos ancestrais humanos e pré-humanos. Comportamentos sociais são padrões de restrições que permitem que indivíduos possam viver em grupos. São importantes para a vida social, porque impedem ataques reiterados e sem limites aos outros membros do grupo (SINGER, 2011, apud OLIVEIRA, 2013). Os comportamentos que estariam na origem da ética são o altruísmo de parentesco e o altruísmo recíproco. Esses dois tipos de comportamento social são naturais, isto é, foram herdados.

No ponto de vista de Singer, o comportamento altruísta é próprio dos humanos, isto é, não é uma determinação da natureza que tenhamos o egoísmo, porém o comportamento interesseiro também está presente em nós. Ter moralidade é um fenômeno ingênito. A moralidade está completamente consolidada e é comum em seres humanos em todo o mundo. Os comportamentos morais podem ser encontrados em todos os grupos sociais, porém as normas aceitas em cada sociedade vão de acordo com os costumes e cultura que se divergem entre as sociedades. (SINGER, 2005).

Singer descreve como a evolução favoreceu a capacidade para a razão que possibilitou a reflexão sobre os tipos de comportamentos sociais como o altruísmo de parentesco e o altruísmo recíproco, o que permitiu que os humanos questionassem seu comportamento social herdado para chegar aos costumes sociais e às teorias éticas. Ao mostrar que a capacidade para a razão e a reflexão desempenha um papel central na construção dos costumes sociais e da ética, Singer pretende afastar-se da sociobiologia de Edward O. Wilson que sugeriu proceder as normas morais da explicação naturalista da natureza humana. Wilson (durante as décadas de 1970 e 1980) defendeu que nada que não seja natural possui valor moral (FELIPE, 2009, apud OLIVEIRA 2013). Entretanto, no ponto de vista de Singer, ter ações morais pode levar a ações que seriam consideradas como não naturais na visão limitada de Wilson. A contrariedade da visão de Wilson é que ela não descreve satisfatoriamente as características do raciocínio moral que não podem ser reduzidas às descrições naturalistas do comportamento e da psicologia dos seres humanos.

A ciência com suas descobertas ajuda a entender como ocorrem os processos biológicos que afetam o comportamento dos seres humanos, por exemplo, as implicações da seleção de parentesco, o funcionamento dos sentimentos morais (a compaixão, a culpa, a confiança, a desconfiança etc.), do altruísmo, da reciprocidade, da sede de justiça, a razão pela qual os seres humanos se importam com os demais, a predisposição para alguns comportamentos violentos, a obtenção de conhecimento, entre outros aspectos importantes. (SINGER, 2005).

Ao mesmo tempo, os avanços científicos contribuem de forma indireta para a ética normativa ao modificar o modo como se deve olhar o debate sobre a origem da ética. Os avanços da teoria da evolução não implicam diretamente princípios normativos, mas ajudam a enfraquecer algumas concepções da ética que levam a determinadas conclusões normativas (OLIVEIRA, 2013, p. 29).

Especificamente, o objetivo não seria contestar as regras normativas, mas contrapor as justificativas originais para elas. Desse modo, a teoria de que Deus deu a Adão direito sobre todas as coisas que se movem sobre a terra, sobre as aves no ar e sobre os peixes no mar segue exercendo influência ainda hoje nas atitudes das pessoas em relação aos animais não-humanos, que são tratados como objetos para realizar as cobiças dos humanos. “Mas a teoria da evolução rechaçou a ideia da existência de um primeiro Adão ou do Jardim do Éden e desafia concepções que concebem uma diferença ontológica entre as espécies”. (SINGER, 2005, p. 29). De acordo com a teoria da evolução, a diferença é apenas de grau, o que permite falar em continuidade entre a anatomia, a fisiologia e a vida mental. Para Singer, a teoria da evolução derrubou os fundamentos racionais da ideia de que os seres humanos foram criados à parte dos animais, o que abre caminho para a contestação das justificativas das ideias morais baseadas nessa crença e, portanto, o aniquilamento da sua aplicação prática no cotidiano.

Outra explicação para a origem da ética contestada por Singer afirma que o comportamento social não é natural, pois consiste em um fenômeno unicamente ligado a cultura da sociedade. Os relatos antropológicos têm mostrado que as diferentes sociedades possuem diferentes normas morais. A interpretação corrente desses relatos é a ideia de que para discutir ética precisaríamos focar a nossa atenção sobre as culturas particulares e os fatores sociais e históricos que as levaram a desenvolver os seus próprios códigos morais. (SINGER, 2011 apud OLIVEIRA, 2013). Com o desenvolvimento da teoria da seleção natural, as bases científicas das visões que consideram a natureza humana como completamente flexível têm sido colocadas à prova. É incontestável, para Singer, que existem alguns elementos comuns que são eternos na diversidade cultural. Entre esses elementos comuns muitos são relacionados ao altruísmo de parentesco e ao altruísmo recíproco que são observados, também, em outros animais sociais.

Nesse sentido, a preocupação com o outro, a cooperação e a reciprocidade mesmo em suas formas mais incipientes não são uma invenção cultural (que poderia, certamente, surgir em qualquer sociedade), mas, ao contrário, são parte do processo de evolução e já estavam presentes antes mesmo de os seres humanos terem desenvolvido a sua capacidade para a razão (SINGER, 2011, p. 3-4, 24).

“No ponto de vista de Singer, aliar-se à instituição da moral é utilizar a linguagem e o raciocínio que evoluem necessariamente a universalizabilidade.” (SINGER, 2005, p. 333). A universalizabilidade seria análoga ao —ponto de vista do universo.

Em meu modo de ver, [o ponto de vista do universo] é uma manifestação importante e correta, que é análoga ao modo em que R. M. Hare argumenta em *Freedom and Reason*. A analogia fica mais evidente se a ideia de Sidgwick é apresentada do seguinte modo: se uma pessoa interessa-se exclusivamente pelo que lhe concerne, e não se preocupa por fazer o que é bom em um sentido universal, não há argumento que seja capaz de forçá-la a se preocupar pelos interesses dos outros. Mas se a pessoa declara, ao contrário, que ajusta a sua vida ao que é moralmente bom, então, a universalidade implícita que existe em sua postura nos autoriza a sustentar que, de maneira consistente, não pode dedicar uma maior atenção a seus próprios interesses —simplesmente pelo fato de serem seus próprios interesses —do que a dedicada aos interesses dos outros. (SINGER, 2003 apud OLIVEIRA, 2013, p. 66).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta as pesquisas e trabalhos utilizados na realização desse artigo podemos chegar à conclusão de que a moral existe no mundo todo, porém cada sociedade tem suas normas de acordo com sua cultura e necessidade. Moral e ética ainda hoje são usadas como sinônimos, porém suas definições são diferentes. A moral é o conjunto de regras que determinam o comportamento dos indivíduos em um grupo social. O sujeito moral é aquele que age bem ou mal na medida em que acata ou fere as regras morais admitidas em determinada época ou por um grupo de pessoas. Já a ética é uma reflexão sobre as noções e princípios que fundamentam a vida moral. Essa reflexão orienta-se nas mais diversas direções, dependendo da concepção do ser humano tomada como ponto de partida. A importância da filosofia moral é a de entendermos nossas ações no dia a dia, tanto as boas como as más, e tentar fazer a diferença a partir da reflexão.

Kant tentou confirmar em seus trabalhos que era possível criar para a moral leis universais como as do conhecimento científico, sem levarem em conta os atos efetivamente praticados, quer fossem bons ou maus. O legislador supremo da moralidade é a razão humana. O que importa na moralidade de um ato é o respeito a própria moral, a própria consequência de seus atos. A moralidade (razão prática) tem que ser pura. Esta pureza inteligível dá-lhe a primazia sobre o conhecimento (razão teórica), no qual o elemento inteligível está necessariamente contaminado pelos dados sensíveis. Para Kant, o que era bem e mal e depois formulava uma lei moral, segundo Kant a lei moral é que dá a definição do conceito de bem e mal. Não importa o que faço, mas como faço aquilo que tenho a intenção de fazer.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: Introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 1988.

CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. 13 ed. São Paulo, Ática, 2005.

FERNANDES, Paulo Cezar. **A Filosofia Moral de Immanuel Kant: A Virtude, A Ética e o Direito.** 2007. 241 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, Marília, 2007.

OLIVEIRA, Anselmo Carvalho de. **Fundamentos da filosofia moral de Peter Singer / Anselmo Carvalho de Oliveira.** – 2013. 192 f. - Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2013.

KANT, Emmanuel. **Metafísica dos costumes.** Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2003.

SANCHES, M. A. **Bioética: ciência e transcendência.** São Paulo: Loyola, 2004.

SINGER, Peter. **Ética prática.** Tradução Jeferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Vida Ética: Os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade.** Tradução Alice Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 2011.

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1994-2002) E LUIZ INACIO LULA DA SILVA (2002-2010)

MARTINS, Lorena da Costa¹⁷

LUIZ, Joel Marques¹⁸

BRAGA, Isabela Cristina Marins¹⁹

Resumo: Tendo como objetivo desenvolver pesquisa em relação ao acesso ao ensino superior durante os governos Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) até o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), o presente artigo estabelece meios para que o assunto seja justificado de maneira que possamos entender como foi o acesso ao ensino superior durante os dois governos. Primeiro descreve-se sobre o acesso ao ensino superior no Brasil, contando quando e onde surgiram as primeiras instituições de ensino superior e falando sobre as instituições públicas e privadas. O segundo capítulo tratou do acesso ao ensino superior no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), falando sobre os dois mandatos de FHC e quais as melhorias que o ensino superior teve. Posteriormente, descreveu-se no terceiro capítulo o acesso ao ensino superior no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, falando sobre os projetos de reforma da educação superior no Brasil durante seus dois mandatos, e sobre os programas educacionais como o Programa Universidades para Todos (PROUN), e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Palavras chaves: Ensino Superior; Governo FHC; Governo Lula.

1 INTRODUÇÃO

Com os avanços tecnológicos da década de 90, a informatização das comunicações e serviços, trouxe um novo padrão de estilo de vida que demandava mais que apenas simples treinamentos no uso de ferramentas, buscavam-se uma maior especialização da sociedade através da educação, que é um requisito básico para se exercer a plena cidadania e auxiliar a população a se inserir no mercado de trabalho.

Em seu mandato Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002) fez uma mudança na concretização de reformas que já estava em andamento após a aprovação da Constituição Federal de 1988, uma das mais importantes foi a educação nacional. A educação do governo do FHC empenhou-se em regulamentar uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, lei nº. 9.394, de 1996), que chegou a aprovar inclusive o que seria a principal medida da nova lei de educação: o novo Plano Nacional de Educação (lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001).

Enquanto o governo de Fernando Henrique Cardoso teve um crescimento na educação que ocorreu principalmente da 5ª a 8ª série indicando que mais alunos estavam terminando o ensino fundamental, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva teve um crescimento de taxa de matrículas muito baixa não só nas séries iniciais, mas também nas séries finais.

O primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva teve um foco especial no PROUNI, e na proposta de reforma do ensino superior e se tratando de políticas para o ensino superior

¹⁷ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaf – FACTU.

¹⁸ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaf – FACTU.

¹⁹ Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília, instituição pela qual concluiu o mestrado em Educação em novembro de 2012, financiado pela Capes, através de bolsa de estudos. Administradora e professora do ensino superior.

privado, o seu governo se diferencia do antecessor em relação a não dar tanto entusiasmo a criações de novas instituições, mais sim nas manutenções das que já existem.

Com base no exposto acima, o presente estudo busca responder a seguinte questão problema: Quais avanços podem ser identificados entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010)? O objetivo geral é demonstrar as propostas políticas educacionais no acesso ao ensino superior no governo de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, procurando problematizar e analisar os avanços que podem ser identificados na educação superior. Observou em especial a educação nacional e o ensino superior privado, que poderá servir de base para futuros trabalhos similares ou aprofundamento do tema referido. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, utilizando também dados quantitativos.

Este estudo está dividido em três partes: a primeira parte trata do acesso ao ensino superior no Brasil, a segunda trata das reformas em âmbito educacional no governo Fernando Henrique Cardoso; a segunda parte fala sobre as mudanças ocorridas na educação durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

As primeiras instituições do ensino superior foram criadas em 1808, e as universidades mais recentes foram criadas na década de 1930, o sistema do ensino privado teve um desenvolvimento precoce em comparação ao ensino público. Em 1960 este setor teve algumas características novas, que foi o sistema público e privado que teve algumas missões e objetivos semelhantes ao anterior (VAHL, 1980).

Segundo o autor supracitado o ensino e a pesquisa estavam concentrados na criação do ensino superior com interesse público e a liberdade acadêmica, os países em desenvolvimento tinham sido afetados de modo particular por um fenômeno de crescimento de um novo ensino superior privado que teve uma expansão que não o prejudicou.

Algum tempo atrás os países que concentrava a pesquisa despertaram pouco interesse sobre o ensino superior, nos últimos anos os pesquisadores começaram a desenvolver uma preocupação com os efeitos e significado do novo ensino privado.

Segundo Valle e Sato (2011) o ensino superior centralizava até no final da década de 1980 com dois tipos de universidades, as públicas que o estado mantinha, e as católicas que dependia parcialmente dos recursos públicos, outras instituições privadas de pequeno porte e de pouca importância eram reprimidas pelas universidades.

Em primeiro lugar uma pequena parte do ensino superior nas universidades foi constituída até a década de 1980, em segundo lugar as instituições de escolas superiores criadas sem lucros por elites locais que multiplicou na década de 1960.

No pensamento de Geiger (1986) no Brasil o ensino superior foi preocupante com a expansão do setor privado e teve uma literatura a respeito do ensino superior que consiste em uma grande parte dos estudantes do ensino privado em defesa da universidade pública, podemos diferenciar nesse período que uma grande parte das transformações é acompanhada pelas políticas que ocorreram no país.

Em 1930 com a fundação do governo autoritário de Getúlio Vargas (Estado Novo) foram criadas as primeiras universidades no país. Em 1945 encerra esse período com a queda de Vargas e a redemocratização do país inicia um novo período que vai até 1964 que foi caracterizado pela grande universidade pública. Em 1964, que foi o período seguinte, foi instalado um período autoritário, durante a reforma do sistema privado que desenvolveu rapidamente na constituição (GEIGER, 1986).

Com o aparecimento das universidades em 1920 a primeira diretriz geral para o ensino superior o Estatuto das Universidades Brasileiras foi criada em 1931, que consagrou a organização das universidades a partir das faculdades isoladas, a primeira universidade brasileira foi a Universidade do Rio de Janeiro (JACOB, 1997).

Mais recente foi iniciado o período de processo da democratização gradual do país, em 1985 e marcada pela constituição de 1988, por uma lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 com econômicas e educacionais e profunda transformação política.

2.2 ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)

Segundo Abreu (2010) no final dos dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), teve-se um aumento na educação no país, desde então os desafios voltaram ao ensino infantil até o ensino médio, como também na educação superior, que se buscava a melhoria da educação privada, e a ampliação da rede pública.

Em Santa Catarina no ano 2000 apenas 5,8% da população acima de 25 anos de idade tinha um título universitário, 37,7% tinha concluído o ensino médio, e apenas 0,3% da população tinha um título de mestrado ou doutorado, ou seja, 5,7% era formado em nível superior. Isso e apenas uma continuidade organizacional pela fragmentação e pela privatização (CUNHA, 2000, p. 151-204).

O Plano Nacional de Educação de Portadores de Necessidades Especiais (PNE) foi publicado no ano de 2001, um dos principais objetivos desse documento teve como meta, o aumento da democratização no acesso à educação superior.

Belloni (2008) diz que os cadastramentos educacionais tiveram um período de tempo muito curto após a formulação do PNE, que foram indicados que não estão sendo relativamente cumprido, especialmente em valores quantitativos que foi estabelecido no Plano, o atendimento teve uma proporção de 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, e 40% das matrículas foram em instituição pública.

Segundo o mesmo autor um dos objetivos para os Portadores de Necessidades Especiais em 2001 era que 30% da faixa etária de 18 a 24 anos estivessem cursando o ensino superior. A democratização do ensino superior está acontecendo com mais pessoas que estavam excluídos do sistema de ensino, os concluintes recentes do ensino médio deveriam ser favorecidos pelas políticas públicas, mais uma vez eles não estão conseguindo se beneficiar.

O foco do governo de Fernando Henrique Cardoso era a avaliação do ensino superior, que saiu da dimensão institucional para a dimensão individual. O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) era simplesmente desacelerado, segundo a lei nº 9.131/95 dizia que as avaliações periódicas das instituições e dos cursos de ensino superior teriam vários critérios que abrangia vários fatores, que determinava a eficiência das atividades do ensino e a qualidade da pesquisa em extensão (CUNHA, 1997).

Todos os estudantes dos últimos anos dos cursos superiores de graduação do país eram obrigados terem o Exame Nacional de Cursos, no qual os resultados eram relativos a cada instituição de ensino.

Segundo Cunha (2002) depois de dois anos o Exame Nacional de Cursos foi rejeitado pelos estudantes que fizeram uma comparação ao provão, no qual teve uma aplicação de processos dos primeiros testes, o Ministério da Educação resolveu montar um novo dispositivo de avaliação, já que não tinha como defender o provão com apenas alguns argumentos.

Segundo o mesmo autor em novembro de 1996, 55 mil estudantes de 616 instituições foram chamados ao provão, o MEC fez um cálculo do qual 4% dos estudantes entregaram a

prova em branco, os alunos que entregaram a prova em branco tiveram nota zero, o resultado da avaliação foi divulgado em abril de 1997, tiveram cursos com excelente nota média e outras de procedência duvidosa.

O processo de meios de comunicação em massa recebeu várias críticas do resultado da avaliação, no qual o ministro anunciou que as faculdades que tiveram notas baixas teriam uma comissão especializada para que se torne apto ao Conselho Nacional de Educação.

O processo de ampliação teve um efeito reduzido pela representação privatista na Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação pelo mecanismo de política no Congresso Nacional. Segundo Ribeiro (2002) o provão teve uma principal oposição que veio do setor privado, que preferiu não mostrar o baixo desempenho dos estudantes, em comparação com o setor público, por uma ilícita razão os estudantes das instituições públicas rejeitaram do mesmo jeito.

O estatuto de 1931 fez referência do primeiro documento legal para o ensino superior brasileiro idealizada pelas universidades brasileiras, que teve aglomeração de escolas, faculdades ou instituto. Embora as faculdades majoritárias fossem postas em segundo plano as instituições de segunda classe foram desaparecendo, e as instituições foi se ocupando plenamente do ensino superior (CUNHA, 2002).

As universidades tinham uma característica essencial que se estendia somente com a justaposição de uma escola de Engenharia, Direito, e Medicina, uma delas poderia ser substituída pela faculdade de Filosofia, Ciências ou Letras.

A Comissão Nacional fez um relatório para a Reformulação da Educação Superior de 1986, no qual as universidades foram criticadas no âmbito governamental, que teve proveito da universidade especializada por campo de saber, ou seja, pelo reconhecimento universitário para o tipo de instituições pelo privilégio da autonomia.

Segundo Ribeiro (2002) o ensino superior atribuiu um formato com base na LDB-96, que ao projetar modificações importantes no que existe a respeito da fronteira entre a esfera pública e a esfera privada, o decreto determinou que as escolas privadas demonstrassem o movimento financeiro que empregava pelo menos 60% das mensalidades escolares a pagamento de professores e funcionário, que tivesse uma apuração nas bolsas de estudo que oferecesse benefícios sociais dos hospitais de ensino.

Segundo o mesmo autor o decreto nº 2.306/97 tinha uma organização que adotavam cinco formatos diferentes: centros universitários; universidades; faculdades integradas; institutos superiores ou privadas; faculdades, o Brasil tem sido utilizado como sinônimo que não se distinguem faculdades e institutos.

Os centros universitários foi uma grande novidade definidos como as instituições de ensino curriculares que abrangem uma área de conhecimento que foi caracterizada pelo excelente ensino oferecido pela qualidade do corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico, eles tinha o privilégio da autonomia para organizar, extinguir, e criar as sedes, cursos e programas de educação superior, atribuídas pelo Conselho Nacional de Educação (RIBEIRO, 2002).

Ainda segundo Ribeiro (2002) das 156 faculdades isoladas, 92% delas são privadas, que a maioria das instituições perde a sua posição majoritária no alunado das universidades, que envolve 64,5% dos estudantes, os maiores centro universitários tem cerca de um décimo de matrículas, a maioria está no setor privado, praticamente os centros de educação tecnológica estão no setor público, que representa uma parcela rara para a oferta do ensino superior, o segmento homogêneo das universidades públicas não são constituído, porém são 39 universidades federais, no qual é dotada a carreira docente.

O ensino superior brasileiro tem outra característica importante que é a gratuidade dos cursos de graduação e de pós graduação nas instituições públicas, embora exista de fato desde os anos 50, que passou a ser garantida de direito pela Constituição de 1988.

O governo federal oferece o Programa de Crédito Educativo para o setor privado que tem benefícios para reembolsar o valor das anuidades em um prazo de 5,0% maior que o financiamento com a carência de anos.

O curso de graduação ultrapassou três milhões, e praticamente 67% superior, e 1,8 milhões de 1995. Os alunos se dividem entre as instituições públicas e privadas, na razão de 31% para 69% respectivamente, segundo Cunha (1997) a razão de 1995 era de 39% para 69% respectivamente no que mostra o aumento do tamanho do setor privado em relação ao alunado.

Segundo o mesmo autor o grande crescimento das universidades privadas de 1985 e especialmente em 1995 fez com o que o ensino brasileiro invertesse os termos de inequação tradicional, os estudantes matriculados em universidades eram sempre minoria diante dos seus colegas de faculdades isoladas, mais a situação foi revertida, pois em 2002 cerca de 2/3 do alunado frequentava cursos em universidades majoritárias situada no setor privado.

Com a grande demanda várias vagas não foram preenchidas tanto no setor público quanto no setor privado, nas instituições públicas permaneceu 12 mil vagas desocupadas em 2002, por falta de candidatos para preencher os requisitos.

As instituições privadas têm critério bem mais flexível que apresenta 360 mil vagas preenchidas no ano de 2002 com a razão de ampliar o número de vagas solicitado de modo que pratica uma espécie de reserva de mercado futuro.

As mudanças no mecanismo de acesso ao ensino superior nos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso era eliminar a obrigatoriedade dos exames de vestibulares, que pretendia resolver dois problemas ao mesmo tempo, que era estabelecer um padrão de qualidade ao ensino médio em rápido crescimento no qual influenciava a qualidade do ensino, e o outro era reduzir os custos dos candidatos concorrentes aos cursos superiores especialmente nas universidades privadas que realizava vários exames ao longo do ano para preencher as vagas que estavam disponíveis (RIBEIRO, 2002).

No governo FHC ficou evidente a conexão do desenvolvimento científico tecnológico no qual a universidade teria um papel estratégico para o desenvolvimento econômico.

2.3 ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O projeto de reforma da educação superior brasileira no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Neste período foram indicados três ministros da Educação (MEC), Cristovam Buarque (2003 a 2004), Tarso Genro (2004 a 2005) e Fernando Haddad (2005).

Entre a primeira e a segunda gestão do MEC foi possível registrar um rompimento entre as prioridades e linhas de ação do Ministério, a segunda e a terceira teve como característica marcante a continuidade da política.

Segundo Durham (2003) ao sublinhar que o governo anterior tinha condições favoráveis para inserir a discussão e implementar uma reforma na educação superior do país e não fez, é necessário reconhecer que o atual governo aceitou o desafio, este tema sempre esteve em pauta na agenda do governo de forma menos sistemática, no início ocupando um espaço cada vez maior ao passar do tempo.

Em 2003, durante a gestão de Cristovam Buarque o MEC participou da organização de três eventos, com o objetivo central de repensar a universidade, o que segundo Trindade (2003), tratou-se no primeiro ano de governo a questão em seminários nacionais e internacionais sem que tivesse um compromisso com um cronograma de ações voltado para sua implementação.

Várias medidas foram adotadas ao longo do governo Lula, em torno da elaboração do projeto de reforma da educação brasileira, foi encaminhado o Projeto de Lei nº. 3.627/2004,

que determina o Sistema Especial de Reserva de Vagas para os estudantes afastados de escolas públicas, em especial aos negros e indígenas nas instituições públicas federais de educação superior, a expansão da rede federal de ensino superior, a ampliação do atendimento via educação a distância, a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (SANTOS 2005).

Segundo o mesmo autor, no ano de 2003 o governo estabeleceu um grupo de trabalho interministerial, que foi coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racional (SEPPIR) e pelo MEC, formado por representantes de oito órgãos do governo federal, resultando no projeto de Lei nº. 3.627/2004, encaminhado ao legislativo que determina o Sistema Especial de Reservas de Vagas para estudantes afastados de escolas públicas, em especial aos negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior.

As maiores visibilidades das iniciativas do governo Lula foram no campo da educação superior, com referência da expansão da rede federal de ensino superior com a criação de 15 universidades entre 2003 e 2007.

A expansão do ensino superior pelo modo da iniciativa privada foi provocada de modo formal pelo governo, por meio do Programa Universidades para Todos (PROUNI), criado pela Medida Provisória nº. 213, de 10/09/2004, o programa dedica-se a privilegio de bolsas de estudos integrais e parciais, de 100% ou 50% a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e continuação de formação específica em instituição privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos (MANCEBO 2004).

O PROUNI colabora para regulamentar os privilégios de bolsas, a União deve oferecer uma bolsa para cada nove alunos regularmente matriculados em cursos nas instituições, o que levou ao PROUNI a sofrer várias críticas por autores das IES públicas.

a principal crítica dirigida a essa iniciativa governamental é a de que os recursos que deixarão de ser arrecadados com a inserção de impostos poderiam ser aplicados na ampliação da oferta de vagas nas instituições públicas. Portanto, para alguns críticos da proposta, o Estado estaria comprando vagas já existentes e ociosas, e ao mesmo tempo oferecendo um serviço de qualidade duvidosa. Por sua vez. Os dirigentes do MEC argumentam que o grau de evasão fiscal nesse nível de atividade empresarial é tão elevado que aquilo que se deixaria de arrecadar seria irrisório comparado com o benefício que a ampliação do acesso à educação superior poderia oferecer (CORBUCCI, 2004, p. 649-650).

Mancebo (2004) indica que o programa pode não implicar uma redução dos recursos estatais para a educação superior pública, mas não deixa constituir uma realocação de verbas, aquela até então auferidas da iniciativa privada com a cobrança fiscal e que deixarão de ser para a compra das vagas.

O PROUNI mesmo com todas as polêmicas entrou em vigência em 2005, que disponibilizou cerca de 415 mil bolsas ao público alvo do programa, 268 mil bolsas integrais e 147 mil parciais.

Uma das mais recentes das mudanças implementadas pelo MEC no campo da educação superior foi relacionadas à ampliação e democratização do acesso ao ensino superior, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O REUNI foi instituído pelo Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, no bojo das ações do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação – PDE tendo como finalidade criar condições para a ampliação do acesso a permanência na educação superior, como comenta Cunha (2007) ainda que o REUNI tenha recebido críticas variadas, principalmente por não levar

em conta as peculiaridades das universidades federais, ele pode vir a impulsionar o crescimento do alunado desse segmento do ensino superior.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade atual está sendo cada vez mais exigência pela necessidade de educação permanente e de novos conhecimentos, dessa maneira a população está buscando ampliar o seu acesso a uma educação formal.

A busca pela ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil não é atual, pois as conquistas dos últimos anos estão referidas às universalizações do ensino fundamental e a ampliação progressiva de jovens ingressados no ensino médio.

Primeiramente, as universidades eram instituições de elite, com o passar do tempo veio a ampliação do acesso ao ensino superior, em seguida, veio a massificação de nível de ensino, que se tornou realidade em alguns países.

Quando se fala de universalização do acesso ao ensino superior ou mesmo de massificação não está dizendo de um mesmo ensino superior, e sim das diferenças das instituições e dos cursos e uma condição diferente de atendimento e de interesses.

A ampliação do acesso ao ensino superior é muito dramática no Brasil, pois o percentual de jovens com idade entre 18 e 24 anos cursando esse nível de ensino ainda é muito baixo.

Sobre a ampliação do acesso há outro complemento relacionado, que precisa ser considerado. Quais avanços podem ser identificados entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010)? No governo de Fernando Henrique Cardoso teve um aumento na educação que estava voltada mais para o setor do ensino infantil até o ensino médio, e também na educação superior, que buscava uma melhor educação privada, e uma ampliação da rede pública. O governo de Fernando Henrique Cardoso teve um foco maior na avaliação do ensino superior que era na dimensão individual.

Com base na LDB-96, projetou modificações importantes na esfera pública e na esfera privada, que determinou que as escolas privadas tivessem o movimento financeiro que empregava pelo menos 60% das mensalidades.

O ensino superior no governo FHC teve alguma característica importante que foi a gratuidade dos cursos de graduação e de pós graduação nas instituições pública e ficou perceptível a conexão do desenvolvimento científico tecnológico, no qual a universidade teria um papel estratégico para o desenvolvimento econômico.

Já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva teve um processo de implementação da reforma de universidades, que conseguisse diferenciar as instituições por mérito e desempenho. Por outro lado, não notava nenhuma proposta duradoura e nem integrada para uma nova política para o ensino superior e avaliação, nos primeiros meses de governo aconteceu apenas iniciativas pontuais.

Sem um sistema de avaliação que coincida com a qualidade de ensino, fica improvável dar continuidade a uma política capaz de permitir os abusos do setor privado de ensino de massa, pois a ação sindical dos docentes tem se reservado ao setor público.

No governo Lula, tiveram poucas perspectivas de uma reforma profunda em realizações do período anterior, sem que seja a consolidação de um sistema de credenciamento baseado em avaliações institucionais, e em programas educacionais.

Enquanto no governo de Fernando Henrique Cardoso teve um crescimento na educação o governo de Luiz Inácio Lula da Silva teve uma expansão das universidades, e programa de educação como o PROUNI.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Aparecida Azevedo. **Educação**: um novo patamar institucional. Revista Novos Estudos (CEBRAP). São Paulo: n. 87. Julho, 2010. p. 131-143.

BELLONI, I. **A educação superior dez anos depois da LDB/1996**. In: BRZEZINSKI Iria (Org.). LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008. p. 149-166.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educação e Sociedade**. Campinas, 2004, vol. 25, n. 88, p. 677-701.

CUNHA, L.A. **A nova reforma do ensino superior**: a lógica reconstruída. In: TRINDADE, H.; BLANQUER, J-M. (Org.). *Os desafios da educação na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, L.A. **A nova reforma do ensino superior**: a lógica reconstruída. In: TRINDADE, H.; BLANQUER, J-M. (Org.). *Os desafios da educação na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, L. A. **Ensino Superior e Universidade no Brasil**. In: FARIA FILHO, Luciano

Mendes; VEIGA, Cynthia Greive; LOPES, Eliane Marta Teixeira (Orgs.). 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

CUNHA, L.A. **Política para o ensino superior**: do GERES à LDB. *Sociedade & Estado*, Brasília, v. 12, n. 1, jan/jun. 1997.

CUNHA, L.A. **O público e o privado no ensino superior brasileiro**: Fronteira em movimento? *Avaliação*, Campinas, v. 2, n. 4, dez. 1997.

CUNHA, Luiz Antonio. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. **Educação e Sociedade**. Campinas, 2007, vol. 28, n. 100, p. 809-829.

DURHAM, Eunice. Autonomia, controle e avaliação. MORHY, Luro (Org.). **Universidade em questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, vol. 1, p. 275-304.

GEIGER, Roger L. **Private Sectors in Higher Education: Structure, Function and Change in Eight Countries**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1986.

JACOB, Vera Lúcia. **Poder do estado e poder dos docentes**: um olhar sobre o movimento docente na UFPA. – Belém-PA: SPEP/GRAPHITE, 1997.

MANCEBO, Deise. “Universidade para todos”: a privatização em questão. **Proposições**, 2004, v. 15, n. 3 (45), p. 75-90.

RIBEIRO, M.G.M. **Educação superior brasileira**: reforma e diversificação Institucional. Bragança Paulista: Univ. São Francisco, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2^a Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TRINDADE, Hélio. A urgência da autonomia universitária. MORHY, Lauro (Org.). **Universidade em questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, vol. 1, p.259-274.

VAHL, T. R **O acesso ao ensino superior no Brasil**. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1980.

EXPECTATIVA DOS ALUNOS DO CURSO DE DIREITO COM A CARREIRA E FORMAÇÃO

CONCEIÇÃO, Estrogildo Vieira da²⁰

SOARES, Raul Dias²¹

BRAGA, Isabela Cristina Marins²²

RESUMO: O presente artigo tem como finalidade investigar qual a expectativa dos alunos do ensino superior de direito em relação à formação e carreira, também as dificuldades enfrentadas pelo egresso no decorrer do curso, e após a formação ao ingressar no mercado de trabalho. Tendo em vista que o mercado é bastante seletivo e exigente, pelo fato de se ter uma grande quantidade de profissionais inseridos e muitos outros em plena formação verificam-se vários obstáculos para conseguirem formar-se e especializar-se, já que não pode simplesmente terminar a parte acadêmica e se acomodar, pois o mercado é extremamente dinâmico e exige profissionais bem qualificados (FERRAZ JR, 1980). Vale ressaltar que o curso de direito é apenas um passo para se chegar ao mercado de trabalho, pois o processo de aprendizagem deve ser contínuo e progressivo. O bacharel tem um leque muito vasto de opções no mercado, desde ser um profissional autônomo, ou se dedicar à carreira jurídica pública. Grande parte dos alunos procura as faculdades de direito como forma de ingressar na elite nacional. Outros já visam concursos públicos, para também seguir uma carreira jurídica. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como método o estudo de caso, com os alunos do 1º e 9º períodos do curso de Direito, do primeiro semestre de 2016, de uma instituição de ensino superior privada, na cidade de Unai-MG. Trata-se de uma abordagem qualitativa, foi aplicado um questionário com questões de múltipla escolha, para conhecer as expectativas destes alunos, com relação à profissão escolhida.

Palavras-chaves: Ensino Superior. Bacharel em Direito. Mercado de Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

A inquietação para elaboração desse trabalho advém da observação da dificuldade do aluno recém saído do ensino médio, que inserido em um novo ambiente extremamente formal, com linguagem específica, se depara com a necessidade de fazer pesquisa e escrever artigos com metodologia e conteúdo jurídico.

Esse aluno é lançado no curso de graduação em direito e precisa ter uma transição do estado receptor universal de informações para o de acadêmico num campo de saber que padece de dificuldades quanto o seu caráter científico diante de sua dupla identidade: interatividade e normativa (FERRAZ JR;1980, p.15).

Grande parte dos alunos procuram as faculdades de direito como forma de entrar na elite nacional, pelo status financeiro e posição social. Outros já fazem tal escolha por ser um curso superior de grande abrangência, seja para concursos públicos, mas também para seguir uma carreira jurídica como advogado, professor.

²⁰ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

²¹ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

²² Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília, instituição pela qual concluiu o mestrado em Educação em novembro de 2012, financiado pela Capes, através de bolsa de estudos. Administradora e professora do ensino superior.

Muitos procuram o direito para saber mais sobre seus direitos e obrigações como cidadão, daí então entra em uma das carreiras mais belas e prestigiadas e respeitadas do mundo. O direito vai muito além de advogar, quem o cursa tem uma visão bastante ampla.

Tem uma maneira diferente em portar-se em relação aos seus próprios direitos, desde algum produto de consumo até o lazer e com isso aprende a sair do conformismo. (JORNAL UNIARP, por DÉBORA TIBES).

Com base no exposto, este estudo buscará responder a seguinte pergunta norteadora: Qual a expectativa dos alunos do curso de direito quanto à formação e à carreira? O Campo de estudo alvo desta pesquisa é o curso de direito da Faculdade de Ciências e Tecnologias de Unaí (FACTU), que atua na região há 16 anos, com uma quantidade significativa de alunos matriculados no curso. Desse modo, o objetivo geral é analisar qual a expectativa dos alunos do ensino superior do curso do direito em relação à carreira e formação.

Para alcançar o objetivo proposto, parte-se dos seguintes objetivos específicos: a) investigar o que motivou os alunos a buscarem o curso de direito e, b) verificar como os alunos enxergam a atuação do bacharel em direito em Unaí MG e região.

Este artigo está dividido em quatro partes: a primeira analisa a evolução do direito no Brasil; a segunda parte trata do mercado profissional para a área do Direito; a terceira parte contempla a metodologia utilizada neste estudo e, por fim a quarta parte disserta sobre a análise e discussão dos resultados sobre a expectativa dos alunos do curso de direito, quanto a sua formação e carreira.

2 A EVOLUÇÃO DO DIREITO NO BRASIL

Segundo Levenhagen (1996) o direito era limitado a poucos países onde o Brasil fazia parte dessas restrições vindo a receber o direito de fato posteriormente a sua independência em 1822 e ainda assim o direito português continuou vigente entre nós por algum tempo, embora inovações fossem introduzidas nas Ordenações.

De acordo com o autor supracitado, em novembro de 1832 foi promulgada uma “disposição provisória” que modificou e inovou dispositivos das ordenações. Nessa ocasião foi abolida, por exemplo, a réplica e tréplica, aboliu se ainda qualquer embargo antes da sentença final exceto nas ações sumárias.

A vigente lei processual, muito embora não se revista da perfeição que se esperava, apresentava-se bem mais aprimorada do que código de 1939, da qual corrigiu muitas falhas e defeitos.

Promulgada a constituição de 24 de fevereiro de 1891, foi atribuída aos estados de competência para legislar sobre Direito processual civil e penal, como a cerca de suas organizações judiciárias, cabendo privativamente a união legislar sobre o direito substantivo civil, comercial e penal e sobre o processo na justiça federal.

O Código Civil é um conjunto de normas jurídicas que declaram os direitos e obrigações das pessoas nas esferas familiar e patrimonial, a fim de que seja possível manter-se a harmonia social, impedindo que uns ultrapassando os limites de seus direitos, venham a prejudicar os direitos dos outros.

3 O MERCADO PROFISSIONAL PARA A ÁREA DO DIREITO

É de extrema importante frisar que o curso de direito é só um passo para se chegar ao mercado de trabalho, e também importante ver que o ensino aprendizagem em relação a ele é contínuo e progressivo. Com o dinamismo que o mercado apresenta também deve ser o profissional, ao terminar a graduação tem-se a pós-graduação e cursos de extensão.

O bacharel tem um leque muito vasto de opções no mercado, são muitas oportunidades de trabalho, desde a mais comum, como profissional autônomo a mais sofisticada. O mercado tem deficiência de juízes promotores, advogados para os novos ramos do direito, o que as grandes corporações buscam e tem dificuldade para encontrar disponível no mercado (OGUSOKO 2011).

O desenvolvimento da economia brasileira torna as relações um tanto mais complexas, no mercado interno como no cenário internacional. As privatizações, a entrada de capital estrangeiro, e mais alguns eventos que geraram novos aspectos relevantes para o um crescimento “harmônico”, trazendo assim novas questões jurídicas (NEWSLETTER LEGAL 2011).

O Brasil tem grande tradição jurídica, o primeiro curso superior foi criado em 1827, cinco anos após a Proclamação de Independência. Hoje o país conta com a maior área de graduação no mundo, com 1.174 faculdades credenciadas segundo o MEC, tendo 680 mil advogados inscritos na OAB, o terceiro colocado na lista de países com o maior número profissionais do planeta, perdendo só para Estados Unidos e Índia

Em pesquisa pelo Fórum de Departamentos Jurídicos, 61 escritórios de advocacia e 41 departamentos jurídicos de empresas revelam que os setores de infraestrutura e direito ambiental são as áreas da advocacia que tiveram maior fluxo de negócios em 2011. Por fim, o setor carece de profissional multidisciplinar, que tenha mais que uma formação acadêmica de primeira linha e inglês fluente.

4 A METODOLOGIA DA PESQUISA

Toda pesquisa deve ser trabalhada metodologicamente para que o estudante esclareça os caminhos que serão tomados para a elaboração de um trabalho científico. Tal elucidação é base que outros pesquisadores sigam os passos trilhados e possam propor aprimoramentos ou mesmo identificar erros e impropriedades. A metodologia é essencial para desenvolvimento da própria ciência do direito.

Segundo Miracy Gustin (2010, p. 80-81) a metodologia é muito mais do que “um conjunto de técnicas e procedimentos utilizados na construção de um trabalho científico, pois incorpora também a dimensão teórica dada à investigação”.

O tema, os objetivos, o problema, a hipótese, o referencial teórico e as referências bibliográficas são elementos que permitem a auditoria dos dados apresentados, não quanto aos fins (conclusões), mas quanto aos meios utilizados que levaram aquele fechamento. A observância escrita dos passos previamente apontados não livrará o pesquisador de eventuais angústias decorrentes da matéria objeto de estudo, mas livrará ou limitará as impropriedades, e as incoerências, próprias da ausência do método.

Estudo de caso, a abordagem é qualitativa, aplica-se questionário com questões de múltipla escolha aos alunos do 1º e 9º, período do curso de direito da Factu, do primeiro semestre de 2016.

Pesquisa é de abordagem qualitativa, sem desprezar os dados quantitativos, para obter fatos de importantes que venha a contribuir com a pesquisa realizada, obtendo assim uma resposta para nossa problemática.

A pesquisa foi aplicada no 1º e 9º período do curso de direito da Factu, no primeiro semestre dia 26/04/2016, e mostra uma mudança de pensamento que se avança a cada período, mudanças relevantes sobre conhecimentos acadêmicos, o que nos mostra que com a experiência adquirida vai se construindo profissionais de maneira consistente e competente.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Quadro 1 -Perfil

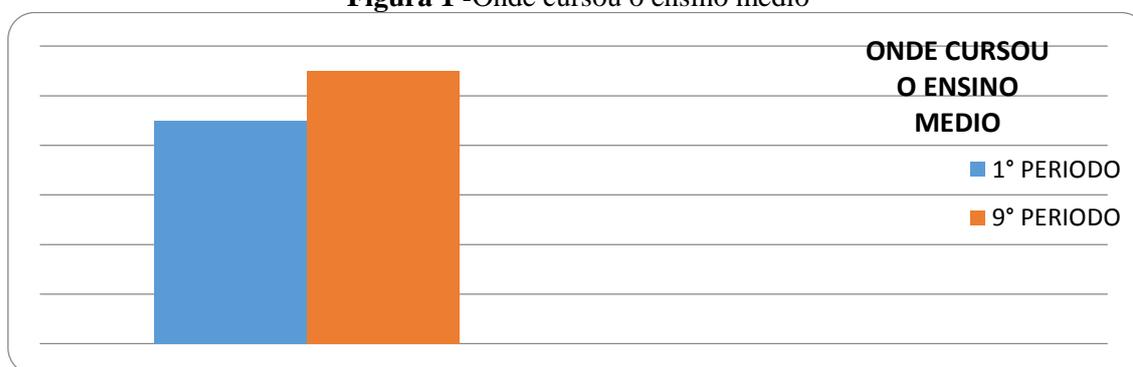
QUANTO AO GÊNERO			
	Nº DE INTREVISTADOS	MULHERES	HOMENS
1º PERÍODO	9	6	3
9º PERÍODO	11	7	4

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Quanto ao gênero, observa-se um maior número de mulheres matriculadas no curso de Direito, o que contribui para a diminuição da desigualdade de gênero e conquista de espaço no mercado de trabalho.

69

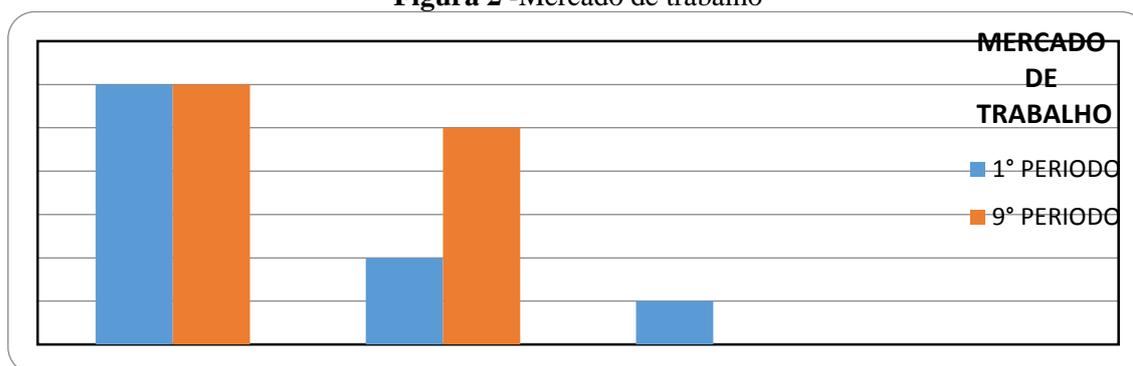
Figura 1 -Onde cursou o ensino médio



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O gráfico acima evidencia que cem por cento dos alunos participantes da pesquisa estudaram em escola pública, portanto entende-se, que pertencem a famílias que não têm um poder aquisitivo alto.

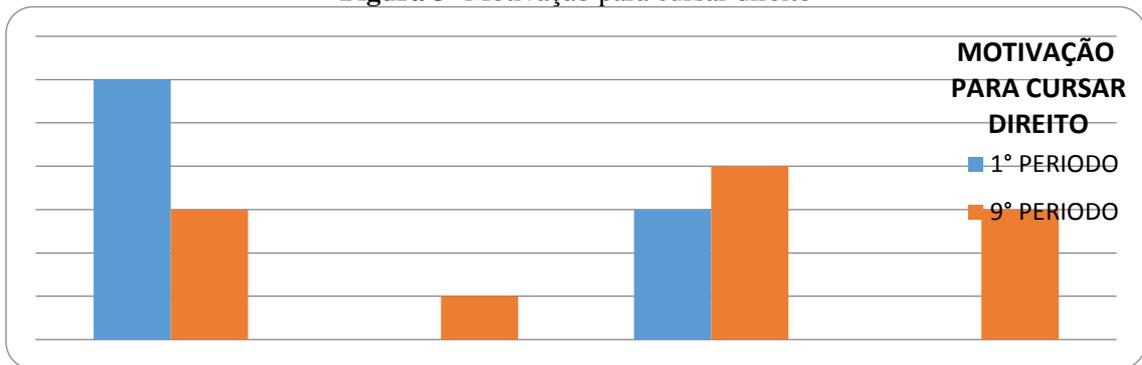
Figura 2 -Mercado de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Em relação ao que esperavam do mercado de trabalho, os acadêmicos do 1º período acreditam e também vemos em estudos já demonstrados que o mercado é muito promissor, tendo a mesma visão os acadêmicos do 9º período. Tendo uma discordância quanto à competitividade, que demonstra uma experiência de nível acadêmico, já que o 9º período já tem uma noção mais próxima do que realmente é ser um bacharel em direito.

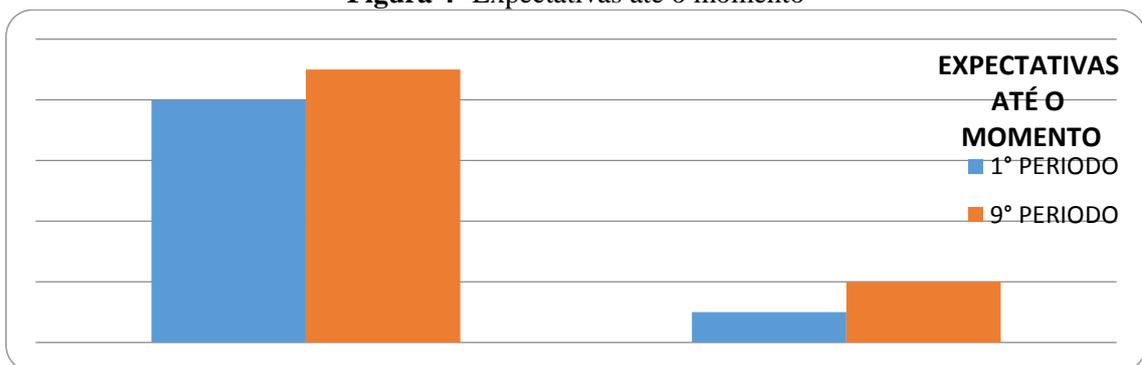
Figura 3 -Motivação para cursar direito



Fonte:Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Quanto o que os motivaram a escolher o curso de direito, podemos ver o 1º período até por serem mais jovens, visam não só uma boa remuneração quanto a realização de um sonho, que esta ligado ao status social e também financeiro. Já o 9º período se inverte novamente um pouco a visão, que se depara mais com o dislumbramento de um sonho a ser realizado.

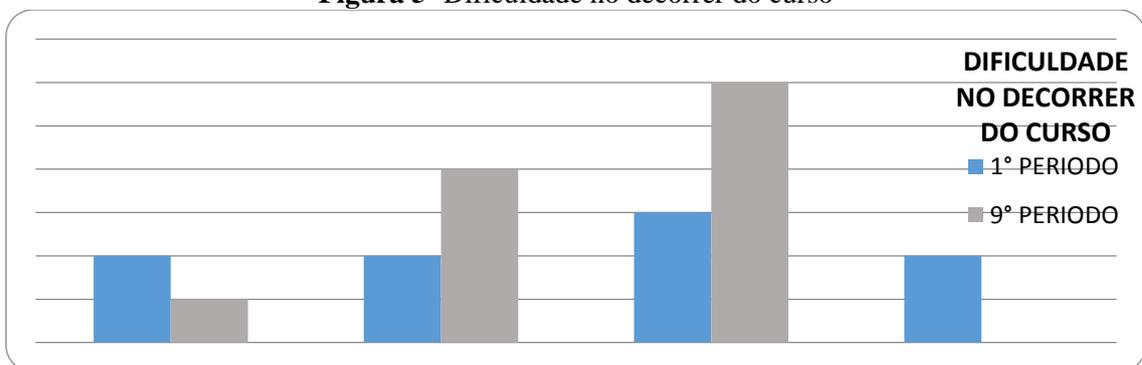
Figura 4 -Expectativas até o momento



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Quando perguntamos se suas expectativas estavam ou não sendo correspondidas, o gráfico acima nos mostra que, os acadêmicos do 1º período têm um índice de 80% de satisfação com o curso ao qual escolheram, já com os acadêmicos do 9º período esse índice aumenta para 90% de satisfação com o curso de bacharel em direito. Portanto, observam-se algumas diferenças de posicionamento entre os estudantes dos dois períodos.

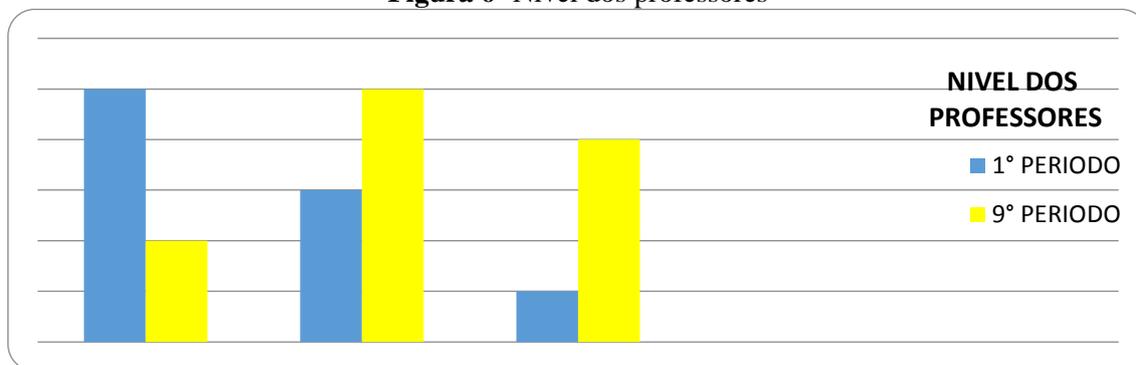
Figura 5 -Dificuldade no decorrer do curso



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A maioria dos alunos pesquisados demonstrou grande dificuldade de conciliar trabalho com o estudo, devido ao pouco tempo disponível para dedicar-se aos estudos de forma que pudesse ter melhor aproveitamento. Em um determinado momento, sem outra alternativa, é possível que se vêm obrigados a abandonar os estudos e se dedicar ao trabalho, pois ainda é o único meio viável de sustentabilidade.

Figura 6 -Nível dos professores



Fonte: dados da pesquisa.

Quanto ao nível dos professores obtivemos um resultado positivo, em que o aluno tem avaliado a dedicação dos professores quanto ao desempenho e quanto ao grau de satisfação do aluno no decorrer do curso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, com relação ao mercado de trabalho os entrevistados acreditam ter um mercado bem promissor e competitivo, tendo que se dedicar muito em todas as disciplinas, obtendo assim o conhecimento necessário, para alcançar o objetivo de se tornar um advogado ou exercer outra função no campo do direito, para que assim tenham condições de se encaixar no mercado de trabalho, que está em constante evolução.

Quanto ao fator que motivaram os estudantes a escolher o curso de direito, foi considerado todo o glamour que envolve a carreira, eles esperam ter uma boa remuneração conquistar um *status* e reconhecimento perante familiares e toda sociedade e também do mercado de trabalho.

Em relação aos professores que conduzem as disciplinas no decorrer do curso, tanto para quem está ingressando, como para quem está concluindo o curso, há confiança nas aulas ministradas e no conteúdo repassado pelos professores, já que os estudantes apontam que os professores têm feito com muito empenho e destreza o seu papel, em suas devidas disciplinas.

REFERÊNCIAS

TIBES, Débora; **Expectativa dos alunos de direito**. Jornal Uniarp, Paraná, v. 39, n 4, jul. 2011. Disponível em: <WWW.google.com.br/#q=jornal+uniarp+por+debora+tibes+expect>. Acesso em:03 abril 2016.

OGUSOKO, Alexandre. **Mercado de trabalho**.São Paulo, 20 jul 2012 Revista eletrônica Hays. Disponível em: <www.hays.com.br/cs/groups/hays>. Acesso em: 04 abril 2016.

FERRAZ Jr. Alexandre; **Mercado de trabalho**. Direito Brasil. Disponível em: <www.direitobrasil.adv.br/arquivospdf/revista/revistav52/entrevista/Alexandre.pdf>. Acesso em: 04 abril 2016.

UM NOVO MÉTODO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: Estudo de Caso da Empresa Natureza Limpa, localizada em Unaí/MG

REIS, Eduarda Brito dos²³
COELHO, Vanessa Lopes²⁴
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²⁵

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo verificar como ocorre o gerenciamento de resíduos sólidos na empresa Natureza Limpa, localizada em Unaí-MG. Primeiro, descreveu-se sobre os resíduos sólidos e os impactos causados por eles, pois com o aumento expressivo na geração e na diversidade de resíduos sólidos, a saúde humana e os ecossistemas, vivem em constante risco, pois são vários os impactos decorrentes da falta de gerenciamento dos resíduos sólidos, que visam à sustentabilidade, e tudo isso, se justifica em decorrência das mudanças nos hábitos de vida da sociedade, pois com a tecnologia se inovando a cada momento, e o consumismo da população tornando-se maior a cada dia que passa, a geração de resíduos não tende a diminuir e sim, só aumentar, e assim pode ser considerado um grande problema ambiental. Posteriormente, discutiu-se a Lei 12.305 que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, esta foi publicada no dia 02 de agosto de 2010, e descreve as responsabilidades de cada esfera de governo, com o intuito de diminuir os impactos causados pela geração de resíduos, visando o desenvolvimento sustentável, pois só com a introdução dos três pilares economicamente viável, ambientalmente correto e socialmente aceitável, é possível realizar o gerenciamento correto dos resíduos. Este estudo se justifica pelo fato do Projeto Natureza Limpa, ser um sistema de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos inovador no mercado, pois os métodos convencionais de destinação final dos resíduos sólidos, seria a reciclagem, ou a disposição final em aterros ou lixões. Mas a curiosidade veio do sistema converter os resíduos sólidos urbanos em carvão ecológico, com o mínimo de impacto ambiental, por causa do processo que utilizam. E com isso, defendem a ideia de que estão dentro dos padrões ambientais mais rígidos, e conseqüentemente protegem o meio ambiente, e conseguem eliminar os lixões e os aterros dos municípios.

PALAVRAS-CHAVE: Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Desenvolvimento Sustentável.

1 INTRODUÇÃO

Com o crescimento acelerado da população, e as inúmeras inovações que acontecem no mundo hoje, faz com que a produção de resíduos sólidos se multiplique cada vez mais. Essa geração de resíduos sólidos vem se tornando um grave problema ambiental, principalmente pelos prejuízos ambientais, sociais e econômicos, advindos da forma inadequada que esses resíduos são descartados no meio ambiente (MAZZER; CAVALCANTI, 2004).

Corroborando, Jacobi e Besen (2006) relatam que vários impactos socioambientais podem ocorrer por causa da destinação imprópria dos resíduos sólidos, como contaminação do solo, água, ar, dentre outros e conseqüentemente, afetando a qualidade de vida da população.

²³ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

²⁴ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

²⁵ Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Especialização em Direito, Impacto e Recuperação Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pós-graduação em Direito Público pela Sociedade Universitária Gama Filho.

Assim, “o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos deve ser integrado, englobando etapas articulares entre si, desde ações visando a não geração de resíduos até a disposição final” (CASTILHOS JUNIOR, 2003 apud GALBIATI, s.d., p.5).

A United States Environmental Protection Agency, 1989 apud Mazzer e Cavalcanti, (2004, p.69), relatam que o gerenciamento de resíduos sólidos “é aquele que completa o uso de práticas administrativas de resíduos, com manejo seguro e efetivo, fluxo de resíduos sólidos urbanos, com o mínimo de impactos sobre a saúde pública e o ambiente”.

Em 02 de agosto de 2010, foi publicada a lei 12.305, a qual estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que passa a ser a referência para a gestão de resíduos sólidos, pois coloca a sustentabilidade em ênfase, e relata o manejo correto da disposição final dos resíduos, porém buscando a harmonia entre o desenvolvimento social, ambiental e econômico, que são os três pontos principais para o desenvolvimento sustentável (RAUBER, 2011 apud MAIA et al 2014).

Nesse sentido, este estudo teve como problemática: Como ocorre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos na empresa Natureza Limpa, localizada em Unaí-MG?

Esta pesquisa tem como objetivo geral verificar como ocorre o gerenciamento de resíduos sólidos na empresa Natureza Limpa, localizada em Unaí-MG. Já os objetivos específicos teóricos estão pautados em estudar os resíduos sólidos e os impactos causados e conhecer a legislação sobre o gerenciamento de resíduos sólidos. E por fim, o objetivo específico empírico consiste em conhecer como ocorre o gerenciamento de resíduos sólidos na empresa Natureza Limpa, localizada em Unaí/MG.

Este estudo se justifica pelo fato do Projeto Natureza Limpa ser um sistema de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos inovador no mercado, pois os métodos convencionais de destinação final dos resíduos sólidos seria a reciclagem, ou a disposição final em aterros ou lixões. Mas a curiosidade veio do sistema converter os resíduos sólidos urbanos em carvão ecológico, com o mínimo de impacto ambiental, por causa do processo que utilizam. E com isso, defendem a ideia de que estão dentro dos padrões ambientais mais rígidos, e conseqüentemente protegem o meio ambiente, e conseguem eliminar os lixões e os aterros dos municípios.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 OS RESÍDUOS SÓLIDOS E OS IMPACTOS CAUSADOS

Segundo a ABNT (2004, p.1) a Norma Brasileira 10004/2004 define resíduos sólidos como:

Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

No mundo contemporâneo, estão ocorrendo diversas mudanças nos hábitos de vida da sociedade em geral, que está relacionado à evolução da tecnologia, do aumento populacional, da urbanização crescente, e do poder econômico cada vez maior. Com isso, a geração de resíduos sólidos está mais diversa e aumentando gradativamente, e em decorrência disto, diariamente a saúde humana e os ecossistemas estão vivendo em risco, devido à destinação final

incorreta desses resíduos e a elementos contidos neles, que são prejudiciais a ambos (GOUVEIA, 2012).

Nesse contexto, Consumers Internacional (1998 apud JACOBI; BESEN, 2006), relata que o consumo populacional vem se tornando maior a cada dia, juntamente com a produção de bens de consumo, para atender a demanda da população. E com isso a extração dos recursos naturais está acima do que o planeta suporta, e se hoje isso beneficia a geração atual, em contrapartida está prejudicando as gerações futuras, pois essa extração está pondo em risco os serviços ambientais, que são necessários para a sobrevivência da vida humana no futuro.

Os resíduos sólidos são materiais resultantes da atividade humana, ou seja, sua produção é ilimitada, pois quanto maior o crescimento populacional, mais resíduo será produzido, e como o manejo desses resíduos nem sempre possuem uma destinação final adequada, acaba que o efeito desse manejo resulta em problemas que afetam o meio ambiente (NUNESMAIA, 1997 apud SOARES, SALGUEIRO; GAZINEU, 2007).

A destinação adequada dos resíduos é de extrema importância tanto para a promoção e prevenção da saúde, como para a preservação do meio ambiente. Os impactos desses resíduos sólidos podem comprometer a qualidade do solo, do ar, e da água. Como exemplos apontam-se, a formação do chorume, que pode contaminar o lençol freático, e a formação de gases tóxicos que são nocivos à saúde humana. Outro ponto, é quando os resíduos são dispostos em área de céu aberto como os “lixões”, podem virar fonte de proliferação de vetores ou agentes de extrema importância sanitária por serem transmissores de doenças, ou seja, os impactos dos resíduos sólidos afetam não só a área que é feita a destinação final desse material, mas também a qualidade de vida e bem-estar de toda população (GOUVEIA, 2012).

Gouveia (2012, p.1506) enfatiza ainda que:

Além desses impactos mais imediatos no ambiente, a disposição de resíduos sólidos pode contribuir de maneira significativa com o processo de mudanças climáticas. A decomposição anaeróbica da matéria orgânica presente nos resíduos gera grandes quantidades de GEE, principalmente o metano (CH₄), segundo gás em importância dentre os considerados responsáveis pelo aquecimento global. O potencial de emissão de metano aumenta com a melhora das condições de controle dos aterros e da profundidade dos lixões.

Pode-se perceber que a extração ilimitada dos recursos naturais, e a produção exuberante de resíduos sólidos, caracterizam uma destruição do meio ambiente e um risco para a sustentabilidade do planeta, visto, que esse contexto pode mudar somente com a reeducação da população mundial, pois enquanto não houver a conscientização, que é preciso preservar o ecossistema, para que se possa viver com qualidade, a natureza vai responder conforme o homem a destrói, ou seja, com o passar do tempo a vida humana deixa de existir (BECK, 1992; GUIVANT, 1998; FERREIRA 2006 apud JACOBI; BESEN, 2006).

2.2 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Primeiramente é importante destacar as palavras de Schalch et al (2002, p.74) que declara que:

Gerenciar os resíduos de forma integrada é articular ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento que uma administração municipal desenvolve, apoiada em critérios sanitários, ambientais e econômicos, para coletar, tratar e dispor o lixo de uma cidade, ou seja: é acompanhar de forma criteriosa todo o ciclo dos resíduos, da

geração à disposição final ("do berço ao túmulo"), empregando as técnicas e tecnologias mais compatíveis com a realidade local.

Garcia e Zanetti-Ramos (2004) citam que, no Brasil era enorme o descaso com a forma que era gerenciada a produção de resíduos sólidos, pois não se tinha até então, uma legislação pertinente ao gerenciamento desses resíduos, e com isso os cuidados com a destinação final desses resíduos eram mínimos ou inexistentes, surgindo assim, vários problemas que poderiam afetar a saúde da população e dos trabalhadores que tinha contato direto com os resíduos.

Os mesmos autores enfatizam ainda, que devido à pouca importância que temos no Brasil para o gerenciamento dos resíduos, não se sabe ao certo a quantidade de resíduos sólidos gerados por dia. Mas segundo dados do IBGE do de 2000, estimam-se que pode se aproximar de 2300 toneladas por dia, porém, apenas 14% das prefeituras brasileiras, fazem a destinação correta desses resíduos. Acredita-se que essa porcentagem pode chegar a um número maior, se as prefeituras fizessem o processo de gerenciamento corretamente, e juntamente com isso, realizassem a conscientização de sua população, sobre os benefícios desse processo (GARCIA; ZANETTI-RAMOS, 2004).

Com a produção cada vez maior de resíduos, foi necessária a criação de uma lei que estabelecesse sobre como gerenciar os resíduos sólidos, e após vários anos tramitando no Congresso Nacional, foi publicada a Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que é regulamentada pelo decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no qual representou um grande marco na política de proteção ao meio ambiente. Essa lei veio propor objetivos que visam a não geração, redução, reciclagem, e um tratamento com disposição final adequada para com os resíduos (BRANDÃO; OLIVEIRA, 2012).

Godoy (2013, p.3), diz que a Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, contém:

[...] temas relativos a princípios e procedimentos destinados a orientar a gestão adequada dos resíduos sólidos nos três níveis de governo. O espírito da nova Lei consiste em instaurar, de forma atualizada, e para toda a nação, diretrizes visando o respeito e proteção ao meio ambiente e às comunidades. Seu conteúdo até que poderia ser considerado idealista, uma vez que a gestão dos resíduos se baseia em princípios modernos e eficientes utilizados em nível mundial que, com certeza, virão inovar o setor, otimizando a gestão dos resíduos. Entre outros conteúdos, ela estabelece prazos para corrigir distorções, erros e omissões cometidos habitualmente pelas autoridades do poder público e pelas comunidades. Inova no relativo às responsabilidades, uma vez que estabelece o princípio da responsabilidade compartilhada ante a geração de resíduos, dividindo essa atribuição entre as prefeituras, o empresariado e a comunidade em geral até hoje, a responsabilidade recai nas prefeituras.

Porém, mesmo com a lei em vigor, se observa que ela não está sendo cumprida como desejado, pois até de agosto de 2012, somente 10% das prefeituras, haviam elaborado os planos de gerenciamento de resíduos de seus municípios, conseqüentemente, dificulta a execução das metas propostas pela política (GODOY, 2013).

Portanto, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, descreve sobre as responsabilidades das esferas governo, visando o descarte adequado dos resíduos, buscando a diminuição dos impactos ambientais resultante da produção acelerada destes resíduos, devido à inovação da tecnologia. No entanto, a legislação busca mostrar através das políticas de sustentabilidade, que é o gerenciamento de resíduos só é feito corretamente quando existe a interação do desenvolvimento econômico, ambiental e social (BRANDÃO; OLIVEIRA, 2012).

3 METODOLOGIA

A pesquisa pode ser definida “como o procedimento racional e sistemática que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas propostos” (GIL, 2010, p.1).

Tendo em vista que o objetivo geral da pesquisa é verificar como ocorre o gerenciamento de resíduos sólidos na empresa Natureza Limpa, localizada em Unaí-MG, optou-se pela realização da abordagem qualitativa por oferecer ao pesquisador uma compreensão mais ampla de como ocorre o processo de gerenciamento dentro da empresa, e para o resultado desejado, o procedimento utilizado foi a entrevista.

A abordagem qualitativa tem a capacidade de emergir aspectos novos, com isso, sendo apta a explicar significados e descobrir novos nexos. Portanto, esse método deve ser utilizado quando o objeto de estudo não for bem conhecido (SERAPIONI, 2000).

Corroborando com essa ideia, Martins e Bógus (2004, p.48) dizem que:

Diferentemente da pesquisa quantitativa, a qualitativa busca uma compreensão particular daquilo que estuda; não se preocupa com generalizações populacionais, princípios e leis. O foco de sua atenção é centralizado no específico, no peculiar, buscando mais a compreensão do que a explicação dos fenômenos estudados. Isso não significa, entretanto, que seus achados não possam ser utilizados para compreender outros fenômenos que tenham relação com o fato ou situação estudada. Para que isso possa ocorrer, o pesquisador precisa, com os dados obtidos, atingir um nível conceitual, que é o que vai possibilitar o aproveitamento da compreensão obtida no estudo específico.

A entrevista tem o propósito de se obter informações sobre determinado assunto, mediante um diálogo profissional. É um procedimento considerado de excelência, tanto na investigação social, coleta de dados ou no tratamento de um problema social (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Optou-se pelo procedimento de entrevista, pela flexibilidade e facilidade que a técnica oferece para o levantamento de dados, obtendo-se assim, informações enriquecedoras para o presente estudo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A pesquisa realizada no dia 14 de abril de 2016, com o proprietário da empresa Natureza Limpa, o Sr. Mário Martins, através de uma entrevista composta de 6 (seis) questões subjetivas, no qual as falas foram gravadas com a utilização de um gravador, logo após foram transcritas na íntegra e posteriormente analisadas.

A primeira pergunta apresentada foi: **Como ocorre o processo de gerenciamento de resíduos sólidos na usina Natureza Limpa?** Como resposta obteve-se os seguintes apontamentos:

Quando se fala em gerenciamento é um processo, é como chega, nós recebemos o lixo, do jeito que veio do caminhão da prefeitura, do jeito que ele fez a coleta. Nós recebemos, vai para a balança, pesa corretamente, vai e descarrega na primeira moega. Vai para um sistema para abrir essas sacolas, porque tudo que vem lá, vamos abrir tudo, vamos tirar tudo que vamos reaproveitar, tudo desde papel, papelão, plástico, sacola, ferrosos, alumínio, lata, latão, pilha, bateria, lâmpadas, nós vamos tirar tudo que vai. Ai vai para o triturador, tritura, vai para uma moega que é um pulmão de espera, e vai aguardar um pouco lá, daí vai pro forno. O forno carboniza, o que que é a carbonização, que que é carvão? É você fazer um

aquecimento, com não expulsão de oxigênio, não pode entrar oxigênio, nós só expulsamos oxigênio. Então nós vamos secar ao extremo, então carbonizou, torrou o café, ficou pretinho o café, então o lixo vai ficar pretinho. Então esse carvão, ele vai para uma termoeletrica que vai gerar energia, para nós pegarmos a energia e trabalhar os plásticos que nós coletamos lá atrás, a hora que chegou nós tiramos todos os plásticos, nós temos que fazer o grão. Nós vamos tirar os líquidos, então você tem, o líquido pirolenhoso, a lignina, alcatrão, óleo vegetal, óleo graxos em geral. Nós vamos pegar esse produto, vamos adicionar ele em água, trabalhar com máquinas e equipamentos, são os tratamentos, vamos usar produtos, vamos tratar, tratar, tratar, e vamos tirar água limpa, que ela vai para a refrigeração, que você tira tudo vaporizado isso, então você gasta água, para esse vapor transformar em água, que são trocas de calor. E esses graxos nós vamos colocar no forno novamente, porque ele é combustível. Então nosso circuito, é um circuito fechado, nós não desperdiçamos nada, só aquilo que eu falei lá atrás, que você pega um tênis, um sapato, um cinto, aquele material de couro, material daquela borracha, que vai dar muito forte as emissões, que são os clorados, ai tem um monte de gases, gás que não vou dizer para você aqui, porque são muitos e nós eliminamos eles, um tanto na entrada do forno, não deixamos entrar, e depois nós temos equipamentos, nós temos produtos e nós vamos tratar, e um pouco vai para atmosfera que é dentro da normalidade, que você tem parâmetros para fazer. Então o processo é simples, mas não tão simples, pois quando você recebe um caminhão de lixo, e desse caminhão de lixo só sai produto na ponta, é complexo, mas é factível, viável em todos os aspectos.

Alguns países como os Estados Unidos, Japão, e países da União Europeia, possuem os sistemas mais complexos de gestão de resíduos sólidos. Visto, que por serem considerados os maiores geradores de resíduos no mundo, obedecem a critérios rígidos, fazendo a minimização, reutilização, reciclagem, recuperação de energia da incineração e disposição final dos resíduos sólidos em aterros sanitários, tudo isso em busca de proteger sua população dos efeitos decorrentes dos resíduos sólidos (ANDRADE; FERREIRA, 2011).

Diante disso, é possível observar, que a usina Natureza Limpa visa o gerenciamento correto dos resíduos, sendo um diferencial no mercado brasileiro, por ser um processo inovador que visa a redução de resíduos domiciliares, a reutilização dos resíduos, reciclagem, e ao mesmo tempo, gera carvão, que será usado combustível para a geração de energia, e de grãos, que serão utilizados na fabricação de novos produtos.

Após as considerações do Sr. Mário, a segunda pergunta analisada foi: **Nesta conversão de resíduos sólidos em carvão ecológico, todos os tipos de resíduos podem participar do processo, ou é necessária a separação dos mesmos, de acordo com suas classificações?** Obtendo a seguinte resposta:

Sim, temos que fazer a segregação, separar corretamente. Primeiro nós temos que cumprir a lei, a lei ela é clara, o lixo hospitalar não pode, é lixo de oficinas, posto de gasolina, farmácia, tudo isso não pode, a lei não permite, agrícola. Então nós só trabalhamos com lixo domiciliar, que é a grande maioria, que é o lixo, comercial das avenidas e o domiciliar, o lixo de casa. Daí nós vamos segregar, vamos tirar os plásticos, os papéis, papelões, tudo que for ferrosos, não ferrosos, alumínio, latão, tudo vamos segregar, vamos separar corretamente, isso não pode ir pro forno. E temos o material inerte, você tem por exemplo, o sapato que tem muito cor, cromo, tênis que tem, a sola que tem é um clorado que vai dar emissões. Então isso nós vamos tirar, e vamos mandar para um aterro controlado. Então nós temos que cumprir, rigorosamente a lei, então a segregação nossa é bem-feita, corretamente, cumprindo toda a lei.

Neste aspecto, a reciclagem é considerada um processo no qual é feito o reaproveitamento dos resíduos sólidos, através da separação dos mesmos, reduzindo o impacto ambiental causado pelo acúmulo excessivo de resíduos sólidos (PNUD, 1998 apud GALBIATI, p.1).

Galbiati (s.d.), relata ainda, que os municípios devem ter dentro do seu Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, o programa de coleta seletiva de lixo, ligado juntamente com as técnicas adotadas para o tratamento e disposição final dos resíduos, porém, é importante salientar, que sempre haverá certos resíduos que não poderão ser reciclados, incinerados, etc., portanto, é necessário a instalação de um aterro sanitário, para a destinação destes.

É possível observar, que o processo passa por uma separação correta dos resíduos, visto que essa segregação é estabelecida na Política Nacional de Resíduos Sólidos, ficando como obrigatoriedade da existência do processo de coleta seletiva dentro dos municípios. Mas é possível perceber que a população precisa ser conscientizada sobre a importância desse processo de reciclagem. Contudo, é possível observar, que mesmo a população não colaborando como deveria, o processo acaba acontecendo dentro da empresa Natureza Limpa, pois eles fazem a segregação criteriosa de todos os resíduos domiciliares que chegam na usina.

A terceira pergunta analisada, feita ao entrevistado: Qual a quantidade de resíduos pode ser convertida em carvão ecológico por dia?

Olha, Unai tem hoje em torno de 60 toneladas por dia, nós trabalhamos, em torno de 30% a 40% disso aí, então $3 \times 4 = 12$, são 12 a 15 até 20 toneladas de carvão por dia, isso pode transformar. A nossa usina pode transformar até 100 toneladas por dia, então nós vamos pegar o lixo da região, tipo, é Cabeceira Grande, Bonfinópolis etc, Buritis, mas a de Unai seria em torno disso daí, de 20 a 25 toneladas de carvão por dia.

Neste sentido, Figueiredo (1995 apud BROLLO; SILVA, s.d., p. 2), relatam:

A sociedade moderna é extremamente consumista e se acostumou ao descartável, o que tem levado a uma enorme produção de lixo. Os sistemas adotados pela maioria das comunidades para a administração de resíduos são resultantes de uma visão de inesgotabilidade dos recursos naturais, o que necessita de revisão urgente, dentro da ótica do desenvolvimento sustentável, uma vez que dele depende a existência harmoniosa do homem no Planeta. Outro conceito que carece de revisão é quanto à responsabilidade pelo lixo. No que diz respeito à sociedade, ela não se encerra no momento em que o lixo é colocado à porta para a coleta. Para tal, serão necessárias mudanças nos hábitos de consumo, não apenas no que diz respeito à quantidade, mas também ao tipo de produto adquirido, bem como nos processos industriais. Um outro aspecto importante decorre das concentrações e da toxicidade dos resíduos, uma vez que a deposição pontual destes materiais pode comprometer seriamente os ecossistemas de uma região, provocando alterações nas mesmas proporções que a extração predatória de recursos naturais e, muitas vezes, inviabilizando a própria extração dos recursos em função da contaminação.

Diante da colocação do entrevistado, podemos perceber que a geração de resíduos sólidos está aumentando cada vez mais, e isto vem se tornando uma grande preocupação não só em nosso município, mas vem tomando uma proporção mundial. A tecnologia veio para tornar a vida da sociedade mais fácil, pois com a correria do dia a dia, o que as pessoas buscam são praticidade e agilidade, mas, o que está ajudando o ser humano hoje, pode prejudicá-lo em um amanhã próximo. Pois a facilidade, trouxe junto a geração exagerada de resíduos, não só

em número, mas também em diversidade, o que vem prejudicando os ecossistemas e conseqüentemente a saúde humana. E isso podemos culpar não só os governos por não fazer o gerenciamento correto dos resíduos sólidos, mas também a população, que não se conscientiza da importância da redução da geração dos mesmos.

A quarta pergunta analisada da entrevista foi: **Levando em consideração, a demanda diária de produção de resíduos pela população de Unaí-MG, seria possível somente com esse processo de gerenciamento da usina Natureza Limpa, eliminar o uso definitivo de lixões e aterros no município?** A resposta dada pelo entrevistado foi:

Sim, corretamente, nós temos condição, nós temos condição não, nós somos obrigados a fazer isso, nós vamos eliminar. As cidades que instalar o Natureza Limpa, não vai ter nem aterro e nem lixões. Por que? O que nós mandar, que são os materiais inertes, que eu já ti falei, que nós vamos ter que mandar para um aterro, não vai ser aqui, existe em Brasília, em Goiânia, em Belo Horizonte, em Patos de Minas, existe os aterros próprios para fazer isso, para receber esses produtos. Então nós vamos mandar para lá, por nossa conta, aqui não vai ter mais lixão, e nem aterro, e nem nada, o que tem é a usina. Então nós vamos separar tudo, e o que for para mandar embora nós vamos mandar, por nossa conta. A prefeitura, ninguém tem, o povo, ninguém tem que participar de nada. Nós vamos por nossa conta, carregar um caminhão aqui, vamos supor, cada uma semana, deu um caminhão de inerte, 10 toneladas, 20, 50 nós vamos carregar e mandar embora, para longe e para um aterro correto, aonde que a lei permite, onde é uma coisa muito bem-feita e segura para o meio ambiente. Então o município vai ficar 100% verde, sem lixão, sem aterro, sem nada.

Observa-se que modelos integrados e sustentáveis de gestão de resíduos, devem considerar desde o momento que é gerado o resíduo sólido, até a destinação final, porém isso acaba sendo um grande problema a vários municípios. Quando o lixo é coletado, ele é levado a um depósito, porém muitas vezes não tem uma destinação final apropriada, e assim, a disposição final em lixões a céu aberto, continua sendo o destino da maioria destes resíduos, gerando conseqüentemente, grande prejuízo ao meio ambiente, pois, a maioria dos municípios não possuem grande áreas para a instalação de aterros sanitários, e quando possuem, o tempo de utilização acaba sendo menor, pois o volume é grande. Com isso, o incentivo a reciclagem, evita que uma parcela dos resíduos seja lançada nos aterros, fazendo o reaproveitamento dos mesmos. Porém mesmo assim, são necessárias soluções que reduzam o volume dos resíduos (VAZ; CABRAL, 2005 apud SOARES; SALGUEIRO; GAZINEU, 2007).

Constata-se que a empresa Natureza Limpa realiza todo o procedimento de gerenciamento dos resíduos, e os materiais inertes que não podem ser reaproveitados ou reciclados, necessitam de um aterro para a destinação final. Porém é importante enfatizar, que mesmo com uma parcela pequena de materiais inertes em relação à quantidade de resíduos, o uso de aterro é necessário, portanto, a reeducação da sociedade como fator primordial para tentar diminuir a geração de resíduos, reduzindo conseqüentemente o impacto ao meio ambiente.

A quinta pergunta analisada da entrevista foi: **Qual é o diferencial do projeto Natureza Limpa, em relação a ter o mínimo de impacto ambiental? E em relação a poluição atmosférica?** Tendo como resposta:

Olha, tudo que você faz tem impacto ambiental, tudo tem emissão. Você lembra de falar que antigamente, até um pum das vacas estava poluindo o Brasil, o planeta. Então, tudo, se você caminhar, numa floresta, caminhar numa praça da igreja, você está dando impacto ambiental. O nosso é o mínimo possível, nós seguramos e tentamos de tudo que você pensar, por exemplo,

vamos falar de chorume, quando você tem um aterro, quando você tem um lixão, você tem o chorume. O nosso não existe o chorume, então o impacto ambiental de lençol freático, o nosso é zero. Só isso já vale a pena, vale tudo, porque o grande problema da humanidade no dia de amanhã será a água, a contaminação dos lençóis freáticos. Esse é o grande problema, que o meio ambiente briga. No nosso, o impacto com o lençol freático, é zero, não existe. Ai você pega, as emissões, nós temos uma quantidade para emitir, se nós podemos vamos supor, a lei permite, um exemplo, nós emitimos até 10, os nossos balanços nós estamos emitindo dois, então nós estamos emitindo vinte por cento do que a lei nos permite, porque tudo tem um tanto, olha você pode fazer isso até tanto, aqui até tanto, a velocidade do carro por exemplo, você em algum lugar a oitenta, sessenta, outro lugar a cem, tem até cento e vinte nas rodovias duplicadas em São Paulo, então, você pode andar cento e vinte, mas pode andar 80 também. Então, nós podemos poluir, nós podemos emitir na atmosfera até tanto. Então nós estamos emitindo bem abaixo dos nossos padrões. Por que? Por causa daquela segregação, daquela separação, nós não deixamos entrar plástico no nosso forno, não deixamos entrar metais, nós não deixamos entrar nada. Então nós cuidamos muito bem. Mas a vantagem que nós temos, que para a gente fazer isso, a gente tem um retorno financeiro maior, que quando você pega um quilo de carvão, que você vende por trinta a quarenta centavos, você pega um quilo de plástico, eu posso fazer um produto, e vender por quatro, cinco reais. Então eu tenho o retorno financeiro, lógico que é um custo, mas esse impacto além de tudo o benefício é em todas as áreas.

O gerenciamento dos resíduos sólidos feito pela empresa Natureza Limpa visa o mínimo de impacto ambiental, se preocupando em segregar corretamente os resíduos, para que assim, possa ir para o forno somente os resíduos compatíveis, que geram o mínimo de poluição ambiental ao meio ambiente. Os demais resíduos são reciclados ou reaproveitados, e os que não podem passar por esse processo, são dispostos em aterros.

Segundo Brasil (2007), para uma gestão correta dos resíduos sólidos deve-se considerar a forma de gerar, implementar e dirigir sistemas de manejo de resíduos sólidos, visando o desenvolvimento sustentável como papel fundamental dentro do processo de gerenciamento.

Portanto, a preocupação com os impactos que os resíduos sólidos geram ao meio ambiente é de grande valia, visto que se não for feita a gestão correta destes resíduos, os ecossistemas e a saúde humana vão ser extremamente prejudicados. Mas o que o ser humano não pode esquecer, é que sua ambição, está o prejudicando ou até mesmo matando-o lentamente, pois, a natureza irá passar por uma transformação e se reconstruir, já a vida humana, pode ser extinta, pois o homem só visa seu próprio bem-estar, esquecendo que necessitamos da natureza para sobreviver, e por isso, a sustentabilidade vem sendo um ponto tão abordado mundialmente, pois a natureza vem dando sinais a todo momento que está chegando ao seu limite.

A sexta e última pergunta, refere-se a: **Esse processo visa a sustentabilidade? Se sim, como são trabalhados os três pilares do desenvolvimento sustentável? Ou seja, socialmente aceitável, ambientalmente correto e economicamente viável?** Tendo como resposta os seguintes apontamentos:

Olha o nosso projeto, é ele é o único, eu posso ti dar um documento para você aqui, aonde que nós atingimos corretamente socialmente, financeiramente e ambientalmente. Ambientalmente eu já expliquei para você, as emissões nossas praticamente, não é zero, porque não existe zero, é, mas é, está tudo dentro dos parâmetros normal, então ambientalmente. Socialmente, a usina nossa, é eu não vou dizer a usina de Unai, a usina que é a menor usina que seria de cento e vinte toneladas de lixo por dia, ela vai gerar no mínimo duzentos empregos a duzentos e vinte, duzentos e cinquenta direto, nós vamos

fazer parcerias com as cooperativas, com as associações, com os catadores, e nós vamos comprar deles o que ele coletarem na cidade, o que eles é fazem nas cooperativas e associações, nós vamos comprar bem deles, e eles não precisam vender mais para Belo Horizonte, para Brasília, então a parte social nossa é muito grande. A parte da educação educativa que nós vamos fazer junto as escolas, nós vamos contratar um professor, contratar o pessoal, para a gente começar a abrir mais a mente das crianças, e trabalhar nessas áreas. Então nós vamos fazer uma parte social, uma parte educacional ambiental, muito bem feita, essa é um compromisso que nós temos, mas um compromisso mesmo, ou seja, compromisso com o meio ambiente documentado.

Jacobi e Besen (2006, p. 91) dizem que:

Reduzir as milhões de toneladas dos vários tipos de resíduos sólidos – e seus impactos – que nossa civilização produz diariamente e garantir o uso sustentável dos recursos naturais constituem-se em metas planetárias para o século XXI, para que se possa atingir um modelo de desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado.

Verifica-se que o gerenciamento de resíduos sólidos da empresa Natureza Limpa, é realizado visando a sustentabilidade, visto que opera com base nos 3 pilares do desenvolvimento sustentável, ambientalmente correto, pois emite o mínimo do que é permitido de gases na atmosfera, realiza a reciclagem e o reaproveitamento dos resíduos compatíveis, e os que não podem passar por nenhum destes processos, são enviados para um aterro. Economicamente viável, pois geram carvão, energia, e grãos para transformar em materiais. É socialmente aceitável, pois vão gerar diversos empregos diretos e além disso, irão fazer um trabalho nas escolas, visando a conscientização dos alunos, sobre a importância na redução de geração de resíduos sólidos domiciliares. Portanto, quando se tem um projeto sustentável, os impactos ambientais são mínimos, conseqüentemente, preservando a natureza e a vida humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gerenciamento de resíduos sólidos na empresa Natureza Limpa ocorre de forma sustentável e eficaz, visando os três pilares do desenvolvimento sustentável. O processo se inicia com a segregação dos resíduos sólidos, no qual, os resíduos que podem ir ao forno são levados para carbonização, os recicláveis são separados para serem reaproveitados, e os materiais inertes, que não podem passar por nenhum desses processos, são reservados, para que semanalmente, sejam enviados para um aterro apropriado. Portanto, o processo de segregação é considerado ambientalmente correto, pois a segregação evita a poluição do ar, do solo e da água, colaborando com o meio ambiente e a saúde humana.

No que se diz respeito em ser um empreendimento economicamente viável, ele se torna factível pelo fato, de além de estar transformando os resíduos sólidos domiciliares em carvão ecológico, será possível realizar a venda do mesmo, e também, usá-lo como combustível para a geração de energia. E outro ponto, será a transformação dos materiais recicláveis em grãos, que irão ser convertidos em materiais, como mesas, cadeiras etc.

No âmbito social, a empresa irá gerar dezenas de empregos diretos, e além disso, fará um trabalho social nas escolas de ensino fundamental e médio, orientando os estudantes sobre o gerenciamento de resíduos sólidos e a importância da diminuição da geração dos mesmos.

Diante do contexto da importância do gerenciamento dos resíduos sólidos, é importante enfatizar, que a correta gestão dos resíduos sólidos é de extrema valia para a preservação do meio ambiente, mas o ponto mais relevante é a conscientização da população,

pois a tecnologia facilita o dia a dia das pessoas, mas enquanto não houver uma diminuição expressiva na geração de resíduos, e o “homem” não compreender que sua sobrevivência depende da preservação dos ecossistemas, o problema acabará se tornando irreversível, e o resultado desse capricho, será a destruição do meio ambiente, porém, a natureza se modifica e se adapta as transformações, já o ser humano não terá essa opção, o que resultará em sua extinção.

REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. Resíduos Sólidos – Classificação. **ABNT NBR 10004**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.videverde.com.br/docs/NBR-n-10004-2004.pdf>>. Acesso em: 27 mar.2016.

ANDRADE, Rafael Medeiros; FERREIRA, João Alberto. A gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil frente às questões da globalização. **Revista Eletrônica do Prodemá**, v.6, n.1, 2011. Disponível em: <<http://www.revistarede.ufc.br/revista/index.php/rede/article/view/118>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

BRANDÃO, Eraldo José; OLIVEIRA, Juliana Garcia de. A logística reversa como instrumento da gestão compartilhada na atual política nacional de resíduos sólidos. **Revista do Curso de Direito da UNIABEU**, v.2, n.2, 2012. Disponível em: <<http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/rcd/article/view/952>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/01-girs_md1_1.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2016.

BROLLO, Maria José; SILVA, Mirtes Moreira. Política e Gestão Ambiental em Resíduos Sólidos. Revisão e Análise sobre a atual situação no Brasil. s.d., p.2. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Maria_Brollo/publication/228885347_POLITICA_E_GESTO_AMBIENTAL_EM_RESDUOS_SLIDOS._REVISO_E_ANLISE_SOBRE_A_ATUAL_SITUAO_NO_BRASIL/links/00b7d5387196a764fe000000.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

GALBIATI, Adriana Farina. **O Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e a Reciclagem**. s.d. Disponível em: <http://www.resol.com.br/trab_tec/trab_tec3.php?id=3795>. Acesso em: 12 mar. 2016.

GARCIA, Leila Posenato; ZANETTI-RAMOS, Betina Giehl. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde: uma questão de biossegurança. **Caderno de Saúde Pública**, v.20, n.3, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n3/11>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª edição. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

GODOY, Manuel Rolando Berrios. Dificuldades para aplicar a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil. **Caderno de Geografia**, v.23, n.39, 2013, p.3. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/4784>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

GOUVEIA, Nelson. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.6, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v17n6/v17n6a14>>. Acesso em: 12mar. 2016.

JACOBI, Pedro R.; BESEN, Gina Rizpah. Gestão de Resíduos Sólidos na Região Metropolitana de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v.20, n.2, 2006, p.91. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n02/v20n02_07.pdf>. Acesso em: 24mar.2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2001.

MAIA, Hérika Juliana Linhares et al. Política Nacional de Resíduos Sólidos: Um marco na legislação ambiental brasileira. **Revista Eletrônica Polêmica**, v.13, n.1, 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/9636/7570>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

MARTINS, Maria Cezira Fantini Nogueira; BÓGUS, Cláudia Maria. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e Sociedade**, v.13, n.3, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000300006>. Acesso em: 05 jun. 2016.

MAZZER, Cassiana; CAVALCANTI, Osvaldo Albuquerque. Introdução à Gestão Ambiental de Resíduos. **Infarma**, Maringá, v.16, n.11-12, 2004. Disponível em: <<http://web-resol.org/textos/i04-aintroducao.pdf>>. Acesso em: 12mar.2016.

PEREIRA NETO, Tiago José. A Política Nacional de Resíduos Sólidos: Os Reflexos nas Cooperativas de Catadores e a Logística Reversa. **Revista Diálogo**, n.18, 2011. Disponível em: <<http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/104/121>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

SCHALCH, Valdir et al. **Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos**. Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.falcoit.com.br/blog/images/easyblog_images/500/GESTAO-DE-RESIDUOS-SOLIDOS-2002.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

SERAPIONI, Mauro. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.5, n.1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232000000100016&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 05 jun.2016.

SOARES, Liliane Gadelha da Costa; SALGUEIRO, Alexandra Amorim; GAZINEU, Maria Helena Paranhos. Educação ambiental aplicada aos resíduos sólidos na cidade de Olinda, Pernambuco – um estudo de caso. **Revista Ciências & Tecnologia**, v.1, n.1, 2007. Disponível em: <http://www.unicap.br/revistas/revista_e/artigo5.pdf>. Acesso em: 23mar. 2016.

A COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA COMO CRITÉRIO PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

TRINDADE, Natal Souza²⁶

ZICA, Carla de Araújo²⁷

BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²⁸

RESUMO: O presente artigo baseia-se na ideia entender a água como um recurso natural e abundante no Brasil, que passará a ter seu uso sob cobrança monetária, e se isso é reflexo da gestão que busca inibir conflitos pelo uso deste recurso, tendo como objetivo verificar se a cobrança pelo uso da água se dá como um critério para a Gestão de Recursos Hídricos. Para tanto, no primeiro momento, buscou-se conhecer os Recursos Hídricos e os seus Órgãos de Gestão a nível Nacional, Estadual e Municipal, em seguida discorrer sobre como ocorre a Cobrança pelo Uso da Água e sua Legislação e por último comparar as causas e os efeitos da cobrança pelo uso da água com a Gestão de Recursos Hídricos.

Palavras-chave: Recursos Hídricos. Órgãos de Gestão. Cobrança pelo uso.

1 INTRODUÇÃO

Numa época que vê situações onde a natureza, de forma desgovernada, mostra que não está sendo respeitada, pode-se observar que todos os fatos ocorridos giram em torno da utilização de recursos hídricos. A gestão desses recursos está sob o controle de uma rigorosa divisão de órgãos que regulam, fiscalizam, autorizam e cobram pelo seu uso de forma a respeitar o meio ambiente, a sociedade e a economia. Dessa forma, apresenta-se o tema a Cobrança pelo Uso da Água como Critério da Gestão de Recursos Hídricos.

É notável que o crescimento das áreas urbanas, gera também a necessidade de aumentar a produtividade rural, ou seja, a expansão das áreas de produção levando a uma demanda maior por recursos hídricos sejam para o cultivo, ou para a pecuária. Tal situação força a existência de uma maior atuação dos órgãos de gestão dos recursos hídricos, onde isso gera aumento de custos para atuação destes órgãos bem como onerosidade para os usuários destes recursos. Para tentar entender tal situação, coloca-se a seguinte questão: A cobrança pelo uso da água se caracteriza como um critério da Gestão de Recursos Hídricos?

A questão acima dá um direcionamento para este trabalho, colocando-se como um delimitador de pesquisa. Para tal, transforma-se e traz como objetivo principal verificar se a cobrança pelo uso da água se dá como um critério para a Gestão de Recursos Hídricos.

Na tentativa de dar embasamento para responder à questão colocada, este objetivo desdobra-se em vários segmentos, os quais se colocam como: conhecer os Recursos Hídricos e os seus Órgãos de Gestão a nível Nacional, Estadual e Municipal; compreender como ocorre a Cobrança pelo Uso da Água e sua Legislação; além de comparar as causas e os efeitos da cobrança pelo uso da água com a Gestão de Recursos Hídricos.

²⁶Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

²⁷Acadêmica do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

²⁸Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Especialização em Direito, Impacto e Recuperação Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pós-graduação em Direito Público pela Sociedade Universitária Gama Filho.

A importância deste trabalho se baseia na ideia de buscar entender como a água, um bem natural e abundante no Brasil, passará a ter seu uso sob cobrança monetária, e se isso é reflexo da gestão que busca inibir conflitos pelo uso destes recursos hídricos.

2 OS RECURSOS HÍDRICOS E OS ÓRGÃOS DE GESTÃO AMBIENTAL

Desde os primórdios da existência humana, homem e natureza traçam uma parceria capaz de se refazer, de mudar o ambiente e de se aperfeiçoar. Tal fato ocorre pelo motivo dos seres humanos, como todos os outros animais serem dependentes de vários recursos naturais, os quais alguns são vitais à sua sobrevivência, sendo capaz de se adaptar e buscar maneiras de conseguir usufruir dos recursos disponíveis.

A capacidade humana de se adaptar somente foi efetivada pelo fato do mesmo, na busca por recursos, sempre ter criado ao seu redor um meio ambiente adequado aos seus interesses, diverso do meio que o cercava – natural – e que pode ser chamado de meio cultural. Essa criação de um meio ambiente diferente e conveniente a sua vivência, se deu continuamente, sem controle e sempre com a transformação do meio natural (DIAS, 2009).

Um dos recursos mais buscados pelo homem é a água, que não só é o recurso mais essencial à vida e ao bem-estar dos seres vivos, como também é o componente fundamental para que haja crescimento econômico e social. Entre os embasamentos, a água foi determinada como um bem de comando compartilhado e o seu bom emprego deve acomodar usos diversos, partindo de um gerenciamento descentralizado sob a tutela de governos, usuários e da coletividade (NORONHA; HORA; CASTRO; 2013).

Para entender a importância deste recurso para o meio ambiente em geral, será abordado neste tópico conceitos, divisões, localização geográfica, normatização bem como os órgãos responsáveis pela regulação e fiscalização do uso deste recurso.

Para muitos, recursos hídricos são apenas as águas que correm nos rios, mares e oceanos, ou seja, são as águas que podem ser vistas na superfície da terra. Tais recursos vão muito além desta parte, e se distribuem em vários outros segmentos que, de certa forma, também é água em outras formas e condições de uso (ANA, 2013).

Tais recursos são incluídos como fontes de importância econômica vital para que os seres vivos sobrevivam e se desenvolvam. A dificuldade é que as águas empregadas para o provimento humano não estão bem espalhadas e a sua carência em múltiplos lugares tem convocado os governantes a nível mundial, pois, a falta d'água reduz o ritmo e restringe o desenvolvimento socioeconômico de muitos países (KOBAYAMA; MOTA; CORSEUIL, 2008).

Estes recursos são encontrados em formas como, geleiras, aquíferos ou canais subterrâneos, os quais fazem parte de uma categoria chamada de Bacia Hidrográfica, podendo englobar uma grande área subdivida em Bacias Regionais ou Micro Bacias Hidrográficas (TEIXEIRA, 2004).

Bacia Hidrográfica é o conjugado de terras que tem a sua capacidade pluviométrica escoada por um rio central e seus afluentes. Esta área é demarcada das nascentes ao ponto de saída da água destes rios. Nas bacias hidrográficas a água escorre naturalmente dos pontos mais elevados para os mais baixos (ROCHA et al. 2011).

O Brasil concentra uma das maiores reservas de água doce do mundo que, aliada à sua biodiversidade e a beleza de seus rios e lagos, representa um importante patrimônio natural do País. Todavia, os problemas relacionados à distribuição espacial e temporal da água têm representado enorme desafio para milhares de brasileiros (TEIXEIRA, 2004).

O território brasileiro é constituído de três grandes bacias e de dois complexos de bacias hidrográficas. As três bacias são: a do rio Amazonas, a do rio Tocantins e a do São Francisco, e os dois complexos de Bacias são o do Prata e do Atlântico. O complexo da Bacia

do Prata é constituído de três bacias: Alto Paraguai, Paraná e Uruguai e o Complexo Atlântico é subdividido nos seguintes complexos: Atlântico Norte, Atlântico Nordeste, Atlântico Leste 1, Atlântico Leste 2 e Sudeste (MMA, 1998).

Dentre estas grandes bacias, para melhor distribuição da fiscalização e controle, existem as Microbacias Hidrográficas.

Segundo Florenzano (2008), a área de drenagem pluviométrica (Bacia Hidrográfica) pode ser repartida em sub-bacias e microbacias, as quais são unidades menores de análise e de desenvolvimento de projetos, determinadas por nível operacional e em cargo do bom emprego a que se propõem.

A microbacia Hidrográfica é a área cujo de projeto para a adequação dos meios de salvaguarda dos recursos naturais e dos meios de produção, têm propriedades ecológicas, geomorfológicas e igualitárias que integram, e que permitem uma investida holística e participativa abarcando esboços diversos para o estabelecimento de formas de ampliação que preze a sustentabilidade, e que sejam intrínsecas ao lugar ou região onde foram desenvolvidas (ATTANASIO, 2004).

A experiência de constituição de um aparelho nacional para gerir os recursos hídricos não é acontecimento atual. Essa ação teve suas investidas principais no início do século XX, ainda durante a solidificação da República, onde o Estado Brasileiro por fim abarcou suas funções primeiras de prestar serviços públicos, adquirindo o papel que lhe cabe na solicitação e no direcionamento do adiantamento socioeconômico do país (ANA, 2013).

Historicamente, a gestão de águas no Brasil desenvolveu-se de forma fragmentada e centralizada. A gestão era fragmentada em função de cada setor (energia elétrica, agricultura irrigada, saneamento, etc.) realizar seu próprio planejamento e medidas, e centralizada em decorrência dos governos estaduais e federal definirem a política sem que houvesse a participação dos governos municipais, dos usuários da água e da sociedade civil (ABERS & JORGE, 2005 apud NORONHA; HORA; CASTRO, 2013, p. 3).

Segundo Noronha; Hora; Castro (2013), desse modo, o Brasil foi forçado a programar, na metade inicial do século XX, um molde que controlasse o uso dos recursos hídricos. Nesta conjuntura, foi firmado, o Decreto nº 24.643 em 1934, conhecido como Código das Águas.

Como se pode observar, a proteção de diversos recursos naturais compõe o ordenamento jurídico brasileiro desde 1934. Em que pese a variedade de recursos protegidos, a expressão meio ambiente integra uma norma jurídica brasileira pela primeira vez em 1975. Tal fato não se deu por acaso. Na verdade, denota uma mudança mundial de paradigma, uma mudança na visão que a humanidade tem do meio ambiente. A introdução da expressão meio ambiente no ordenamento jurídico brasileiro tem um significado mais profundo. A moderna questão ambiental não se traduz a uma abordagem econômica, em que pese ser esse um de seus principais enfoques (BARACHO JÚNIOR, 2000).

De acordo com a Lei 9.433, as decisões sobre uso dos rios em todo o país serão tomadas, dentro do contexto de bacia hidrográfica, pelos comitês de bacias. Os Comitês de Bacia Hidrográfica – CBH são órgãos colegiados descentralizados por bacias hidrográficas, sendo compostos por representantes do governo, municípios, usuários da água e sociedade civil. Cada Comitê de Bacia Hidrográfica terá uma Agência de Água que exercerá a função de secretaria executiva do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica (ANA, 2013).

O Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH - configura-se como um planejamento estratégico para o período de 2005-2020, que estabelece diretrizes,

programas e metas, pactuados socialmente por meio de um amplo processo de discussão, que visam assegurar às atuais e futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, com base no manejo integrado dos recursos hídricos (MMA, 2006).

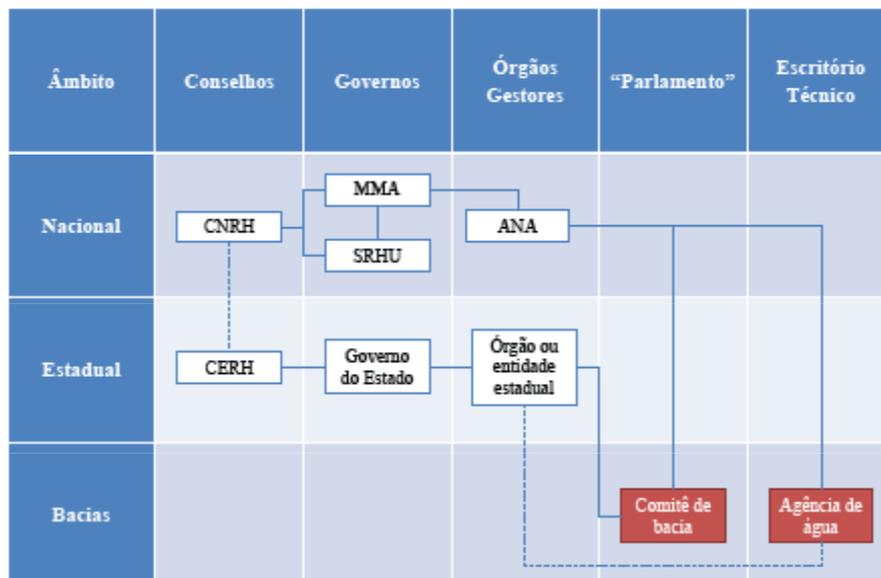
O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, estabelecido pela Lei 9.433, deve cumprir os seguintes objetivos:

Coordenar a gestão integrada das águas; arbitrar administrativamente os conflitos ligados ao uso da água; implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos; planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos e promover a cobrança pelo uso da água (ANA, 2002).

Integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos:

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos; os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal; os Comitês de Bacia Hidrográfica; os órgãos de governo cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos; e as Agências de Água (ANA, 2002).

Exemplo desses avanços é o estabelecimento de Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos em todos os estados brasileiros e de uma centena e meia de Comitês de Bacia estaduais e interestaduais em diferentes regiões do país, como mostra o quadro a seguir.



Fonte: ANA, 2013.

Como pode ser visto, o quadro acima representa os Órgãos de Gestão Ambiental, com seu âmbito de atuação, conselhos e entidades, em todas as esferas governamentais. Logo abaixo estão elencadas as principais atribuições de cada um deles e seu respectivo local e forma de atuação.

Quadro 01 - Principais Atribuições

Conselhos	Subsidiar a formulação da Política de Recursos Hídricos e dirimir conflitos.
MMA/SRHU	Formular a Política Nacional de Recursos Hídricos e subsidiar a formulação do Orçamento da União.
ANA	Implementar o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, outorgar e fiscalizar o uso de recursos hídricos de domínio da União.
Órgão Estadual	Outorgar e fiscalizar o uso de recursos hídricos de domínio do Estado.
Comitê de Bacia	Decidir sobre o Plano de Recursos Hídricos (quando, quanto e para quê cobrar pelo uso de recursos hídricos).
Agência de Água	Escritório técnico do Comitê de Bacia

Fonte: ANA, 2013

Em uma análise custo/benefício, pode-se afirmar que a proteção isolada de um determinado recurso natural é inadequada, pois os recursos naturais se integram em relações de interdependência, e assim sendo a proteção isolada de um recurso pode gerar desequilíbrio ecológico. Nesse sentido, por exemplo, uma norma que pretende conservar a qualidade de um curso d'água deve também proteger os recursos florísticos, principalmente as matas ciliares (BARACHO JÚNIOR, 2000).

Cada um destes órgãos está subsidiado a uma instância superior que vai analisar todos os fatos ocorridos bem como a documentação apresentada, e dar um parecer sobre valores cobrados, a quantidade e finalidade a que se destinam os recursos captados. A cobrança pelo uso da água no Brasil tem embasamento por meio de Leis e Normas.

3 A COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA NO BRASIL E SUA LEGISLAÇÃO

A Lei 9.433/97, em seu art. 19, expressa que para instituir a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, fundamentou-se no intuito de adotar este bem natural como um recurso economicamente valorado, dessa forma, dar ao seu usuário a certa noção deste valor, incentivar seu uso de forma racional, além de obter capital financeiro para compensar os investimentos em projetos e ações que fazem parte do Plano Nacional de Recursos Hídricos (MENDONÇA, 2002).

A exigência monetária não tem título de imposto, mas um pagamento pelo uso de um bem público, cujo valor é fixado a partir de decisões com a participação dos usuários da água, da sociedade civil e do poder público no âmbito dos Comitês de Bacia Hidrográfica - CBHs, a quem a Legislação Brasileira institui a competência de sugerir ao relativo Conselho de Recursos Hídricos os organismos e valores de exigência a serem tomados na sua área de atuação (ANA, 2015).

Conforme levantamento feito pela Agência Nacional de Águas, segue panorama de como está a situação da cobrança pelo uso da água nas diversas bacias hidrográficas do país.

Quadro 02 -Cobranças Implementadas no Brasil

Domínio da Bacia	Bacias com Cobrança Implementada
União	A cobrança foi implementada nas bacias do Rio Paraíba do Sul, do PCJ (Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí), na Bacia do Rio São Francisco e na Bacia do Rio Doce.
Estado do Rio de Janeiro	Além das bacias afluentes ao rio Paraíba do Sul, o instrumento foi implementado nas bacias do rio Guandu, da Baía da Ilha Grande, da Baía da Guanabara, do Lago São João, do rio Macaé e rio das Ostras e do rio Itabapoana, ou seja, a cobrança foi implementada em todo o Estado.
Estado de São Paulo	Além das bacias afluentes ao rio Paraíba do Sul e aos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, a cobrança foi implementada nas bacias dos rios Sorocaba-Médio Tietê, Alto Tietê, Baixo Tietê e Baixada Santista.
Estado de Minas Gerais	Além das bacias afluentes aos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, afluentes ao rio Doce e afluentes ao rio Paraíba do Sul, a cobrança foi implementada nas bacias dos rios Velhas e Araguari.

Estado do Paraná	A cobrança já foi iniciada nas bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira.
Estado da Paraíba	A cobrança já foi iniciada em todas as bacias.
Estado do Ceará	Desde 1996, está instituída tarifa de cobrança pelo uso de recursos hídricos superficiais e subterrâneos em todo o Estado.
Estado da Bahia	Está instituída tarifa de cobrança pelo fornecimento de água bruta dos reservatórios.
Distrito Federal	Foi criada a taxa de fiscalização dos usos dos recursos hídricos - TFU, devida pelos usuários de recursos hídricos pela fiscalização desses usos em qualquer modalidade.
Estado do Pará	Foi instituída a taxa de controle, acompanhamento e fiscalização das atividades de exploração e aproveitamento de recursos hídricos - TFRH, sobre uso como insumo em processo produtivo ou com a finalidade de exploração ou aproveitamento econômico.

Fonte: ANA, 2015.

Segundo Pinto; Windt e Céspedes (2010) a Lei 9.433/97, entre outros, institui em seus Art. 19, 20, 21 e 22 parâmetros para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Brasil, dentre os quais estes artigos normatizam em seu texto que:

Quadro 03 - Normatização da Gestão de Recursos Hídricos

Normativo	Determinação
Art. 19 Incisos I, II e III	Visam reconhecer a água como um bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; incentivar a racionalização do uso da água e obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos, respectivamente.
Art. 20	Determina que serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga, nos termos do art. 12 desta mesma Lei.
Art. 21	Dispõe que, para a fixação de valores a serem cobrados pelo uso dos recursos devem ser observados, dentre outros, o disposto em seus incisos I e II, que observam para isso, as derivações, captações e extrações de água, o volume retirado e seu regime de variação; e os lançamentos de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, o volume lançado e seu regime de variação e as características físico-químicas, biológicas e de toxicidade do afluente.
Art. 22	Dispõe que os valores arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos e no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, limitados a este último no percentual de 7% do total arrecadado e o restante podendo ser aplicado a fundo perdido em projetos benéficos a sociedade coletiva.

Fonte: PINTO; WINDT; CÉSPEDES, 2010.

Compete à Agência Nacional de Águas - ANA, criada pela Lei nº 9.984/00, arrecadar e repassar os valores arrecadados à Agência de Água da bacia, ou entidade delegatária de funções de Agência de Água, conforme determina a Lei nº 10.881/04 (ANA, 2015). Assim, como na legislação federal, a cobrança também está prevista nas Políticas Estaduais de Recursos Hídricos.

As agências de águas terão a mesma área de atuação de um ou mais comitês de bacias hidrográficas, e sua criação será autorizada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos mediante solicitação de um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica, tendo sua criação condicionada à previa existência do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica e também da viabilidade financeira assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos no seu âmbito de atuação (MENDONÇA, 2002).

A aplicação dos recursos financeiros arrecadados é parte fundamental para uma boa manutenção da gestão de recursos hídricos, desta forma, os órgãos responsáveis pela destinação destes recursos elaboram ações e projetos visando o desenvolvimento, proteção e aproveitamento correto dos recursos naturais das Bacias Hidrográficas, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 04 -Principais Investimentos do Gerenciamento de Recursos Hídricos.

➤	Elaboração de Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos;
➤	Programa de Pagamento por Serviços Ambientais com foco em recursos hídricos - PSA HÍDRICO, para restauração florestal de áreas degradadas e conservação florestal de áreas de florestas nas bacias hidrográficas;
➤	Programas de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES/ANA;
➤	Monitoramento hidrológico das Bacias;
➤	Produção de vídeos educacionais para mobilização da sociedade na gestão dos recursos hídricos das bacias e para divulgação de iniciativas desenvolvidas para a sua melhoria;
➤	Contratação de Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB, contemplando diversos municípios em várias bacias;
➤	Investimentos em projetos hidroambientais de recuperação e na fiscalização destes projetos;
➤	Aplicação em ações de fortalecimento institucional dos CBH's, como reuniões de suas instâncias, seminários, eventos e comunicação;
➤	Programas de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura objetivando o combate ao desperdício de água no campo;
➤	Compra de irrigômetros, identificação de áreas irrigadas em trechos críticos e de áreas com potencial de poluição visando à adoção de práticas de conservação e uso racional de água;
➤	Levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas, entre outros.

Fonte: ANA, 2013.

4AS CAUSAS E OS EFEITOS DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Em 1997, o Brasil materializou a determinação de encarar, com uma ferramenta inovadora e moderna (a Lei 9.433), o desafio de equilibrar a demanda crescente de água para fazer face ao desenvolvimento urbano, industrial e agrícola, os potenciais conflitos gerados pelo binômio disponibilidade/demanda, além do preocupante avanço da degradação ambiental dos rios e lagos (ANA, 2002).

A fixação de diretrizes e critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos é de alçada do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, bem como a fixação das normas e organismos de cobrança pelo uso destes recursos, ou seja, confere ao recurso hídrico valor econômico e onera seu usuário pelo uso deste (MENDONÇA, 2002).

A crescente força de fiscalização sobre os recursos hídricos deriva do aumento populacional e do crescimento econômico, manifestando-se nas expressivas taxas de urbanização e aliando-se à oscilação de cheias e secas e à deterioração do meio ambiente hídrico, que abrangem cada vez maiores contingentes populacionais, ao passo que ampliava-se o conceito de desenvolvimento sustentável, exigindo integração de objetivos econômicos, sociais e ambientais, transformando-se em um terreno fértil para a desenvolvimento que o gerenciamento de recursos hídricos experimentava (ANA, 2002).

A ideia de cobrança pelo uso destes recursos tem como objetivo capital estimular a economia de água e criar medidas que antecipem a poluição, e, também, angariar recursos para investir em programas de saneamento, recuperação de matas ciliares, etc. Para que isso funcione é indispensável que se garanta o bom emprego dos recursos coletados na bacia hidrográfica de sua origem (ANA, 2013).

A transformação de valor material em preço monetário, que apenas se materializa através implantação de instrumento de cobrança, deve dar importância a vários fatores e circunstâncias como o volume de água utilizado, a classe econômica do usuário, a finalidade, a disponibilidade hídrica e a classe que se enquadra uso desta, bem como o volume de recursos indispensáveis à boa operacionalidade de uso da bacia, por meio do grau de regularização ou do percentual de diluição de poluentes assegurado por obras hidráulicas ou ações específicas (TEIXEIRA, 2004).

No que diz respeito à luta contra a poluição, a ANA adotou método de pacto de recuperação entre governos, usuários e sociedade organizada para a recuperação das bacias degradadas. Nos locais onde cujos comitês já tenham decisão conjunta favorável à cobrança pelo uso dos recursos hídricos, o Governo Federal, através desta agência, viabiliza financeiramente projetos que tenham o objetivo de estimular a despoluição de bacias hidrográficas nas áreas de maior massa populacional urbana e industrial do país, propondo a criação de Programas de Despoluição de Bacias Hidrográficas (DIAS, 2009).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Gestão de Recursos Hídricos é um meio de preservação, é uma forma encontrada de se controlar a utilização desregulada dos recursos hídricos nacionais, sejam para produção agropecuária, indústria ou outro fim, e ainda cobrar uma determinada quantia monetária por estes usos.

Como pode ser visto, em qualquer instância a que pertença a gestão desses recursos, há um órgão ou entidade capaz de normatizar, instituir cobrança, arrecadar ou fiscalizar a captação, utilização e descarte de resíduos resultantes das atividades feitas com a água.

Dessa forma, a cobrança pelo uso da água é um fator que reflete diretamente na gestão desse recurso, uma vez que fica comprovado que todos os recursos monetários arrecadados por meio da cobrança são destinados para criar, manter e aperfeiçoar, comitês de responsabilidades, programas de treinamentos e conscientização, fiscalização, divulgação bem como na contratação de pessoas, empresas ou serviços envolvidos no processo de gestão.

Conclui-se então que, a cobrança pelo uso da água, se dá sim como um critério para a gestão de recursos hídricos, pois a origem principal da fonte de recursos utilizados para manter a estrutura, projetos e pessoas envolvidas na gestão, provém dos recursos financeiros arrecadados por este tipo de cobrança.

REFERÊNCIAS

ANA. Agência Nacional das Águas (Brasil). **A evolução da gestão dos recursos hídricos no Brasil**. Brasília: ANA, 2002. Disponível em: <www.ana.gov.br>. Acesso em: 05 abr. 2016.

ANA. Agência Nacional de Águas (Brasil). **Pacto Nacional pela Gestão das Águas: Construindo uma Visão Nacional**. Brasília: ANA, 2013. Disponível em: <www.ana.gov.br>. Acesso em: 05 abr. 2016.

ANA. Agência Nacional de Águas (Brasil). **Planos de recursos hídricos e enquadramento dos corpos de água**. Brasília: ANA, 2013. Disponível em: www.ana.gov.br. Acesso em: 05 abr. 2016

ANA. Agência Nacional de Águas (Brasil). **Cobrança pelo uso de recursos hídricos no Brasil**. Informativo 2014. Brasília: ANA, 2015.

ATTANASIO, Cláudia Mira. **Planos de manejo integrado de microbacias hidrográficas com uso agrícola**: uma abordagem hidrológica na busca da sustentabilidade. Tese de Doutorado. Piracicaba: ESALQ/USP, 2004. Disponível em: < www.teses.usp.br>. Acesso em: 05 abr. 2016.

BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de O. **Responsabilidade civil por dano ao meio ambiente**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. -1. ed. 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

FLORENZANO, Tereza Gallotti. **Geomorfologia**: conceitos e tecnologias atuais. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. Disponível em: <www.books.google.com.br>. Acesso em: 05 abr. 2016.

KOBIYAMA, Masato; MOTA, Aline de Almeida; CORSEUIL, Cláudia Weber. **Recursos hídricos e saneamento**. 1. ed. Curitiba: Organic Trading, 2008. . Disponível em: <<www.logatti.edu.br>> Acesso em: 05 abr. 2016.

MENDONÇA, Márley Caetano de. **Legislação de Recursos Hídricos**. Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM. Belo horizonte: IGAM, 2002.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Caderno setorial de recursos hídricos: saneamento**. Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: < www.mma.gov.br>. Acesso em: 05 abr. 2016.

MMA. Ministério Do Meio Ambiente. **Recursos hídricos no Brasil**. Brasil: SRH, 1998. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em: 05 abr. 2016.

NORONHA, G.C.; HORA, M.A.G.M.; CASTRO, E.M.N.V. **O papel do Poder Público Municipal na gestão dos recursos hídricos**. Labor & Engenho, Campinas [Brasil], v.7, n.2, p.94-107, 2013. Disponível em: <www.conpadre.org> Acesso em: 05 abr. 2016

PINTO, Antônio Luiz de T.; WINDT, Márcia C. V. dos Santos; CÉSPEDES, Livia. **Legislação de direito ambiental**. 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

ROCHA et. al. **Recursos Hídricos: caderno de gestão ambiental**. Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. São Paulo: SMA / CEA, 2011. Disponível em: <www.mma.gov.br> Acesso em: 05 abr. 2016.

TEIXEIRA, Francisco J. C. Modelos de gerenciamento de recursos hídricos: análises e proposta de aperfeiçoamento do sistema do Ceará. 1. ed. Brasília: Estação, 2004. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 05 abr. 2016.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

MENDES, Danielly²⁹

ALVES, Jussara Ferreira³⁰

PIMENTA, Rayssa Alves³¹

BALBINO, Michelle Lucas Cardoso³²

RESUMO: O presente artigo trata da Educação Ambiental em pequenas e médias empresas. Com o atual cenário global em que os recursos ambientais estão cada vez mais escassos, a produção sustentável é um caminho que as empresas buscam para minimizar os impactos negativos da produção, sem deixar a lucratividade e o âmbito social de lado, visto que esses três fatores são o pilar da sustentabilidade. O trabalho traz o conceito do termo Educação Ambiental e diante da conceituação apresentada suas vertentes, através da visão de inúmeros autores, que buscam demonstrar como tal mecanismo poderá ser utilizado. Durante anos, o relacionamento com o meio ambiente foi devastador, não considerando os riscos futuros, porém ao ser percebida a posição sensível que planeta estava diante de ações tão negativas, buscou-se mecanismos para limitar tais ações. Definiu-se então o desenvolvimento sustentável, que é utilizado nesse trabalho destacando quais são suas contribuições em pequenas e médias empresas. E, identificando a importância da gestão ambiental dentro das pequenas e médias empresas, já que esse recurso é um fator que garante a competitividade empresarial. Por fim, são apontadas maneiras que educação ambiental pode ser aplicada de forma sustentável dentro das pequenas e médias empresas. Que de modo geral, se assemelham, já que o objetivo final é proporcionar mecanismos para que pessoas, nestes casos colaboradores possam conhecer ao meio ambiente e através desse contato contribuir, seja na preservação, conservação ou redução da utilização de resíduos na empresa e ainda em seu ambiente familiar, carregando consigo uma bagagem que pode ser decisória em determinadas situações.

Palavras-chave: Educação. Sustentabilidade. Microempresas.

1 INTRODUÇÃO

A produção sustentável é um assunto de crescente interesse no contexto nacional e internacional visto que, a adoção de técnicas produtivas que visam minimizar impactos ambientais além de reduzir os efeitos maléficos à natureza e à saúde humana, também podem gerar efeitos econômicos e sociais positivos. (MMA, s.d.). Dessa maneira, o presente artigo fala a respeito da Educação Ambiental em pequenas e médias empresas.

Uma vez que, a questão ambiental pode ser utilizada em uma organização através de uma análise da empresa frente ao compromisso ambiental, identificando seus pontos fracos e fortes a fim de evitar possíveis ameaças e aproveitar as oportunidades (GATTI, STEFANI, 2011).

A adoção desse tipo de comprometimento por parte da empresa colabora com o desenvolvimento sustentável que é caracterizado como a capacidade de suprir as necessidades

²⁹ Acadêmica do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

³⁰ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

³¹ Acadêmica do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

³² Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Especialização em Direito, Impacto e Recuperação Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pós-graduação em Direito Público pela Sociedade Universitária Gama Filho.

da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações (WWF, s.d.). Portanto, no decorrer do texto será abordado como a educação ambiental pode contribuir para a aplicação do desenvolvimento sustentável nessas duas classes empresariais citadas acima.

Surge assim, a problemática que norteará o presente trabalho, qual seja: Como a educação ambiental pode contribuir para a aplicação do desenvolvimento sustentável em pequenas e médias empresas?

Sendo assim, o objetivo geral do artigo é verificar como a educação ambiental pode contribuir para a aplicação do desenvolvimento sustentável em pequenas e médias empresas. Enquanto que os objetivos específicos consistem em estudar o conceito e definições sobre a educação ambiental; conhecer como o desenvolvimento sustentável pode contribuir na estruturação de pequenas e médias empresas e, por fim, compreender como a educação ambiental atua na aplicação sustentável em pequenas e médias empresas.

Diante da relevância do tema de educação ambiental e da atual globalização em que estamos inseridos em que o consumo de serviços básicos como saúde, alimentação e vestimentas aumentam de maneira descomunal e trazem consigo processos produtivos que degradam a natureza também de forma muito rápida. O atual trabalho demonstra como pequenas e médias empresas podem contribuir para que haja uma redução dos impactos negativos sobre a natureza e uso o consciente dos bens que esta tem a nos oferecer, reduzindo riscos futuros e garantindo as futuras gerações um meio ambiente agradável para que estes também possam usufruir de maneira consciente.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEITO E DEFINIÇÕES.

Este tópico conceitua Educação Ambiental (EA) e diante dessa conceituação traz suas vertentes, que são as definições que este termo recebe através de diversas visões.

O conceito de Educação Ambiental varia de interpretações, de acordo com cada contexto, conforme a influência e vivência de cada um. Para muitos a Educação Ambiental restringe-se em trabalhar assuntos relacionados à natureza: lixo, preservação, paisagens naturais, animais. (LEITE; CASTELLI; FLORES, 2005). Porém, neste trabalho o conceito que será discutido é obtido através da perspectiva de Antônio (2009), em que o mesmo diz ser uma forma abrangente de educação que se propõe a atingir todos os cidadãos, inserindo a variável meio ambiente em suas dimensões física, química, biológica, econômica, política e cultural em todas as disciplinas e em todos os veículos de transmissão de conhecimentos. (ANTONIO, 2009).

Diante dessa concepção do autor, vale a pena ressaltar que conceito é algo que pode ser questionado tornando-se assim conflitante, visto que o mesmo busca abranger várias dimensões da sociedade em apenas um conceito. Dessa forma, generalizando o termo e assim podendo excluir manifestações ou maneiras intrínsecas que alguns grupos sociais ou indivíduos usam para lidar com a Educação Ambiental. Moura (2001), diz que a educação envolve um universo extremamente heterogêneo no qual, para além de um primeiro consenso em torno da valorização da natureza como um bem, há uma grande variação das intencionalidades socioeducativas, metodologias pedagógicas e compreensões acerca do que seja a mudança ambiental desejada. (CARVALHO, 2001)

Surgem a partir desse entendimento, diversas definições a respeito do que é e ainda o que se busca com Educação Ambiental, considerando o contexto social a que o indivíduo está inserido e outros aspectos que se acredita ser importante para o desenvolvimento e a construção de valores para a sociedade, buscando sempre a reprodução social de maneira sustentável. Tais descrições variam de acordo com o enfoque dado pela área de conhecimento (ANTONIO,

2009), ainda deve se ressaltar que os vários objetivos, diretrizes, metodologias e outras questões sobre a Educação Ambiental, associada ao desenvolvimento sustentável, foram concebidos ou desenvolvidos em diversas conferências internacionais, regionais, nacionais sobre meio ambiente. (BARBIERI; SILVA, 2011).

As definições citadas a seguir, parte da visão em particular e das interpretações dos órgãos, pessoas, conferências e reuniões que têm a prerrogativa para contextualizar o termo Educação Ambiental.

A Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, define:

Educação Ambiental entende-se por processos por meio dos quais o indivíduo e as coletividades constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 1)

Nas recomendações da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros (Tbilisi, CEI, de 14 a 26 de outubro de 1977) educação ambiental foi definida como

Resultado de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais (TBILISI, 1977, p. 1)

Segundo Layrargues (2002, p. 18):

Um processo educativo eminentemente político, que visa o desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática.

Para Sorrentino et al. (2005, p. 288) “processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza”

Existem ainda outras diversas definições, porém coube apenas dar destaque as quatro anteriores acreditando que tais alcançam e agregam conhecimento suficiente para a discussão do presente trabalho. As definições são muitas, mas existem entre elas vários pontos em comum, considerando que a Educação Ambiental, possui, necessariamente uma visão holística e uma abordagem integradora (ANTONIO, 2009).

Alguns autores ainda, ressaltam que a prática de Educação Ambiental não deve se restringir à maneira institucional, logo o ser humano como indivíduo pertencente a natureza deverá no seu dia-a-dia buscar inserir boas práticas ambientais, afim de conservar e preservar o meio ambiente e ainda usufruir deste de maneira que possa se reproduzir socialmente de forma justa e responsável.

Conforme Finkelstein et al. (2012, p. 49), o processo da educação ambiental não se limita ao âmbito formal, ou seja, devendo estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo nacional. Mas também no âmbito informal, por ações e práticas voltadas a sensibilização e conscientização da sociedade como um todo sobre as questões ambientais, promovendo o estímulo à participação dos atores sociais nas mais diversas atividades ambientais e nos processos políticos decisórios sobre as questões do meio.

De acordo com Antônio (2009), a Educação Ambiental deve constituir uma forma abrangente de educação que se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo permanente, que procura despertar no educando, uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo-se como uma crítica à capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais.

De modo geral, essa ferramenta poderosa que é a Educação Ambiental, deve ser utilizada pelos indivíduos, grupos sociais, empresas e instituições como algo que irá favorecer no seu crescimento seja ele pessoal, econômico e/ou social. Já que esta busca de um equilíbrio entre o homem e o ambiente, com vista à construção de um futuro pensado e vivido numa lógica de desenvolvimento e progresso (LIBANO; PEREIRA, 2006, p. 5).

Para Finkelstein et al. (2012, p. 50), uma sociedade de desenvolvimento socioeconômico equilibrado só se conquista por meio da gestão democrática das decisões que envolvem o processo de construção de um desenvolvimento que se quer sustentável. A gestão democrática do meio ambiente compreende o espaço de negociação social no processo de tomada de decisão acerca dos recursos ambientais.

3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

Este tópico tem o objetivo de conceituar desenvolvimento sustentável, através de tal concepção destacar quais são suas contribuições em pequenas e médias empresas.

Durante décadas acreditou-se que o crescimento econômico proporcionaria melhores condições de vida para a sociedade, no entanto o que a sociedade passou a perceber é que esse crescimento econômico desenfreado estava causando danos preocupantes aos ecossistemas (LEMONS; NASCIMENTO, 1999). Diante de tal perspectiva buscou-se mecanismo que minimizassem tais danos, mas sem deixar de produzir e gerar ganhos econômicos, surgindo, assim, o termo desenvolvimento sustentável.

No relatório “Nosso Futuro Comum” de 1987, durante a Comissão de Brundtland, definiu-se que “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”. Tal, definição é atualmente a mais popular e conseqüentemente a também mais aceita. Porém, na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (RIO+20, s.d.) define que o desenvolvimento sustentável é um o modelo que prevê a integração entre economia, sociedade e meio ambiente. Esta última aborda os três pilares da sustentabilidade, que devem interagir de forma holística para que o conceito seja satisfeito, evidenciando a ausência de alguma dessas prerrogativas faz com que a empresa não cumpra o seu papel perante a sociedade. Vale ressaltar, que este último conceito é o que se melhor enquadra diante do tema abordado nesse trabalho, já que as empresas devem buscar atingir um potencial econômico, comprometendo-se diariamente com as relações sociais, humanas e ambientais.

No Brasil as empresas são divididas em cinco categorias: empreendedores individuais, microempresas, pequenas empresas, médias empresas e grandes empresas, tal divisão está relacionada ao faturamento bruto da empresa no período anual. Antonik (2004) relatou, que

uma pequena e média empresa ao adequar seu meio de produção com base no desenvolvimento sustentável deverá definir uma política realista, focada nas condições do mercado, em que as taxas de juros e os preços dos serviços cubram, no mínimo, os seguintes itens: custos operacionais e financeiros; inflação; riscos inerentes do negócio (inadimplências, roubo e perdas); depreciação; geração de excedente financeiro para investimento no aumento e expansão do próprio negócio.

Na gestão empresarial são encontrados vários sistemas, como o de gestão do pessoal, de gestão da informação, de gestão da produção, etc. Todos são muito importantes e desempenham seu papel específico na eficiência da empresa. Dentre esses sistemas, a gestão ambiental é uma das que mais fornecem vantagem competitiva em relação à concorrência, pois seus efeitos se fazem sentir diretamente na relação da empresa com seus clientes e fornecedores. (HIROSE, 2005)

Visto que, a Gestão Ambiental pode ser compreendida como a prevenção de práticas poluidoras e impactantes ao meio ambiente. As empresas não podem mais focar somente o controle local dos impactos ambientais associados ao processo produtivo, mas, ser estendida a toda a cadeia produtiva, desde matérias primas até o descarte e disposição final dos produtos. (PIOTTO, 2003). Para Coelho e Alencastro (2006), se muitas empresas encaram a questão ambiental como um “mal necessário”, outras, que já absorveram a prática das ações socioambientais que veem a chamada “administração verde”, como um meio de, além de contribuir com o meio ambiente, proporcionar às empresas uma vantagem ou estratégia competitiva.

Diante de tais princípios a defesa do meio ambiente deixou de ser apenas assunto de ecologista e passou a ter grande relevância nas estratégias empresariais. (SOUZA, 1993). Como resultado dessa interpretação, as pequenas e médias empresas estão iniciando um processo de sensibilização quanto à questão ambiental e refletindo a importância desse aspecto no cenário empresarial globalizado. (COELHO; ALENCASTRO, 2006). E, através desse processo buscando alterar seus padrões de produção para padrões menos danosos ao meio ambiente, e que ainda possibilitem uma certa posição no mercado, através da obtenção de selos ambientais. (HIROSE, 2005).

Segundo Coelho e Alencastro (2006), para mudar os padrões de produção, existem alguns modelos que estimulam a mudança, tais como os princípios essenciais da Produção mais Limpa, Produção limpa e Eco-eficiência. Para Piotto (2003) a Produção mais Limpa é definida com a aplicação contínua de uma estratégia integrada e preventiva em processos, produtos e serviços, visando aumentar a eficiência global, reduzindo os riscos aos seres humanos e ao meio ambiente. Tal mecanismo se aplica a produtos, serviços e processos produtivos que implicam na conservação de matérias-primas e energia, eliminação de insumos tóxicos e redução da quantidade e da toxicidade das emissões e dos resíduos (COELHO; ALENCASTRO, 2009), de maneira geral o enfoque é basicamente na não geração e na abordagem preventiva com respeito aos aspectos ambientais em vez do carácter corretivo.

Já a Produção Limpa envolve um conjunto de medidas relativas à produção e consumo, tais como: boas práticas operacionais e adoção de medidas para evitar perdas, armazenamento e disposição adequada de resíduos; redesenho de produtos e processos produtivos, fechamento de circuitos e recuperação de insumos; minimização e uso eficiente de matérias primas e energia; substituição de substâncias tóxicas. (ANDRADE; MARINHO; KIPERSTOK, 2001). Para Melo e Nascimento (2002) apud Coelho; Alencastro (2009) é um sistema de produção que não causa impacto ambiental e trata-se de uma meta a ser perseguida, mas que não será atingida na sua plenitude, pois sempre haverá algum tipo de impacto.

Enquanto a eco-eficiência é definida como a produção e entrega de bens e serviços a preços competitivos que satisfaçam as necessidades humanas, promovendo qualidade de vida,

ao mesmo tempo que progressivamente, são reduzidos os impactos ambientais e a intensidade do consumo de recursos naturais em todo o ciclo de vida, em consonância com a capacidade estimada da terra em prover estes recursos e absorver impactos. (PIOTTO, 2003).

4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA ATUAÇÃO NA APLICAÇÃO SUSTENTÁVEL DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Em conformidade a dimensão dos termos de educação ambiental e desenvolvimento sustentável, cabe a este último tópico apontar de que forma a educação ambiental poderá ser aplicada de maneira sustentável dentro das pequenas e médias empresas.

Como foi abordado anteriormente, inúmeros autores adotam diferentes discursos sobre a EA e propõem diversas maneiras de compreender e de praticar a ação educativa. Todavia, os objetivos se assemelham, posto que é oferecer mecanismos para que as pessoas possam conhecer ao meio ambiente e através desta compreensão buscar medidas que reduzam os impactos negativos sobre ele, seja com medidas de conservação, preservação ou redução no uso dos recursos ambientais.

Em síntese ao buscar a adesão nessa classificação de gestão ambiental, de acordo com a Zamboni e Riccoi (2009), a empresa tem que ser socialmente responsável considerando a premissa de que o crescimento econômico – representado na geração de riquezas – é uma contribuição aquém daquilo que as empresas devem oferecer a nossa sociedade.

Para a adoção de tais práticas o primeiro passo é traçar um plano estratégico, já que este se tornou o foco de atenção da alta administração das empresas, por ter como objetivo as medidas positivas que uma empresa deverá tomar para enfrentar ameaças e que ainda possa aproveitar as oportunidades encontradas em seu ambiente. (ALDAY, s.d.). De acordo com Campos (2011) o plano estratégico deve incluir as seguintes características: administração que possua qualificações mentais que possibilitem a adesão dos planos, o clima social e cultural dentro da empresa favorável, a hierarquia bem definida e os sistemas organizacionais em harmonia.

O segundo passo é fazer com que os colaboradores consigam entender o valor das questões ambientais, para a empresa e também para seu dia-a-dia, que é também um dos pontos de grande importância para adoção de tais medidas sustentáveis. Segundo Freitas (2005), A educação ambiental poderá ajudar na construção de metodologias para despertar nas pessoas a tomada de consciência frente aos problemas ambientais. Gonçalves (2009), cita que é necessário agir inicialmente em situações onde a atuação do poder público é deficiente, ou seja, criar nos funcionários uma preocupação com a qualidade do meio ambiente (GONÇALVES, 2009). Esse mecanismo chama as pessoas a repensar, reprojeter e reestruturar seus valores. (FREITAS, 2005).

Gonçalves (2009), para alcançar-se a sustentabilidade, deve-se mostrar aos funcionários da empresa tudo o que polui e o que não polui o meio ambiente, assim, sabendo o certo e o errado os colaboradores saberão a forma mais apropriada para se trabalhar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho demonstra como pequenas e médias empresas podem contribuir para que haja uma redução dos impactos negativos sobre a natureza e uso o consciente dos bens que esta tem a nos oferecer, reduzindo riscos futuros e garantindo as futuras gerações um meio ambiente agradável para que estes também possam usufruir de maneira consciente.

REFERÊNCIAS

- ALDAY, Hernan E. Contreras. **O Planejamento Estratégico Dentro Do Conceito De Administração Estratégica**. s.d. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v3_n2/o_planejamento_estrategico.pdf>. Acesso em: 21 jun. de 2016.
- ANDRADE, José Célio Silveira; MARINHO, Márcia Mara de Oliveira; KIPERSTOK, Asher. Uma política nacional de meio ambiente focada na produção limpa: elementos para discussão. **BAHIA ANÁLISE & DADOS**, Salvador/BA, v.10 n.4 p.326-332, mar. 2001. Disponível em: <http://teclim.ufba.br/site/material_online/publicacoes/pub_art11.pdf>. Acesso em: 27 maio 2016.
- ANTONIK, Luis Roberto. **A Administração Financeira Das Pequenas E Médias Empresas: Ferramentas Financeiras Simples Auxiliam Na Gestão Da Empresa E Orientam A Tomada De Decisões**. REVISTA FAE BUSINESS. n. 8, maio 2004, p. 35-38. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v8_n1/rev_fae_v8_n1_09_antonik.pdf>. Acesso em: 27 maio 2016.
- ANTONIO, Jorge Renato Fragoso. **O turismo ecológico como instrumento de preservação das trilhas de parques** – O Parque do Pão de Açúcar, um Estudo de Caso. (Monografia) Especialização em Gestão Ambiental. Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/k211304.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2016.
- BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **RAM**, Rev. Adm. Mackenzie, v. 12, n. 3, Edição Especial. São Paulo/SP, maio/jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n3/a04v12n3.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.
- BRASIL. **Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 07 abr. 2016.
- CAMPOS, Ivan Ferreira de. Estratégia Ambiental como Vantagem Competitiva: Caso EcomercadoPalhano. **VIII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2011. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/2514440.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2016.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.**, Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun.2001. Disponível em: <<http://dev.eesc.usp.br/sustentabilidade/wp-content/uploads/2015/01/Artigo-Carvalho2001.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.
- COELHO, Bruno de Lima; ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. O Papel Das Pequenas E Médias Empresas Brasileiras No Desenvolvimento Sustentável. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 7, n. 1, janeiro/junho, 2009. Disponível em: <<http://www.santacruz.br/v3/revistaacademica/12/cap11.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2016.

FINKELSTEIN, Claudio et al. **Direito ambiental no Século XXI: Efetividade e Desafios**. Rio de Janeiro: Clássica, 2012.

GATTI, Gabriela; STEFANI, Bruna Fernanda. **A Importância da Aplicação da Gestão Ambiental nas Pequenas e Médias Empresas**. Monografia de Conclusão de Curso. Curso de Administração da Faculdade Cenecista de Capivari – FACECAP. 67p., 2011. Disponível em:

<http://www.cneccapivari.br/libdig/index.php?option=com_rubberdoc&view=doc&id=369&format=raw>. Acesso em: 21 mar. 2016.

GONÇALVES, Roseli. A Pedagogia Empresarial E As Práticas Pedagógicas Dentro Da Empresa. **Web Artigos**, 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-pedagogia-empresarial-e-as-praticas-pedagogicas-dentro-da-empresa/14896/#ixzz4CFIaLEIi>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

HIROSE, Mario. **Produção Mais Limpa Garante Sustentabilidade**. FAT, 8 jun/jul/ago, 2005. Disponível em:

<http://www.cybermind.com.br/oldfat/download/revistafat03_2005.pdf#page=40>. Acesso em: 27 maio 2016.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A crise ambiental e suas implicações na educação**. In: QUINTAS, J.S. (Org.). Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente. 2 ed. Brasília: IBAMA. p. 159-196. 2002. Disponível em:

<<http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/biblioteca/LayrarguesCriseAmb.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

LEITE, Cilene Gonçalves; CASTELLI, Cleusa Helena Guaita Peralta; FLORES, Carolina Peralta. **O Teatro Popular Como Possibilidade de Protagonismo: Performances Junto Às comunidades em situação de risco**. 2005. Disponível em:

<http://www.ppgdesign.udesc.br/confaeb/comunicacoes/cilene_goncalves_leite.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2016.

LEMONS, Ângela Denise; NASCIMENTO, Luis Felipe. **A Produção Mais Limpa como Geradora de Inovação e Competitividade**. RAC, v. 3, n. 1, Jan./Abr. 1999, p. 23-46.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v3n1/v3n1a03.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2016.

LIBANO, Rosemar Vilanova; PEREIRA, Vania Araujo. **Educação Ambiental e sua Importância para a Conservação do Meio Ambiente**. Administração de Marketing Curso de Turismo. Universidade Luterana do Brasil. Mostardas, 2006. Disponível em: <<http://www.mostardas.tur.br/portal/html/uploads/turismo/artigos/vania-rosemar.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Produção Sustentável**. s.d. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/conceitos/producao-sustentavel>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

PIOTTO, Zeila Chittolina. **Eco-eficiência na Indústria de Celulose e Papel: Estudo de Caso**. (Tese) Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária. São Paulo, 2003. Disponível em:

<http://www.teclim.ufba.br/site/material_online/teses/tese_zeila_c_piotto.pdf>. Acesso em: 27 maio 2016.

RIO+20. Desenvolvimento sustentável. s.d. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/desenvolvimento-sustentavel.html>. Acesso em: 27 maio 2016.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

SOUZA, Maria Tereza Saraiva de. Rumo À Prática Empresarial Sustentável. **Revista de Administração de Empresas. São Paulo**. Jul/ago. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v33n4/a05v33n4.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

TBILISI. **Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros.** 14 a 26 out. 1977. Disponível em: <<http://www.fzb.rs.gov.br/upload/20130508155354tbilisi.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

WWF. **O que é desenvolvimento sustentável?** s.d. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acesso em: 21 mar. 2016.

ZAMBONI, Bruno Pagotto; RICCOII, Adriana Sartório. Sustentabilidade Empresarial: Uma Oportunidade Para Novos Negócios. **Craes**, 2009. Disponível em: <http://www.craes.org.br/arquivo/artigoTecnico/Artigos_Sustentabilidade_Empresaria_Uma_oportunidade_para_novos_negciosl.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

ELEIÇÕES NO BRASIL: A poluição causada durante o período eleitoral³³

ALMEIDA, Alan Junior de³⁴

SILVA, Jonathas Gomes da³⁵

BALBINO, Michelle Lucas Cardoso³⁶

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo verificar qual a percepção dos estudantes da Factu acerca da poluição ocasionada durante o período eleitoral. Primeiro, descreveu-se o processo eleitoral no Brasil após a Constituição de 1988. Posteriormente, discutiu-se sobre a poluição sonora nas eleições e seus efeitos nocivos à qualidade de vida. Em seguida, abordou a ocorrência da poluição por resíduos sólidos durante o período eleitoral e os problemas causados ao bem-estar social oriundos desse tipo de poluição. O presente trabalho se justifica por viver-se durante este ano de 2016 um ano eleitoral, período no qual, juntamente com o exercício da democracia, quando os cidadãos manifestam seu direito, estabelecido pela Constituição, de escolher seus representantes legais, traz consigo todo o transtorno causado através da poluição eleitoral. Conclui-se que a poluição encontra-se bastante presente durante o período eleitoral, contribuindo diretamente para a degradação do meio ambiente, tornando-se também nociva à qualidade de vida e ao bem-estar social.

PALAVRAS-CHAVE: Poluição. Qualidade de vida. Bem-estar social.

1 INTRODUÇÃO

A poluição eleitoral, aquela produzida no decorrer da campanha política, é uma questão ainda pouco ressaltada pela Justiça Eleitoral e pelo Ministério Público Eleitoral, ou seja, não é tratada com a devida dimensão que deveria.

Assim, a poluição, de forma geral, consiste na degradação do meio ambiente, tornando-se também, prejudicial à qualidade de vida das pessoas. E em relação à poluição eleitoral, isso não seria diferente, pois em todo ano eleitoral, após o fim das eleições, observa-se nitidamente a degradação ambiental espalhada por toda a cidade, além de todo o transtorno causado durante o período eleitoral por diversos meios, tornando-se a poluição sonora e a poluição por resíduos sólidos as mais recorrentes durante esse período.

Com base nessa contextualização exposta acima, questiona-se: Qual a percepção dos alunos da FACTU acerca da poluição causada pelas eleições?

Procurando-se respostas para tal questionamento tem-se por objetivo geral verificar qual a percepção dos alunos da FACTU sobre a poluição ocasionada durante o período eleitoral.

E tratando-se dos objetivos específicos torna-se importante conhecer o processo eleitoral no Brasil após a Constituição de 1988; identificar como ocorre a poluição sonora nas eleições e seus efeitos nocivos à qualidade de vida, assim como, identificar como ocorre a

³³ **Trabalho originalmente publicado pela:** Revista Democrática / Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. – Vol. 2 (2016)- . – Cuiabá, MT: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, 2015- v.; 23 cm. Anual ISSN 2447-9403

³⁴ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

³⁵ Acadêmico do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

³⁶ Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Especialização em Direito, Impacto e Recuperação Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pós-graduação em Direito Público pela Sociedade Universitária Gama Filho.

poluição por resíduos sólidos no período eleitoral e os problemas causados ao bem-estar social oriundos desse tipo de poluição.

Vive-se durante este ano de 2016 um ano eleitoral, o período eleitoral se aproxima e juntamente com o exercício da democracia, quando os cidadãos manifestam seu direito, estabelecido pela Constituição, de escolher seus representantes legais, traz consigo todo o transtorno causado através da poluição eleitoral. Torna-se importante, portanto, uma discussão acerca desse tema, levando-o ao conhecimento de toda a população, já que este não é tratado pelas autoridades da lei em sua devida dimensão.

2 O PROCESSO ELEITORAL NO BRASIL APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Em 5 de Outubro de 1988, o então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado federal Ulysses Guimarães, promulgou a atual constituição brasileira:

Falamos com emoção aos meus companheiros, às autoridades chefes do Poder Legislativo que aqui se encontram e, falando ao Brasil, declaro promulgada! É o documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social e do Brasil. Que Deus nos ajude que isto se cumpra. (STF, 2010, p. 1)

Neste momento o Brasil conquistava sua tão sonhada democracia. Com a nova constituição garantindo liberdade e outros direitos fundamentais ao cidadão, o país se preparava para viver de forma plena a democracia, com as eleições diretas para a presidência da república dois anos depois. Em parágrafo único, o artigo 1º da constituição estabeleceu que “todo o poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” (BRASIL, 1988).

O Código Eleitoral Brasileiro (Lei n.4.737/1965), acolhido pela carta magna de 1988 também apresenta essa ideia em seu artigo 2º:

Todo poder emana do povo e será exercido em seu nome, por mandatários escolhidos, direta e secretamente, dentre candidatos indicados por partidos políticos nacionais, ressalvada a eleição indireta nos casos previstos na Constituição e leis específicas.

Ainda, em seu artigo 14, a Constituição Federal de 1988 estabelece que:

A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:
I – Plebiscito;
II – Referendo;
II – Iniciativa popular.

Em relação às constituições anteriores, a Constituição de 1988 representou um grande avanço para a democracia. Estabeleceu no inciso I de seu artigo 5º a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres. Determinou no inciso I de seu artigo 14 a obrigatoriedade do alistamento eleitoral e o voto para maiores de 18 (dezoito) anos, e a facultatividade para os analfabetos, os maiores de 70 (setenta) anos e os maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) anos.

Além disso, possibilitou ao Brasil se tornar referência mundial em eleições, por utilizar mecanismos que garantam a normalidade dos pleitos, a segurança do voto e a liberdade democrática. Dentre esses mecanismos destaca-se o uso da urna eletrônica brasileira, que permitiu desde o ano 2000, que as eleições acontecessem de forma totalmente informatizada. Torna-se importante também destacar o sistema biométrico de identificação ao eleitor, que a partir de 2008 passou a ser adotado em algumas localidades e, desde então, a Justiça Eleitoral (JE) vem implantando gradativamente esse sistema em todo o território brasileiro (TSE, s.d.).

As eleições se realizam por um processo, ou seja, um conjunto de atos e comportamentos que se encadeiam para se obter um resultado. Este processo diz respeito às fases em que se organizam as eleições, assim como um breve período posterior. A estas fases compreendem o cadastro eleitoral, as candidaturas, a logística eleitoral, a votação, a apuração dos votos, a divulgação dos resultados, a prestação de contas e a diplomação dos eleitos (TSE, s.d.).

Cabe à Justiça Eleitoral organizar, fiscalizar e realizar as eleições regulamentando o processo eleitoral, além de examinar as contas de partidos e candidatos em campanhas, fazendo-se cumprir a legislação permanente em período eleitoral e julgar os processos relacionados às eleições. Para isso, a Justiça Federal possui como órgão máximo, na esfera federal, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com sede em Brasília – DF. E em cada estado da federação e no Distrito Federal há um Tribunal Regional Eleitoral (TRE), assim como, juízes e juntas eleitorais (TSE, s.d.).

Torna-se importante também ressaltar que dentro do processo eleitoral encontra-se inserida a propaganda política. Cerqueira (2012, p. 391 apud ANJOS, 2015, p. 66), define a propaganda política como “toda manifestação de vontade do candidato em relação à sua postulação eleitoral, que leva a conhecimento geral e dos eleitores, nacionais, ou de determinada região, as formas em que pretende manifestar sua candidatura” (ANJOS, 2015, p. 66).

Entretanto, essa mesma propaganda, regida pelos artigos 36 a 57-I da Lei nº 9.504/97 – Lei das Eleições, utiliza-se de mecanismos de poluição eleitoral que causam efeitos deletérios à qualidade de vida dos indivíduos e ao meio ambiente como um todo. Dentre os vários tipos de poluição eleitoral encontradas, pode-se citar as mais recorrentes, que são a poluição sonora e a poluição por resíduos sólidos (BRASIL, 1997).

3 ELEIÇÕES E A POLUIÇÃO SONORA: EFEITOS NOCIVOS À QUALIDADE DE VIDA

A poluição sonora acontece quando o som encontrado em determinado ambiente ultrapassa a condição normal de audição provocando, dessa forma, efeitos nocivos à qualidade de vida das pessoas. Para o professor José Afonso da Silva (1981 apud SILVA FILHO, 1997), a poluição sonora surge através da emissão de barulhos, ruídos e sons em limites perturbadores da comodidade auditiva.

Ainda, segundo Sirvinskas (2005 apud ANJOS, 2015), a poluição sonora consiste em emitir ruídos desagradáveis de forma contínua e em desconsideração com a legalidade dessa emissão que, dentro de um determinado período, prejudica a saúde humana e se torna nocivo à qualidade de vida.

Pasik, González e Lombardi (1991 apud IJUIM, 2006), ressaltam que os homens, em seu convívio, ouvem sons indesejáveis 24 horas por dia. E estes sons não desejados são chamados de ruídos, que contribuem diretamente para o surgimento da poluição sonora.

Portanto, conceitua-se poluição sonora como uma perturbação sonora ao meio ambiente que cause danos à sua totalidade e, por conseguinte, à saúde das pessoas.

No que se refere ao período eleitoral, a poluição sonora ocorre por meio da instalação de aparelhos sonoros em veículos automotores e em carros de som manuais, com o intuito de desenvolver propagandas políticas pelas ruas das cidades, ou através de eventos realizados em discordância com o que define, dentro da legalidade, os limites para a emissão de ruídos. Sendo assim, as carreatas se tornam um grande meio de propagação desse tipo de poluição ao utilizar-se de apitos e buzinas automotivas de maneira exagerada (ANJOS, 2015).

A Resolução nº 001/90 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), ao adotar os padrões de qualidade estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas técnicas (ABNT), destaca expressamente a questão da poluição sonora em relação à propaganda eleitoral:

I – A emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política, obedecerá, no interesse da saúde, do sossego público, os padrões, critérios e diretrizes estabelecidos nesta resolução.

II – São prejudiciais à saúde e ao sossego público, para os fins do item anterior, os ruídos com níveis superiores aos consideráveis aceitáveis pela norma NBR – 10.151 – *Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade*, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (MMA, 1990)

Os índices de poluição sonora aceitáveis, estão determinados pela Norma Brasileira Regulamentar nº 10.151 de acordo com a zona e horário em questão e são medidos em decibéis (dB), que é a unidade utilizada para medir o volume do som em um ambiente. Em zonas hospitalares o limite é de 45 (dB) durante o dia e de 40 (dB) durante a noite; em zonas residenciais urbanas o limite é de 55 (dB) durante o dia e de 50 (dB) durante a noite; no centro das cidades o limite é de 65 (dB) durante o dia e de 60 (dB) durante a noite e nas áreas predominantemente industriais o limite é de 70 (dB) durante o dia e de 65 (dB) durante a noite (ABRACOND, s.d.).

A poluição eleitoral sonora pode causar efeitos bastante prejudiciais à qualidade de vida dos indivíduos e ao meio ambiente como um todo. Fiorillo (2011, p.16 apud ANJOS, 2015, p. 77) ressalta que:

De fato, os efeitos dos ruídos não são diminutos. Informam os especialistas que ficar surdo é só uma das consequências. Diz-se que o resultado mais traiçoeiro ocorre em níveis moderados de ruído, porque lentamente vão causando estresse, distúrbios físicos, mentais e psicológicos, insônia e problemas auditivos. Além disso, sintomas secundários aparecem: aumento da pressão arterial, paralisação do estômago e intestino, má irrigação da pele e até mesmo impotência sexual.

Ao falar sobre tal entendimento, Sirvinskas (2005 apud ANJOS, 2015) diz que a poluição sonora ao atingir as condições estéticas de um determinado lugar, atinge também o psicológico dessa comunidade, causando uma sensação de dominação (ANJOS, 2015).

Nesse entendimento, o ruído, ao exercer grande poder de contribuição no surgimento da poluição sonora, torna-se prejudicial ao meio ambiente, assim como, à qualidade de vida dos cidadãos.

4 POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS NAS ELEIÇÕES: PROBLEMAS CAUSADOS AO BEM-ESTAR SOCIAL

A questão dos resíduos sólidos tem sido amplamente discutida nos dias atuais, uma vez que, o crescimento populacional, ocasionou a geração de resíduos em grande escala, fazendo com que o correto descarte desses resíduos seja de suma importância para o meio ambiente e a saúde pública, assim como, para o bem-estar social (BEDRAN, 2013).

Desde os primórdios o homem começou a gerar resíduos através de suas atividades. Na construção de seu primeiro utensílio, o homo sapiens, precursor do homem moderno, já depositava no meio ambiente os resíduos de sua criação. Desde então, os resíduos passaram a integrar a realidade humana através da utilização, transformação e modificação dos recursos naturais presentes em cada momento de sua evolução (DIAS; FILHO, 2006).

Insta salientar que o solo possui a capacidade de autodepuração, isto é, a capacidade que o solo tem de absorver resíduos. Entretanto, esse processo acontece de forma limitada, ou seja, é totalmente dependente da quantidade de resíduos depositados.

Desde a antiguidade até meados do século XVIII, o lixo era gerado em pouca quantidade, e era constituído, em sua grande parte, por sobras de alimentos, apesar do surgimento das primeiras indústrias já ocorrer na Europa. Assim sendo, foi através da Revolução Industrial que o volume e a diversidade de resíduos gerados nas áreas urbanas aumentou drasticamente, pois levou o homem, através de fábricas e indústrias, a produzir bens de consumo em grande escala, originando novas embalagens e possibilitando também a inserção de novos produtos no mercado, com vida útil cada vez mais reduzida, sendo rapidamente jogados fora e, interferindo, dessa forma, no processo de autodepuração anteriormente citado (PEIXTO, 2005).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMD), mais conhecida como Rio 92, em seu capítulo 21, que dispõe sobre o manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e questões relacionadas com os esgotos, estabelece no item 21.3 do presente capítulo a definição de resíduos sólidos como: “todos os restos domésticos e resíduos não perigosos, tais como os resíduos comerciais e institucionais, o lixo da rua e os entulhos de construção (MMA, 2001).

Ao instituir a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, em seu artigo 3º também estabelece seu conceito:

Para os efeitos desta lei, entende-se por:

XVI – resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

Em cada período eleitoral é notória a proliferação, cada vez maior, de jornais, revistas, bandeiras e panfletos, mais conhecidos como “santinhos”, como forma de divulgação dos candidatos. Além disso, torna-se importante ressaltar a grande quantidade de cavaletes que causam grande transtorno à população por atrapalharem o andamento do trânsito e dos pedestres e que necessitam da utilização de grande quantidade de recursos naturais em sua produção, sendo que, após as eleições, muitas vezes, não há destinação adequada para a sobra desse material (BEDRAN, 2013).

O meio ambiente, em todo ano eleitoral é integralmente agredido através da propaganda eleitoral que os candidatos realizam durante o período de suas campanhas. Os famosos “santinhos”, por exemplo, fazem com que as cidades se tornem uma espécie de “lixão” à céu aberto no dia da eleição (SANTOS, 2015).

Não existe limitação para a produção e distribuição desse tipo de material que acaba sendo descartado pelas ruas e provoca imensuráveis danos ao meio ambiente e ao bem-estar da coletividade na medida que gera grande volume de resíduos sólidos, contribuindo, dessa forma, para o entupimento de bueiros, alagações e acidentes entre os pedestres (ANJOS, 2015).

O artigo 225 da Constituição estabelece que: “todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

É notória a percepção dos malefícios causados ao bem-estar social e ao meio ambiente como um todo, através da poluição por resíduos sólidos produzida durante o período eleitoral. Cabe, portanto, buscar meios de conscientizar a população acerca desse tema, assim como, torna-se necessário, que os partidos políticos, além da obrigatoriedade de prestar contas de sua campanha junto à Justiça Eleitoral, sejam também obrigados a apresentar planos de gerenciamento de resíduos, no intuito de reduzir os transtornos causados.

5 METODOLOGIA

O trabalho que aqui se apresenta utilizou como metodologia a pesquisa qualitativa com a aplicação de um questionário.

Para Triviños (1987 apud OLIVEIRA, 2011) a pesquisa qualitativa busca significados ao trabalhar com dados, percebendo o fenômeno dentro do seu contexto. E essa abordagem qualitativa procura captar fenômenos não só em sua aparência, como também em sua essência, procurando explicar as origens, as relações e mudanças, tentando abordar também as consequências.

Como técnica de pesquisa empírica utilizou-se o questionário, que conforme define Marconi & Lakatos (2007), trata-se de um mecanismo de coleta de dados, composto por uma série de perguntas, que são respondidas por escrito, não sendo necessária a presença do entrevistador.

A escolha por referida técnica de pesquisa empírica deve-se a necessidade de atingir um grupo muito grande de pesquisados, sendo, portanto, o questionário o mecanismo com maior viabilidade para realização desta tarefa.

6 RESULTADOS: DISCUSSÃO E ANÁLISE

Entre os dias 16 e 23 de maio de 2016 foi aplicado aos 50 (cinquenta) acadêmicos do 1º (primeiro) período dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (Factu) um questionário contendo 5 (cinco) questões acerca do tema abordado, o que contribuiu para verificação de vários aspectos referentes à percepção desses discentes acerca da poluição ocasionada durante o período eleitoral.

As questões que compuseram o questionário aplicado e, que se prestaram para verificação dos aspectos anteriormente citados são abordadas a seguir, bem como as respostas obtidas pelos acadêmicos, seguidas de sua análise:

No primeiro questionamento apontou-se a seguinte pergunta: Qual a sua percepção acerca da poluição causada durante o período eleitoral? Tendo como alternativas: **a)** ela acontece em grande escala e prejudica bastante o meio ambiente como um todo e a qualidade

de vida das pessoas. **b)** ela acontece em média escala e prejudica um pouco o meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas, podendo, contudo, ser remediada. **c)** ela acontece em pequena escala, portanto não se torna prejudicial ao meio ambiente como um todo e a qualidade de vida das pessoas. **d)** ela não acontece.

A coleta de dados resultou nos seguintes dados constantes no quadro abaixo:

Respostas ao questionamento 01

<i>Alternativa</i>	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
<i>A</i>	39	78
<i>B</i>	9	18
<i>C</i>	2	4
<i>D</i>	0	0
<i>Total</i>	50	100

Fonte: Dados coletados, 2016.

Observa-se que todos os acadêmicos têm como unanimidade a ideia de que a poluição eleitoral se encontra presente no meio em que se vive, seja qual for a proporção em que ela acontece, pois nota-se que nenhum deles aceita a ideia de que ela não aconteça. No entanto, nota-se também que a grande maioria (79%) tem a percepção que este tipo de poluição se dá em grande escala, além de se tornar bastante prejudicial à qualidade de vida de toda a coletividade.

Nesse entendimento Farias (2006) refere-se à poluição como uma modificação das propriedades biológicas, físicas, químicas e sociais, tornando-se totalmente nociva ao meio ambiente e à qualidade de vida de todos os cidadãos. E ainda encaixa a este contexto a poluição eleitoral que pode causar graves prejuízos de ordem patrimonial e extrapatrimonial aos indivíduos e à coletividade como um todo na medida em que ela acontece.

Verifica-se, portanto, a existência de acadêmicos conscientes no que se refere à ocorrência da poluição durante o período das eleições e seus efeitos nocivos à vida qualitativa dos cidadãos. Assim sendo, torna-se importante também ressaltar a importância deste fato, pois somente quando há consciência de um problema torna-se possível a busca pela solução.

Após, foi feito o segundo questionamento aos acadêmicos com a seguinte pergunta: Qual tipo de poluição se torna mais evidente durante o período eleitoral? Contendo as seguintes alternativas: **a)** somente a poluição sonora. **b)** somente a poluição por resíduos sólidos. **c)** tanto a poluição sonora como a poluição por resíduos sólidos. **d)** outros. **e)** não ocorre poluição durante este período.

As respostas recebidas resultaram nos seguintes dados apresentados na tabela abaixo:

Respostas ao questionamento 02

<i>Alternativa</i>	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
<i>A</i>	3	6
<i>B</i>	2	4
<i>C</i>	43	86
<i>D</i>	2	4
<i>E</i>	0	0
<i>Total</i>	50	100

Fonte: Dados coletados, 2016.

Ao se analisar os dados apresentados observa-se que grande parte dos entrevistados (86%) percebem tanto a poluição sonora como a poluição por resíduos sólidos as mais recorrentes durante o período eleitoral, tornando-se possível novamente observar a correta

consciência desses discentes acerca da ocorrência da poluição durante este período, pois nota-se que nenhum deles optou pela alternativa que propõe uma ideia contrária a esta.

No decorrer das chamadas campanhas eleitorais, os candidatos e partidos políticos, ao exercerem seu direito de propaganda, distribuem panfletos, fixam placas, utilizam carros de som, além de outros recursos, a fim de conquistar o voto do eleitor. Ocorre que esses materiais, ao serem distribuídos e propagados trazem ao meio ambiente uma grande quantidade de poluentes, inclusive os sonoros e residuais (SANTOS, 2015).

Assim sendo, faz-se necessário buscar meios de conscientizar os candidatos, bem como os cidadãos dos malefícios que estes materiais propagandísticos causam a toda a coletividade na medida que contribuem para a existência da poluição eleitoral, para que se perceba o quão importante se torna a diminuição deste tipo de poluição para uma melhor qualidade de vida de todos os indivíduos.

Em seguida, no terceiro questionamento foi abordada a seguinte questão: Se na sua percepção a poluição sonora acontecer no período eleitoral de que forma ela se dá? Tendo como opção de resposta: **a)** com a instalação de aparelhos sonoros em veículos automotores e em carros de som manuais, com o intuito de desenvolver propagandas políticas. **b)** através de eventos realizados em discordância com os limites para a emissão de ruídos. **c)** através das carreatas que utilizam de apitos e buzinas automotivas de maneira exagerada. **d)** todas as alternativas anteriores. **e)** outra.

Os dados expostos abaixo apresentam as respostas obtidas:

Respostas ao questionamento 03

<i>Alternativa</i>	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
<i>A</i>	21	42
<i>B</i>	2	4
<i>C</i>	5	10
<i>D</i>	20	40
<i>E</i>	2	4
Total	50	100

Fonte: Dados coletados, 2016.

Através dos dados apresentados é possível perceber uma pequena diferença em relação à percepção da maioria dos alunos no que tange as formas de ocorrência da poluição sonora durante o período das eleições, ficando eles divididos entre a primeira e a quarta alternativas, que representam respectivamente 42% e 40% dos entrevistados.

Neste contexto Anjos (2015) diz que esse tipo de poluição pode ocorrer de todas as formas apresentadas, como nos sugere a quarta alternativa da questão abordada, ao dizer que referente ao período eleitoral, a poluição sonora ocorre por meio da instalação de aparelhos sonoros em veículos automotores e em carros de som manuais, com o intuito de desenvolver propagandas políticas pelas ruas das cidades, ou através de eventos realizados em discordância com o que define, dentro da legalidade, os limites para a emissão de ruídos. Tornando-se, as carreatas, um grande meio de propagação desse tipo de poluição ao utilizar-se de apitos e buzinas automotivas de maneira exagerada.

Conclui-se que a poluição sonora durante o período eleitoral pode acontecer de várias maneiras. Entretanto, insta salientar que independente da forma que ela aconteça, caracteriza-se por se tornar nociva à qualidade de vida e ao bem-estar de toda a coletividade.

Posteriormente, no quarto questionamento foi abordada a pergunta que se segue: Se na sua percepção a poluição por resíduos sólidos acontecer no período eleitoral de que forma ela acontece? Contendo as seguintes alternativas: **a)** com a distribuição de jornais, revistas e bandeiras que acabam indo parar no lixo. **b)** com a distribuição de panfletos, mais conhecidos

como “santinhos”, como forma de divulgação dos candidatos que acabam virando resíduos após as eleições. **c)** através de cavaletes que causam grande transtorno à população por atrapalharem o andamento do trânsito e dos pedestres, sendo que após as eleições não há destinação adequada para os restos desse material. **d)** todas as alternativas anteriores. **e)** outra.

Os dados contidos na tabela abaixo apresentam as respostas obtidas no referido questionamento:

Respostas ao questionamento 04

<i>Alternativa</i>	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
<i>A</i>	2	4
<i>B</i>	27	54
<i>C</i>	1	2
<i>D</i>	19	38
<i>E</i>	1	2
Total	50	100

Fonte: Dados coletados, 2016.

A partir dos dados coletados observa-se que a maioria (54%) percebe a ocorrência da poluição por resíduos sólidos durante o período eleitoral através da distribuição dos famosos “santinhos”, como meio propagandístico essencial à divulgação dos candidatos.

No entanto, menos da metade dos entrevistados (38%) concordam que a ocorrência desse tipo de poluição durante este período acontece de todas as formas citadas, o que condiz com o pensamento de Bedran (2013) que ressalta a notória proliferação, cada vez maior, de jornais, revistas, bandeiras e panfletos, mais conhecidos como “santinhos”, como forma de divulgação dos candidatos. Além da grande quantidade de cavaletes que causam grande transtorno à população por atrapalharem o andamento do trânsito e dos pedestres.

Dessa forma, observa-se que os chamados “santinhos” contribuem diretamente para a ocorrência da poluição por resíduos sólidos nas eleições e, apesar de não ser o único meio de propagação desse tipo de poluição é, sem dúvida, a fonte de poluição mais visível durante o processo eleitoral, responsável por causar inúmeros danos ambientais, além de exercer efeitos negativos à qualidade de vida dos cidadãos na medida que se acumulam no meio ambiente.

Por fim, no quinto e último questionamento foi abordada a seguinte questão: A propaganda eleitoral é regida pelos artigos 36 a 57-I da Lei nº 9.504/97 – Lei das Eleições. Entretanto não existe limitação para a produção e distribuição de materiais propagandísticos durante as eleições. Nesse sentido, na sua opinião: **a)** deve haver limitação, pois na medida em que esses materiais são descartados provocam muitos danos ao meio ambiente e ao bem-estar social. **b)** não deve haver limitação pois os candidatos têm o direito a desenvolver esta propaganda, e esse direito deve ser garantido independentemente dos danos causados. **c)** não deve haver limitação, pois essa propaganda não se torna prejudicial em nenhum sentido. **d)** não sei opinar.

No quadro abaixo se encontram as respostas obtidas pelos entrevistados:

Respostas ao questionamento 05

<i>Alternativa</i>	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
<i>A</i>	43	86
<i>B</i>	5	10
<i>C</i>	1	2
<i>D</i>	1	2
Total	50	100

Fonte: Dados coletados, 2016.

Analisando os dados apresentados, verifica-se quase uma unanimidade na percepção dos acadêmicos acerca da limitação para produção e distribuição de matérias propagandísticas durante a campanha eleitoral. Observa-se que 86% dos entrevistados compartilham a ideia de que esta limitação deve ocorrer, pois a produção e distribuição desenfreada, aliada ao incorreto descarte desses materiais provocam muitos danos ao meio ambiente e ao bem-estar social.

Nesse sentido Anjos (2015) destaca que a falta de limitação para a produção e distribuição desse tipo de material, contribui para que seu descarte inadequado aconteça pelas ruas, provocando imensuráveis danos ao meio ambiente e ao bem-estar da coletividade na medida que gera grande volume de resíduos sólidos, contribuindo, dessa forma, para o entupimento de bueiros, alagações e acidentes entre os pedestres.

Portando, nota-se que a existência de limitação para produção e distribuição desses meios propagandísticos dos candidatos contribui de forma direta para a redução dos transtornos causados ao meio ambiente e ao bem-estar social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primórdios a degradação ambiental passou a integrar a realidade humana, porém, com a ascensão do sistema capitalista e o surgimento da democracia ela se tornou ainda mais visível, uma vez que este sistema aliado a esta doutrina democrática trouxe consigo muitos processos de busca desenfreada pelo poder, como as eleições diretas, por exemplo, que contribuem diretamente para que a degradação do meio ambiente aconteça, ocasionando também inúmeros prejuízos à qualidade de vida e ao bem-estar social, pois à medida que esse processo se desenvolve, traz consigo também o surgimento de inúmeras fontes geradoras de poluição.

Nesse sentido, o trabalho que aqui se apresenta, tendo como base o estudo realizado com os acadêmicos da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaf (Factu), propôs compreender a percepção desses discentes acerca da poluição causada durante o período eleitoral.

Sendo que, após os estudos, torna-se possível constatar que a maioria dos entrevistados tem a percepção que a poluição ocorre durante a campanha eleitoral, independentemente de sua proporção, além de se tornar bastante nociva ao meio ambiente como um todo e à qualidade de vida dos cidadãos.

Dessa forma, torna-se importante ainda ressaltar quão imprescindível é a conscientização não só dos políticos, como também de toda a sociedade a respeito do tema abordado, visando a preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações, pois pessoas conscientes tornam a luta pela preservação mais frequente e, conseqüentemente, mais eficaz.

REFERÊNCIAS

ABRACOND. **O Barulho E Seus Efeitos Sobre A Audição**. s.d. Disponível em: <<http://abracond.org.br/sp/materias/88-barulho-decibeis-psiu->>. Acesso em: 28 mar. 2016.

ANJOS, Marcela Cristina Gomes dos. **Do Necessário Diálogo Entre Direito Eleitoral E Direito Ambiental Para Redução Da Poluição Do Meio Ambiente Durante O Período De Propaganda Eleitoral: Caso Do Tribunal Regional Eleitoral Do Amazonas**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Direito Ambiental. MANAUS/AM, 2015. Disponível em:

<<http://www.pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/61-4.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

BEDRAN, Karina Marcos. **Processo Eleitoral Brasileiro: Impactos Ambientais e o Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado**. Escola Superior Dom Helder Câmara. Programa De Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://domhelder.edu.br/mestrado/editor/assets/arquivos_dissertacoesdefendidas/d4512895b307cce5d84df138df62c907.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

BRASIL. Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965. **Institui o Código Eleitoral**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4737.htm>. Acesso em: 28 mar. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. PREÂMBULO. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 28 mar. 2016.

_____. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Acesso em: 28 mar. 2016.

_____. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12305.htm>. Acesso em: 02 abr. 2016.

DIAS, Jefferson Aparecido; MORAES FILHO, Ataliba Monteiro de. **Os Resíduos Sólidos e a Responsabilidade Ambiental Pós-Consumo**. ago. 2006. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0BzVoTGbNiF3VXM4b1d2QS1rbms/edit?pref=2&pli=1>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

FARIAS, Talden. A poluição eleitoral e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1184, 28 set. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8981>>. Acesso em: 29 maio 2016.

IJUIM, Jaqueline Maria Oliani. **A Presença De Ruído Ambiental E A Qualidade Da Voz Do Professor Em Uma Escola Cenecista**. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Piracicaba, 2006. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/YMEDLQLSCGKC.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONE, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6 ed. 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

MMA. **Resolução Conama nº 1, de 8 de março de 1990**. Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos. decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política. Publicada no DOU nº 63, de 2 de abril de 1990, Seção 1, página 6408. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=98>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

_____. **Capítulo 21** - Conferência Das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente E Desenvolvimento. 29 mar. 2001. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/item/681>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia Científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Universidade Federal De Goiás Campus Catalão. Curso De Administração. Catalão/GO, 2011. Disponível em: <https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2016.

PEIXTO, Karina; CAMPOS, Vânia Barcellos Gouvêa; D'AGOSTO, Márcio de Almeida. A Coleta Seletiva E A Redução Dos Resíduos Sólidos. **Instituto Militar de Engenharia**. 2005. Disponível em: <[http://aquarius.ime.eb.br/~webde2/prof/vania/pubs/\(7\)coletaresiduossolidos.pdf](http://aquarius.ime.eb.br/~webde2/prof/vania/pubs/(7)coletaresiduossolidos.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2016.

SANTOS, Fellipe Moreira. **Responsabilidade Civil Do Candidato Frente Ao Dano Ambiental Causado Pela Campanha Eleitoral**. Monografia. Curso de Direito. Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles. Cacoal/RO, 2015. Disponível em: <<http://ri.unir.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/411/TCC%20-%20Fellipe%20Moreira%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

STF. **Notícias STF - 25 anos de redemocratização: estabilidade política garantida pela Constituição Federal de 1988**. 25 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=118798>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

SILVA FILHO, Sebastião Flávio da. A poluição sonora decorrente da circulação de veículos. **Revista CEJ**, V. 1 n. 3 set./dez. 1997. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/112/155>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

TSE. **Funcionamento do Processo Eleitoral no Brasil**. s.d. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/processo-eleitoral-brasileiro/funcionamento-do-processo-eleitoral-no-brasil>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

A CONTABILIDADE E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO

FARIA, Laryssa³⁷
TRUCHETTI, Marcos Vinicius³⁸
MOREIRA, Gabriel³⁹

RESUMO: A Contabilidade é muito importante em qualquer tipo de negócio para a tomada de decisão. O balanceamento financeiro do negócio está inteiramente ligada a uma contabilidade bem organizada. Neste artigo verificaram-se os pontos gerenciais da empresa Plano Nacional de Habitação Popular, pode-se destacar a gestão na tomada de decisão mediante a contabilidade. Conhecedores afirmam que o primeiro passo para a mudança depende exclusivamente do empresário. O mercado, hoje em dia está muito mudado, é visível a distração de alguns empresários no que diz respeito ao gerenciamento. O que se espera da contabilidade é que ela seja o grande instrumento de auxílio aos gestores, não se limitando somente a receber o registro dos dados e sim, possibilitando a transformação desses dados, em informações que sirvam de base para projeções, comparações e planejamento.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial. Imobiliária. Tomada de Decisão.

1 INTRODUÇÃO

Desde o início do mercado globalizado, o mercado de trabalho passou a ser muito competitivo, as pequenas e grandes empresas passaram a desempenhar um papel muito importante para o crescimento do país. O ponto chave para esta situação é a organização, sem ela o mercado de trabalho não teria sobrevivência ou continuidade.

O empresário defende a ideia de que o principal problema é a instabilidade econômica; a queda do poder aquisitivo, dificuldade de liberação para financiamento de imóveis e juros altos dentre outros fatores.

Diante da situação, temos como objetivo verificar os pontos gerenciais da empresa PLANOS NACIONAL DE HABITAÇÃO POPULAR, pode-se destacar a gestão na tomada de decisão mediante a contabilidade.

O artigo foi realizado em duas etapas, revisão bibliográfica e estudo empírico. O estudo domina o conhecimento popular, consiste em conhecimento e pesquisa quantitativa, evidenciando objetivos práticos. Modo de pesquisa foi feito em questionários autorizado pelo sócio proprietário.

2 GESTÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A contabilidade é uma ferramenta indispensável para a gestão de negócios. De longa data, contadores, administradores e responsáveis pela gestão de empresas se convenceram que amplitude das informações contábeis vai além do simples cálculo de impostos e atendimento de legislações comerciais, previdenciárias e legais. A Contabilidade tem por motivos utilizar os registros e controlar o uso contábil com o objetivo de gerir uma entidade.

³⁷ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

³⁸ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

³⁹ Mestre em Administração pela Faculdade Pedro Leopoldo (MG). Especialista em Administração Financeira e Controladoria pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (2005) e graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (2004). Coordenador e Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí, Coordenador da Comissão Própria de Avaliação CPA/FACTU.

O equilíbrio financeiro do negócio está diretamente ligado a uma contabilidade bem elaborada, afinal é ela que proporciona ao pequeno empresário controlar e comparar suas receitas e despesas, determinando os possíveis períodos de sazonalidade do negócio e, assim, tomar decisões estratégicas, como a redução de determinada despesa em virtude da previsão da redução de receitas. Além disso, possibilita melhores decisões de investimentos em contratação de pessoas, novos produtos e até campanhas de marketing, que é possível por meio da análise comparativa e histórica dos relatórios contábeis.

Especialistas afirmam que o primeiro passo para a mudança depende exclusivamente do empresário. Ele tem a obrigação de saber controlar os cinco itens considerados básicos para gerir o negócio que são caixa, bancos, clientes a receber, estoque e contas a pagar. Para isso, recomendam ao pequeno empresário buscar um sistema informatizado de gerenciamento das informações internas da empresa aliado a uma boa aplicação da contabilidade. (SESCAP, 2014)

Hoje em dia o mercado está mudando, mas ainda é visível o amadorismo de alguns pequenos empresários no que diz respeito ao gerenciamento. Desconhecem a lei, as questões burocráticas e as tendências de mercado, não avançam no seu setor contábil na medida de decisões, o administrativo e contábil depende um do outro.

A importância que a contabilidade gera para a empresa independente do tamanho se torna inquestionável, o que pode variar é o grau da organização e o grau na necessidade de informação que é desejada pela empresa.

O que se espera da contabilidade é que ela seja um grande instrumento de auxílio aos gestores, que não seja limitada e que sim, seja possível transformações destes dados, em informações que sirva para projeções, comparações e planejamentos.

3 INSTRUMENTOS CONTÁBEIS PARA AUXÍLIO NO PROCESSO DECISÓRIO

A contabilidade pode ser considerada um sistema de informação indispensável à gestão. Nem sempre a contabilidade é vista como uma ferramenta gerencial, mas como uma obrigatoriedade exigida por lei.

Desta forma, cabe ao contador demonstrar ao administrador que a contabilidade financeira pode se transformar em uma ferramenta gerencial, cuja principal finalidade é auxiliar os gestores no processo decisório.

A Lei nº 6.404/76, conhecida como a Lei das Sociedades Anônimas, estabelece em seu Artigo 176 as demonstrações financeiras que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da sociedade. O art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I - balanço patrimonial;
 - II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
 - III - demonstração do resultado do exercício;
 - IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.
 - IV – demonstração dos fluxos de caixa; e (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)
 - V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)
- § 1º As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.
- § 2º Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas-correntes".

§ 3º As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia-geral.

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

Segundo Franco (1991), "a estática patrimonial é demonstrada no Balanço Patrimonial, que é a representação dos bens, direitos e obrigações do patrimônio, pondo em evidência a igualdade entre os valores ativos e passivos".

A segunda demonstração exigida pela Lei das S.A. é considerada mais dinâmica por parte dos administradores.

A demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados deverá conter alguns dados. A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da sociedade.

As notas explicativas são necessárias para esclarecer o resultado do exercício e a situação patrimonial da empresa.

Conforme Iudícibus (1988, p. 22), "a análise e interpretação das demonstrações contábeis faz sentido quando, além de sua função de informar o posicionamento relativo e a evolução de vários grupos contábeis, também serve como um painel geral de controle para administração".

Segundo Padoveze (1996), basicamente o ferramental de análise de balanço é composto da análise vertical e horizontal, dos indicadores de desempenho e da avaliação final.

3.1 GESTÃO DE FLUXO DE CAIXA

Matarazzo (1997, p. 370) descreve os principais objetivos do fluxo de caixa, os quais são listados a seguir:

Avaliar as alternativas de investimentos. Avaliar e controlar ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa, com reflexos monetários. Avaliar as situações presentes e futuras do caixa na empresa, posicionando-a para que não chegue à situação de liquidez. Certificar que os excessos momentâneos de caixa estão sendo devidamente aplicados.

A elaboração desse demonstrativo financeiro é indispensável na administração de qualquer negócio, devido ao valor das informações financeiras prestadas ao administrador.

O fluxo de caixa reflete o passado, o presente e auxilia no planejamento empresarial, pois o administrador tomará decisões baseado em informações que extraiu, muitas vezes, desse fluxo.

Zdanowicz (1998, p. 40) define fluxo de caixa como sendo "o instrumento de programação financeira, que compreende as estimativas de entradas e saídas de caixa em certo período de tempo projetado".

Segundo Martins (1991), a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e o Balanço são tão importantes para a gestão da empresa quanto o Fluxo de Caixa.

3.2 ANÁLISES DOS DEMONSTRATIVOS

A análise das demonstrações contábeis tem por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, visando ao conhecimento minucioso de sua composição qualitativa e de sua expressão quantitativa, de modo a revelar os fatores

antecedentes e determinantes da situação atual, e, também, a servir de ponto de partida para delinear o comportamento futuro da empresa.

Tanto mais eficiente será a análise quanto melhor for o conhecimento do analista a respeito das operações da empresa analisada, conhecimento este em que se entende a política administrativa em todos seus aspectos, interna e externa.

A interpretação dos elementos obtidos nas análises, a partir das Demonstrações Contábeis, faz com que os valores ali contidos deixem de ser apenas um conjunto de dados e passem a ter valor como informação.

Conforme a Braga (1999) o objetivo da análise das demonstrações contábeis como instrumento de gerência consiste em proporcionar aos administradores da empresa uma melhor visão das tendências dos negócios, com a finalidade de assegurar que os recursos sejam obtidos e aplicados, efetiva e eficientemente, na realização das metas da organização. A atividade administrativa deve ser desenvolvida em conexão com as informações contábeis, com vistas aos aspectos de planejamento, execução, apuração e análise do desempenho.

Considera-se que a análise das demonstrações contábeis é uma arte, pois, embora existam cálculos razoavelmente formalizados, não existe forma científica ou metodologicamente comprovada de relacionar os índices de maneira a obter um diagnóstico preciso. Cada analista poderia, com o mesmo conjunto de informações e de quocientes, chegar a conclusões ligeiras ou até completamente diferenciadas. É provável, todavia, que dois analistas experimentados, conhecendo igualmente bem o ramo de atividade da empresa, cheguem a conclusões bastante parecidas (mas nunca idênticas) sobre a situação atual da empresa, embora quase sempre apontariam tendências diferentes, pelo menos em grau, para o empreendimento (BRAGA, 1999).

3.3 GESTÃO DE CUSTOS

Wernke (2004) textualiza custos como, gastos efetuados no processo de fabricação de bens ou de prestação de serviços. No caso industrial, são os fatores utilizados na produção como matérias-primas, salários e encargos sociais dos operários da fábrica, depreciação das máquinas, dos móveis e das ferramentas utilizadas no processo produtivo.

Assim, um gasto pode transformar-se de investimento para custo ou despesa ou diretamente custo ou despesas.

Segundo Horngren, Foster e Datar (1997, p. 19), “para guiar suas decisões, os gestores sempre desejam saber quanto custa determinada coisa (como por exemplo, um novo produto, uma máquina, um serviço ou um processo)”. Tal coisa chama-se de objeto de custo, pois se necessita de mensuração, para definir o quanto custa produzi-lo.

Esclarecido o que vem a ser objeto de custo, fica fácil saber seu objetivo. E é o que o professor Cherman (2002) define como objetivo primordial da contabilidade de custos é a apuração dos custos dos produtos vendidos.

Assim, não basta apenas saber o objeto e objetivo de custos, é preciso entender sua finalidade.

Para Cherman (2002, p. 10), a contabilidade de custos tem a finalidade de auxiliar na “avaliação dos estoques; apuração dos resultados; controle das atividades produtivas e tomada de decisão”.

3.4 ORÇAMENTOS CONTÁBEIS

Segundo Brookson (2000, p. 6): [...] orçamento é um plano de atividades futuras. Pode assumir diversas formas, mas normalmente reflete os departamentos e o conjunto da empresa em termos financeiros, fornecendo as bases para se aferir o desempenho da organização.

Brookson (2000) complementa que: Orçamentos são essenciais para o planejamento e o controle da empresa. Ajudam a coordenar as ações dos líderes de diferentes áreas, estabelecem um compromisso com os objetivos da organização, conferem autoridade ao gerente de cada área para fazer despesas e fornecem metas claras de receitas. Ao oferecer Benchmarks (padrões ideais para comparar e monitorar atividades concretas), constituem uma forma confiável de analisar o real desempenho da organização. Representa, assim, um modo de gerar informações para que a empresa possa aferir o andamento de suas atividades e definir como adaptar-se aos planos traçados.

4 CONTABILIDADE, DEFINIÇÕES E APLICABILIDADE

A importância das informações geradas pela contabilidade para qualquer empresa, independente do tamanho e até mesmo para as pessoas físicas, atualmente é inquestionável; o que pode variar é o grau da organização e o grau da necessidade das informações que são desejadas pelos usuários.

A Contabilidade surgiu da necessidade que o homem teve de se organizar socialmente. A evolução contábil ocorreu gradativamente, à medida que a sociedade precisava de instrumentos mais eficientes de controle do seu patrimônio. (MARION, 2003).

Hoje em dia o mercado está mudando, mas ainda é visível o amadorismo de alguns pequenos empresários no que diz respeito ao gerenciamento. Desconhecem a lei, as questões burocráticas e as tendências de mercado, não avançar o seu setor contábil na medida de decisões, onde o administrativo e contábil depende um do outro. Segundo Iudícibus, (2000) o objetivo principal da contabilidade é fornecer informação econômica e financeira para a tomada de decisões dos usuários realizando seus julgamentos com segurança. O que se espera da contabilidade é que ela seja o grande instrumento de auxílio aos gestores, não se limitando somente a receber o registro dos dados e sim, possibilitando a transformação desses dados, em informações que sirvam de base para projeções, comparações e planejamento.

5 ENTREVISTA

A presente pesquisa foi criada com base nas informações prestadas pela empresa PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO POPULAR, cujo Sócio Proprietário Bordon Silvério, nos permitiu fazer análises de investimento e riscos em sua empresa. Buscamos analisar o método de controladoria da contabilidade, cujo todo sistema de suas filiais tem de certa forma passar todas as informações para a central de contabilidade, onde de lá ela decide o rumo a que a empresa deva seguir.

O sistema de contabilidade é próprio da empresa que está localizada em Brasília e tem por fundamento controlar 21 Filiais, entrevistamos o Senhor RENATO SANTOS, contador da empresa e levantamos algumas situações que a contabilidade tem como compromisso com a empresa.

RENATO – De certa forma estamos operando no nível que sempre pretendíamos, mas com tudo antes de implantar o sistema contábil operacional na empresa, não foi uma época fácil, não tinha controle nem fornecimento de informações para o sócio proprietário o sistema de administração não era ágil como é hoje, avia impostos que tinha que pagar que só descobria

quando já está em um modo crítico (Judicial), com isso gerava gastos desnecessários com juros e multas.

Levando isso em consideração e muita perda a empresa impôs instalar sistema contábil dentro da empresa, a contabilidade começou a absorver todos os bens patrimoniais e levantar informações destes patrimônios, como isso a contabilidade já começou a prever riscos antes de acontecer e segundo Bordon Silvério (Sócio Proprietário), rendeu para ele um lucro de 30% ao ano, tendo em mente que suas filiais administrativas fornecem informações a contabilidade mensalmente e a contabilidade entrega para ele as análises detalhadas, para ele poder ver onde está tendo problema, e onde e quando pode se investir.

BORDON- O modo em que o sistema se encontra atualmente, ele se renova a cada dia, e como tenho empresas em 21 municípios não consigo ir de empresa em empresa para ver o que está acontecendo, contrato um gerente em cada local e eles vão fornecer a contabilidade todas às informações que a empresa precisa, buscando ser sempre eficiente, a contabilidade tem por conta controlar e registrar funcionários e treiná-los, todo fechamento de mês tenho por obrigação com minha empresa e controle de verificar cada filial, eu vejo se teve lucro ou despesas, a partir destas informações eu sei para onde me direcionar e investir.

Contudo, a contabilidade implantada tem 5 (cinco) funcionários, cada um cuida de um setor, RH, FINANCEIRO, JURIDICO, CONTABEL e AUXILIAR, para o senhor Bordon esta implantação dentro da empresa foi o melhor investimento que ele já fez.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se espera da contabilidade, é que a ela proporcione aos administradores a prestação e consistência das informações que os auxiliem no processo de tomada de decisão. Isso poderá resultar em ganho de mercado, na redução de custos e uma maior rentabilidade e competitividade.

Buscando resultados apontando uma preocupação com a formação do preço de venda, em saber qual o ponto de equilíbrio e a real lucratividade de cada investimento. Comprovou-se a necessidade dos gestores em ter em mãos as informações geradas pela contabilidade, não se limitando à elaboração de informações para o fisco.

A contabilidade implantada na empresa foi um dos melhores investimentos do empresário nos últimos tempos.

REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade gerencial**. Tradução de André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo, Atlas, 2003.

CATELLI, Armando. **Controladoria: uma abordagem de gestão econômica GECON**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

AS EQUIPES DE TRABALHO COMO UM FATOR DE DESENVOLVIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES

NUNES, Marco Aurélio⁴⁰
AVARES, Cláudia Cristina⁴¹
OLIVEIRA, Maria Aparecida de⁴²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as equipes de trabalho como um fator de desenvolvimento das organizações. Assim, partiu-se da seguinte questão: As equipes de trabalho são um fator de desenvolvimento das organizações? A Metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A coleta de dados se deu através da aplicação de um questionário semiestruturado ao proprietário de uma empresa do ramo de comércio varejista de calçados que atua na cidade de Unai-MG há mais de três décadas. A sociedade atual é marcada pelo individualismo o que contrapõe-se às exigências das organizações, que têm nas equipes que trabalham de forma coesa um dos fatores determinantes para alcançar resultados positivos. Pode-se considerar equipe "um grupo que compreende seus objetivos e está engajado em alcançá-los e forma compartilhada." (MOSCOVICI, 2007). O mercado de trabalho atual busca profissionais cada vez mais competentes, atualizados e preparados para atuar nas organizações. No ambiente de competitividade em que se vive a procura por bons profissionais é muito grande. Hoje as empresas buscam profissionais que tenham domínio da parte técnica como também comportamental, pois perceberam que são essas as que mais influenciam no desenvolvimento do trabalho de suas equipes. Justifica-se essa pesquisa pela relevante necessidade de uma equipe coesa para se alcançar resultados positivos nas organizações, desdobrando-se em desenvolvimento para a região, podendo atingir outros lugares. O resultado da pesquisa mostrou que o sucesso da empresa depende do desempenho dos envolvidos trabalhando em equipe, de forma integrada e sistemática. Conclui-se que, contrapondo-se à atual sociedade individualista, as equipes de trabalho são fator decisivo no desenvolvimento das organizações.

Palavras-chave: Trabalho em equipe. Desenvolvimento. Organizações.

1 INTRODUÇÃO

Em uma sociedade marcadamente narcísica, torna-se imperioso discutir a questão do trabalho em equipe, de modo particular nas organizações, cujo sucesso depende da colaboração de todos os que ali estão. O trabalho em equipe não é modismo, as equipes absorvem e aplicam conhecimentos e experiências de vida de seus membros, dando respostas de forma mais rápida aos desafios que vão surgindo. Bauman (2001) assume uma postura rígida ao caracterizar a individualidade contemporânea, do estágio leve e fluido da modernidade, como fatalidade, não uma escolha, da mesma forma que no estágio sólido e pesado.

Pode-se conceituar equipe como "um grupo que compreende seus objetivos e está engajado em alcançá-los, de forma compartilhada." (MOSCOVICI, 2007, p. 5).

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a questão das equipes de trabalho como um fator de desenvolvimento das organizações. Para tal, partiu-se da seguinte problemática: As equipes de trabalho são um fator de desenvolvimento das organizações?

⁴⁰ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

⁴¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

⁴² Mestre em Ciências da Religião - PUC Goiás. Docente e Coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

A Metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A coleta de dados se deu através da aplicação de um questionário semiestruturado ao proprietário de uma empresa do ramo de calçados que atua na cidade de Unaí-MG há mais de três décadas.

Justifica-se essa pesquisa pela relevante necessidade de uma equipe coesa para se alcançar resultados positivos nas organizações, desdobrando-se em desenvolvimento para a região, podendo atingir outros lugares.

O resultado da pesquisa mostrou que equipes de trabalho dentro das organizações podem alterar o desempenho e a produtividade e conseqüentemente o desenvolvimento, pois uma equipe tem os mesmos objetivos que são comuns a todos. Mas uma equipe que não trabalha de forma integrada e sistemática pode levar a impactos negativos dentro de uma organização.

Desse modo, busca-se uma maior clareza sobre a importância das equipes de trabalho como um fator de desenvolvimento das organizações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A SOCIEDADE ATUAL E AS EXIGÊNCIAS DAS ORGANIZAÇÕES

Contrapondo-se ao narcisismo que impera na sociedade atual, as organizações exigem o trabalho coletivo como vital para que permaneçam no mercado.

Bauman (2001) diz que a modernidade é a época em que a vida social passa a ter como centro a existência do individualismo, é a fase marcada por uma expansiva autonomia do homem em relação à vida social. Para ele a modernidade entra numa fase aguda de privatização e individualismo. Ele a denomina modernidade líquida, onde os indivíduos não possuem mais padrões de referências, nem códigos sociais e culturais que lhes possibilitem, ao mesmo tempo, construir sua vida e se inserir dentro das condições de classes e cidadão. Ainda de acordo com esse sociólogo (2001), a sociedade atual é desregulamentada, pois o mercado é o que dita as regras e as regras do mercado são marcadas pelo objetivo econômico capitalista: aniquilação das concorrentes e o sucesso com os consumidores.

Neste cenário, o mercado de trabalho busca profissionais cada vez mais competentes, atualizados e preparados para atuar nas organizações. No ambiente de competitividade em que vive, a procura por bons profissionais é muito grande. Hoje não basta apenas dominar a parte técnica da posição. A exigência das organizações vai além disso. Elas avaliam também as comportamentais, tais como a capacidade de liderança, automotivação, trabalho em equipe, criatividade, capacidade de negociação e busca por conhecimento. (PORTAL IBC, 2016).

As empresas exigem ainda clareza na comunicação, interdependência entre tarefas e papéis, liderança com habilidades nas áreas de resolução de problemas e influência de um ambiente colaborativo.

Os seres humanos, segundo Chiavenato (2014), são obrigados a cooperar uns com os outros, formando organizações para alcançar certos objetivos que a ação individual isolada não conseguiria alcançar. No atual mundo do trabalho, cada vez mais as organizações exigem medidas estratégicas para se manter no mercado, o crescimento e desenvolvimento das organizações no mundo atual, acarretam maior complexidade dos recursos necessários às suas operações, com o aumento de capital, incremento de tecnologia e atividades de apoio.

Portanto, contrapondo-se ao isolamento presente na atual sociedade, as empresas valorizam não só a capacidade técnica das pessoas, como também a comportamental, dentre elas a de trabalhar em equipe.

2.2 CONCEITOS DE EQUIPES DE TRABALHO

Equipe de trabalho é quando uma sociedade ou um grupo de pessoas resolvem praticar uma atividade coletiva para a solução de eventuais problemas.

"Pode-se considerar equipe um grupo que compreende seus objetivos e está engajado em alcançá-los, de forma compartilhada." (MOSCOVICI, 2007, p. 5).

Novo, Chernicharo e Barradas (2008, apud Santos, 2015, p. 15), definem a equipe como "um grupo de pessoas com conhecimentos complementares, com comprometimentos a um propósito, com metas de desempenho e com abordagens comuns. Por meio disso os membros se mantêm mutuamente responsáveis."

Blanchard (1997), define como algumas das principais características de uma equipe de trabalho:

- Todos sabem o que precisam fazer e os objetivos da equipe são claros.
- Todos assumem certo grau de responsabilidade pela liderança.
- Existe a participação ativa de todos.
- Há valorização e apoio entre todos os membros da equipe.
- Todos dão a sua opinião.
- As diferenças de opiniões são respeitadas.

Ao se falar em trabalho em equipe, é preciso analisar e falar também sobre a mudança de cultura no ambiente laboral, no sentido de que as decisões passam a ser tomadas, não mais de forma vertical, mas horizontalmente, isto é, as questões são refletidas em grupo e as respostas, por sua vez, advêm também dos membros do grupo.

O trabalho em equipe, para Moscovici (apud Delacorte e Campanhol, 2006), não é modismo. As equipes absorvem e aplicam conhecimentos e experiências de vida de seus membros, dando respostas de forma mais rápida aos desafios que vão surgindo.

No mundo dos negócios a competitividade está cada vez mais acirrada, por isso uma empresa que pratica o trabalho em equipe tem mais a ganhar, tanto em lucros como em economia. Numa empresa onde toda a equipe atua desenvolvendo talentos e conhecimentos, tendo sempre em vista um objetivo comum, resultados positivos são alcançados.

2.3 NAS EQUIPES DE TRABALHO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES

A colaboração e a ajuda são decisivas no processo de desenvolvimento das instituições. Fela Moscovici (2007), mostra que no mundo da cultura tecnológica, pedir auxílio nem sempre é fácil, particularmente por parte dos homens.

Solicitar ajuda pode aparentar como sinal de fraqueza, insegurança, ignorância, inferioridade. Nas empresas, continua essa autora (2007), é bastante visível esse fenômeno. Quanto mais alta é a posição hierárquica ocupada, menos se procura e se solicita ajuda. Todavia, torna-se ímpar que as relações se estreitem mais, através de uma melhor comunicação e maior reciprocidade. A interação e a colaboração, portanto, são requeridas no mundo das organizações, objetivando sempre alcançar um objetivo comum.

Ribeiro (2010), atesta que o trabalho em equipe é a marca das organizações contemporâneas. Trabalhar em equipe pressupõe compreender que a cooperação é um valor profissional. As resistências que acontecem se dão pelo medo de seus membros de serem devorados ou dominados pelo grupo ou mesmo por seus líderes.

Muitas organizações bem sucedidas estão atualizando a sua missão. A missão da organização deve ser cultivada com todo cuidado pelos dirigentes e difundida intensamente entre todos os colaboradores para a conscientização e comprometimento pessoal de todos em relação ao seu alcance. Ela pode ser passada de forma escrita ou de forma formal, o chamado credo da organização. Embora ela seja relativamente fixa e estável, ela deve ser atualizada e redimensionada com o passar do tempo e com as mudanças nos

Mota (apud Micheletti, 2015), alude que são visíveis os benefícios que uma equipe coesa pode trazer para a empresa. Ela destaca a importância que se deve dar às experiências, histórias de vida e competências que as pessoas trazem consigo, procurando relacioná-las com a realidade do contexto organizacional. A interação entre os pares e o potencial de cada indivíduo ficam ainda maiores quando utilizados em uma equipe. No time, todos são responsáveis mutuamente pelo resultado, diferente de quando se trabalha sozinho. Com o excesso de problemas e a necessidade de responder rápido em várias frentes que as empresas têm hoje, tornou-se quase impossível trabalhar de forma isolada, no esquema cada um por si.

Em resumo, as equipes de trabalho se opõem ao isolamento tão presente na atualidade. As organizações contam com a colaboração efetiva de todos os envolvidos, para resolverem seus problemas e terem mais produtividade.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A coleta de dados se deu através da aplicação de um questionário semiestruturado com perguntas sobre o perfil do participante da pesquisa e duas perguntas específicas do tema ao proprietário da empresa Calçar Bem Ltda. (nome fictício). Trata-se de uma empresa do ramo de comércio varejista de calçados que atua na cidade de Unaí-MG há mais de três décadas.

O participante da pesquisa foi o senhor Paulo da Silva (nome fictício), trinta anos de idade, tem o curso Técnico em Contabilidade, trata-se do proprietário-gerente da referida empresa, onde atua há trinta e dois anos. O questionário foi aplicado na própria organização no dia quatro de abril de 2016 às 14h30. A seguir serão apresentados os resultados e discussões sobre a equipe de trabalho realizado na empresa Calçar Bem Ltda.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O primeiro questionamento procurou saber: Por que a empresa valoriza o trabalho em equipe?

Nas palavras do gerente proprietário da organização:

Por que a quantidade de atividades que impactam no tamanho da organização depende de um trabalho em equipe. Sem isso não conseguiríamos manter a empresa. (P.S., 30 anos).

O trabalho em equipe é primordial para o sucesso de uma empresa. Do contrário, será muito difícil que ela sobreviva. Num mercado acirradamente competitivo e de consumidores cada vez mais exigentes, faz-se necessária a fluidez do trabalho, havendo, assim, atendimento de qualidade.

Para Moscovici (apud Delacorte e Campanhol, 2006, p. 195), o trabalho em equipe não é modismo. As equipes absorvem e aplicam conhecimentos e experiências de vida de seus membros, dando respostas de forma mais rápida aos desafios que vão surgindo.

A segunda pergunta foi: No mercado de trabalho tão disputado, o trabalho em equipe é um diferencial? Por quê?

Sim, porque o desempenho da empresa depende do desempenho em equipe. Se a equipe não trabalha de forma integrada e sistemática, as atividades tendem a dar errado o que influencia diretamente nos resultados da organização. Por isso é preciso manter um clima amistoso e organizado das atividades individuais e em equipe, segundo a demanda. (P. S., 30 anos).

A fala do senhor Paulo Santos evidencia que a equipe precisa estar coesa e integrada para que se obtenha produtividade na organização. Existem atividades que são realizadas individualmente e em equipe. Um bom desempenho da equipe irá otimizar resultados satisfatórios e conseqüente permanência da organização no mercado.

Chiavenato (2014), argumenta que os seres humanos são obrigados a cooperar uns com os outros, formando organizações para alcançar certos objetivos que a ação individual isolada não conseguiria alcançar. No atual mundo do trabalho, cada vez mais as organizações exigem medidas estratégicas para se manter no mercado.

Evidencia-se, então, que as equipes de trabalho são fundamentais no desenvolvimento das organizações. Uma equipe coesa, empenhada na realização das suas funções, gera resultados satisfatórios, promovendo, desse modo, crescimento, não só para a própria empresa, como também para a região na qual ela está inserida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equipe de trabalho deve ser entendida como um esforço conjunto e, portanto as vitórias e fracassos são responsabilidades de todos. O resultado da pesquisa mostrou que a empresa está no mercado há mais de três décadas, o que permite concluir que a referida organização tem planejamento, organização, tem controle, liderança, bem como uma atuação eficaz da sua equipe. Observou-se que o trabalho é realizado de forma coletiva, o que tem trazido benefícios tanto para seus membros quanto para a organização.

Pela análise dos dados notou-se que equipes de trabalho podem alterar o desempenho e a produtividade e, conseqüentemente, o desenvolvimento das organizações, pois uma equipe deve ter objetivos que sejam comuns a todos. O trabalho desenvolvido com comprometimento, dedicação e metas em comum tem resultados notáveis, produzem trabalho de qualidade que fazem a diferença no mercado. Porém, uma equipe que não trabalha de forma integrada e sistemática pode levar a impactos negativos dentro da organização. Assunto que poderá ser abordado em outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

BLANCHARD, Kenneth; CAREW, Donald; PARISI-CAREW, Eunice. **Gerente minuto desenvolve equipes de alto desempenho**: como obter qualidade total trabalhando em equipe. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**: 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

DELACORTE, Helio Tadeu; CAMPANHOL, Edna Maria. O desenvolvimento de uma equipe de trabalho e sua influência os resultados organizacionais. **FACEF Pesquisa**. Franca, v. 9, n. 2, 2006.

MICHELETTI, Camila. **Trabalho em equipe**: Essencial para todas as empresas. 2015. Disponível em: <<http://carreiras.empregos.com.br/seu-emprego/trabalho-em-equipe-essencial-para-todas-as-empresas/>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

MOSCOVICI, Fela. **Equipes dão certo**: A multiplicação do talento humano. 11. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007. (Coleção Administração e Negócios).

PORTAL IBC. **Competências comportamentais mais valorizadas**. Disponível em: <<http://www.ibccoaching.com.br/portal/comportamento/competencias-comportamentais-mais-valorizadas/>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Pedagogia empresarial**: A atuação do pedagogo na empresa. 6. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2010).

SANTOS, Danilo. **Competências e habilidades para o trabalho em equipe nas concessionárias de automóveis do município de Cacoal**. 2015. Disponível em: <<http://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/921/1/GRAVAR%20CD.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

DIVULGAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS: O USUÁRIO COMO FOCO DA INFORMAÇÃO

MOTA, Delma Pereira⁴³
ARAUJO, Gabriel Talys de⁴⁴
MOREIRA, Gabriel⁴⁵

RESUMO: Para que a entidade consiga atingir esse objetivo, é vital que haja um retorno financeiro, ou seja, o lucro. Em muitas ocasiões com maior ocorrência em pequenas empresas, a continuidade não acontece por elas acarretarem uma série de prejuízos, os quais se tornam o motivo crucial para a falência. A divulgação dos demonstrativos contábeis auxilia o usuário tomador de decisões no processo decisório, pois contém dados importantes sobre o estado contábil da empresa, permitindo formular ideias sobre o que será possível decidir. Estas informações estão contidas nos demonstrativos e sem elas, tomadas de decisão não acontecem como realmente devem acontecer, especialmente relacionando-se a produção, marketing, investimentos, financiamentos e custos, demonstrando de forma pontual a importância da contabilidade para a gerência empresarial. O objetivo proposto neste trabalho foi destacar a importância dos demonstrativos contábeis para o processo de tomada de decisão. Desse modo conclui-se que, é de suma importância tanto para a empresa quanto para os usuários das informações, terem em mãos as demonstrações contábeis, pois com elas o processo decisório fica cada vez mais pontual e com chances de um retorno positivo.

Palavras-chave: Demonstrativos contábeis. Usuários da informação. Tomada de decisão.

1 INTRODUÇÃO

Uma empresa abre no intuito de se firmar no mercado a longo prazo, até que haja indícios de descontinuidade, como afirma o princípio da continuidade. Para que a entidade consiga atingir esse objetivo, é vital que haja um retorno financeiro, ou seja, o lucro. Em muitas ocasiões com maior ocorrência em pequenas empresas, a continuidade não acontece por elas acarretarem uma série de prejuízos, os quais se tornam o motivo crucial para a falência.

Com a evolução da contabilidade, as organizações, que já possuem certa expressão, e algumas ainda pequenas, conseguem manter-se no mercado, pois abdicaram de administrar por suposições e começaram a enxergar a importância de obter, para o processo de tomada de decisão, a sua demonstração contábil, mês a mês e ano a ano.

A divulgação dos demonstrativos contábeis auxilia o usuário tomador de decisões no processo decisório, pois contém dados importantes sobre o estado contábil da empresa, permitindo formular ideias sobre o que será possível decidir. Há necessidade de informações corretas e confiáveis, para que o custeio da empresa, e o que ela obtém de prejuízo ou lucro, seja divulgado, seguindo adiante no processo decisório.

Estas informações estão contidas nos demonstrativos e sem elas, tomadas de decisão não acontecem como realmente devem acontecer, especialmente relacionando-se a produção,

⁴³Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

⁴⁴Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

⁴⁵Mestre em Administração pela Faculdade Pedro Leopoldo (MG). Especialista em Administração Financeira e Controladoria pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (2005) e graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (2004). Coordenador e Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí, Coordenador da Comissão Própria de Avaliação CPA/FACTU.

marketing, investimentos, financiamentos e custos, demonstrando de forma pontual a importância da contabilidade para a gerência empresarial.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

A história, segundo Iudicibus (1999), ressalta o modo como um homem chegou a conseguir contabilizar seu rebanho, de forma que abrangesse também vendas e ganhos relacionados a ele, como a venda lã e o aquisição de instrumentos de caça e pesca.

A Contabilidade já surgia mesmo durante o primitivismo onde não havia conhecimento matemático, das letras, de negócios e de patrimônio como hoje se exige ter. Com o passar do tempo, cada vez mais vista sua necessidade de “surgir”, a contabilidade foi sendo utilizada e sendo evoluída.

De acordo com Iudicibus (1999), a contabilidade não é uma ciência exata, ela é uma ciência social, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial. Entretanto, a contabilidade utiliza os métodos quantitativos, matemática e estatística, como sua principal ferramenta.

Durante sua evolução, a contabilidade passou por diversas divergências que influenciaram para que ela fosse tão completa e abrangente.

Segundo Marion (2009), o desenvolvimento da contabilidade foi notório nos Estados Unidos, no século XX, principalmente após a depressão de 1929, com acentuação de pesquisas nessa área para melhor informar o usuário da contabilidade.

2.2 CONCEITO DE CONTABILIDADE

Segundo Franco (1977), a contabilidade com seu aparecimento como conjunto ordenado de conhecimentos, com objeto e finalidades definidos, tem sido considerado como arte, como técnico ou como ciência, de acordo com a orientação seguida pelos doutrinadores ao enquadrá-la no elenco das espécies do saber humano.

Franco (2009) se baseia nas noções gerais para concluir a seguinte conceituação de contabilidade:

É a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a interpretação dos fatos nele ocorridos, com o fim de oferecer informações sobre sua composição e suas variações, bem como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial, (FRANCO, 2009).

A contabilidade alcança sua finalidade através do registro de todos os fatos relacionados com a formação, a movimentação e as variações do patrimônio administrado, vinculado a entidade com o fim de assegurar seu controle e fornecer os seus administradores as informações necessárias a ação administrativa, conforme Franco (1977).

2.3 USUÁRIOS DA CONTABILIDADE

A contabilidade tem como usuários, tomadores de decisão, usuários internos e usuários externos, segundo Niyama (2009), o usuário tem um papel importante, de modo que é impossível ignorar sua participação na determinação das escolhas realizadas pela contabilidade.

O usuário tomador de decisões tem a responsabilidade de analisar contabilmente o desempenho, da empresa, para usá-lo no processo decisório. De acordo com Niyama (2009) o usuário necessita analisar o desempenho da entidade.

Os usuários internos são aqueles que atuam dentro da empresa, tais como funcionários, administradores, gerentes etc. Havendo necessidade da informação para otimização do que se refere à melhora das atividades.

Os Usuários Externos, são investidores, sócios, acionistas, fornecedores de bens e serviços, as instituições financeiras, o governo, os sindicatos, a comissão de valores imobiliários (CVM), entidades de classe etc.

Portanto, segundo Santos (2011), consideram-se usuários das Informações contábeis, toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja ela empresa, com fins lucrativos ou não, ou mesmo patrimônio familiar.

As informações contábeis possuem ainda, papel muito importante no processo de planejamento e controle, permitindo definir planos com base contábil e verificar o desempenho da empresa.

2.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS: BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO, NOTAS EXPLICATIVAS, FLUXO CAIXA, DMPL

2.4.1 Balanço Patrimonial

Segundo Marion (2009), o balanço patrimonial é a principal demonstração contábil. Reflete a posição financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado.

O Balanço patrimonial é constituído de duas colunas: a coluna do lado direito, denominada passivo e patrimônio líquido, a coluna do lado esquerdo, denominada ativo, de acordo com Marion (2009), A razão de se atribuir o lado esquerdo para o ativo e o direito para o passivo e patrimônio líquido é mera convenção. Pela lei das sociedades por ações, o lado direito é denominado apenas passivo.

O Balanço compõe – se em três partes essenciais passivos e patrimônio líquido. Cada umas dessas partes apresenta suas diversas contas classificados em grupos, os quais, por sua vez são dispostos em ordem decrescente de grau de liquidez para o ativo e em ordem decrescente de exigibilidade para o passivo. (ASSAF NETO, 2006, P, 65).

Deste modo, Reis (2003) destaca apresentação do patrimônio se dá pelo demonstrativo denominado “balanço patrimonial”, no qual são evidenciadas as aplicações no ativo (bens e direitos) e o passivo (obrigações) e as origens que possibilitaram essas aplicações.

Ativo são todos os bens e direitos de propriedade da empresa, mensuráveis monetariamente, que representam benefícios presentes ou benefícios futuros para a empresa, (MARION, 2009).

Segundo Marion (2009), o passivo evidencia toda a obrigação (dívida) que a empresa tem com terceiros: contas a pagar fornecedores de matéria - prima (a prazo), impostos a pagar, financiamento, empréstimos etc.

Patrimônio líquido evidencia recursos dos proprietários aplicados no empreendimento.

Deste modo, de acordo com Marion (2009), patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações da empresa; balanço origina-se de balanço = equilíbrio nos dois lados (origem =

aplicação). Assim, balanço patrimonial significa demonstração de forma equilibrada dos bens, direitos e obrigações em um único relatório.

2.4.2 Demonstrações dos Resultados do Exercício

De acordo com Marion (2009) o exercício social terá duração de um ano e a cada exercício será apurado o resultado de período isto é, se houve lucro ou prejuízo. Portanto, em cada final do período, todas as despesas e receitas são transferidas para a demonstração do resultado do Exercício, e no próximo período, apurar – se despesa e receita começando do zero, ou seja, não se acumulam despesa e receita de uma não para o outro (independência absoluta de períodos).

Ao fim de cada exercício social, conforme disposição da lei das sociedades por ações, a contabilidade das empresas elabora, entre outras demonstrações, a demonstração do resultado do exercício, em que observamos o grande indicados global de eficiência: o retorno resultante do investimento dos donos da empresa (Lucro ou Prejuízo) (MARION, 2009).

2.4.3 Notas Explicativas

Segundo Marion (2009), apesar de já ser obrigatória para as sociedades anônimas de capital aberto, a nova Lei das Sociedades por Ações estende – as aos outros tipos societários, estabelecendo que as demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

Conforme a Lei nº 11.941/09, as notas explicativas devem:

- I – Apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;
 - II – Divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;
 - III – Fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada;
- Também conhecidas como “Notas de Rodapé”, as notas explicativas são normalmente destacadas após as demonstrações financeiras (quando publicadas). Marion (2009).

2.4.4 - Fluxo de Caixa

José Eduardo Zdanowicz (2001) conceitua o Fluxo de Caixa como sendo o instrumento que relaciona o conjunto de ingressos e de desembolsos de recursos financeiros pela empresa em determinado período.

Com a implementação do fluxo de caixa como uma das ferramentas gerenciais para operacionalização da gestão financeira, o processo de tomada de decisão ganhou mais um componente que influencia diretamente nas decisões.

Segundo Zdanowicz (2001) o Fluxo de Caixa tem como objetivo básico a projeção das entradas e das saídas de recursos financeiros para determinado período, visando prever a necessidade de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa nas operações mais rentáveis para a empresa, contudo outros objetivos também poderão ser considerados para a elaboração do Fluxo de Caixa.

O Fluxo de Caixa é de fundamental importância para as empresas, constituindo-se numa indispensável sinalização dos rumos financeiros dos negócios e proporcionando ao administrador uma visão futura dos recursos financeiros da empresa, ele é construído a partir das informações relativas a todos os dispêndios e entradas de caixa já conhecidos e dos projetados.

2.4.5 DMPL

Ao contrário da demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (DLPA), que fornece a movimentação, basicamente de uma única conta do patrimônio líquido (lucros acumulados), a demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) evidencia a movimentação de diversas (todas) contas do PL ocorrida durante o exercício. De acordo com Marion (2009), o aumento ou diminuição do patrimônio líquido serão apresentados por essa demonstração contábil.

Mesmo não sendo uma demonstração obrigatória, a DMPL é mais simples e completa que a DLPA. Sua importância é muito relevante para as empresas que movimentam bastante as contas de patrimônio líquido.

Segundo Marion (2009) a DMPL é fundamental para elaboração da demonstração dos fluxos de caixa e para serem fornecidas as empresas (investidoras). Empresas que irão avaliar como coligada ou controlada, de acordo com o método da Equivalência Patrimonial.

2.5 A CONTABILIDADE UTILIZADA NO PROCESSO DECISÓRIO

Toda empresa nasce com o objetivo de obter lucro e permanecer no mercado por um longo período, para que isso aconteça, de acordo com Marion (2009), há necessidade de dados, de informações corretas, de subsídios que contribuam para uma boa tomada de decisão.

A contabilidade possui como conceito, gerar informações para a administração das empresas, para o processo de tomada de decisão. Segundo Mairon (2009), a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões.

O processo de tomada de decisão, só avança quando há as informações contábeis, confiáveis e verídicas, obtendo a coleta de dados econômicos, mensurados monetariamente, registrados e sumarizados em forma de relatórios, essenciais para este processo. Segundo Mairon (2009), a contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas, avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para as tomadas de decisões.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

O objetivo proposto neste trabalho foi destacar a importância dos demonstrativos contábeis para o processo de tomada de decisão. Hoje ainda há empresas que não possuem sua contabilidade própria sendo administrada com o mínimo de informações em relação ao que poderia obter.

Como destaca Silva (2001), o conceito de demonstrações contábeis vai além de números e resultados monetários. Silva (2001) deixa claro que é realmente importante, a empresa obter seus demonstrativos contábeis, pois além de demonstrar a situação financeira da empresa têm um enorme valor para o processo decisório.

Marion (2012) chama a atenção para a importância de saber utilizar as informações contábeis. O autor destaca ainda que pode-se ter em mãos as demonstrações contábeis, mas para que elas possam vir a serem ferramentas decisórias, precisam ser interpretadas passando a serem informações relevantes, caso o contrário não passam de dados.

Portanto, analisa-se que é de grande valor para a empresa obter suas demonstrações contábeis e profissionais capacitados para sua utilização.

4 METODOLOGIA

Para que os objetivos propostos pudessem ser alcançados, foi utilizada uma pesquisa descritiva bibliográfica, embasada em autores como, Franco (1977), Iudicibus (1999), Niyama (2009), Marion (1998), Reis (2003), Silva (2001), Zdnowicz (2001), buscando relacionar as informações contidas em seus livros com o objetivo geral do artigo, de modo a destacar a importância da divulgação dos demonstrativos contábeis.

131

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Mairon (2009), a contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas, avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para as tomadas de decisões.

O presente trabalho evidenciou a importância da divulgação dos demonstrativos contábeis para o processo de tomada de decisão, tendo o usuário como foco da informação e ressaltando também o valor de obter informações integras, confiáveis e profissionais capacitados pra utilizá-las.

Deste modo conclui-se que, é de suma importância tanto para a empresa quanto para os usuários das informações, terem em mãos as demonstrações contábeis, pois com elas o processo decisório fica cada vez mais pontual e com chances de um retorno positivo.

REFERÊNCIAS

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 19 ed. São Paulo: Atlas, 1977.

IUDICIBUS, Sergio de; Marion, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**. São Paulo. Atlas 1999.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas. 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

REIS, Arnaldo Carlos De Rezende. **Demonstrações Contábeis: Estrutura e Análise**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SILVA, José Pereira. **Análise financeira das empresas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa**. 8 ed. São Paulo: Sagra Luzzatto, 2001.

HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE: Dos primórdios a contemporaneidade

OLIVEIRA, Daniela Miranda de⁴⁶

SOUSA, Natalia Faria de⁴⁷

MOREIRA, Gabriel⁴⁸

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de analisar a história e evolução da contabilidade desde os primórdios até os dias atuais. Primeiro, descreveu-se a análise da história contábil, sua evolução ao longo dos anos. Posteriormente, discutiu-se sobre a contabilidade no Brasil desde as civilizações antigas e as dos dias atuais, identificando a influência que a contabilidade desempenha sobre as decisões dos donos do patrimônio. Concluindo que é indispensável a utilização das informações contábeis para os gestores da atualidade.

132

Palavras-chave: Contabilidade Primitiva. Evolução da Contabilidade. Contabilidade atual.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade desde os tempos medievais tem suma importância na vida cotidiana das civilizações, de acordo com a necessidade veio evoluindo e ganhando seu espaço no mercado de trabalho. Atualmente é indispensável o uso das técnicas contábeis para um bom desempenho de qualquer que seja o empreendimento.

A contabilidade está presente no mundo desde as civilizações antigas, e ganha força com o surgimento do comércio e uma maior movimentação do patrimônio, necessitando um maior registro e controle da riqueza.

A evolução da contabilidade caminha junto com o desenvolvimento e as necessidades da humanidade.

O presente trabalho estabelece como objetivo principal conhecer a história e evolução da contabilidade ao longo de séculos e apresenta como objetivos específicos comparar a evolução da contabilidade de diferentes lugares do mundo e apresentar os princípios e influências das técnicas utilizadas nas regiões de destaque em teorias contábeis mais significativas. Por fim, analisando analisa a atualidade do mundo contábil e as técnicas usadas para facilitar os serviços contábeis.

Portanto, é importante conhecer os princípios a evolução e a atualidade do cenário contábil.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

A contabilidade começou com o homem que sempre quis alcançar o seu propósito e assim teve seu registro contábil para que pudesse ter organizações de suas contas. A

⁴⁶ Acadêmica do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

⁴⁷ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

⁴⁸ Mestre em Administração pela Faculdade Pedro Leopoldo (MG). Especialista em Administração Financeira e Controladoria pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai (2005) e graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai (2004). Coordenador e Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai, Coordenador da Comissão Própria de Avaliação CPA/FACTU.

contabilidade tem quatro períodos história antiga, história média, história moderna e história contemporânea.

CONTABILIDADE DO MUNDO ANTIGO - A contabilidade durante o período veio tendo como arte a escrituração mercantil. Sendo assim tem técnicas específicas para a área e sempre é atualizadas, pois é usada até nos dias de hoje.

CONTABILIDADE DO MUNDO MEDIEVAL - Período que vai de 1202 da era Cristã até 1494, apareceu o *TRACTATUS DE COMPUTIS ET SCRIPTURIS* (contabilidade por partidas dobradas) de **FREI LUCA PACIOLO**, publicado em teoria dos números positivos e negativos.

A contabilidade nessa época tornou-se denominada era técnica por causas das grandes invenções como moinho, aperfeiçoamento da bússola que representaram novos horizontes aos navegadores como marco polo.

CONTABILIDADE DO MUNDO CIENTÍFICO - Período que surge de 1494 até 1840, entre tanto o autor Francesco Villa, escritor milanês e contabilista público que, com sua obra "*La Contabilità Applicata alle Amministrazioni Private e Pubbliche*", inicia a nova fase; e **Fábio Bésta**, escritor veneziano.

Francesco Villa sobre os seus conceitos tradicionais da contabilidade passou dos limites, pois acreditava que qualquer pessoa inteligente poderia guardar livros e escrituração. A contabilidade para Francesco era conhecer os detalhes, a natureza, normas e leis. Foi o início da fase científica da Contabilidade.

Fábio Bésta superou seu mestre frâncico tornando a conta fundamental, o valor, chegando perto de definir o patrimônio.

METODO DAS PARTIDAS DOBRADAS - É representada como contas que tem nela o valor monetário de uma empresa ou mais. Entre as transações é registrada em forma de entradas que tem duas contas pelo menos em qual corresponde a um crédito de um débito de igual valor.

Débito e crédito, a razão é muito simples. O patrimônio da entidade (Ativo) pertence às pessoas físicas (dos próprios donos ou de terceiros), representados pelo Patrimônio Líquido e Passivo, respectivamente (vide Balanço Patrimonial), os Ativos passam a ser devedores para com estes proprietários, que são os **credores** desse patrimônio.

ESCOLA DO PENSAMENTO CONTÁBIL - Tiveram várias escolas de pensamento contábil, mais nem todas traziam avanços na essência do estudo da contabilidade. Algumas escolas tinham que ir em busca de uma visão científica. Com Francesco Villa, a partir de 1840 no renascimento italiano, deu-se início ao grande progresso da Ciência Contábil que hoje conhecemos.

Villa, autor da obra premiada pelo Imperador da Áustria, "*La contabilità*", distinguiu o fenômeno registrado do simples registro ou informação sobre ele

Alguns grandes pensadores após 1840, dentre os quais: Francesco Villa, com a Escola Lombarda; Giuseppe Cerboni, com a Escola Toscana; Fábio Besta, com a Escola Veneziana; Eugen Schmalenbach, com a Escola Alemã;

A Escola Contista foi a primeira escola de pensamento contábil, marcada no século XV. Com a sociedade crescendo, surgiu a separação da entidade e do proprietário, deste jeito a ideia foi o mecanismo de contas, subordinado à escrituração. O mecanismo desta escola rotulou a contabilidade como "ciência das contas e escrituração". A obra que mais se destacou foi de **Lucca Pacioli**.

2.2 CONCEITO DA CONTABILIDADE

A contabilidade tem como objetivo estudar as variações quantitativas e qualitativas no patrimônio que conjugue entre bens e direitos e obrigações das entidades. Tem como método ter o máximo de informações para tomar decisões em empresas ou fora para registrar tudo que necessário e manter o patrimônio.

As movimentações estão no patrimônio tendo uma entidade que registra todos os dados pela contabilidade, que são como relatórios para interesse da impressas citada. Após os relatórios serem consultados veremos o resultado que foi concedido para tomar uma sabia decisão para o futuro da empresas. A contabilidade lida com escrituração que é responsável através de resultados que apurar o lucro e o prejuízo.

2.3 CONTABILIDADE NO BRASIL - EVOLUÇÃO

A contabilidade está presente no Brasil desde as civilizações antigas. Ilustrações pré-históricas que foram encontradas em grutas de diversos estados do País, mostram claramente, como era feito o controle da riqueza do homem.

A evolução da contabilidade caminha junto com o desenvolvimento e necessidade da humanidade como aponta Marion (1998). Após a época Colonial, houve a necessidade de controles contábeis para que os comerciantes apurassem e melhorassem a qualidade e quantidade de seus bens, para o desenvolvimento das primeiras Alfândegas que surgiram em 1530 (REIS; SILVA, 2008).

Logo no início do Século XX, a contabilidade brasileira sofreu influências de culturas exteriores em sua evolução. A influência italiana, considerada o berço da Contabilidade e que deu origem ao método das partidas dobradas, foi a primeira cultura a ser seguida.

A Escola Patrimonialista anuncia que a Contabilidade apesar de relacionar-se com várias ciências, tinha requisitos próprios para firmar-se como ciência. Como afirma Masi em comentário, relatado por Lopes de Sá (1998):

A Contabilidade, como ciência, só considera os instrumentos de informação como meios que levam ao conhecimento dos fenômenos patrimoniais: tais instrumentos servem, de fato para colher, classificar, ordenar e representar os dados que elaborados, são depois utilizados para administração do capital das empresas ou do patrimônio das entidades

Segundo Lopes de Sá (1998) a Teoria Patrimonialista classifica as contas em: I) Contas Patrimoniais: Contas do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido; II) Contas de Resultado: Despesa e Receita.

O patrimonialismo obteve grande aceitação no Brasil predominando até hoje, havendo vários adeptos desta escola. A consolidação do patrimonialismo no Brasil ocorreu no V Congresso Brasileiro de Contabilidade e deveu-se ao desempenho de Hilário Franco. (MARTINS E SILVA, 2007 APUD REIS E SILVA, 2007).

Até a década de 50 predominou no Brasil a cultura contábil européia, mas com a vinda de indústrias estrangeiras norte-americana para o país essa influência foi se dissipando, ocorrendo uma evolução dos conhecimentos contábeis.

As décadas seguintes, tendo como auge os anos de 1950 e 1960 foram de grande avanço e modificação na economia global, conhecido como “Golden Age”, no qual houve expressivo crescimento industrial. Nesse novo cenário e que surge o curso superior de Ciências Contábeis, que por meio do Decreto-Lei nº 7.988 Art.3º devia ter duração de quatro anos, para

se conceder o título de bacharel em Ciências Contábeis. (PELEIAS et al apud SILVA e RODRIGUES, 2007)

De acordo com a necessidade dos seres humanos, os processos contábeis foram evoluindo e se aperfeiçoando, buscando atender a demanda de serviços solicitados a área contábil.

2.4 A CONTABILIDADE NOS DIAS ATUAIS

A contabilidade desde seu surgimento desempenha grande influência sobre as decisões dos donos de patrimônios. Com a evolução da economia, o ambiente empresarial se tornou mais competitivo. A partir de então, percebeu-se que era preciso um diferencial para que a empresa se destacasse perante as outras, foi então que se começou a utilizar a contabilidade voltada para fins gerenciais.

Com a concorrência no cenário empresarial atual um bom empreendedor identifica a necessidade de uma boa gestão para seu negócio e conseqüentemente uma boa contabilidade. Exigindo assim, um profissional específico para o desempenho da tarefa de controle e assessoramento contábil eficiente do seu empreendimento possibilitando êxito, lucro e bom desenvolvimento para o seu negócio.

Antes o ensino contábil era restrito a normas e princípios; está, hoje, trazendo a obrigação do estudante em obter experiência prática e bem planejada para obter sucesso e boa qualificação.

A importância do contador em estar por dentro das mudanças e das novas adequações da contabilidade é essencial; temos como exemplo a participação cada vez maior de profissionais no centro de estudos contábeis em todo o mundo, buscando a melhor forma de se adequar à contabilidade, às necessidades globais. Uma das barreiras existentes é a grande dificuldade em se padronizar relatórios contábeis para uma utilização internacional. O contador fica responsável por conhecer não apenas seu cliente, mas seus concorrentes, fornecedores e o mercado globalizado. (STAVIS; VEIGA, 2004).

Portanto, o contador atual deve estar sempre atualizando as novas mudanças nos cenários de impostos e demanda de serviços, para que possa desempenhar com eficácia seu objetivo de controlar e desenvolver o empreendimento.

3 RESULTADOS: DISCUSSÃO E ANÁLISE

Entre os dias 20 e 22 de junho de 2016 realizou-se uma entrevista com 01 (um) gestor de uma contabilidade local, Waldir Jacinto de Sousa, o que contribuiu para verificação de vários aspectos referentes a teoria e evolução dos meios contábeis e suas utilizações.

As questões que compuseram o roteiro da entrevista se prestaram para a definição das categorias a serem abordadas, foram:

- Pergunta 01: Nos Últimos anos, você tem percebido alguma mudança na prestação de serviços contábeis?
- Pergunta 02: Com a evolução da tecnologia ao longo do tempo houve muitas mudanças desde a contabilidade manual à informatizada?
- Pergunta 03: A Contabilidade informatizada substitui completamente a contabilidade feita de forma manual e mecanizada?

- Pergunta 04: Hoje, atualmente, seu escritório conseguiria trabalhar sem os sistemas informatizados?
- Pergunta 05: A evolução da contabilidade juntamente com os sistemas de informação tornou o mercado mais competitivo?
- Pergunta 06: O sistema possibilita a contabilidade colaborar mais nas tomadas de decisão da empresa?
- Pergunta 07: O interesse dos clientes pelas informações cedidas pela contabilidade mudou na sua visão?

Passa-se, a seguir, à análise de cada uma dessas categorias.

Ao perguntar ao entrevistado se houve alguma mudança na prestação de serviços contábeis, o fundamental dos serviços contábeis que são debitar e creditar, não houve mudança, segundo Sousa (2016). No que se refere ao resultado da contabilidade pronta para calcular e informar os tributos houve muitas mudanças. “A todo momento temos que preencher uma nova declaração para os governos” relata o entrevistado.

De acordo com a pesquisa, onde o foco foi a evolução da contabilidade, houve muitas mudanças tanto na forma como o contador faz os cálculos como nas informações e atualizações dos sistemas utilizados.

De acordo com a necessidade dos seres humanos, os processos contábeis foram evoluindo e se aperfeiçoando, buscando atender a demanda de serviços solicitados a área contábil.

Ao interrogá-lo sobre a evolução da tecnologia ao longo do tempo, e as principais mudanças desde a contabilidade manual à informatizada, ele ressalta que no passado era feito o Diário e Razão a mão, depois evoluiu um pouco para a contabilidade Mecanizada, em que o Diário e Razão era feito em máquina de Mecanografia e era transcrito os lançamentos para o Diário utilizando as placas de GELATINA. Lembra ainda que o contador era chamado de GUARDA LIVRO, e mais tarde que vinha a ser chamado de Técnico em Contabilidade e por fim Contador.

Sobre a contabilidade informatizada substituir completamente a contabilidade feita de forma manual e mecanizada a visão do entrevistado é que a contabilidade informatizada facilita as conferências e análises de balancetes e balaços.

No passado as vezes ficávamos até um dia procurando alguma diferença de centavos no débitos e créditos. Porém temos que ter muito conhecimento do fundamental da contabilidade para conferencia dos erros em que o sistema informatizado possa criar. (SOUSA, 2016).

De acordo com a pesquisa o contador atual deve estar sempre atualizado em relação às novas mudanças nos cenários de impostos e demandas de serviços, para que possa desempenhar com eficácia seu objetivo de controlar e desenvolver o empreendimento.

Segundo Sousa (2016) hoje não tem mais como trabalhar sem os sistemas informatizados e é impossível também ficar sem INTERNET. Atualmente, o governo criou o sistema SPEED em que todas as informações são eletrônicas, quase em tempo real. As fontes de consultas (revistas tributárias) são pela internet e o suporte técnico dos programas fiscais e contábeis são todos on-line informatizados pela net.

Segundo Stavis e Veiga (2004) a importância do contador em estar por dentro das mudanças e das novas adequações da contabilidade é essencial; temos como exemplo a

participação cada vez maior de profissionais no centro de estudos contábeis em todo o mundo, buscando a melhor forma de se adequar à contabilidade, às necessidades globais.

A contabilidade desde seu surgimento desempenha grande influência sobre as decisões dos donos de patrimônios. Com a evolução da economia, o ambiente empresarial se tornou mais competitivo. A partir de então, percebeu-se que era preciso um diferencial para que a empresa se destacasse perante as outras, foi então que se começou a utilizar a contabilidade voltada para fins gerenciais.

Com a concorrência no cenário empresarial atual um bom empreendedor identifica a necessidade de uma boa gestão para seu negócio e conseqüentemente uma boa contabilidade. Exigindo assim, um profissional específico para o desempenho da tarefa de controle e assessoramento contábil eficiente do seu empreendimento possibilitando êxito, lucro e bom desenvolvimento para o seu negócio.

Segundo Sousa (2016) sua visão em relação à questão da evolução da contabilidade juntamente com os sistemas de informação ter tornado o mercado competitivo é que com a criação do MERCOSUL, a contabilidade evoluiu muito e atingiu o mundo todo, e em função disso o CFC teve que editar normas mundiais e internacionais para a contabilidade ser aceita em todos os países e de fácil entendimento para as análises de balanços de demonstrações dos resultados.

Ao ser interrogado se o sistema possibilita a contabilidade colaborar mais nas tomadas de decisão da empresa, Sousa responde que no passado pelas dificuldades era feita sempre em atrasos de até um ano. Agora com a informatização ela é feita em tempo real, pois assim que é emitida uma nota fiscal eletrônica, ou gerado uma folha de pagamento, fazemos a importação dos lançamentos contábeis dentro do próprio sistema. Com esta facilidade de importação podemos ter a contabilidade sempre atualizada em tempo real fornecendo os balancetes para os gestores e administradores das empresas fazer as tomadas de decisão.

De acordo com o entrevistado o interesse dos clientes pelas informações cedidas pela contabilidade mudou parcialmente, a maioria dos empresários das empresas pequenas tenha uma dificuldade para não considera a contabilidade como uma coisa importante, para eles a contabilidade só serve para gerar impostos para o governo. Para os empresários de empresas médias e grandes, todos consideram a contabilidade muito importante, para tomadas de decisão, sendo impossível fazer qualquer ação sem consultar contador.

Entre o presente artigo e a resposta do Sousa faz-se uma comparação entre as relações dos dias atuais, com as mudanças sempre constantes, antigamente não tinha essa visão de consultar o contador e da sua valorização era somente render impostos para o governo pequenas e médias empresas, posteriormente com as mudanças acontecendo a visão dos empresários mudou constantemente nos dias atuais como a relação das coisas veem sendo mais complexas a sua capacitação aumentou bastante, e para obter a confiança e seus clientes conhecerem a sua função com mais responsabilidades e seu trabalho a maioria dos empresário de porte de empresas médias e grandes, sempre busca uma visão em qualquer tomada de decisão para o contador.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se então que a história e evolução da contabilidade ao longo de séculos de diferentes lugares do mundo apresenta princípios e influências das técnicas utilizadas nas regiões de destaque em teorias contábeis mais significativas.

Entende-se que é indispensável a informação no meio contábil, a ligação com o mundo globalizado por meio da internet e sistemas disponibilizados para a execução dos serviços

prestados aos usuários. Por fim, analisando a atualidade do mundo contábil e as técnicas usadas para facilitar os serviços contábeis.

Segundo o entrevistado se faz necessário ter muito conhecimento da contabilidade e suas teorias para conferência de erros em que o sistema informatizado possa criar.

Portanto, é importante conhecer os princípios, a evolução e a atualidade do cenário contábil, pois atualmente além das novas técnicas utilizadas se fazem úteis as teorias que trazem a base da contabilidade.

REFERÊNCIAS

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma Leal da; SILVA, Cleide Carneiro Alves da. **A História da Contabilidade no Brasil**. 2007. 13 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). INIFACS. São Paulo 2007

SÁ, Antônio Lopes de. **História Geral da Doutrinas da Contabilidade**, São Paulo, Atlas, 1997.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Carlos Ribeiro da. **História do Pensamento Contábil**, Curitiba, Juruá, 2007.

REIS, Aline de Jesus; DA SILVA, Selma Leal. A história da contabilidade no Brasil. **Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**, v. 11, n. 1, 2008

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Carlos Ribeiro da. **História do Pensamento Contábil**, Curitiba, Juruá, 2007. *APUD* SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Carlos Ribeiro da. **História do Pensamento Contábil**, Curitiba, Juruá, 2007.

RODRIGUES, José Carlos; SILVA, Raiana Simões da. **O ensino da contabilidade no Brasil – Características e Tendências**, Encontro Científico Sul Mineiro de Administração, Contabilidade e Economia, Itajubá, 2013

PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P.; SEGRETI, J. B.; CHIROTTO, A. R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade e Finanças–USP**, São Paulo, Edição, v. 30, p. 19-32, 2007. *APUD* RODRIGUES, José Carlos; SILVA, Raiana Simões da. **O ensino da contabilidade no Brasil – Características e Tendências**, Encontro Científico Sul Mineiro de Administração, Contabilidade e Economia, Itajubá, 2013

SILVA, Bernardino José da - **Contabilidade pública**, 4.ed. - Palhoça: UnisulVirtual, 2011.

A CONTABILIDADE COMO SUPORTE AO PROCESSO DECISÓRIO: Um estudo de caso em uma contabilidade do município de Bonfinópolis de Minas

BOFFI, Jhênneffer da Silva⁴⁹
FARIAS, Iohana Alves⁵⁰
MOREIRA, Gabriel⁵¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a influência da contabilidade como suporte ao processo decisório no setor público. Primeiramente, descreverá a história e a evolução da contabilidade até os tempos atuais. Posteriormente, analisará os usuários internos e externos das informações contábeis. Em seguida abordará o uso dos instrumentos contábeis para suporte à tomada de decisões. Discutirá ainda, sobre a contabilidade no processo decisório. O presente trabalho se justifica pelo momento atual da economia pública e privada, em que as empresas privadas, públicas e sem fins lucrativos buscam cada vez mais, profissionais capacitados e que estejam sempre se atualizando para que sejam capazes de fornecer informações que possam dar suporte ao processo decisório, e para que as empresas tenham sucesso com suas decisões. Tornando-se importante, portanto, uma discussão sobre o tema, para que assim, se possa tomar conhecimentos de fatores indispensáveis que devem ser exigidas do profissional contábil. A Contabilidade constitui um dos conhecimentos mais antigos da humanidade e surgiu em função da necessidade que o ser humano tem de controlar suas posses e riquezas, ou seja, seu patrimônio.

139

Palavras-chave: Contabilidade. Informação. Usuário. Decisão.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é um suporte de fundamental importância no processo decisório, pois o objetivo da contabilidade é fornecer informações aos seus usuários sobre a parte econômica, financeira e produtividade entre outras estruturas dessa natureza para auxiliar no processo decisório.

Assim, a contabilidade utilizada como suporte ao processo decisório, consiste em ter profissionais contábeis que procurem sempre se atualizar, para que possam fornecer aos seus usuários informações importantes, que facilitem a tomada de decisões, utilizando de boas ferramentas contábeis, essas informações influenciaram na tomada de decisões. O Fasb declarou que o papel da divulgação financeira na economia é “fornecer informação que seja útil para a tomada de decisões empresariais e economia”. (HENDRIKSEN & BREDA, 1999, p.135). Como foi exposto o fornecimento de informações é útil para tomada de decisões econômicas.

Apesar de ainda existirem aqueles contadores que não procuram se atualizar, ficam em uma situação cômoda, não fornecendo informações corretas podendo afetar, assim, o futuro da empresa.

⁴⁹Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

⁵⁰Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

⁵¹Mestre em Administração pela Faculdade Pedro Leopoldo (MG). Especialista em Administração Financeira e Controladoria pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (2005) e graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (2004). Coordenador e Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí, Coordenador da Comissão Própria de Avaliação CPA/FACTU.

Portanto, essa pesquisa surgiu da seguinte situação problema: Qual a influência da contabilidade como suporte ao processo decisório no setor público? O objetivo geral do trabalho é analisar a influência da contabilidade como suporte ao processo decisório no setor público.

No momento atual da econômica pública e privada, as empresas privadas, públicas e sem fins lucrativos buscam cada vez mais, profissionais capacitados e que estejam sempre se atualizando para que sejam capazes de fornecer informações que possam dar suporte ao processo decisório, e para que as empresas tenham sucesso com suas decisões. Torna-se importante, assim, o conhecimento sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

A contabilidade constitui um dos conhecimentos mais antigos da humanidade e surgiu em função da necessidade que o ser humano tem de controlar suas posses e riquezas, ou seja, seu patrimônio. É tão antiga quanto à própria humanidade. Há inclusive, hipótese de que a contabilidade tenha surgido antes mesmo da escrita e até tenha sido base para o surgimento desta. (ÁVILA, 2006).

Um dos exemplos mais antigos de contabilidade está presente no livro de Jó, um dos mais antigos da Bíblia. “E era o seu gado sete mil ovelhas, e três mil camelos, e quinhentas juntas de boi, e quinhentas jumentas, era também muitíssima a gente ao seu serviço, de maneira que este homem era maior do que todos os do oriente.” (Jó 1:3 Bíblia Sagrada).

Segundo Iudícibus e Marion (1907) a contabilidade evolui de forma muito lenta ao longo dos séculos, partindo da hipótese de os primeiros sinais de sua existência seja aproximadamente de 4000 a.C e que só em torno do século xv 1500 anos depois é que a contabilidade tenha atingido uma fase notável de seu desenvolvimento, passando a ser chamada de “fase pré-científica da Contabilidade”.

A contabilidade foi evoluindo a partir da necessidade de acompanhar o desenvolvimento econômico experimentado em cada época. O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer os princípios da Contabilidade oficialmente, até a década de 60, denominava os profissionais contabilistas como “guarda livros”.

O Frei italiano Luca Pacioli que era considerado o pai da Contabilidade por alguns autores, escreveu em 1494, consolidando o “Método das Partidas Dobradas” a obra “Summa de arithmética, geométrica, proportioni et proportionalitá” método que se tornou eficiente pois é usado para registro e controle do patrimônio e suas modificações, esse método é utilizado até os dias de hoje. (ÁVILA;BÄCHTOLD;VIEIRA, 2011).

Segundo Luca Pacioli no Método das Partidas Dobradas para cada débito haverá um crédito do mesmo valor e vice-versa, ou seja, ao fazer qualquer registro o valor do débito sempre deverá ser igual ao valor do crédito.

Como já foi dito a contabilidade está sempre ligada ao desenvolvimento econômico e também às transformações sociopolíticas e socioculturais, ou seja, à medida que as atividades forem se tornando mais complexas, surgirá a necessidade de aperfeiçoamento de seus instrumentos de avaliação patrimonial.

Segundo o conceito de Gouveia (1993,p.1):

[...]contabilidade é um sistema muito bem idealizado que permite registrar as transações de uma entidade que possam ser expressas em termos monetários, e informar os reflexos dessas transações na situação econômica financeira dessa entidade em uma determinada data.

A contabilidade por ser uma ciência, hoje ainda não está completa, pois há muitos horizontes vislumbrados pelos autores, por isso, dificilmente sua amplitude será delimitada.

2.2 A CONTABILIDADE E SEUS USUÁRIOS

“As informações financeiras, que tinham sido geradas principalmente para fins de gestão, passaram a ser demandas cada vez mais por acionistas, investidores, credores e pelo governo”. (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 47).

“O objetivo da contabilidade pode ser estabelecida como sendo o de fornecer busca a geração de informações quantitativas e qualitativas sobre ela expressa tanto em termos físicos quanto monetários.” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, Resolução 785/95).

A contabilidade, na sua condição de ciência social, cujo objetivo é o patrimônio. “O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informações estruturadas de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade”. (IUDÍCIBUS; MARION, 1999, p.53). Como foi citado, existem dois tipos principais de usuários, os externos e os internos, cada um com sua necessidade de informação diferente.

2.2.1 USUÁRIOS EXTERNOS

São os investidores, clientes, fornecedores de bens e serviços para a empresa, governo, bancos, organizações não governamentais (ONGs) e outros. Esses usuários utilizam de demonstrações contábeis como: Fluxo de Caixa, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício entre outras instituições financeiras (IUDÍCIBUS; MARION, 1999):

Investidores: precisam de informação da distribuição de dividendos e retorno de investimento da empresa. Assim podem realizar previsões de futuros resultados da empresa.

Fornecedores: usam de relatórios para analisar a capacidade de pagamento da empresa compradora. Procuram também saber sobre a intensidade das vendas e a capacidade de endividamento da empresa.

Clientes: têm de estar sempre informados sobre a situação econômica e financeira da fornecedora, conhecendo a capacidade de estocagem e fornecimento da empresa.

Governo: “A Contabilidade é a fonte de dados que permite ao Governo determinar o volume de tributos sobre a renda que cada empresa deve recolher aos cofres públicos. Diante dessa função, é natural que o sistema fiscal esteja ligado às demonstrações contábeis, numa influência mútua. (NIYAMA; SILVA, 2008).

2.2.2 USUÁRIOS INTERNOS

Já para os usuários internos à entidade, interessam, além das demonstrações citadas que, como ponto de partida também subsidia os tomadores internos de decisões, outros tipos de relatórios que aliem conceitos e informações derivantes do sistema de Contabilidade Financeira (geral). (IUDÍCIBUS; MARION, 1999).

Os usuários internos são os proprietários, diretores, gerentes entre outros.

Proprietários: necessitam ser informados sobre lucros e prejuízos da empresa, com, a geração do caixa, eficácia dos gestores, o retorno do capital investido, grau de endividamento, etc.

Gerentes e diretores: esses usuários têm a obrigação de informar aos proprietários os resultados do desempenho de seus subordinados, precisam controlar a empresa, e suas operações para que se possam atingir os objetivos propostos.

2.3 INSTRUMENTOS CONTÁBEIS PARA SUPORTE À TOMADA DE DECISÕES

2.3.1. Análise de balanço

A análise de balanço é o estudo dos componentes do patrimônio de uma empresa através do balanço. O primeiro passo para o profissional que está fazendo a análise é verificar se o balanço em estudo “representa a verdade”, ou até que ponto representa a verdade. (M. LEGRAN, s.d).

O Balanço Patrimonial demonstra os bens, direitos, obrigações e patrimônio líquido da entidade em determinado momento”. (ÁVILA; BÄCHTOLD; VIEIRA, 1999.p.28). Ele representará assim, em determinada data a demonstração que vai representar a equação contábil.

O balanço patrimonial apresenta a situação financeira patrimonial de uma entidade em determinada data. Exibe os recursos obtidos pela entidade (passivo e patrimônio líquido) e os investimentos realizados (ativo), ordenados segundo sua liquidez. O ativo compreende todos os recursos (bens e direitos) que poderão gerar riqueza para a entidade. (SILVA; TRISTÃO, 1999).

Segundo Hendriksen e Breda(1999) passivos são sacrifícios futuros prováveis de benefícios econômicos resultantes de obrigações presentes. Os passivos são reconhecidos quando satisfazem sua definição, são mensuráveis, relevantes e precisos. Em geral, são medidos pelo valor presente de saídas de caixa futuras esperadas. Comentam ainda sobre o encerramento de passivos os passivos podem ser encerrados por extinção, por exemplo, por meio de um pagamento; por reestruturação, ou seja, pela substituição de uma dívida por outra; ou por conversão, ou seja, pela troca de dívida por ações.

Ativos são essencialmente reservas de benefícios futuros. Segundo o Fasb o ativo incorpora um benefício futuro provável que envolve a capacidade, isoladamente ou em combinação com outros ativos, de contribuir direta ou indiretamente à geração de entradas líquidas de caixas futuras. (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

O patrimônio líquido está representado no lado do passivo, para haver o equilíbrio, aí o nome de Balanço Patrimonial. (ÁVILA; BÄCHTOLD; VIEIRA, 2011). Os autores citam ainda que o patrimônio líquido é a diferença entre os valores positivos e negativos, PL= Bens +Direitos-Obrigações.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	PASSIVO
BENS E DIREITOS	OBRIGAÇÕES
	PATRIMONIO LIQUIDO CAPITAL INICIAL E ALTERAÇÕES

Fonte: Elaborada pelos autores.

2.3.2 Fluxo de caixa

Empresas que procuram ter um controle de entradas e saídas de recursos financeiros utilizam o fluxo de caixa, que é um instrumento muito eficaz da contabilidade e importante para a análise de caixa podendo projetar planos para o futuro. É muito importante que as empresas a utilizem, pois ela é uma ferramenta de análise a curto prazo e como o mercado está cada vez mais competitivo as empresas não podem abrir mão do fluxo de caixa.

O principal objetivo da contabilidade, segundo o Fasb, é fornecer aos investidores e outros indivíduos informações úteis para avaliar o nível, a distribuição no tempo e a incerteza dos fluxos de caixa futuros. Supõe-se que tais fluxos sejam a base da estimação do valor do mercado de títulos de dívida, ações e outros instrumentos de financiamento utilizados pela empresa. (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

A demonstração do fluxo serve para apresentar contas de recebimento e pagamento por geralmente um ano, com isso os empreendedores fazem orçamentos pensando no futuro de suas empresas. Segundo Silva e Tristão (1999), o termo fluxo do disponível é mais abrangente, incorporando tanto esses recursos como os valores existentes em conta corrente nas instituições financeiras ou aplicados em investimentos da altíssima liquidez, como títulos do governo.

Informações históricas sobre fluxo de caixa, bem como fluxo de caixa projetados podem fornecer informações relevantes aos investidores e credores, isoladamente ou completando demonstrações financeiras convencionais, em suas avaliações da empresa e previsões de pagamentos de dividendos. (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

2.3.3 Orçamentos

“Orçamento é um programa, para determinado período, de previsão de todos os recursos que uma entidade é autorizada a arrecadar e, simultaneamente, de fixação das quantias que, ordinariamente, pode despende”. (Viana 1950 apud ALOE, 1970, p.16).

Segundo Baleiro (1958 apud ALOE, 1970), os orçamentos normalmente documentam a vida financeira do país no período de um ano, é um plano de ação governamental, calcula as receitas e despesas para o exercício financeiro de fins projetados pelo governo. Angélico (1995, p.19 apud VIEIRA, 2011, p.5), “define orçamento como um planejamento de aplicação de recursos esperados, em programas de custeio, investimentos, inversões e transferências, proposto durante um período financeiro”.

Para Ávila, Bächtold e Vieira (2011) o ciclo orçamentário, ou processo orçamentário pode ser definido como um processo contínuo, dinâmico e flexível, através do qual se elabora, aprova, executa, controla e avalia os programas nos aspectos físico e financeiro, correspondente, portanto, ao período de tempo em que se processam as atividades.

O orçamento é o período compreendido entre o início da elaboração orçamentária e o encerramento de determinado exercício financeiro. Segundo Ávila, Bächtold e Vieira (2011) deverão ser transcorridas quatro fases dentro do ciclo orçamentário:

- **Elaboração:** consiste na fase do planejamento propriamente dito, compreendendo a fixação de diretrizes e metas concretas para o período a ser considerado, bem como o cálculo do montante de recursos humanos, matérias e financeiras necessárias para materialização das diretrizes e metas, culminando com a entrega da proposta pelo Executivo ao Legislativo;

- **Estudo e Aprovação:** esta fase deverá ser desenvolvida sobre os auspícios do Legislativo, que deverá discutir, por meio de comissões especialmente criadas para este objetivo, os temas na proposta abordados com o objetivo de aprová-lo e encaminhar novamente ao Executivo.

- **Execução:** período no qual a proposta já convertida em lei deverá ser posta em prática com a finalidade de concretizar todos os objetivos estabelecidos;

- **Avaliação:** consiste na verificação da implementação do orçamento, ou seja, constatação da real materialização do que se havia planejado e aprovado. A avaliação não deve ser estática, mas sim ativa, tendo em vista que se constitui em papel importante no processo de realização do orçamento.

2.3.4 Gestão de Custos

Na gestão de custo o método de custeamento é a maneira que se atribuem custos a serviços e produtos fabricados. O sistema é um método de absorção é um método caracterizado por ser realizado nos princípios contábeis. A gestão de custo tem como objetivo, auxiliar por meio de informações a tomada de decisões; oferecer informações sobre o desempenho e a rentabilidade da empresa e também de auxiliar nos processos de planejamento, controle e desenvolvimento.

Para Hendriksene Breda (1999, p.235) “basicamente, custo é medido pelo valor corrente dos recursos econômicos consumidos ou a serem consumidos na obtenção dos bens e serviços a serem utilizados nas operações – ou seja, trata-se do valor de troca”.

O custo histórico são valores de ganhos e perdas na empresa, e corresponde ao valor da troca de bens e serviços, quando o valor desses serviços forem maior que o custo histórico isso vai gerar um lucro no momento em que a receita for retirada e vice-versa, pois quando esses bens e serviços possuírem um valor menor que o custo histórico, terá assim criado um prejuízo.(HENBRIKSEN; BRED, 1999).

“Os custos históricos presumivelmente representam medidas objetivas de preços em transações entre partes independentes, (...) O custo incorrido na aquisição de um ativo, portanto. Pode ser considerado como representativo do valor de mercado do ativo no momento da aquisição”.(Fasb, 1976 apud HENDRIKSEN & BRED, 1999,p. 122).

Segundo os autores (1999) existem também os custos prudentes, custos-padrões e custos originais:

Os **custos prudentes** são custos que normalmente seriam pagos por ativo em uma administração mais prudente que deve ser incluídos na mensuração de um ativo ou de uma atividade.

No **custo padrão** aplicam avaliações baseadas em custos que devem ser relacionados a respeito do nível desejado a partir de eficiência produtiva e utilização da capacidade.

Os originais, tal como é usada na regulamentação de serviço de utilidade pública, o termo **custo original** refere-se ao custo de ativos para a empresa que primeiramente os destina a prestações de serviços de utilidade pública.

2.4 CONTABILIDADE NO PROCESSO DECISÓRIO

“A tomada de decisões desempenha um papel crucial na teoria da contabilidade”. (HENDRIKSEN & BRED, 1999,p.135).

Segundo o Conselho de Princípios Contábeis a função da contabilidade é “[...] fornecer informações quantitativas, principalmente de natureza financeira, sobre entidades econômicas de utilidade para a tomada de decisões econômicas.” (HENDRIKSEN & BRED, 1999, p.135).

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensura-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem para a tomada de decisões. (IUDÍCIBUS; Marion, 2000, p.42)

Os seres humanos tomam decisões somente quando supridos de informações, nas empresas não ocorre de maneira diferente, as atividades em sua totalidade, sejam elas operacionais ou gerenciais, são apoiadas em informações que necessitam de preparação e formatação adequada para sua utilização. (SILVA JR. atal, 2000 apud ROSA, 2010).

Segundo Iudícibus e Marion (2000) o processo decisório não se limita apenas dentro da empresa mas também no seu exterior, ou seja, usuários externos.

- **Investidores:** é a partir de relatórios que se sabe como está o andamento econômico financeiro da empresa, assim, através dessas informações o investidor saberá decidir sobre as melhores formas de investimentos.
- **Fornecedores de bens e serviços a crédito:** usam desse relatório qual a capacidade de pagamento da empresa.
- **Bancos:** usam o relatório para aprovar empréstimos e limites de crédito etc.
- **Governo:** usa o relatório para redimensionar a economia e arrecadar impostos.

Entre outros usuários que utilizam desses relatórios para tomarem decisões.

Segundo Hendriksen & Breda (1999), é preciso analisar como os usuários de informações tomam decisões, os teóricos da contabilidade optam por dois planos. O enfoque normativo que consiste em perguntar as pessoas como elas devem tomar decisões, onde se tenta descobrir que tipo de informação é necessária para que possa tomar decisões. E o enfoque positivo, que consiste em perguntar como essas pessoas realmente tomam suas decisões, estudando o indivíduo a partir de dados financeiros que são fornecidos por elas, identificando assim a informação que seja mais útil.

Uma das formas de avaliar a qualidade da informação contábil e, portanto, sua utilidade (benefício), quando comparada ao custo, é analisar algumas qualidades ou características que deve possuir, tais como: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade. (IUDÍCIBUS & MARION, 2000, p.64).

Segundo Iudícibus; Marion (2000), a compreensibilidade é aquela informação considerada fácil de entender, pois as informações contábeis devem ser compreendidas por seus usuários. A informação tem relevância, quando pode ser útil, sendo relevante para as necessidades de tomadas de decisão e as influenciando, ajudando a analisar eventos passados, presentes e futuros, confirmando-as ou corrigindo. A informação é confiável, quando ela está livre de erros sendo aceita pelos seus usuários. A comparabilidade é importante para os usuários, pois devem ter condições de comparar as demonstrações contábeis através dos anos identificando assim erros e acertos.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a influência da contabilidade como suporte ao processo decisório no setor público, foi realizada no dia 03 de junho de 2016, sendo aplicado um roteiro de entrevista a dois gestores de uma contabilidade no município de Bonfinópolis de Minas.

Essa entrevista contribuiu para a verificação de vários aspectos referentes à contabilidade como suporte ao processo decisório.

As questões presentes nesta pesquisa foram utilizadas para a verificação dos aspectos abordados pelos gestores, seguidos de uma análise sobre elas.

No primeiro questionamento foi feita a seguinte pergunta: Quais os principais instrumentos contábeis solicitados pelos usuários/clientes?

Obtendo-se as seguintes respostas dos gestores: O gestor Márcio respondeu “Livro diário, livro caixa, balanço patrimonial, DRE, CND’s, relação de faturamento, demonstrativo contábil, folha de pagamento, dentre outros”. A gestora Elaimar disse que “O fluxo de caixa é um dos instrumentos mais solicitados pelos clientes”.

Observa-se que os gestores entrevistados, não possuem a mesma percepção acerca dos principais instrumentos solicitados pelos usuários. Enquanto o senhor Márcio percebe um número maior de instrumentos solicitados, a senhora Eliamar tem a percepção de um só instrumento a ser solicitado.

Kassai (1997, apud LIMA, SOUSA, 2013, p.123,) expõe que o fluxo de caixa é a ferramenta mais adequada para as micro e pequenas empresas devido a fácil compreensão.

Por fim, conclui-se que ao fluxo de caixa é de fácil compreensão, sendo talvez por isso, o instrumento mais solicitado pelos clientes como apontou a gestora Eliamar.

No segundo questionamento foi feita a seguinte pergunta: Como sua contabilidade auxilia nas decisões das empresas/clientes?

Sendo obtidas as seguintes respostas: O senhor Márcio que auxilia “Demonstrando através de fatos e relatórios contábeis, o risco e objetivo ao qual cliente deseja” e a gestora Eliamar diz que “Como moramos em uma cidade pequena poucos são os clientes que aceitam ou solicitam o nosso auxílio nas decisões, mas que aceitam ou nos procuram para ajudá-los nos planejamentos financeiros, tributários e de investimentos.

Nota-se que os dois gestores não possuem a mesma opinião sobre o assunto, pois o primeiro contador expõe que os auxilia por meio de relatórios sobre riscos e objetivos ao cliente, já o segundo diz que não há muita procura e que poucos são os que aceitam esse auxílio.

Por meio de demonstrações principalmente aos usuários externos de informações contábeis como controle e auxílio a tomada de decisões (HENDRRIKSEN & BREDA, 1999).

Pode-se concluir que o primeiro gestor teve uma resposta que se encaixa no que os autores supracitados propõem, pois essas informações contábeis devem servir para auxiliar os clientes, informando-os a situação da empresa para que assim possam tomar decisões corretas, sabendo dos riscos que se pode correr.

No terceiro questionamento foi feita a seguinte pergunta: Balanço patrimonial, Fluxo de caixa, Orçamentos, Gestão de custos, como esses instrumentos gerenciais são tratados na contabilidade de vocês?

Sendo obtidas as seguintes respostas desses gestores: Segundo Márcio esses instrumentos são tratados “De forma séria e real, pois a vida da empresa está demonstrada nestes relatórios”. Eliamar respondeu que “Esses instrumentos gerenciais são de extrema importância, pois é através deles que geramos informações adequadas a cada cliente é ao fisco evitando assim eventuais transtornos financeiros aos nossos clientes.

Percebe-se que nesse questionamento os gestores salientam a importância desses instrumentos gerenciais e a seriedade com que eles são tratados em suas contabilidades, afirmando ainda que a vida da empresa depende deles.

Concluindo assim, que esses instrumentos são de fundamental importância dentro da contabilidade, pois é a partir desses instrumentos que se pode oferecer informações necessárias para que os clientes possam tomar suas decisões.

Na quarta pergunta, foi questionado o seguinte: Os clientes buscam com frequência informações na contabilidade?

Foram identificadas as seguintes respostas: O primeiro contador ressalta que “Diariamente, até mesmo porque existem diversos canais de comunicação, e cada vez mais o fisco requer informações do cliente/contabilidade”. A segunda gestora afirma que “Sim, principalmente a que se refere às alterações nas legislações”.

Pode-se perceber que os dois gestores concordam que há uma busca diária e constante dos clientes por informações, por mudanças na legislação, pois o fisco cobra dos clientes e dos contadores essa busca constante por informações.

Sistemas de informações de apoio necessitam o tempo todo que sejam fornecidas informações que tenham caráter qualitativo e quantitativo, orientando assim de maneira flexível os usuários da contabilidade na tomada de decisões. (PADOVEZE, 2000).

Pelos fatos observados, pode-se concluir que é de extrema importância que os contadores e seus clientes estejam sempre em busca de informações, para que assim possam fazer escolhas saudáveis para o futuro da empresa.

No quinto e último questionamento foi feita a seguinte pergunta que complementava o questionamento feito no questionamento anterior: Essa procura aumentou ou tem aumentado no decorrer do tempo?

Obtendo a seguinte resposta dos gestores entrevistados: O gestor Márcio expõe que “Com certeza, as obrigações cada vez mais têm sufocado as empresas e principalmente as contabilidades são obrigações a cada momento que tem fechado o cerco para empresas que não são organizadas. Já a segunda gestora apenas responde que “Sim”.

Observa-se, portanto que, é crescente o número de usuários que buscam informações nas contabilidades segundo os gestores, pois a cobrança é cada vez maior e se eles não se atualizarem vão ficar pra trás no mercado.

O principal objetivo da contabilidade é fornecer informações que sejam úteis para seus usuários, sendo essa informação relevante, sendo aquilo que o usuário necessita, confiável, pois deve ser livre de erros, comparativa, permitindo aos usuários analisar semelhanças e diferenças nos fenômenos econômicos, e compreensibilidade, pois o usuário dessa informação tem que primeiro entendê-la. (HENDRIKSEN & BREDA, 1999).

Por fim, conclui-se que as informações contábeis vêm tendo um crescimento considerável na empresa, pois esses usuários cobram dela informações diariamente e cada usuário possui uma necessidade diferente, fazendo com que a empresa esteja também em constante busca de informações para fornecê-las aos seus clientes auxiliando no processo decisório.

4CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo as informações apresentadas pelos autores pesquisados o objetivo principal da contabilidade é o de fornecer informações aos usuários, para que estes possam tomar decisões.

Por isso, o objetivo da pesquisa foi analisar se os gestores dessa contabilidade fornecem aos seus usuários informações e se esses usuários buscam com frequência essas informações, para que possam tomar decisões.

A pesquisa mostrou, portanto, que a contabilidade do município de Bonfinópolis de Minas, oferece informações constantes para seus usuários e que a procura por essas informações está cada vez mais crescente fazendo com que a empresa busque cada vez mais se atualizar, consideram ainda, de extrema importância a utilização de instrumentos gerenciais, pois é por meio da demonstração desses relatórios que se mantém a vida da empresa.

Por último, importa salientar que, é através de dados fornecidos aos clientes pela contabilidade que podem auxiliar na tomada de decisões, pois é através desses relatórios que pode ter uma noção do que se esperar do futuro daquela empresa se alguma decisão for tomada.

REFERÊNCIAS

ALOE, Armando. **Técnica Orçamentária e Contabilidade Pública**. 5 ed. Atlas 1970.

ÁVILA, Carlos Alberto de; BÄCHTOLD, Ciro; VIEIRA, Sérgio de Jesus. **Noções de contabilidade Pública**. Ministério da Educação, Instituto Federal Paraná, 2010.

ÁVILA, Carlos Alberto de. **Gestão Contábil para contadores e não contadores**. Curitiba: IBPEX, 2006.

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade básica**. 2 ed. São Paulo: HarbraLtda, 1993.

HORNGREN, Carlos T.; SUNDEN, Gary L. ; STRATTON, Willian O. **Contabilidade gerencial**. São Paulo. Prentice Hall, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRISKEN. Eldon S. ; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. Tradução da 5 ed. São Paulo, Editora Atlas S.A, 1999.

LIMA, Leonardo Jovelino Almeida de; SOUSA, Lilian dos Santos. Artigo: **A importância das ferramentas contábeis gerenciais para a continuidade e otimização das atividades das micro e pequenas empresas: uma pesquisa de campo na Feira da Oito de Maio em Icoaraci – Belém (Pa)**. 2013

M. Legan. **Contabilidade ao alcance de todos**. São Paulo: Editora Ideel Ltda, s.d.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistema de informações contábeis: Fundamentos e análise**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PETERS, William S. ; SUMMERS, George W. **Análise Estatística e Processo Decisório**. Trad. De Nathansel C. Caixeiro. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973.

ROSA, Fernanda Flores. **Artigo: A contabilidade de Custos e sua Relevância para a Gestão**. S.d.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 1999.

VIEIRA, Vanessa Morais. **A importância do Orçamento Público**. Um análise geral sobre seus aspectos e o despertar da consciência cidadã. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2011.

INFLUÊNCIA DA CULTURA AFRICANA NA FORMAÇÃO DO POVO DO MUNICÍPIO DE BURITIS - MG

CUNHA, Thaís Alves da⁵²
NEVES, Renata Cristina Soares das⁵³
OLIVEIRA, Maria Aparecida de⁵⁴

RESUMO: É inegável a influência da cultura africana na formação do povo brasileiro. Está presente no vocabulário, culinária, dança, música, religião, economia. Os negros, que tanto sofreram quando chegaram nessas terras estranhas, foram de grande importância na formação do Brasil, pois há um pouco de sua cultura em cada parte do dia a dia do brasileiro. A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, tornou obrigatório o estudo da temática História e Cultura Afro-Brasileira na Rede de Ensino pública e privada. Localizado no Noroeste de Minas Gerais, a população do município de Paracatu-MG, em sua maioria, é composta de afro-brasileiros. Buritis fez parte do município de Unaí, que, por sua vez, pertencia ao Município de Paracatu, tendo se emancipado no ano de 1962. Assim, considera-se que a presença do negro em Paracatu, estendeu-se até o município de Buritis. Este trabalho tem como objetivo conhecer a influência da cultura africana no município de Buritis-MG. Assim, partiu-se da pergunta: qual a influência da cultura africana na formação do povo de Buritis - MG? A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica. Concluiu-se que quando da formação do município de Buritis - MG houve influência da cultura africana.

Palavras-chave: Influência. Cultura afro-brasileira. Buritis-MG.

1 INTRODUÇÃO

A formação da nação brasileira teve uma relevante influência dos africanos. De lá trouxeram vocabulário, comida, música, dança e deixaram a sua marca fincadas nas raízes do Brasil.

A população do Município de Paracatu - MG tem grande maioria constituída por negros. Dele faziam parte muitos municípios, incluindo Unaí do qual Buritis era distrito. Buritis foi emancipando-se no ano de 1962.

O tema apresentado neste trabalho tem como objetivo geral conhecer a influência da cultura africana na formação do Município de Buritis - MG. O referido município foi um dos primeiros arraiais que surgiram no noroeste mineiro. A problemática da pesquisa consiste em saber: Qual a influência da cultura africana na formação do Município de Buritis - MG? A Metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica. Justifica-se a realização dessa pesquisa no sentido de conhecer a influência da cultura africana na formação dos diversos segmentos da sociedade brasileira, ajudando a entender as causas de certas situações existentes na atualidade.

Nas palavras de Durães (1996), um costume africano que perdurou no sertão urucuiano, no tempo da escravidão é descrito pelos antigos que se fazia um buraco arredondado no chão, onde as crioulas colocavam as suas criancinhas entre 1 a 5 anos de idade, para que elas, as mães, pudessem ir trabalhar, só as tirando após o fim do dia.

Portanto, é bastante relevante ter informações sobre a influência da cultura africana na formação do país, com destaque para a formação do povo do município de Buritis - MG.

⁵²Acadêmico do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

⁵³Acadêmico do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

⁵⁴Mestre em Ciências da Religião - PUC Goiás. Docente e Coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O BRASIL E A INFLUÊNCIA AFRICANA

A influência da cultura africana no Brasil está presente de modo geral na comida, dança, música, vocabulário, religião, economia entre outras coisas. Aqui serão expostas algumas das áreas onde essa cultura mais influenciou no país, lembrando que a África é um grande continente formado por vários países, cada um com as suas particularidades, sendo, portanto, variadas as culturas dentro daquele continente.

O Portal Brasil (2009), informa o Brasil é o país que tem a maior população de origem africana fora da África, com maior concentração de pessoas na região Nordeste. Ainda de acordo com esse site (2009), por causa do grande número de escravos e ainda pela migração interna, a maior influência se deu nos Estados de Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

No início do século XIX, as manifestações dos rituais e costumes do povo africano eram proibidas, isso por causa dos portugueses que já estavam no Brasil, todavia a partir do século XX, começaram a ser aceitos e celebrados como expressões artísticas genuinamente nacionais e hoje fazem parte do calendário nacional com muitas influências no dia a dia de todos os brasileiros. (PORTAL BRASIL, 2009).

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, determina a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas instituições de ensino.

"Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira",[...]" (BRASIL, 2003, p. 1).

Tal obrigatoriedade tem permitido que haja maior conscientização e, conseqüentemente, mais valorização da cultura africana no Brasil.

Assim, nas raízes da formação da cultura da nação brasileira há uma grande influência dos africanos. Conhecê-la deve levar a atitudes que demonstram o quanto essa cultura está presente nos diversos segmentos da sociedade brasileira. É o que se verá a seguir.

2.1.2 Vocabulário

São vastas as palavras de origem da cultura africana usadas no dia a dia do povo brasileiro. Segundo informações disponíveis no Portal Brasil, (2014), “Na Bahia, por exemplo, são usadas cerca de 5 mil palavras de origem africana. A maior delas, que enriqueceram o vocabulário brasileiro, vêm do quimbundo, língua do povo banto. Na época da escravidão, o quibundo era a língua mais falada nas regiões Norte e Sul do País.” Ainda de acordo com esse site (2014), algumas dessas palavras são: bagunça, batucar, beleleu, berinbau, bunda, cachaça, caçula, cafofo, cafuné, canga, calango, cangaço, capanga, catinga, entre outras milhares de palavras.

2.1.2 Culinária

No Brasil colonial, muitas escravas foram trazidas para trabalhar cuidando das casas dos senhores, como cozinheira, lavadeira, mucama, etc. Dessa forma essas escravas cozinhavam para seus patrões pratos da terra de onde vieram. Além do que, muitos dos pratos aqui conhecidos eram oferendas que os escravos ofereciam aos santos. Um prato muito apreciado é a feijoada, que, de acordo com Silva e Gomes (2013, p. 4), “tinham à sua disponibilidade os mais 'saborosos restos' da alimentação dos senhores de engenho, ou seja, as extremidades dos porcos: os pés, orelhas, rabo, entre outros. Acrescido a isso, os escravos adicionavam o, então, feijão-preto.”

2.1.3 Dança/Música

A cultura africana é muito rica, os negros apesar do sofrimento que tinham, eram por sua natureza pessoas alegres e, nas senzalas à noite, dançavam e cantavam músicas, principalmente nos seus cultos aos santos. Mas a principal dança que carrega os traços desses bravos homens é a capoeira: “Os senhores de engenho proibiam os escravos de praticar qualquer tipo de luta”. Logo, os escravos utilizaram o ritmo e os movimentos de suas danças africanas, adaptando a um tipo de luta (SUA PESQUISA, 2016). Assim os Senhores achavam que os escravos estavam dançando e nem imaginavam que estavam treinando uma luta para tentar fugir.

2.1.4 Religião

Na época o Brasil colonial, os europeus trouxeram da Europa os jesuítas, que eram padres que tinham a missão de catequizar os índios e os negros para seguirem a religião do catolicismo, já que era a religião oficial do continente e assim era clara a proibição da manifestação de qualquer outro tipo de religião. No entanto, mesmo assim os negros continuaram realizando seus cultos de forma oculta, em partes afastadas da floresta. “O Candomblé, a mais tradicional e africana dessas religiões, se originou no Nordeste. Nasceu na Bahia e tem sido sinônimo de tradições religioso afro-brasileiro em geral.” (BRASIL, 2009).

1.2.5 Economia

Uma outra influência do africano foi no campo da economia. No Brasil colonial, os africanos foram trazidos ao país para exercer trabalhos braçais como na plantação da cana de açúcar, cuidar do gado, na extração dos minérios aqui encontrados entre outras coisas. Assim, conforme informações do site *Influência Negra no Brasil* (2012), foi com esse propósito que o negro veio ao Brasil, e mesmo sem querer, interpretou um papel muito importante na economia nacional, não como proprietário de grande riqueza, mas sim como impulso direto na economia, visto que, era quem “botava a mão na massa”.

Desse modo, evidencia-se a inegável e grande influência da cultura africana em diversos segmentos da sociedade brasileira. Essa influência foi bastante relevante no município de Paracatu - MG; deste município Buritis fez parte, sendo desmembrado no ano de 1962, assunto que será apresentado a seguir.

2.2 A PARTICIPAÇÃO DOS NEGROS NA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARACATU – MG

Paracatu está a 482 km de Belo Horizonte e 220 km de Brasília - DF (MELLO, s/d, p. 5).

A população de Paracatu é, originalmente, de negros. Atualmente são cinco comunidades quilombolas no município: Amaros, Machadinho, São Domingos, Pontal e Cercado (QUILOMBO DE SÃO DOMINGOS, 2012).

Lorraine Marques (2014), do Jornal O Movimento, afirma que Porto Pontal (uma das comunidades quilombolas), está localizada a 55 km do centro da cidade, a comunidade fica às margens do Rio Paracatu, em uma fazenda chamada Frederico. Os primeiros moradores do Pontal foram Cecília Ferreira Araújo e Hermógenes Rodrigues Ramos, que ganharam no século XIX um terreno dado pelo dono da fazenda onde trabalhavam como escravos. Atualmente, os moradores da comunidade sobrevivem basicamente da pesca; por estar próximo ao Rio Paracatu, a pesca é vendida na cidade, tornando-se renda para os moradores. A comunidade não recebe nenhuma verba da Prefeitura, o que acarreta vários problemas na infraestrutura, como exemplo, ainda existem algumas casas que não possuem energia elétrica, pois para fazer a instalação, os moradores devem tirar do próprio bolso e muitos não têm condições para isso. A comunidade vive afastada, com poucos recursos, mas os moradores afirmam ter orgulho da sua descendência e garantem que não têm vontade de sair do lugar, pois é ali que está marcada toda a sua história.

152

1.3 BURITIS, DISTRITO DE UNAÍ - MG E A INFLUÊNCIA DA CULTURA AFRICANA

A história da formação do povo do Noroeste Mineiro tem uma grande influência da cultura africana, visto que essas terras foram muito exploradas na época do Brasil colonial.

Buritis foi o quarto arraial a aparecer no noroeste mineiro. Segundo Durães (1996), os primeiros habitantes chegaram por este local entre 1710 e 1725, depois dos conflitos dos bandeirantes com os índios tupis-guaranis, foram formadas as primeiras casas de pau-a-pique. A vida no sertão não era fácil, havia muita miséria, esse sertão só atingiu seu primeiro auge de desenvolvimento na última década do século XVIII, quando já havia aqui as famílias Pereira, Silva, Costa, Oliveira, Souza, etc. As mais antigas de Buritis. A atual igreja de Buritis foi construída depois que a primeira igreja construída no local, tombou pelo motivo de ao seu lado as pessoas enterrarem os mortos fazendo o primeiro cemitério do local, tempos depois o cemitério também foi transferido para outra localidade.

Ainda segundo este autor (1996), no ano de 1840 o povoado de Buritis possuía uma população de 1855 pessoas, das quais 178 eram fazendeiros e 118 eram escravos, estes últimos eram distribuídos pelos campos, entre pretos, crioulos e pardos, a água, a comida e o sono eram a única recompensa da vida. Esses homens que viviam como animais passavam sua curta vida trabalhando à beira do rio, nas encostas das serras, para que o homem branco construísse sua riqueza.

Após um período em que a vila prosperava, surgiu na região uma doença, a Hidropsia, chamada por eles de "a peste", além da doença de chagas e da maleita, que flagelou o sertanejo, levando à morte a maioria dos habitantes da pequena vila. Muitos anos depois, aos poucos as marcas dessas doenças passaram e vieram para o povoado algumas famílias de outras regiões. Depois que a Lei Áurea entrou em vigor e a escravatura ter terminado a maioria dos escravos não sabiam o que fazer, muitos ficaram vagando por estas terras do sertão sem nenhuma expectativa de vida, outros resolveram continuar trabalhando para seus patrões já que não tinham para onde ir. Os africanos tinham costumes diversos e estranhos:

Outro costume africano que perdurou no sertão urucuiano, no tempo da escravidão é descrito pelos antigos que se fazia um buraco arredondado no chão, onde as crioulas colocavam as suas criancinhas entre 1 a 5 anos de idade, para que elas, as mães, pudessem ir trabalhar, só as tirando após o fim do dia. (DURÃES, 1996, p. 105).

O município de Paracatu, na época era chamado de Paracatu do Príncipe, grande fonte de jazidas de ouro, foi majoritário por cerca de trinta anos. Com o passar do tempo, o município foi se desmembrando e formando outros municípios. No ano de 1943, Unaí se emancipou de Paracatu e Buritis, até o ano de 1962, pertenceu a Unaí. A emancipação de Buritis se deu em 1962 pela lei estadual nº 2764, de 30 de dezembro de 1962. (IBGE, 2010). Após a emancipação do município, Buritis começou novamente a crescer e a se estabilizar, dando um novo rumo à sua história.

Quanto à localização do município de Buritis, segundo dados disponibilizados no site da Prefeitura (2016), encontram-se a Serra Geral a Leste (estado de Minas, municípios de Formoso e Arinos), e a Oeste as Serras do Planalto Central do Brasil (estado de Goiás, municípios de Cabeceiras e Formosa), também a Sul (município de Unaí) e ao Norte. Uma outra informação relevante, de acordo com a Prefeitura de Buritis (2016), é que as águas nascentes no município e região integram a Bacia do Rio São Francisco, “o Rio da Integração Nacional”, tem parte de suas nascentes no município de Buritis. A vegetação é tipicamente constituída pelo Cerrado.

Assim sendo, o município de Buritis pertenceu ao município de Unaí, que, por sua vez, fazia parte do município de Paracatu. Este tem grande parte de sua população formada por negros, o que leva a concluir que houve influência destes na formação do povo buritiense.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar sobre a influência da cultura dos africanos na formação do povo buriense permitiu algumas considerações. Primeiro, ter conhecimento da obrigatoriedade de abordar a questão da presença dos negros na constituição do povo brasileiro nas escolas regulares, regulamentada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Sem dúvida, um passo favorável neste longo período desde a abolição da escravatura.

Reparar as tantas injustiças cometidas contra essa gente também é um caminho a ser percorrido, talvez numa velocidade lenta. Além do reconhecimento de todo o bem que os negros proporcionaram ao Brasil, seja através da culinária, vocabulário, música/dança, religião e economia, é preciso avançar, tendo atitudes e ações que comprovem o reconhecimento da indelével contribuição dos africanos para o processo de formação da cultura brasileira; por fim, sem, no entanto, esgotar as necessidades que envolvem essa questão, faz-se necessário o empenho no sentido de não mais lhes negar espaços de atuação, evitando, assim, o preconceito e a discriminação, como ainda existe nos dias de hoje.

A influência da cultura da África foi em todo o Brasil, mais precisamente nos Estados de Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, incluindo, assim, evidentemente o município mineiro de Buritis.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 03 abr. 2016.
- DISTÂNCIA ENTRE CIDADES. Qual é a distância entre Brasília - Federal District, Brazil e Paracatu - MG, Brazil? Disponível em: <<http://www.distanciaentreasidades.com.br>>. Acesso em: 03 abr. 2016.
- DURÃES, Oscar Reis. **Raízes e culturas de Buritis no sertão urucuiano**. ed. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1996.
- INFLUÊNCIA NEGRA NO BRASIL. **A contribuição do negro na economia**. 19 março 2012. Disponível em: <<https://influencianegranobrasil.wordpress.com/2012/03/19/a-contribuicao-do-negro-na-economia/>>. Acesso em: 03 abr. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Buritis Minas Gerais Histórico**. 2016. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/1r2u>>. Acesso em: 03 abr. 2016.
- MARQUES, Lorraine. Quilombos de Paracatu II. Titulação do Pontal depende do INCRA. **O Movimento**, edição especial, p. 12, jan. 2014. Disponível em: <<https://paracatumemoria.files.wordpress.com/2014/01/o-movimento-450-versc3a3o-digital-1.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016.
- MELLO, Oliveira. **Turismo cultural**. Disponível em: <<https://paracatumemoria.wordpress.com/paracatu/historia-da-cidade/>>. Acesso em: 03 abr. 2016.
- NASCIMENTO, Maria Ester Santana Silveira. **Interesses de brancos em terras de negros**. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/viewFile/24326/13473>>. Acesso em: 02 abr. 2016.
- PORTAL BRASIL. **Línguas africanas exercem influência direta no português**. 21 novembro 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2014/11/linguas-africanas-exercem-influencia-direta-no-portugues>>. Acesso em: 03 abr. 2016.
- _____. **Cultura afro-brasileira se manifesta na música, religião e culinária**. 04 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/cultura-afro-brasileira-se-manifesta-na-musica-religiao-e-culinaria>>. Acesso em: 03 abr. 2016.
- BURITIS. Prefeitura Municipal. **Dados municipais**. Disponível em: <<http://www.buritis.mg.gov.br/a-prefeitura/dados-municipais/>>. Acesso em 04 abr. 2016.
- QUILOMBO DE SÃO DOMINGOS. **Comunidades quilombolas de Paracatu participam de reunião com representantes da Secretaria Geral da Presidência da República**. 2012. Disponível em:

<<http://comunidadequilombolasaodomingos.blogspot.com.br/2012/04/um-caminho-que-foi-aberto-atraves-da.html>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

SILVA, Denison Rafael Pereira da; GOMES, Francisco Alves. **Feijoada**: Das senzalas dos negros aos restaurantes da classe média. ed. Roraima: Examapaku, 2013. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/examapaku/article/viewFile/1471/1062>> Acesso em: 02 mai. 2016.

SUA PESQUISA. **História da capoeira**. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/educacaoesportes/historia_da_capoeira.htm>. Acesso em: 03 abr. 2016.

A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE ÉTICA NA CONTABILIDADE

COSTA, Luís Fernando Lima da⁵⁵
SILVA, Antônio Marcos Pereira da⁵⁶
MOREIRA, Gabriel⁵⁷

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de esclarecer as normas de conduta profissional no que se refere a comportamentos humanos, discutindo-se a ética na contabilidade sob a ótica dos professores do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (FACTU). O primeiro capítulo descreverá sobre o surgimento da ética ressaltando sua importante representação nos tempos atuais, tendo como fonte de estudo os ensinamentos dos primeiros filósofos. Posteriormente, discutirá sobre o conceito de ética. É importante entender para que sua aplicação no contexto profissional perante a sociedade seja feita. Ética refere-se ao modo de agir do homem em sociedade, envolve valores culturais de cada ser humano e a necessidade de se desenvolver uma sociedade mais honesta, fiel e harmônica. É bastante relacionada aos princípios da contabilidade, pois são ferramentas de apoio para se exercer o cargo, abordará também a história, evolução e conceito de contabilidade, através de estudos sobre o passado da contabilidade, identifica-se que a necessidade de controle e proteção de bens pessoais que surgiram as primeiras manifestações humanas a fim de alcançar os fins propostos. Será argumentado sobre a ética na contabilidade, que é uma ferramenta de extrema importância, principalmente no que se refere à eficiência do profissional que exerce a atividade de contador. O profissional em contabilidade pode atuar com estilo de trabalho pessoal, seguindo seus valores e crenças, porém levando em consideração a ética profissional, para ser bem sucedido perante a sociedade. Quanto à metodologia utilizada, o artigo se classifica como descritivo e quantitativo, utilizando como procedimento de pesquisa o levantamento com aplicação de um questionário semiestruturado.

Palavras-chave: Ótica. Ética. Contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é importante para esclarecer as normas de conduta profissional no que se refere a comportamentos humanos, discutindo-se a ética na contabilidade sob a ótica dos professores do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (Factu).

Estudar os conceitos éticos impera no conhecimento moral sobre as normas, leis e regulamentos necessários para o sucesso de todo profissional, independente da área em que atua. O código de ética inerente a cada profissão apresenta os direitos e deveres que devem ser seguidos para o sucesso profissional e para o bem da organização e da sociedade onde está incluído.

Como fonte de respostas, torna-se necessário analisar a ótica dos professores do curso de Ciências Contábeis da Factu quanto à ética na contabilidade, verificando conceitos de ética,

⁵⁵Acadêmico do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

⁵⁶Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

⁵⁷Mestre em Administração pela Faculdade Pedro Leopoldo (MG). Especialista em Administração Financeira e Controladoria pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (2005) e graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (2004). Coordenador e Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí, Coordenador da Comissão Própria de Avaliação CPA/FACTU.

identificando a aplicabilidade da ética na contabilidade e analisando a visão dos professores quanto à ética.

Surge assim à problemática que norteará o presente trabalho: Qual a percepção dos professores do curso de Ciências Contábeis da FACTU quanto à ética na contabilidade?

Na busca de respostas para a questão problema antes citada, temos o objetivo geral: analisar a ótica dos professores do curso de ciências contábeis da FACTU quanto à ética na contabilidade.

Para que esta análise tenha o resultado esperado, faz se necessário a utilização de objetivos específicos como: verificar os conceitos de ética; identificar a aplicabilidade da ética na contabilidade; analisar a visão dos professores quanto a ética.

No contexto do entendimento da ética e suas aplicações, é importante buscar a importância da ética através de estudos e pesquisas na visão de autores conceituados, a aplicação do termo perante a sociedade também é fator que deve ser levado em consideração, assim como buscar a relação da terminologia com o mercado de trabalho através dos profissionais atuantes.

No que se refere ao material teórico a princípio serão apresentadas questões sobre o surgimento da ética, o conceito de ética, a história, evolução e conceito de contabilidade, e também sobre a ética na contabilidade, com informações sobre a ética e a profissão, o código de ética do contador e o papel do conselho federal de contabilidade na questão da conduta ética do profissional, e por fim será apreciado junto aos professores da área de contabilidade da FACTU, o entendimento aplicações da ética e seus preceitos na vida profissional.

2 SURGIMENTO DA ÉTICA

O estudo e aplicação dos conceitos da ética têm uma história longa o bastante para ter sua importância apresentada em todos os meios da sociedade.

Para Egg (2012) e outros autores, o termo ética vem de origem grega, de *êthos*, referindo-se ao modo de ser, o comportamento e o caráter do homem perante a sociedade. Na Grécia Antiga vieram os primeiros pensamentos sobre o conceito de ética pelos filósofos gregos, sendo associada à idéia de moral e cidadania. Pelo desenvolvimento das cidades, viram a necessidade de mais honestidade, fidelidade e harmonia entre os cidadãos ali residentes.

Neste contexto, a ética tem uma forte relação com os antigos ensinamentos da época em que o homem começou a conviver em sociedade e passando assim a estabelecer normas de comportamento e convivência em grupos societários, em que os valores passaram de gerações a gerações e muitos desses valores permanecem até a atualidade.

Segundo Lisboa (1997, p. 24), “na idade média, a Igreja Católica tinha a primazia para tratar dos assuntos éticos. Detendo o monopólio ideológico, ela coordenava as economias feudal, mercantil e artesanal, ocupando posição estratégica na estrutura de poder”.

A ética tem uma representação importante nos tempos atuais, porém seu perfeito entendimento tem como fonte de estudo os ensinamentos dos primeiros filósofos. Marques (2010) cita que a ética se insere como o principal regulador do desenvolvimento histórico cultural da humanidade, porém não garante o progresso moral por se só, sendo necessários que o ser humano entenda a importância da ética e seus princípios para que se tenham as respostas esperadas através do uso das ferramentas apresentadas.

Em tese a ética preza pelos valores e crenças de cada região para cultivar os melhores modelos de atuação para o bem social. Nesta visão, Lisboa (1997, p. 22) afirma que “a ética, enquanto ramo do conhecimento tem por objetivo o comportamento humano do interior de cada sociedade.” Através do estudo desse conhecimento que se tem o nível de aceitação de uma

sociedade com culturas diferenciadas, com a evolução dos tempos até mesmo esses modelos de atuação por processo evolutivo.

3 CONCEITO DE ÉTICA

Segundo o Dicionário da língua portuguesa, a ética é "o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana susceptível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto".

“Ética é um conjunto de princípios e valores que guiam e orientam as relações humanas. Esses princípios devem ter características universais, precisam ser válidos para todas as pessoas e para sempre”. (SOUZA, 1994, p. 13)

Os valores culturais de cada ser humano podem ter conceitos diferentes ao que preza a ética para a região, com isso faz se necessário trabalhar a relação dos conceitos.

“Ética é a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. É uma ciência, pois tem objeto próprio, leis próprias e método próprio. O objeto da Ética é a moral. A moral é um dos aspectos do comportamento humano.” (CHAGAS, 2008, p. 35)

Os princípios morais se introduzem como padrões de comportamento a serem avaliados em relação ao meio social a que está inserido. Entender sua importância se torna fator extremamente importante para a correta aplicação dos princípios éticos no contexto profissional perante a sociedade em evolução.

3.1 PRINCÍPIOS DA CONTABILIDADE

Os Princípios da Contabilidade apresentam ferramentas de apoio para o exercício da profissão, em que cada profissional tem um norte a seguir na forma mais correta para o sucesso em sua atuação social.

Para Marques (2010, pg. 19), “os Princípios Fundamentais de Contabilidade representa o núcleo central da própria Contabilidade, na sua condição de ciência social, sendo a ele inerentes”. Ou seja, os princípios constituem a base principal dessa ciência com atributos verídicos e universais para constituição de meios de atuação acordados para o bem do indivíduo, da sociedade e dos profissionais.

Citados por muitos autores, os princípios apresentam informações de extrema importância para a vida profissional de um contador.

Quadro 1 - Princípios da Contabilidade

Princípio	Descrição
Princípio da Entidade	Reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.
Princípio da Continuidade	Influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível.
Princípio da Oportunidade	Refere-se à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independente das causas que as originaram.
Registro pelo Valor Original	Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do país, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurem agregações ou decomposições no interior da entidade.

Princípio da Competência	As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independente de recebimento ou pagamento.
Princípio da Prudência	Determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a qualificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Fonte: Postal da Contabilidade – elaboração própria.

Estudar estes princípios representa buscar uma base muito importante para os profissionais atuantes com os anseios da ética profissional, estando sempre em primeiro lugar a construção de uma profissão digna para uma nação responsável pelas suas atitudes perante a sociedade, buscando obedecer ao que pede esses princípios.

4 HISTÓRIA, EVOLUÇÃO E CONCEITO DE CONTABILIDADE

As aplicações relacionadas à contabilidade e sua História é tão antiga quanto a Civilização, mesmo que sua utilização tenha um início com modelos simples e que basicamente atendessem a uma particularidade.

Através de estudos sobre o passado da contabilidade, identifica-se a necessidade de controle e proteção de bens pessoais como uma das primeiras manifestações humanas a fim de alcançar os fins propostos, assim sendo, muitos autores afirmam que o pensamento no futuro levou ao início de registros para controle da produção e dos bens, de acordo os sistemas de comercialização utilizados em cada época e região.

A História da Contabilidade, na visão do prof. Federigo Melis, citado por autores como Antônio Lopes Sá, em Souza (2013, p. 19), divide-se em quatro períodos distintos:

1º período - História Antiga ou da Contabilidade Empírica, que vai de cerca de 8.000 anos atrás até 1202; 2º período – História Média ou da Sistematização da Contabilidade, que vai de 1202 a 1494; 3º período – História Moderna ou da Literatura da Contabilidade, que vai de 1494 a 1840; 4º período – História Contemporânea ou Científica da Contabilidade, que vai de 1840 até nossos dias atuais.

Tais períodos foram importantes para o processo de evolução dos sistemas aplicados a contabilidade, e com forte influência de estudiosos como Frei Luca Pacioli, com a inclusão de novos modelos aplicáveis ao estudo da profissão.

Sendo para Marques (2010) a contabilidade como uma ciência de caráter essencialmente prático, e como toda fonte de informação e conhecimento, passou necessariamente por processos de atualizações e mudanças na tentativa de normalizar e de se chegar a uma melhor forma de controlar o patrimônio de uma entidade, e neste caso sem deixar de lado a aplicação dos princípios aceitos em cada caso.

Assim sendo, é plausível dizer que a contabilidade se insere não somente como uma ferramenta de controle, nas suas diversas aplicações e evoluções com o passar do tempo, é possível capturar fontes de extrema necessidade na gestão de qualquer empresa ou até mesmo na vida pessoal de um cidadão com os meios ofertados pela ciência contábil.

5 ÉTICA NA CONTABILIDADE

Para a Contabilidade a ética é uma ferramenta de extrema importância, principalmente no quesito em quão bom o profissional é no que diz respeito a suas atividades como contador.

Muitos autores citam o conceito totalmente discriminatório que muitos da sociedade colocam dizendo que “a contabilidade é um mal necessário”, porém cabe ao profissional apresentar resultados e informações para mudar a visão da sociedade, começando pelo local onde atua, deixando claro que quando seguindo corretamente a contabilidade pode ser uma ferramenta benéfica para todas as áreas, para o cidadão e também para a organização.

5.1 ÉTICA E A PROFISSÃO

Atuar com princípios que não ferem a profissão e seus ativos de aplicação é fator primordial na relação contador e ética. O profissional em contabilidade pode atuar com estilo de trabalho pessoal, seguindo seus valores e crenças, porém levando em consideração a ética profissional, para ser bem sucedido perante a sociedade.

Para Chagas (2001), o código de ética tem como objetivo fixar a forma pela qual se deve conduzir e habilitar profissional contábil a adotar uma atitude pessoal, de acordo com o que pedem os princípios éticos de conhecidos e aceitos pela sociedade local, quando no exercício da profissão e assuntos relacionados à classe.

Atuar de forma imparcial, descumprindo ao que pede a ética da profissão, poderá acarretar sérios problemas ao profissional, podendo perder a credibilidade em seus serviços no mercado e perdendo seu espaço como profissional.

Para que sua atuação como profissional contábil seja respeitada é necessários ter responsabilidade com os deveres da profissão, além ser leal ao cumprimento dos serviços firmados em contrato, sempre com o sigilo profissional e contrário ao que fere a moral, estando sempre atualizado com relação às novas normas apresentadas.

5.2 CÓDIGO DE ÉTICA DO CONTADOR

Para que um profissional da contabilidade seja bem sucedido, é importante ter como base na sua carreira o código de ética da profissão, deve este ser uma cartilha para o sucesso e crescimento no mercado amplo e concorrente.

O código de ética da profissão contábil segundo Chagas (2001, p. 111) “no Brasil começou a ser discutido no ano de 1950, por ocasião do V Congresso Brasileiro de Contabilidade, o qual foi sediado na Cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais”.

Foram alguns anos de estudos e pesquisas e, em 1970, segundo informações no site do Portal de Contabilidade, o Conselho Federal de Contabilidade normatizou o Código de Ética do Contador, através da Resolução CFC nº 290/70, representando o alcance de uma meta marcante para o exercício da profissão, porém somente em outubro de 1996 que essa resolução foi aprovada e entra em vigor.

Essa normatização certamente foi um marco importante para os profissionais atuantes no ramo da contabilidade, por onde passaram a ter um suporte relacionado à conduta como profissional na atuação para servir aos seus clientes de forma clara e correta, tendo assim uma ferramenta norteadora.

Este Código de Ética Profissional, de acordo com o exposto no site do Portal de Contabilidade, através da Resolução CFC n. 803/1996, tem por objetivo fixar a forma pela qual os Profissionais da Contabilidade devem conduzir, quando no exercício de sua atividade profissional e assuntos relacionados à profissão e à classe.

Portanto o código de ética não é um simples guia para a profissão e o profissional, e sim uma fonte de estudos dos direitos e deveres, além de apresentar as punições impostas pelas normas éticas. Nesta visão, Lisboa (1997) cita que o objetivo do código de ética do contador está em colocar o profissional apto a adotar uma atitude pessoal acordados aos princípios éticos

conhecidos e aceitos pela sociedade, relacionando de certa forma o comportamento permitido e proibido no exercício da sua profissão.

“Um código de ética deve conter preceitos que versem sobre obrigações do grupo organizado em, no mínimo, quatro áreas: competência, sigilo, integridade e objetividade.” (LISBOA, 1997 p. 61)

Essas quatro áreas devem certamente estar no guia de bolso de qualquer profissional contábil com visão de crescimento junto ao meio social, para que suas ações sejam seu passaporte para o sucesso.

5.3 O PAPEL DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CONDUTA ÉTICA)

O código de ética do profissional de contabilidade tem em sua estrutura a correlação entre a ética e a lei, neste sentido o CFC através de resoluções regulamenta o que por lei deve ser seguindo pelo contador no exercício da sua profissão.

O papel do Conselho Federal de Contabilidade, neste sentido, tem sido o de evidenciar entre os princípios e as normas inerentes à profissão contábil a preocupação com o controle, fazendo a ligação entre o sistema contábil e de controle interno da empresa ou organização. (SANTOS, 2012, p. 40)

Em síntese, é o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) que dita os direitos e deveres do profissional da contabilidade, onde os resultados vão depender do nível de atuação profissional em paridade às normas legais. Por informações expostas no site do portal de contabilidade, o CFC se insere como órgão responsável ao que se refere ao código de ética profissional do contador.

6 METODOLOGIA

Quanto à metodologia utilizada, o artigo utiliza da pesquisa bibliográfica para composição teórica e se classifica como descritivo e quantitativo, utilizando como procedimento de pesquisa o levantamento com aplicação de um questionário semi-estruturado.

A pesquisa descritiva impera na busca de elementos para a composição de dados em materiais impressos ou editados eletronicamente, priorizando as fontes primárias do autor que se pesquisa e ainda fontes secundárias, em que um escreve sobre a obra de outro.

“As pesquisas de delineamento descritivo têm como objetivo descrever as características de um fenômeno ou de um fato, estabelecendo relações entre suas variáveis.” (SANTOS E CANDELORO, 2006, p.73).

Segundo Bonat (2009) a pesquisa quantitativa procura aferir o que pode ser mensurado, medido e contado, e possui teor descritivo. E a pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição de fenômenos, analisando os fatos de forma a penetrar em sua natureza, descrevendo todos os seus lados e características.

Para Santos e Candeloro (2006, p.77), “o questionário é um tipo de instrumento de coleta de dados que deve ser concebido com cuidado para que seja um instrumento válido e capaz de checar a frequência das ocorrências acerca de um fenômeno ou fato social investigado”.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

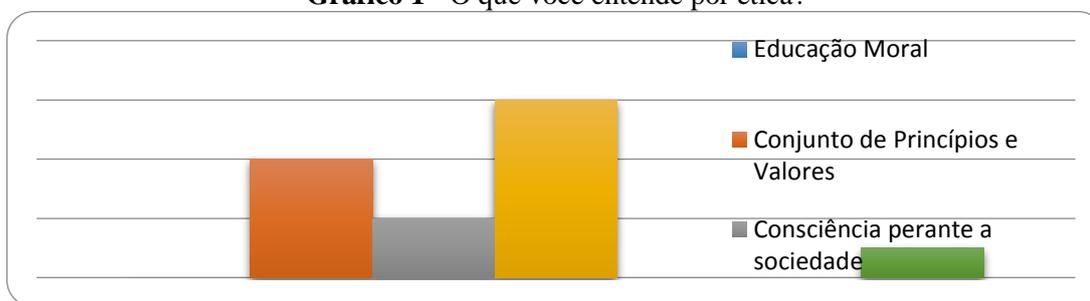
A captação dos dados do presente artigo foi através de pesquisa empírica com aplicação de questionários com questões semi-estruturadas aos professores da FACTU. O modelo idealizado visionou enriquecer os resultados almejados a princípio.

“A Ética pode ser um conjunto de regras, princípios ou maneiras de pensar que guiam, ou chamam a si a autoridade de guiar, as ações de um grupo em particular, ou o estudo sistemático da argumentação sobre como nós devemos agir.” (FREITAS e PAVÃO, 2008, p.151).

Como resposta, no gráfico 1 os professores concordaram que as “Diretrizes que orienta o indivíduo perante sua postura e conduta” é a opção que melhor conceitua a ética, apesar de a opção “Conjunto de Princípios e Valores” obtiverem número de respostas satisfatórias.

162

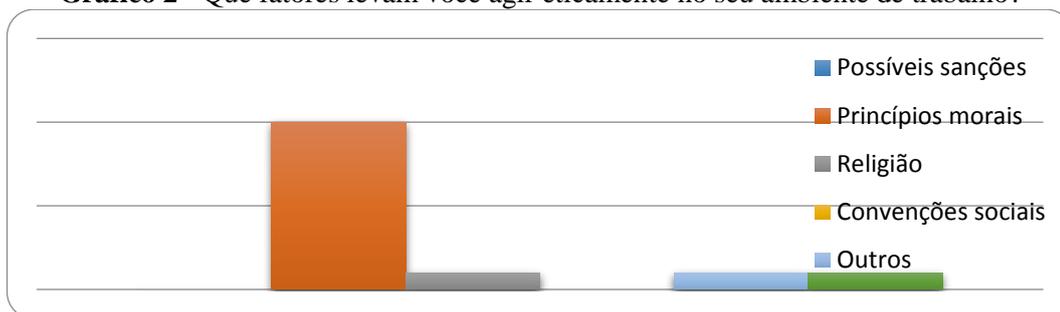
Gráfico 1 - O que você entende por ética?



Fonte: Autores da pesquisa, (2016).

O gráfico 2 a seguir apresenta os “Princípios morais” como fator que leva o profissional a agir de forma ética na profissão.

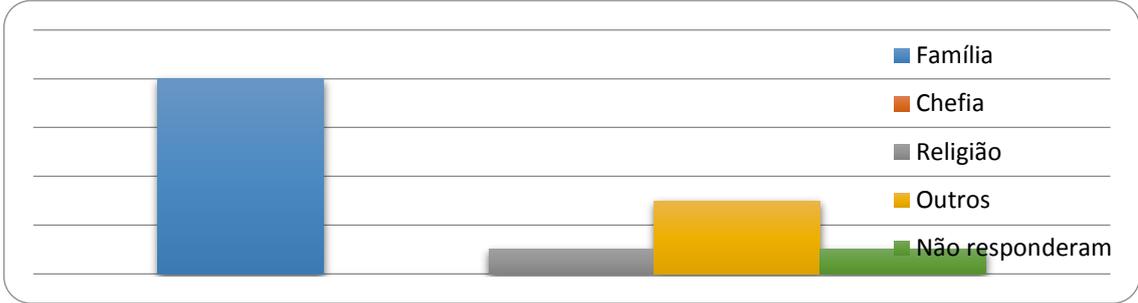
Gráfico 2 - Que fatores levam você agir eticamente no seu ambiente de trabalho?



Fonte: Autores da pesquisa, (2016).

Para Lima (2012) a observação e o respeito ao código de ética com certeza é uma das mais importantes condições inerentes à ética profissional, pois é a base fundamental do processo de construção e fortalecimento desta.

Gráfico 3 - O que influência diretamente na sua atuação ética?

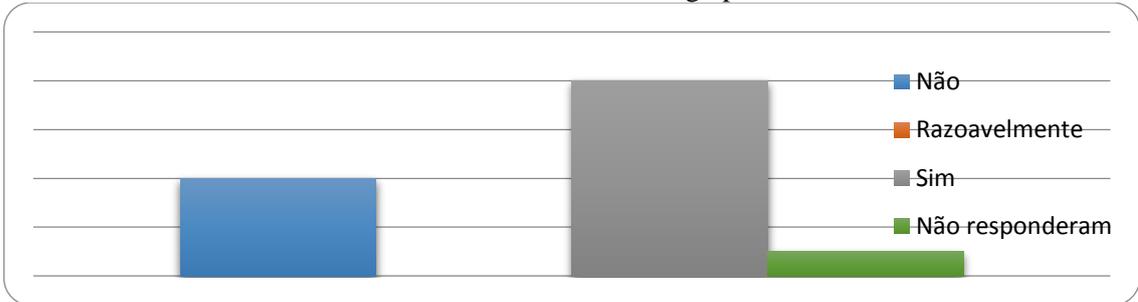


Fonte: Autores da pesquisa, (2016).

O gráfico 3 nos mostra que para a maioria dos entrevistados, a “Família” é quem mais influência na sua atuação ética na profissão.

Mello (2012) afirma que o Código de Ética profissional é um guia orientador e estimulador de novos comportamentos, servindo simultaneamente de estímulo e parâmetro para que o profissional amplie sua capacidade de pensar, visualize seu papel e torne sua ação mais eficaz diante da sociedade.

Gráfico 4 - Você conhece seu código profissional?



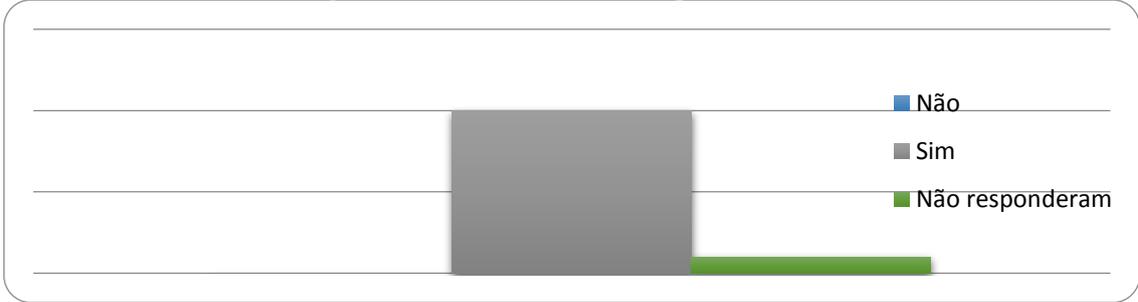
Fonte: Autores da pesquisa, (2016).

É de claro entendimento a grande importância em conhecer o código profissional, apesar de que alguns responderem que não conhece bem seu código profissional, o gráfico 4 apresenta que a maioria dos professores disse ter conhecimento sobre seu código profissional.

Na visão de Lima (2012), todo profissional no ato da sua atividade atua com liberdade na execução do seu trabalho, porém não se isenta da obrigação de atuar respeitando a postura profissional ética e seguir normas padronizadas de conduta, apresentadas através do Código de Ética da Profissão e dos Princípios Éticos.

Como resultado, no gráfico 5, foi bem considerável a resposta por ser importante sim a existência do código de ética para o contador.

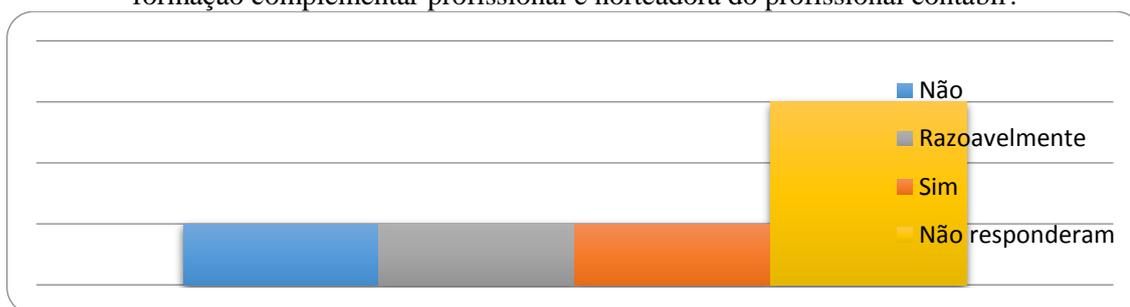
Gráfico 5 - Você acha importante a existência do Código de Ética Profissional do Contador?



Fonte: Autores da pesquisa, (2016).

Incrementando dissertaram que “é preciso nortear a conduta profissional em qualquer área com seus princípios e valores”, “é necessário haver harmonia nas relações de trabalho entre os profissionais em respeito e conduta entre todos”, “pactuar a atuação da categoria viabiliza melhor relacionamento entre os profissionais e seus clientes”, “regulamenta as ações e atos dos profissionais”, “necessária para impor responsabilidades de conduta perante os demais profissionais de contabilidade”, “por meio deste o profissional conhece um conjunto de direitos e deveres que colaborem mediante os princípios e valores da profissão”.

Gráfico 6 - Você acha que as normas de condutas existentes no CEPC, são suficientes para a formação complementar profissional e norteadora do profissional contábil?

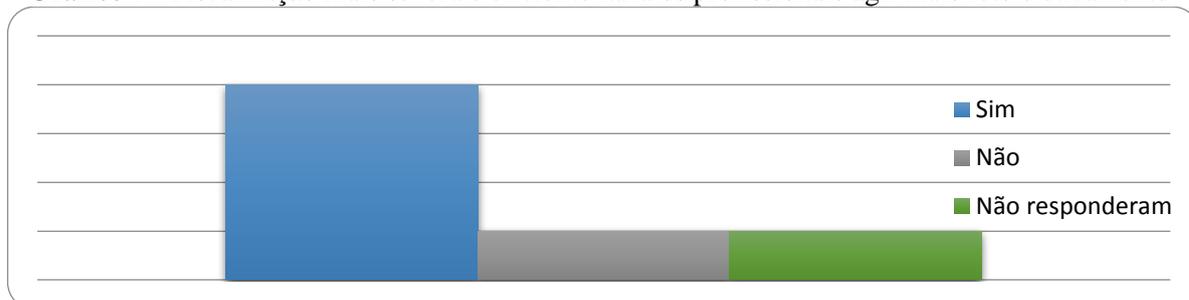


Fonte: Autores da pesquisa, (2016).

Quando perguntados sobre as normas existentes ser suficiente para a formação do profissional a maioria não respondeu como apresenta o gráfico 6, porém as respostas obtidas foram iguais, deixando claro assim uma forma de pensar diferente na visão de cada profissional.

Com relação ao gráfico 7, os resultados nos permitem observar que a maioria dos professores que responderam o questionário concorda que a fiscalização mais severa faria os profissionais agirem mais eticamente.

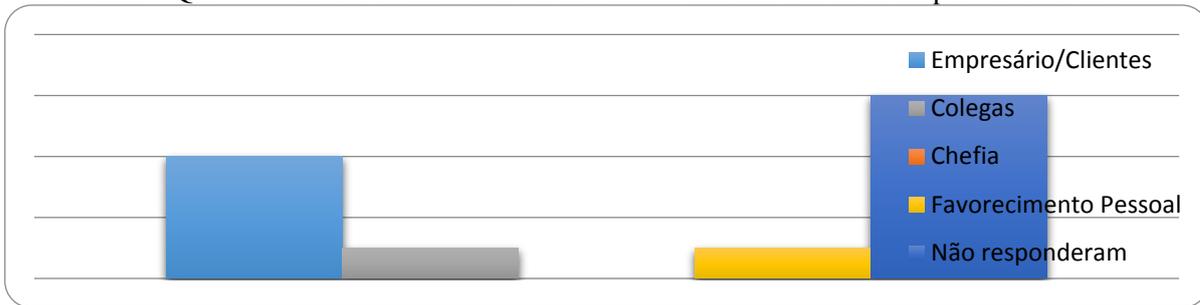
Gráfico 7 - Fiscalização mais severa e eficiente faria os profissionais agir mais reto e eticamente?



Fonte: Autores da pesquisa, (2016).

No questionamento apresentado no gráfico 8, consideram que os empresários/clientes implicam na maior influência direta na tomada de decisão não ética do profissional contábil e que na ótica dos professores questionados, a chefia não influencia diretamente.

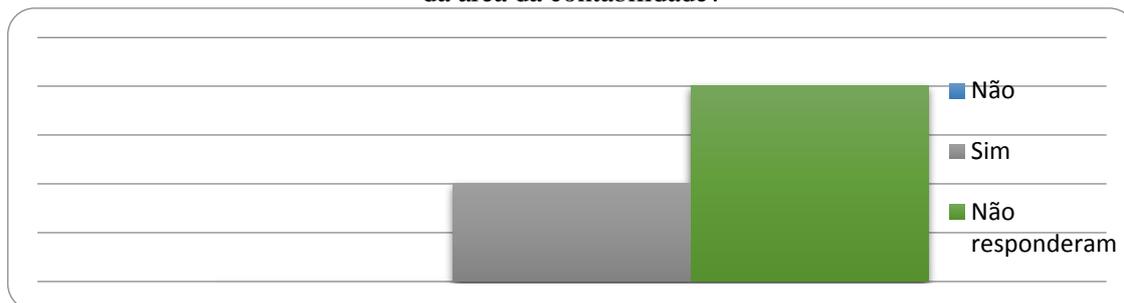
Gráfico 8 - Quem influência diretamente na tomada de decisão não ética do profissional contábil?



Fonte: Autores da pesquisa, (2016).

Alguns professores acrescentaram que “muitos profissionais visam o lucro e atuam sem considerar a ética da profissão e as leis vigentes”, “o empresário não conhecedor dos pressupostos legais que a empresa é submetida, destaca ao contador a possibilidade da conduta não ética”, “em muitos casos o cliente quer que o contador resolva o seu problema de qualquer maneira”.

Gráfico 9 - Os princípios da contabilidade têm impacto e influencia na sua atuação como profissional da área da contabilidade?

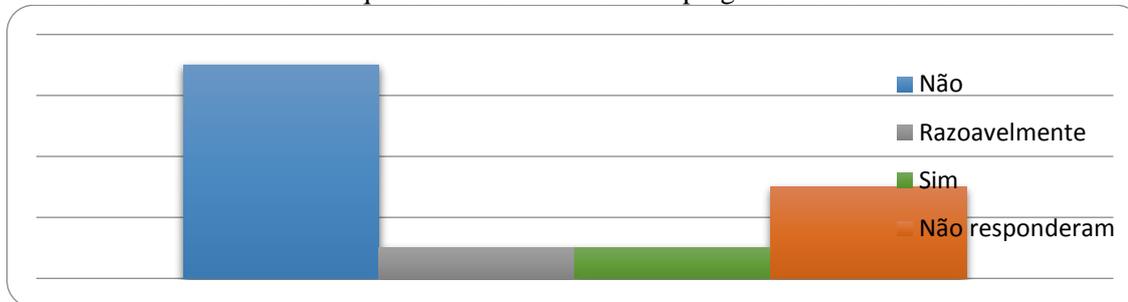


Fonte: Autores da pesquisa, (2016).

No gráfico 9, todos consideram que os princípios da contabilidade têm impacto na sua atuação profissional, apesar de a maioria não ter respondido a questão.

Para eles os princípios de contabilidade “são normas que necessitam ser cumpridas”, “são normas básicas que norteiam a atuação do contador nas atividades contábeis”.

Gráfico 10 - Você considera que o assédio moral está impregnado no seu ambiente de trabalho?



Fonte: Autores da pesquisa, (2016).

Apesar das respostas do gráfico 10 apresentarem como melhor resposta que não há assédio moral no ambiente de trabalho, uma pequena parcela concorda que existe e ainda diz que está impregnado no seu ambiente de trabalho apenas parcialmente.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutindo a respeito de ética na contabilidade com base nos conceitos éticos como fontes de respostas e a ótica dos professores do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí podemos considerar que a ética na contabilidade é de suma importância e afeta na vida profissional do contador.

A maioria dos professores do curso de Ciências Contábeis considera que a ética afeta na postura e conduta, que está intimamente ligada aos princípios morais e que a família é grande influenciadora nesse comportamento ético, é importante salientar que uma grande maioria conhece seu código profissional e estão cientes de como devem agir eticamente e da importância do código de ética.

Apesar da grande divergência de opiniões sobre a suficiência das normas de condutas existentes no CEPC para a sua formação complementar profissional, os professores entendem, em sua maioria, que há uma possibilidade dos profissionais agirem mais eticamente. Foi importante também conhecer a visão que o professor tem a respeito do assédio moral no seu ambiente de trabalho, afinal o conhecimento de seus direitos e deveres está contido no código de ética do profissional contábil e esse resultado mostra bem o quanto o ambiente de trabalho desse profissional respeita as normas impostas.

Em suma, a ética é exercida quando se tem conhecimento de seus direitos e deveres, o que não ocorre com muita frequência já que os profissionais dão prioridade para a lucratividade sem se importar em manter a conduta ética, mesmo que pela ótica dos professores as normas devem ser cumpridas a qualquer custo; seria de grande eficiência uma monitoração das ações dos profissionais para assegurar de que estão agindo eticamente.

REFERÊNCIAS

BONAT, Debora. **Metodologia da pesquisa**. 3 ed. – IESDE Brasil S. A. Curitiba-PR, 2009. Disponível em: < <https://books.google.com.br>>.

CHAGAS, Gilson. **Ética e a Atividade Contábil**. Universidade Fernando Pessoa. Projeto Brasil-Mercosul. Porto/Portugal – Junho /2008. Disponível em: < <https://books.google.com.br>>.

EGG, RosianeFollador Rocha. **Ética nas organizações**. IESDE Brasil. Curitiba-PR. 2012. Disponível em: < <https://books.google.com.br>>.

FREITAS, Denise de e PAVÃO, Antonio Carlos. **Quanta ciência há no ensino de ciências**. – São Carlos: Edufscar, 2008. Disponível em: < <https://books.google.com.br>>.

LIMA, Rodrigo Otávio das Chagas. **Auditoria**. Curitiba, PR: IESDE, 2012. Disponível em: < <https://books.google.com.br>>.

LISBOA, Lázaro Plácido (Coord.) FIPCAF. **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MELLO, Leila Mara. **Ética nos negócios**. Ed. Ver. – Curitiba-PR, IESDE, 2012.

SANTOS, Franklin. **Controladoria**. Ed. AGBOOK, Recife 2012.

SANTOS, Vanice dos e CANDELONO, Rosana J. **Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas.** AGE, Porto Alegre-RS, 2006.

SOUZA, Ana Priscila Miguel de. **A contabilidade no contexto internacional apresentando a mudança da doar pela dfc.** Fortaleza 2013. Disponível em: <<http://www.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/CCO/CONTABILIDADE%20NO%20CONTEXTO%20INTERNACIONAL%20APRESENTANDO%20A%20MUDANCA%20DA%20DOAR%20PELA%20DFC.pdf>>. Acesso em 29 de Março de 2016.

SOUZA, Herbet de. **Ética e Cidadania.** São Paulo: Moderna, 1994.

MARQUES, Wagner Luiz. **Contabilidade Geral II – Segundo a Lei 11638/2007 das Sociedades Anônimas – Passo a Passo da Contabilidade.** Gráfica Vera Cruz. Cianorte – Paraná 2010. Disponível em: < <https://books.google.com.br>>.

_____. Código de Ética Profissional do Contador – CEPC: **Resolução CFC n. 803/1996.** Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res803.htm>>. Acesso em 27 mar. 2016.

TRANSPORTE ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS

SOUZA, Laiane Aparecida Soares de⁵⁸

MELO, João Claudio Silva de⁵⁹

MACHADO, Juliana Lacerda⁶⁰

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de informar à sociedade a respeito dos direitos educacionais, conhecer o dever do estado em relação à garantia de acesso e permanência do educando no ambiente escolar e esclarecer o que rege a área de competência dos entes federativos na oferta do ensino público. Primeiro, descreveu-se as formas de garantir o direito à educação com intuito de conscientizar a sociedade das leis que resguardam o mesmo, citou-se também a importância do transporte escolar para que se cumpra esse direito. Posteriormente, discutiu-se a condução escolar como dever do estado e garantia de acesso e permanência do educando no ambiente escolar. Analisou-se a relação entre direito à educação e a garantia do acesso à instituição de ensino. Discutiu-se ainda sobre a área de competência dos entes federativos na oferta do ensino público almejando informar quem é responsável pela guia escolar nos municípios. Concluiu-se que existem políticas públicas articuladas com o compromisso do acesso e permanência do estudante na escola e que o transporte escolar público é condição necessária para que seja cumprido o direito à educação, e o mesmo deve ser ofertado pelo poder público de forma satisfatória.

Palavras-chave: Transporte Escolar. Educação. Poder público municipal.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos evidenciaram-se transformações no transporte escolar, isso nos leva a destacar a importância da obrigação do poder público municipal, em cumprir preceitos legais que disciplinam e regem a nação.

Neste artigo, foram discutidas questões que emergiram ao longo da pesquisa, não relacionado estritamente ao Ensino de Ciências, mas que pensamos ser pertinente debater visto sua relevância: as dificuldades enfrentadas em relação à acessibilidade da escola rural, estrutura física e transporte escolar. (MENEZES, 2010).

Surge assim a problemática que norteará o presente trabalho: Como o estado contribui para garantir o acesso e permanência do educando no ambiente escolar por meio do transporte público?

Percebe-se que as previsões constitucionais legais, amparam a condução escolar, apesar da maioria dos alunos de municípios interioranos da zona rural enfrentar grandes distâncias, falta de segurança e má qualidade das estradas antes de chegar à instituição de ensino.

Um estudo encomendado pelo Ministério da Educação à Universidade de Brasília (UNB) revelou que o transporte escolar rural no Brasil deve urgentemente passar por um raio X, haja vista os problemas encontrados, principalmente, com relação a ônibus velhos e sem condições de transportar pessoas. (MENEZES, 2010).

⁵⁸ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

⁵⁹ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

⁶⁰ Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia, Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília com experiência docente na Educação Básica e Educação Superior.

Com esta pesquisa objetivou-se informar à sociedade a respeito dos direitos educacionais, conhecer o dever do estado em relação à garantia de acesso e permanência do educando no ambiente escolar e esclarecer o que rege a área de competência dos entes federativos na oferta do ensino público.

2 DIREITO À EDUCAÇÃO

Fala-se a seguir sobre o direito à educação com a finalidade de informar e mencionar algumas obrigações do governo:

No caso da defesa do direito inalienável de todos à educação, observa-se que dentre os grupos de pessoas que têm interesses em comum e que estão a merecer proteção especial do Poder Público, figuram as pessoas que necessitam utilizar o transporte escolar tendo em vista a consecução do aludido direito assegurado constitucionalmente. (MACEDO, 2006, p. 14)

A população deve atentar-se para os serviços que são oferecidos, pois devem ser de qualidade. Cabe ao município a contratação de transporte escolar, que será realizado por terceiros, porém com especificações da legislação vigente. (MENEZES, 2010.)

O professor José Afonso (2009, p. 312) fez uma observação relevante a esse respeito: “[...] todos têm o direito à educação e o Estado tem o dever de prestá-la, assim como a família.” Nesse sentido Bobbio (2012) defende que o problema não é fundamentar os direitos do homem e sim protegê-los, uma coisa é falar dos direitos do homem e justificá-los, outra coisa é garantir-lhes uma proteção real.

“O transporte escolar é serviço de utilidade pública e direito público subjetivo, ficando evidente que o Poder Público deve oferecê-lo gratuitamente para crianças e adolescentes que não tenham escola perto de casa.” (BORTOLOTTI, 2006, p. 5).

Muitos são os motivos e as exigências legais que levam pais, escolas e prefeituras, optarem pelo Transporte de Escolares. Mas antes de optarem por essa forma de transporte, os responsáveis devem certificar - se: O condutor está capacitado e autorizado pelo DETRAN/MS, para realizar a atividade de condutor de transporte de escolares; Se o veículo apresenta o “Selo” de Identificação e Autorização do DETRAN/MS, devendo constar o nome do proprietário do veículo e do condutor atualizado, conforme normas do Código de Trânsito Brasileiro; Se o estado de conservação do veículo e os equipamentos de segurança estão atendendo às exigências legais; Se o número de passageiros transportados corresponde ao número determinado pelo fabricante; Os alunos deverão permanecer no transporte de escolares por um período máximo de 4 (quatro) horas dentro do veículo, compreendendo os trajetos de ida e volta; Toda criança precisa aprender e saber preservar e conservar o transporte de escolares, um bem a serviço da coletividade. (MARTINS, 2010.).

É direito social uma educação de qualidade e essa, depende de outros fatores, e o transporte escolar gratuito é um fator primordial para aqueles que não possuem condições de arcar com o transporte coletivo pago e, ainda, é direito daqueles que moram em locais distante das escolas. (Martins, 2010.).

Assim fica evidente o método para chegar com positividade ao objetivo de se fazer cumprir as leis e direitos naturais: conhecimento e percepção para reivindicar os direitos resguardados. “Contudo, o país precisa avançar muito para garantir o que está positivado no ordenamento jurídico brasileiro referente à educação. Para isso, seria necessária a garantia não

apenas do acesso, mas da permanência e da qualidade da educação.” (BORTOLOTTI, 2006, p. 6).

2 O TRANSPORTE ESCOLAR COMO DEVER DO ESTADO E GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DO EDUCANDO NO AMBIENTE ESCOLAR

Segundo Feijó (2007) sabe-se que o contexto social brasileiro é permeado pela desigualdade e pela falta de oportunidades ao exercício de muitos dos direitos fundamentais do cidadão.

Ainda para Feijó (2007, p. 32):

A Constituição Federal de 1988 dispôs sobre a educação elevando-a a categoria de princípio e de pilar para o desenvolvimento da sociedade brasileira, indicando, como objetivo precípua, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Destaca-se, entre os princípios apontados para o desenvolvimento do ensino, a promoção de ações que assegurem a igualdade de condições para o acesso e a permanência à escola.

De acordo com Feijó (2007) foram discutidas e agregadas medidas que possibilitam o acesso e a permanência do educando no ambiente escolar, no artigo 208 da constituição encontram-se as obrigações do estado:

No que tange ao oferecimento do ensino público. Trata-se de garantias asseguradas aos educados, cuja finalidade é o efetivo exercício do direito à educação, estando, entre estas, o transporte escolar:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1988).

“Isso significa que são normas imediatamente aplicáveis, não podendo o poder público deixar de cumprir com sua obrigação, ou seja, não pode haver qualquer tipo de argumentação para não cumpri-la.” (MACEDO, 2006, p. 5).

É assegurado o acesso de todos à educação (Art. 205, CF/88), sendo dever do Estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo Estado sempre que demandado. (FERNANDES, 2006, p. 5).

O transporte escolar é um importante elemento para garantia, da educação e igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Sendo o município responsável pelos assuntos de interesse local.

3 A ÁREA DE COMPETÊNCIA DOS ENTES FEDERATIVOS NA OFERTA DO ENSINO PÚBLICO

Abordar-se-á a seguir onde cada ente federativo deve atuar, para proporcionar ao educando um ensino de qualidade.

A Constituição Federal define o nível de ensino em que cada ente da Federação deve atuar prioritariamente como aponta o art. 211 da Constituição Federal:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. § 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função re-distributiva supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (BRASIL, 1988).

“Ainda na Constituição Federal de 1988, a divisão das competências entre os entes federados, estabelece que a competência para assuntos de interesse local são dos Municípios” (BIZARRIA, 2006, p. 8).

O município enquanto ente federado deverá construir seu Plano Municipal de Educação com a participação de todos os segmentos da comunidade educacional e da sociedade em geral. (ZAIONS, 2009)

Dada a importância do transporte escolar, há recursos federais específicos destinados à manutenção deste serviço como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), como aponta Bizarria (2006).

Ao criar seu próprio Sistema de Ensino e conseqüentemente seu próprio órgão normativo – Conselho Municipal de Educação -, e atender ao que está disposto nos artigos 11 e 18 da LDB, o Município está realizando, no ensino, sua forma própria de ser como entidade política autônoma e integrante do sistema federativo brasileiro, no âmbito da educação escolar. (ZAIONS, 2009, p. 12).

A secretária de educação por sua vez estabelece normas, procedimentos, formas de transferência e de execução, acompanhamento e prestação de contas de recursos financeiros do Programa Estadual do Transporte Escolar – PETE/ES. (SEDU, 2013, p.10).

Assim é relevante salientar que o secretário de estado da educação assinou os seguintes atos:

A necessidade de oferecer transporte escolar aos alunos do ensino fundamental e médio e da educação de jovens e adultos residentes em área rural para a escola pública estadual mais próxima de sua residência, como garantia de acesso à educação e de permanência no processo de escolarização até a sua conclusão, • o Inciso VII do Art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece que o Estado deve-se assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual; • a necessidade de

estabelecer orientações e instruções necessárias à aplicação do disposto na Lei nº 9.999 /2013, que instituiu o Programa Estadual do Transporte Escolar –PETE/ES e no Decreto nº 3277/2013 que regulamenta o funcionamento dessa Programa; • que no primeiro ano de vigência da Lei nº 9.999/2013, por se tratar de período de transição, os recursos serão repassados aos municípios com base no Plano de Trabalho apresentado. (SEDU, 2013, p.10).

Ainda referente aos atos assinados pela Secretaria de Estado da Educação (SEDU) percebe-se que estabeleceram-se obrigações dos partícipes, as normas e procedimentos para execução, acompanhamento, monitoramento, avaliação das ações e da transferência e prestação de contas dos recursos financeiros repassados aos Municípios, à conta do PETE/ES” (SEDU, 2013).

172

No caso da defesa do direito inalienável de todos à educação, observa-se que dentre os grupos de pessoas que têm interesses em comum e que estão a merecer proteção especial do Poder Público, figuram as pessoas que necessitam utilizar o transporte escolar tendo em vista a consecução do aludido direito assegurado constitucionalmente. (Macedo, 2006, p. 14).

Portanto, o Município enquanto ente federado deverá construir seu Plano Municipal de Educação com a participação de todos os segmentos da comunidade educacional e da sociedade, atendendo ao princípio constitucional da gestão democrática para o ensino público. (ZAIONS, 2009).

O Plano Municipal de Educação é um instrumento fundamental para que o Município defina com clareza suas responsabilidades na área da educação com certeza, melhor o fará, quando organizado em um sistema municipal e a Ensino próprio. Assim, é evidente o compromisso capacidade e a responsabilidade do Poder Público Municipal com a transformação da realidade social e educacional existente e a relevância da institucionalização do seu Sistema Municipal de Ensino. Esta possibilidade expressa pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tem também o respaldo do Conselho Nacional de Educação quando argumenta que “os Municípios, pela Constituição de 1988, são sistemas de ensino” (Parecer CNE/CEB nº. 30/2000) ou, em outras palavras, são “titulares de sistemas autônomos de ensino desde a Constituição Federal de 1988” (Parecer CNE/C. (ZAIONS, 2009, p. 12).

Com maior especificidade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em seu Título IV estabelece as atribuições e competências no que diz respeito ao desenvolvimento e manutenção dos respectivos sistemas de ensino de cada ente federativo. (CAOPIJ, 2013).

Ainda referente à área de competência do município vale destacar o Art. 11, inciso VI, da citada Lei:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: (...) VI – assumir o transporte escolar dos alunos na rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003).

Assim, verificamos que ao Município cabe assegurar o transporte escolar dos alunos matriculados na sua rede de ensino, que seria prioritariamente: o ensino fundamental e a educação infantil, não estando contemplados os alunos das escolas particulares e das escolas estaduais. Contudo, pode haver convênio firmado entre Município e Estado para atendimento do educando. Por exemplo, quando os alunos da Secretaria de Educação Estadual utilizam o transporte escolar do município, mas não é uma obrigação deste. (CAOPIJ, 2013, p. 12).

Atualmente a sociedade é permeada pela falta de oportunidades ao exercício de muitos direitos fundamentais do cidadão. Isso é tão forte que a simples disponibilização do ensino público não é suficiente para assegurar o acesso e a permanência da criança e do jovem na escola. O educando, em especial o mais carente, possui inúmeras dificuldades para se manter na escola, tais como: a alimentação, o transporte, o vestuário e o material didático para uso diário. (CAOPIJ, 2013).

Sendo assim o legislador constituinte atrelou ao dever de oferecer a educação outras obrigações que complementam o direito ao ensino público e por meio das quais se possibilita o acesso e a permanência do estudante no ambiente escolar.

Surge então a necessidade de esclarecer:

A responsabilidade pelo transporte escolar, envolvendo alunos matriculados em escolas estaduais, determinou a modificação na LDB, introduzida pela Lei nº 10.709/2003, tornando expressa a responsabilidade do Estado em relação aos alunos matriculados em sua rede de ensino, nos termos do que dispõe o art. 10, inc. VII, da Lei nº 9.394/96. Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de: [...] VI – assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003). (CAOPIJ, 2013, p.12).

Portanto, o município poderá cooperar ou manter parceria com o Estado para a realização do transporte dos alunos da rede estadual de ensino. Sabendo, no entanto, que os artigos citados anteriormente trazem a delimitação precisa da responsabilidade de cada um dos entes.

Com o intuito de enfrentar o desafio de melhorar a oferta do transporte escolar nos municípios do Estado, o compromisso é amparado pela legislação pertinente, assim várias ações podem ser promovidas pelo ministério público:

Podemos citar ações que a promotoria de justiça do estado de Pernambuco, provocou:

- Com o intuito de averiguar irregularidades na contratação de empresas responsáveis pela prestação do serviço de transporte escolar aos alunos da rede pública de ensino;
- Para investigar a não prestação de serviço de transporte escolar aos alunos da rede de ensino;
- Devido ao transporte escolar da rede pública de ensino ser realizado colocando em risco a vida e a segurança dos alunos que necessitam do serviço. (CAOPIJ, 2013, p.14).

A partir dessas denúncias foram instaurados procedimentos preparatórios para investigar as irregularidades na condução escolar na cidade alvo. Após a investigação constatando-se a inadequação do serviço oferecido é expedida recomendação: (TAC). Com isso celebra-se Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e ou ajuizada Ação Civil Pública contra o município, para sanar o(s) problema(s) encontrado(s). Infelizmente, é comum a prática inadequada do Transporte Público. (CAOPIJ, 2013).

Ao identificar alguma situação que coloque em risco a segurança dos alunos, os gestores, pais ou responsáveis por eles, devem cientificar a Secretaria de Educação, Conselhos Tutelares, Centros de Defesa, etc. ex: condições impróprias do veículo, vagas de assentos incompatíveis com número de passageiros, ausência de cinto de segurança entre outros. (CAOPIJ, 2013).

Existem programas do governo e recursos disponíveis que beneficiam alunos das escolas da educação básica pública, preferencialmente os que residem em área rural. Como por exemplo: Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e o programa Caminho da Escola.

Instituído pela Lei Federal nº 10.880, de 2004, o PNATE consiste na transferência automática de recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênera. Os recursos são destinados ao pagamento de despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos, manutenção e pagamento de serviços contratados com terceiros, de veículos utilizados para o transporte dos estudantes. (CAOPIJ, 2013, p.8).

Segundo o Ministério da Educação, para aderir ao programa, basta pedir adesão à ata de registro de preços do FNDE e fazer o pedido, podendo, ainda, participar de doação de bicicletas. Neste caso, para ser selecionado, o município precisa solicitar a doação e cumprir o critério de possuir, no máximo, 5 mil alunos matriculados na rede pública de educação básica. O FNDE doa capacetes para reforçar a segurança dos estudantes. (CAOPIJ, 2013).

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 e tem como principal objetivo a renovação da frota dos veículos (ônibus, embarcações) utilizados no transporte escolar. O programa também é voltado para a padronização das conduções de transporte escolar, à redução dos preços e ao aumento da transparência nas aquisições dos veículos. A participação dos municípios pode acontecer por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizado pelo FNDE; via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas. (CAOPIJ, 2013, p. 10).

Observa-se uma ajuda federal baseada na transferência de recursos realizada de forma automática a partir da informação, no Censo Escolar, da existência de alunos da zona rural que utilizem transporte escolar. Já o Caminho da Escola tem o objetivo de renovar a frota de veículos escolares. Estados e municípios podem adquirir ônibus, embarcações e mesmo bicicletas com recursos próprios, via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Também é voltado, prioritariamente, para o transporte escolar em áreas rurais. (CAOPIJ, 2013).

Além desses veículos, os entes executores podem receber também, bicicletas escolares concebidas e padronizadas especificamente; para auxiliar no transporte dos alunos que caminham de três a 15 quilômetros para chegar à escola ou ao ponto de ônibus mais próximo. (CAOPIJ, 2013).

Por fim, compreende-se que o transporte escolar público é condição necessária para que seja cumprido o direito à educação, e o mesmo deve ser ofertado pelo poder público de forma satisfatória. Seguindo normas estabelecidas com a finalidade de resguardar a integridade física e a vida dos alunos que necessitam do transporte escolar para chegar a instituição de ensino. (BORTOLOTTI, 2006).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, apresentaram-se as políticas públicas articuladas com o compromisso do acesso e permanência do estudante na escola, conscientizando a sociedade dos benefícios criados para alunos que necessitam da condução escolar.

Existem problemas nos municípios referentes ao assomo de alunos; que reside a longa distância da escola. Apesar de ser previsto na legislação sabemos que não é cumprido todos os deveres.

Sendo assim, cabe aos familiares ou responsáveis pelo educando observar e exigir que se cumpra a lei para segurança e permanência do mesmo na escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**: versão atualizada até a emenda n.67/2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14 abr. 2016.

BORTOLOTTI, Nadja Furtado; FERNANDES, Marina Aires; BIZARRIA, Juliana; MACEDO, Francisco Filho Araújo de. **Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará** - Ministério Público Federal 2006. Disponível em: <<http://www.prce.mpf.mp.br/conteudo/publicacoes/cartilhas/cartilha-transporte-escolar>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

FEIJÓ, Patrícia C. Bento. **Transporte escolar**: a obrigação do poder público municipal no desenvolvimento do programa – aspectos jurídicos relevantes. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9239/transporte-escolar-a-obrigacao-do-poder-publico-municipal-no-desenvolvimento-do-programa>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

HORTA, José Silvério Baia. A educação nas constituintes brasileira 1823-1988 Campinas: **Autores Associados**, 1996. p. 201-239. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt05_trabalhos_pdfs/gt05_3246_texto.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

MENEZES, Marli Paim de; MARTINS, Mário de Souza. **Transporte escolar**: uma perspectiva de acesso à cidadania. Revista HISTEDBR Onli-ne, n.66, p. 135-159. Campinas, SP. 2015. Disponível em: <http://www.mpc.ms.gov.br/uploads/upload/1321982183_Artigo_Marli_Paim_cor5_B.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

MPPE. Ministério Público de Pernambuco. **Cartilha de orientação aos promotores de justiça para atuação no direito ao transporte escolar**. Centro de Apoio Operacional às promotorias da infância e juventude- CAOPIJ. Pernambuco. 2013. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/1853684-Transporte-escolar-informativo-aos-promotores-de-justica.html>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

SEDU. Secretaria de estado da educação: **Portal do Governo**. Disponível em: <<http://sedu.es.gov.br/transporte-escolar-pete>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1.0. GERAIS

O principal objetivo das Revistas da FACTU é promover a divulgação da produção intelectual do corpo docente e discente da Faculdade e também de profissionais externos à instituição. A revista fará as publicações de artigos originais, revisões literárias, resenhas de assuntos correlatos à diversas áreas.

2.0. CONDIÇÕES PARA A PUBLICAÇÃO

Todos os textos serão submetidos à Comissão Editorial da Revista, o material enviado deverá ser inédito e não poderá ser enviado a outras publicações. Os originais não serão devolvidos. A extensão de cada trabalho deverá seguir os seguintes critérios:

- Artigos: máximo de 20 laudas;
- Revisões literárias: máximo de 20 laudas;
- Resenhas: de 3 a 5 laudas;

O trabalho deverá ser formatado em MSWord 2007, obedecendo às seguintes recomendações: o trabalho deve ser apresentado em papel branco, formato A4 (21 cm x 29,7 cm), digitados na cor preta com exceção das ilustrações, no anverso da folha. Deve ser utilizada a fonte tamanho 12 (Times New Roman) para o texto e tamanho 10 para citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, legendas das ilustrações e tabelas. Títulos serão destacados em negrito e caixa alta, subtítulos devem estar em caixa alta sem negrito, o uso de itálico deve ser limitado a palavras ou expressões em outro idioma, no decorrer do texto palavras (não expressões) podem ser destacadas utilizando-se negrito.

Todos os trabalhos devem ser apresentados em formato digital em que conste apenas o trabalho a ser examinado, acompanhado de 02 (duas) vias impressas, juntamente de uma carta encaminhada ao Editor da Revista autorizando sua publicação. O nome do arquivo deve ser o nome do autor, ex: seunome.doc.

As traduções deverão vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto.

Quadros, tabelas, gráficos, ilustrações e fotos devem ser apresentados em folhas separadas com os respectivos títulos, comunicação da fonte e em condições ótimas para reprodução (para formatação desses elementos solicitar o Manual de Normas para publicação da FACTU).

3.0. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Página de rosto: a primeira página de cada artigo deverá indicar o título, o nome completo dos autores (máximo cinco), maior titulação e local(s) de trabalho.

Resumo: na segunda folha deverá constar um resumo em português de, no máximo, 150 palavras. O resumo deverá especificar o objetivo, uma breve descrição da metodologia, os apontamentos principais e as conclusões.

Palavras-chave: após o resumo em português, na mesma folha, é essencial uma lista de 3 a 5 palavras em português que descreva o conteúdo do trabalho.

Abstract: na terceira folha deverá constar o resumo em inglês, com no máximo 150 palavras, seguindo as mesmas especificações do resumo em português.

Texto: os artigos originais que contiverem coleta de dados **em campo** deverão obedecer, em linhas gerais, à seguinte sequência: introdução; referencial teórico; metodologia; resultado e discussão dos dados; considerações finais e referências. As revisões bibliográficas deverão obedecer a seguinte sequência: introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências.

Para resenhas é dispensado o resumo.

4.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências são alinhadas somente à margem esquerda do texto, sem o uso de recuo, digitadas em espaçamento simples e separadas entre si com espaço duplo. Devendo ser apresentadas em ordem alfabética em lista no final do trabalho, de forma complementar pode ser apresentada em nota de rodapé.

Indica(m)-se o(s) autor(es) pelo último sobrenome em letras maiúsculas, seguido do(s) prenome(s) e outros sobrenomes, abreviado(s) ou não. Recomenda-se adotar um padrão quanto ao uso ou não da abreviação.

PADRÃO DE UMA REFERÊNCIA:

SOBRENOME, Prenomes do autor. **Título**: subtítulo. ed. Local: Editora, ano.

FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. **Iniciação à pesquisa no direito**: pelos caminhos do conhecimento e da invenção. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

5.0 CITAÇÕES

As citações podem ser diretas ou indiretas, sejam obtidas de documentos ou de canais informais. As fontes de que foram tiradas as citações são indicadas pelo sistema alfabético ou pelo sistema numérico, no entanto, qualquer que seja o método adotado, deve ser seguido consistentemente ao longo de todo o trabalho. Existem alguns tipos de citação que explicaremos a seguir:

5.1 CITAÇÃO DIRETA

É a **transcrição literal** de um texto ou parte dele, conservando-se a grafia, pontuação, uso de letras maiúsculas e idioma. É usada somente quando um pensamento significativo for particularmente bem expresso, ou quando for absolutamente necessário e essencial transcrever as palavras de um autor. As transcrições no texto devem aparecer entre aspas quando inferior a 3 três linhas ou destacadas graficamente se superior.

a) citação de até três linhas: a citação de até três linhas deve ser inserida no parágrafo, entre aspas, tamanho da fonte 12, não se esquecendo de mencionar Autor, ano e página, conforme modelo a seguir:

Ex.1

Segundo Paulus (1775, p. 46) O “tratamento obtido pela nobreza portuguesa na corte de Madri deveu-se à exímia intervenção de D. Francisco.”

OU

Ex. 2

O “tratamento obtido pela nobreza portuguesa na corte de Madri deveu-se à exímia intervenção de D. Francisco.” (PAULUS, 1775, p. 46).

b) citação com mais de três linhas: a citação com mais de três linhas deve aparecer em parágrafo distinto, a 4 centímetros da margem do texto terminando na margem direita. Esta **deve** ser apresentada **sem aspas**, deixando-se espaço simples entre as linhas e 2 (dois) espaços simples entre a citação e os parágrafos anterior e posterior, conforme modelo:

Ex. 1:

Um objetivo é um alvo que precisa ser atingido para a organização poder atingir suas metas. Os objetivos são, por natureza, mais específicos que a definição da missão e são, na realidade, a tradução da missão em termos específicos e concretos com os quais se possa medir os resultados. Estabelecem-se muitos objetivos-marcos de execução das missões e da busca da consecução das metas. (STONER, 1985, p. 70).

Ou

Ex. 2:

Para Stoner (1985, p. 70),

Um objetivo é um alvo que precisa ser atingido para a organização poder atingir suas metas. Os objetivos são, por natureza, mais específicos que a definição da missão e são, na realidade, a tradução da missão em termos específicos e concretos com os quais se possa medir os resultados. Estabelecem-se muitos objetivos-marcos de execução das missões e da busca da consecução das metas..

5.2 CITAÇÃO INDIRETA

Também conhecida como **paráfrase**, é redigida pelo autor do trabalho com base em idéias de outro autor ou autores. Deve-se sempre indicar a fonte de onde foi tirada a idéia. As citações indiretas podem aparecer sob a forma de paráfrase, isto é, citação livre do texto, ou em forma de condensação que é a síntese dos dados retirados da fonte consultada, sem alterar fundamentalmente a idéia do autor, conforme exemplo a seguir.

Ex. 1

A palavra programa implica, um papel ativo, consciente e racional desempenhado por administradores na formulação da estratégia da organização e a estratégia é o programa geral para a consecução dos objetivos de uma organização (STONER, 1985).

Ou

Ex. 2

Segundo Stoner (1985), a palavra programa implica, um papel ativo, consciente e racional desempenhado por administradores na formulação da estratégia da organização e a estratégia é o programa geral para a consecução dos objetivos de uma organização.

5.3 CITAÇÃO DE CITAÇÃO

É a menção a um documento ao qual não se teve acesso, mas do qual se tomou conhecimento apenas por citação em outro trabalho. Esta forma de citação só deve ser usada na total impossibilidade de acesso ao documento original. A indicação é feita pelo sobrenome do autor original, ano da obra, seguido da expressão *apud* e do sobrenome do autor da obra consultada, ano da obra e página de for citação direta. Somente o autor da obra consultada é mencionado nas referências conforme exemplo a seguir:

NO TEXTO:

Segundo Mintzberg (1982 *apud* STONER, 1985, p. 70)

ou

(MINTZBERG, 1982 *apud* STONER, 1985, p. 70)

NA REFERÊNCIA:

STONER, J. A. F. **Administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985. p. 68-87.